

Seminário



Memória

documentação e pesquisa

Universidade e os múltiplos olhares de si mesma

Dias 3 e 4 de abril de 2007
Auditório Pedro Calmon - FCC
Campus da Praia Vermelha
Informações e inscrições: www.sibi.ufrj.br



Patrocínio

Fundação Universitária
José Bonifácio



Esta publicação contém os trabalhos apresentados no Seminário Memória, documentação e pesquisa, organizado pelo Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SiBI/UFRJ), realizado no período de 3 e 4 de abril de 2007, com o tema “Universidade e os múltiplos olhares de si mesma.”

Estes trabalhos foram ou estão sendo desenvolvidos em diversos programas de pós graduação de universidades, e têm diferentes aspectos da história e memória da UFRJ como objetos de pesquisa.

O conteúdo dos trabalhos é de inteira responsabilidade de seus autores.



Reitor

Aloísio Teixeira

Vice-Reitora

Sylvia da Silveira de Mello Vargas

Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura

Carlos Antônio Kalil Tannus

Coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação

Paula Maria Abrantes Cotta de Mello

Comissão de Organização

Ângela Félix

Antonio José Barbosa de Oliveira

Elaine Baptista de Matos Paula

Eneida de Oliveira

Rosane da Silva W. Apparício



Realização
Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI/UFRJ)

Patrocínio
Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB)

Apoio
Fórum de Ciência e Cultura

Design e Produção Gráfica
Alexandre Mello
Aline Pinna
designer.aline@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fórum de Ciência e Cultura

Sistema de Bibliotecas e Informação

Seminário Memória, documentação e pesquisa.

Universidade e os múltiplos olhares de si mesma.

3 a 4 de abril de 2007

Auditório Pedro Calmon, Fórum de Ciência e Cultura

Campus da Praia Vermelha. Rio de Janeiro – RJ

Rio de Janeiro – 2007

S471t Seminário Memória, documentação e pesquisa : universidade e os múltiplos olhares de si mesma (2007 : Rio de Janeiro)

Trabalhos apresentados no Seminário Memória, documentação e pesquisa : universidade e os múltiplos olhares de si mesma, 3 e 4 de abril de 2007 / organizado por Antônio José Barbosa de Oliveira. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007.

1 CD

ISBN:

1. Memória coletiva – Congressos. 2. Memória coletiva - Universidade. I. Universidade Federal do rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Sistema de Bibliotecas e Informação. II. Título.

CDD: 302



“Uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz.”

Pierre Bordieu – “O poder simbólico.”

A memória é sempre uma construção feita no presente, a partir de vivências e experiências ocorridas num passado sobre o qual se deseja refletir e entender. Como construção, a memória está também sujeita às questões da subjetividade, seletividade e, sobretudo, às instâncias de poderes. Mesmo que (re) constituída a partir de indivíduos, a memória sempre nos remete a uma dimensão coletiva e social – e, por extensão – institucional. Desta forma, é sempre no contexto de relações que construímos nossas lembranças, mesmo que aparentemente individualizadas. A memória também tem a função de produção ou percepção de sentimentos de pertinência a passados comuns, o que, por sua vez, constitui-se aspecto imprescindível ao estabelecimento de identidades calcadas em experiências compartilhadas, não somente no campo histórico ou material, como também (e sobretudo) no campo simbólico.

É importante também considerarmos as relações que se estabelecem entre a memória e as questões que envolvem os lugares, tempos e poderes. As memórias, individual e coletiva, sempre se fazem em algum lugar, que lhes imprime uma referência. Os lugares constituem-se referência importante na memória de indivíduos e sociedades e as mudanças empreendidas nestes locais sempre acarretam mudanças na percepção da realidade e de vidas, que ficarão registradas. Certeau nos lembra que os lugares permitem e interditam as produções da história, tornando possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns e, por outro lado, impossibilitando outras.¹ Por sua vez, os grupos, classes e indivíduos também estão em constante disputa pelo poder. As relações entre poderes, muitas vezes, definem o que será lembrado e o que deverá ser esquecido. É no âmbito de poderes que se define o que ficará registrado em livros e programas escolares, tornando memória histórica, ou a história oficial.

A memória, assim, está diretamente ligada aos mecanismos de controle e dominação de alguns grupos sobre outros. A evocação da memória também está vinculada a um tempo presente. Mesmo remetendo a uma lembrança do passado, é a necessidade *presente* que norteia a evocação memorialística. Neste sentido, é sempre pertinente termos consciência dos interesses presentes que norteiam e definem o trabalho. Bordieu já nos alertou para o perigo de nos tornarmos objetos dos problemas que tomamos para objeto.² Ademais, concebemos que as formas de concepção do passado também são formas de *ação*, já que, “*conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações.*”³

Reconhecemos que a “*importância do resgate da memória institucional está na necessidade de se estabelecer uma identidade que tem no passado seu lugar de construção, e, no presente, a tarefa coletiva de preservação e salvaguarda.*”⁴ Ao falarmos em espaços de memória estamos nos referindo ao

¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.p.77.

² BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.p.37.

³ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2004. p.33

⁴ UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Memória, Informação e Documentação. *Acervos de memória: exposição comemorativa do cinquentenário da UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2001. p.xi

“conjunto de iniciativas de registro dos dados coletados em atividades de pesquisa e/ou no recolhimento de materiais didáticos, documentos, móveis, utensílios e equipamentos que, percebidos em sua dimensão histórica, são inventariados em conjuntos coerentes, sendo em seguida socializados para a consulta ao público interessado. Dessa forma, tais documentos e objetos tornam-se depositários da história da instituição, passando a compor o seu patrimônio cultural.”⁵

O Projeto Memória SiBI/UFRJ, propõe-se ao trabalho de viabilização de mecanismos internos e externos que reforcem, junto a nossos superiores, governantes, agências de fomento e empresários, sobre a importância de salvaguarda da memória das instituições, bem como da necessidade de viabilização de recursos materiais necessários à recuperação, preservação e disseminação de informações sobre os acervos memorialísticos à toda a sociedade. Há que se estabelecer políticas de financiamentos, tanto públicos quanto privados para salvaguarda dos patrimônios e acervos materiais e imateriais, tão espalhados e fragmentados em nossa universidade. O equacionamento entre a consciência da necessidade de preservação e os recursos materiais viabilizados para tal necessidade ainda é um desafio a ser superado. Entretanto, temos a consciência de que, ao nos colocarmos como responsáveis defensores e guardiões de acervos memorialísticos, assumimos grande responsabilidade perante as futuras gerações. O direito à memória é um direito de cidadania.

Existem diversas iniciativas para o gerenciamento dos acervos da Universidade. O Sistema de Bibliotecas e Informação – SiBI, através da Base Minerva, disponibiliza na Internet as coleções bibliográficas das 43 bibliotecas da UFRJ. Desde 2003, o SiBI se reestruturou para gerenciar também as informações oriundas de outras instituições como arquivos documentais e museus, buscando uma integração sistemática de todas as fontes de informação da Universidade através da Base Minerva. Esse projeto, baseado em identificação, diagnóstico, divulgação e na instituição de parcerias entre o SiBI e os arquivos documentais, já comprova a urgência dessas medidas que possibilitarão tornar públicos e acessíveis seus registros históricos e memorialísticos.

É nossa proposição a formação do Grupo de Pesquisa em Memória e Documentação (GPMD/SiBI-UFRJ), de natureza multidisciplinar, que englobará profissionais das mais diversas áreas e unidades, para desenvolver estudos sistematizados de aspectos históricos e memorialísticos da UFRJ, produzindo e contribuindo na elaboração de trabalhos acadêmicos nos diversos níveis (graduação e pós-graduação), bem como editando publicações. Sabemos, à luz de Bordieu⁶, que a construção de um objeto científico, é antes de qualquer coisa, a possibilidade de rompimento com o senso comum, *“quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré construído está em toda a parte.”*

Foi com base em tais considerações que julgamos organizamos o Seminário **“Memória, documentação e pesquisa – Universidade: múltiplos olhares de si mesma.”**, que congregará diversos pesquisadores e estudiosos da história e memória de nossa UFRJ. O Seminário configura-se como espaço para aprofundamento de discussões e reflexões sobre aspectos históricos e memorialísticos de nossa universidade, possibilitando, à comunidade acadêmica, bem como ao público externo com interesse sobre a temática, conhecer os trabalhos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos na própria universidade, o que pode refletir em movimentos profícuos de busca e resgate de sua identidade institucional.

Paula Maria Abrantes Cotta de Mello
Coordenadora do Sistema de Bibliotecas e Informação – SiBI/UFRJ

⁵ XAVIER, Libânia Nacif. *Iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ*. [20--?]. Mimeografado. p.2

⁶ BORDIEU, Pierre. Op.cit.,pp.34-35

Índice por Título

Universidade, memória e acervos	Regina M.M.C.Dantas	A casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional
Universidade, memória, educação e sociedade	Glorya Walkyria de Fátima Rocha	A Faculdade de Medicina da UFRJ: da Praia Vermelha à Ilha do Fundão – o(s) sentido(s) da mudança.
Universidade, memória e acervos	Maria José Veloso da Costa Santos	A preservação do acervo arquivístico do Museu Nacional e sua importância para a memória da instituição.
Universidade, memória, educação e sociedade	Vera Valente	A Vila Residencial da UFRJ: visões de uma trama social
Universidade e cidades universitárias: da idéia à materialização	Antonio José Barbosa de Oliveira	Das ilhas à cidade – a universidade visível: a trajetória para a definição do local a se construir a cidade universitária da UB (1935-1950)
Universidade e cidades universitárias: da idéia à materialização	Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos	O campus da UFRJ na Ilha do Fundão: a análise de sua localização e organização espacial
Universidade, memória, educação e sociedade	Tatiana Beaklini Moraes	O Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1937-1942)
Universidade, arquitetura e memória	Maria Helena Fonseca Hermes	O Hotel 7 de setembro, 1922: um olhar crítico em sua arquitetura e ornamentação
Universidade, memória e acervos	Libânia Nacif Xavier	O PROEDES e as iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ
Universidade, arquitetura e memória	Marisa Hoirisch	Palácio Universitário – materiais e técnicas construtivas
Universidade e cidades universitárias: da idéia à materialização	Klaus Chaves Alberto	Três projetos para uma Universidade do Brasil
Universidade, memória, educação e sociedade	Patrícia Henriques Mafra	Uma escola contra a Ditadura: o CAP entre 1964/1968

Índice por Autor

Universidade e cidades universitárias: da idéia à materialização	Antonio José Barbosa de Oliveira	Das ilhas à cidade – a universidade visível: a trajetória para a definição do local a se construir a cidade universitária da UB (1935-1950)
Universidade, memória, educação e sociedade	Glorya Walkyria de Fátima Rocha	A Faculdade de Medicina da UFRJ: da Praia Vermelha à Ilha do Fundão – o(s) sentido(s) da mudança.
Universidade e cidades universitárias: da idéia à materialização	Klaus Chaves Alberto	Três projetos para uma Universidade do Brasil
Universidade, memória e acervos	Libânia Nacif Xavier	O PROEDES e as iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ
Universidade, arquitetura e memória	Maria Helena Fonseca Hermes	O Hotel 7 de setembro, 1922: um olhar crítico em sua arquitetura e ornamentação
Universidade, memória e acervos	Maria José Veloso da Costa Santos	A preservação do acervo arquivístico do Museu Nacional e sua importância para a memória da instituição.
Universidade e cidades universitárias: da idéia à materialização	Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos	O campus da UFRJ na Ilha do Fundão: a análise de sua localização e organização espacial
Universidade, arquitetura e memória	Marisa Hoirisch	Palácio Universitário – materiais e técnicas construtivas
Universidade, memória, educação e sociedade	Patrícia Henriques Mafra	Uma escola contra a Ditadura: o CAP entre 1964/1968
Universidade, memória e acervos	Regina M.M.C.Dantas	A casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional
Universidade, memória, educação e sociedade	Tatiana Beaklini Moraes	O Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1937-1942)
Universidade, memória, educação e sociedade	Vera Valente	A Vila Residencial da UFRJ: visões de uma trama social

Índice por Mesa Redonda

Universidade e cidades universitárias: da idéia à materialização

Antonio José Barbosa de Oliveira

Das ilhas à cidade – a universidade visível: a trajetória para a definição do local a se construir a cidade universitária da UB (1935-1950)

Klaus Chaves Alberto

Três projetos para uma Universidade do Brasil

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

O campus da UFRJ na Ilha do Fundão: a análise de sua localização e organização espacial

Universidade, arquitetura e memória

Maria Helena Fonseca Hermes

O Hotel 7 de setembro, 1922: um olhar crítico em sua arquitetura e ornamentação

Marisa Hoirisch

Palácio Universitário – materiais e técnicas construtivas

Universidade, memória e acervos

Libânia Nacif Xavier

O PROEDES e as iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ

Maria José Veloso da Costa Santos

A preservação do acervo arquivístico do Museu Nacional e sua importância para a memória da instituição.

Regina M.M.C.Dantas

A casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional

Universidade, memória, educação e sociedade

Glorya Walkyria de Fátima Rocha

A Faculdade de Medicina da UFRJ: da Praia Vermelha à Ilha do Fundão – o(s) sentido(s) da mudança.

Patrícia Henriques Mafra

Uma escola contra a Ditadura: o CAP entre 1964/1968

Tatiana Beaklini Moraes

O Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1937-1942)

Vera Valente

A Vila Residencial da UFRJ: visões de uma trama social

PALÁCIO UNIVERSITÁRIO – MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Marisa Hoirisch
UFRJ/FAU/PROARQ

Apresentação

Esta pesquisa reuniu as técnicas construtivas do Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exibe seu padrão construtivo de excelência, cujos predicados, conforme Rocha-Peixoto (In: CALMON, 2004), vinculados a sua implantação no terreno, forma e dimensões palacianas, indicam este monumento como o melhor resumo dos ideais de arquitetura do segundo reinado.

O trabalho é uma compilação da dissertação de mestrado¹ da autora, cujo objetivo é destacar os principais materiais e técnicas construtivas da edificação demonstrando a importância do estudo para fundamentar um projeto de restauração e conservação deste patrimônio.

I. Introdução

O prédio foi construído no século XIX para ser o Hospício de Pedro II (Fig. 1), hoje designado Palácio Universitário.



Fig. 1: Hospício de Pedro II, pintura de Victor Frond, 1859.

Fonte: <http://rjtv.globo.com/RJTV>

Localiza-se na Av. Pasteur, 250, Urca, no quarteirão delimitado pelas avenidas Pasteur e Venceslau Brás e pelas ruas Xavier Sigaud, Lauro Müller e Lauro Sodré (Fig. 2). A maior

área construída do Campus da Praia Vermelha da UFRJ sobressai entre os demais edifícios vizinhos não apenas por suas dimensões, como também por seu elevado esmero arquitetônico e construtivo.

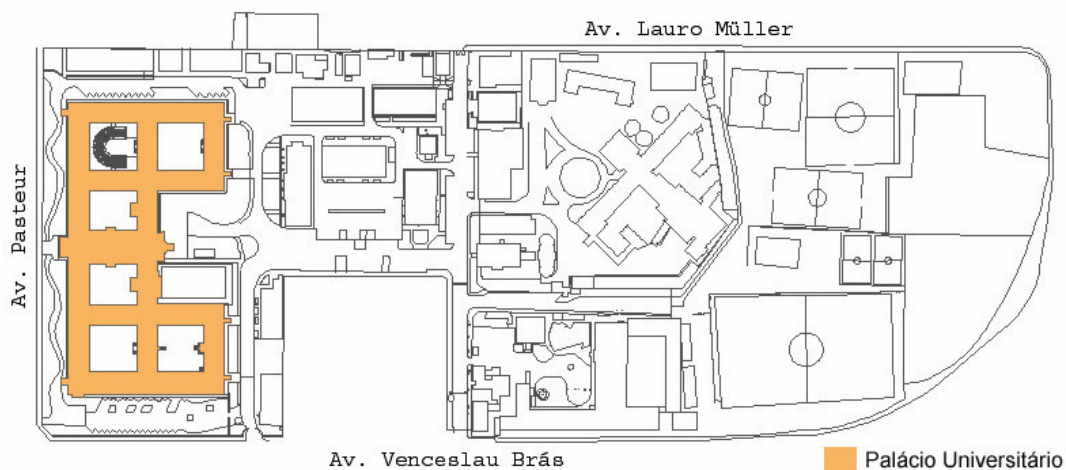


Fig. 2: Campus da Praia Vermelha.
Fonte: Desenho de Ênio Kaippert, 2006.

O primeiro hospital psiquiátrico brasileiro a tratar exclusivamente de doentes mentais foi edificado de 1842 a 1852, com verba arrecadada pela Santa Casa de Misericórdia para comemorar a maioridade de Dom Pedro II. Os autores do projeto foram os arquitetos discípulos de Grandjean de Montigny: José Maria Jacintho Rebello e Joaquim Cândido Guillobel, além do engenheiro Domingos Monteiro.

As obras tiveram início em 5 de setembro de 1842, e no dia 8 de dezembro de 1852 o hospital de alienados começou a funcionar até 1944, quando os doentes foram transferidos. Pelo seu valor cultural, a idéia de demoli-lo foi descartada. O monumento ficou vazio entre 1944 e 1948, quando, em avançada degradação foi cedido pelo governo da república à Universidade do Brasil². A Reitoria radicou-se no edifício em 1949 e as obras de restauração e adaptação do edifício ao novo uso foram conduzidas pelo então reitor Pedro Calmon. Em 1950, a Escola Nacional de Educação Física³ transferiu-se para a área hoje ocupada pela Faculdade de Educação (FE) e Escola de Comunicação (ECO). Em 1951 e 1952 a faculdade de Arquitetura passou a ocupar o espaço onde estão o Instituto de Economia (IE) e a Faculdade de

Administração e Ciências Contábeis (FACC), ao passo que a de Farmácia ocupou a decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). O edifício foi inaugurado pela Universidade em 1952, mesmo antes da conclusão das reformas em 1953, seu tombamento pelo IPHAN⁴ só se deu em 1972.

Hoje o prédio abriga as seguintes unidades da UFRJ: decania do CCJE, Fórum de Ciência e Cultura (FCC), FACC, IE, ECO, FE e vestiários da piscina da EEFD. Além de salas de aula, de professores, de reuniões, gabinetes de diretores de faculdades e de decano, bibliotecas, auditórios, salões de concertos e recepções, uma capela e áreas de serviço.

II. Materiais e técnicas construtivas

As singularidades dos materiais e procedimentos construtivos da edificação norteiam esta pesquisa que inclui: estruturas, vedações, pisos, tetos, vãos, acabamentos, escadas e coberturas.

II. 1. Estruturas

Nas áreas originais as sustentações de piso dividem-se em alvenarias de pedra com arcos de tijolo (Fig.3) e barrotes de madeira. Na expansão da edificação foram inseridas lajes e vigas em concreto armado. Nos porões das áreas mais recentes as cargas das paredes e pisos do distribuem-se no porão sobre conjuntos de quatro arcos de descarga semicirculares, compostos por tijolos maciços homogêneos de 20 x 7 x 10cm, formando retângulos em projeção. Foram classificados dois tipos de arcos; denominou-se maior, os situados paralelos às fachadas voltadas para as Avenidas Pasteur e Venceslau Brás, à esquerda, na Fig.4.



Fig.3: Arcos do porão original.
Fonte: Foto da autora, 2006.



Fig.4: Arcos do porão mais recente.
Fonte: Foto da autora, 2006.

O menor (à direita) sustenta paredes perpendiculares a estas fachadas; suas impostas⁵ são de alvenaria de pedras de mão embutidas nas colunas dos arcos maiores. Na área original, o piso do térreo é de pedra e cal, podendo ter sido apoiado em terra e entulho em algum período. O segundo pavimento é em tábuas corridas sustentadas por barrotes de madeira, paralelos, com intervalos entre si. Suas extremidades engastam-se nas paredes, compondo um conjunto estrutural integrado; não podem ser removidas sem acarretar queda da resistência das paredes.

Em 1904, o aumento de áreas implicou no aumento da capacidade de internados do hospital psiquiátrico; estes pisos foram executados em concreto armado. Obedecendo ao partido do projeto arquitetônico original, foram criados dois novos pátios internos. Segundo Petrucci (1998, p.311), a fabricação do cimento no Brasil só teve início em 1924, portanto, todo o cimento da área mais recente da edificação foi importado.

II. 2. VEDAÇÕES

As vedações do prédio se dividem em alvenarias mistas de pedra com arcos de tijolos, de tijolos maciços, de estuque e de gesso. As paredes de alvenarias originais são estruturais, ou seja, além de realizarem vedações, sustentam as cargas da construção. As paredes originais externas são formadas por pedras irregulares e argamassa de cal e areia, reforçadas com arcos de descarga de tijolos maciços nos vãos. Nas áreas de expansão do imóvel há paredes de tijolos maciços e também em estuque.

II. 3. PISOS

Os pisos da edificação são de tabuado de madeira, mármore, gnaiss bege, ladrilhos hidráulicos e cerâmicos. As áreas internas voltadas para a fachada principal são em madeira; à exceção do piso do vestíbulo, do hall de cada extremidade do prédio, dos situados junto às escadas internas e áreas de serviço, que são em mármore decorado ou ladrilhos cerâmicos. Na construção original do térreo nenhuma das galerias apresenta pavimentação em madeira. Na Escola de Comunicação há uma circulação neste material, mas pertence à área mais recente. A ligação das tábuas nas áreas originais do segundo pavimento é tipo macho e fêmea, de excelente fixação e durabilidade. Nos salões do

segundo pavimento são arrematadas por tabeiras de tonalidade mais escura que as do tabuado. O Salão Dourado exhibe tábuas largas com parquê, em sofisticado trabalho de marcenaria, com ornamentação fitomórfica e, ao centro, um duplo losango, com frisos paralelos, dispostos em diagonal.

Nas áreas não originais do prédio, a estrutura do piso é constituída por lajes e vigas em concreto armado e os frisos apóiam-se sobre ganzepes.

Há dois tipos de pisos originais em pedra no edifício: mármore e gnaisse. Os primeiros, encontrados no vestíbulo, com rosáceas e ornamentação em perspectiva, no patamar da escada que liga o átrio à capela, em algumas salas e galerias e nas varandas do segundo e terceiro pavimentos. Além de sua aplicação nas fachadas e escadas, típicas do neoclássico, o gnaisse bege foi empregado nas soleiras, rodapés e molduras de pisos do térreo.

A Reitoria da Universidade⁶ encontrou a pavimentação de suas galerias em avançada degradação e os atuais corredores com ladrilhos cerâmicos podem ter sido intervenções para substituir os mármore originais a um menor custo, ou pavimentar as áreas mais recentes. Em branco e preto, “impermeáveis e duros ao atrito e ao choque” (CORONA e LEMOS, 1972, p.294), revestem circulações e varandas e seguem a disposição semelhante dos pisos primitivos em mármore.

O ladrilho hidráulico surgiu no século XIX na Europa: o Brasil o importava de Portugal, França e Bélgica, até a criação das primeiras fábricas brasileiras. No Palácio Universitário pavimentam algumas áreas da FE, do IE e também na biblioteca da decania do CCJE; são 18 tipos: 15 decorados e três lisos. Exibimos alguns destes padrões (Fig. 5).



Fig.5: Destaque de padrões de ladrilhos hidráulicos da edificação.
Fonte: Desenho de Ênio Kaippert sobre levantamento, DAMSTRUC, 2005.

II. 4. TETOS

Os tetos desta edificação exibem forros de madeira, estuque, modernas placas de gesso e áreas desprovidas de forro, com laje em concreto protegidas por reboco e pintura. As forrações em tábuas de madeira ocupam a maior parte das áreas primitivas no térreo. A fixação dos forros de madeira é feita em barrotes dos tetos, nos compartimentos ou corredores, seguindo duas técnicas construtivas: tabuado liso e saia e camisa⁷.

Nas áreas não originais no térreo, as vigas e lajes de concreto armado foram protegidas com reboco e pintura. Há lajes sobre o térreo de áreas primitivas; portanto algumas áreas originais tiveram os tetos substituídos por lajes de concreto. O estuque se exibe em ornatos de alto relevo no vestíbulo, capela e respectiva escada de acesso, Salão Dourado, Vermelho, Moniz de Aragão, gabinete da coordenação do FCC, Salão Anísio Teixeira e ao Salão Pedro Calmon. Em prospecções estratigráficas foram encontradas pinturas artísticas que podem ter adotado a técnica do afresco.

II. 5. VÃOS

As esquadrias deste prédio são resistentes, mas, se as ferragens foram em cobre em outra época, hoje nem todas o são. Parte das esquadrias pode ter sido preservada, mas muitas foram substituídas e com elas, suas ferragens.

As janelas das fachadas externas deste imóvel são de peitoris e de sacadas. Nas primeiras, o vão da parede leva peitoril cheio. Nas outras, os guarda-corpos exibem-se para fora das ombreiras. O segundo pavimento apresenta as duas modalidades, o térreo e terceiro piso, apenas a última. Estas esquadrias pela parte interna exibem guarnição em madeira. Na parte externa é comum a cercadura de argamassa ou gnaiss bege, também amplamente empregadas nas ombreiras, vergas e peitoris. A disseminação de elementos pétreos cuidadosamente elaborados em suas guarnições é um dos pontos que eleva este edifício à categoria de construção esmerada do seu período.

A remoção das grades das janelas do Hospício de Pedro II (Fig.6) foi uma das importantes modificações para adaptar o prédio do hospital psiquiátrico ao seu novo uso, como instituição de ensino.



Fig. 6: Janela com grade e depois da remoção.
Fonte: IPHAN, 1948 e foto da autora, 2006.

As portas desta edificação são em madeira, em vidro e madeira; almofadadas ou envidraçadas. Assim como no caso das janelas desta edificação, alguns padrões de portas apresentam almofadas móveis, formando postigo, acrescido de caixilho fixo de vidro pelo lado de fora. É o caso das esquadrias envidraçadas voltadas para as fachadas e também de algumas que se abrem para os pátios internos. Uma pesquisa confirmou a existência em outro período de pelo menos um conjunto de portas, cujo padrão não foi encontrado neste monumento.

Quase todos os padrões existentes são divididos verticalmente em duas partes: a menor, no alto, forma a bandeira, destinada a permitir a entrada de luz nos ambientes, é separada da porta por uma travessa. Segundo Vasconcellos (1961, p.110), estes caixilhos situados na parte superior são característicos das esquadrias excessivamente elevadas.

Destacou-se aqui uma porta de grande esmero construtivo; situada no Salão Vermelho. É composta por duas folhas que se fecham com batente de friso emoldurado (Fig.7), diferindo das outras esquadrias da edificação. Suas folhas se encartam nas paredes, formando aduelas para os vãos. Por seu esmero de acabamento e técnica, pode ter sido uma das esquadrias primitivas do exemplar arquitetônico.



Fig.7: Porta do Salão Vermelho.
Foto da autora, 2006.

Na edificação há óculos de ventilação, situados nas fachadas laterais, sob algumas janelas e na fachada principal no eixo das esquadrias. Cada óculo é composto externamente por dois círculos concêntricos em cantaria.

São sete os acessos aos porões do prédio, mas só dois dentre eles estão sob as áreas da construção original. Todos estiveram cheios de entulhos, mas foram parcialmente esvaziados para permitirem a ventilação do edifício em 1995.

II. 6. Acabamentos

Os acabamentos das paredes em alvenaria são de cantaria, argamassas de revestimento, pintura e azulejos. Entre os revestimentos pétreos, evidenciam-se os que emolduram as esquadrias das fachadas e galerias e do pórtico, inteiramente revestido por gnaiss bege nos dois pavimentos. As argamassas da construção original são à base de cal, mas muitas foram lamentavelmente substituídas, da mesma maneira que suas pinturas.

No século XIX o azulejo protegia as paredes da água, umidade e atrito; usado em rodapés e barras, garantia seu asseio e evitava os insetos, típicos do clima. Segundo Barata (1955 p. 226-227), os edifícios do Rio de Janeiro com a maior quantidade de azulejos portugueses de padrão dos meados do século XIX foram o hospital da Santa Casa da Misericórdia e o Hospício Pedro II. São composições em azul e branco e por vezes em

arroxeados que decoram galerias e salas que circundam os pátios internos, destacando-se das paredes brancas caiadas (Fig.8).



Fig. 8: Circulação azulejada, 2º pavimento, FCC.
Fonte: Foto Bira Soares, 1999.

Os azulejos de padrão aparecem também na fonte e escadas de áreas descobertas, em padrões decorativos típicos desta fase, com formas geométricas e vegetais estilizados, baseados em quadriláteros, octógonos de lados retos ou ainda retos e côncavos, alternados. Utilizam a diagonal no traçado regulador do desenho, que surge no período colonial e cresce com os padrões do séc. XIX. Estes são os padrões existentes na edificação.



Fig. 9: Padrões de azulejos do Palácio Universitário
Fonte: Levantamento e foto da autora, 2006.

II. 7. Escadas

As escadas exteriores originais de pedra da edificação são em gnaiss bege, ligam o terreno ao térreo, diferenciando-se das que foram inseridas posteriormente pelo maior esmero construtivo. Na fachada frontal, a principal escada original (Fig.10) é elegante e reta, desenvolvendo-se em um único lance de dez degraus, encimada por um patamar também em pedra. Situa-se no pórtico principal e liga a calçada ao vestíbulo do térreo. As escadas originais da abside do prédio são sinuosas e elegantes.



Fig. 10: Escada do pórtico.

Foto: Bira Soares, 2002.

Fonte: Acervo do fotógrafo.

As escadas interiores são em madeira ou em madeira e pedra, como a escada interna da edificação, que liga o átrio à capela e salões do segundo piso. Há escadas em concreto, em mármore e de aço e madeira, mas são todas intervenções posteriores.

II. 8. Coberturas

Os telhados do Palácio Universitário têm vários planos conjugados entre si por meio de espigões e rincões, sendo todo recoberto por telhas francesas. O recolhimento de águas pluviais é feito por calhas internas junto às platibandas em todo o perímetro da edificação. Sua estrutura é composta por tesouras de madeira em espaços modulares.

Os telhados são encobertos por platibandas de almofadas, intercalados de estilóbatas que sustentam estátuas ou vasos de mármore ou louça. Nos entablamentos, aparecem modilhões, mísulas, dentículos, óvulos (SANTOS, 1981, p. 53).

Na análise de Reis Filho (2004, p.38), o “[...] *gosto* neoclássico revelava-se pela existência de vasos e figuras de louça do Porto, marcando nas fachadas, sobre as platibandas, a prumada das pilastras” (grifo do autor). Gradativamente surgiram “soluções de cobertura mais complicadas, [...] com suas calhas e condutores importados”.

Referindo-se ao Palácio Universitário, Schnoor (1995, p.15) descreve: “sobre a platibanda, acima das pilastras, colocam-se estátuas, e correspondendo aos intervalos sobre as janelas, jarrões”.

A clarabóia destina-se à iluminação e nesta edificação situa-se sobre a escadaria nobre que chega à capela e aos salões. Construída pelo arquiteto Rebello, a sustentação do seu vitral se faz por varas de ferro que se unem aos vidros. Sua técnica construtiva é uma abóbada de berço, com fasquias de madeira e argamassa. Internamente é o coroamento de uma abóbada formada por quatro curvas triangulares, unidas pelos vértices comuns. A clarabóia está oculta, pois, sua sustentação sofreu infestação de cupins e aguarda verbas para sua restauração.

Conclusões

Na análise de seus materiais e procedimentos construtivos, observa-se que trata-se de um exemplar tipicamente neoclássico que revela apuro construtivo. Seu grande valor arquitetônico está na monumentalidade de suas dimensões e na composição harmônica. Destaca-se a seqüência de compartimentos internos com modulação interna e largura fixa, interconectados por galerias cujo ritmo regular é ditado pelas janelas das fachadas.

Suas galerias (parte delas azulejadas à meia-altura) são claras e permitem a ventilação cruzada das salas. O elevado esmero de sua construção se revela nas fortes e resistentes esquadrias com folhas duplas, abrindo-se à francesa; tendo as internas vidro com bandeiras e pinázios, e as das fachadas, além das bandeiras de vidro, postigos. Pode ser observada a elegância de algumas ferragens originais, assim como o fino acabamento dos cantos de suas almofadas e arremates construtivos de caneluras que adornam parte delas.

O pórtico com frontão triangular aumenta a monumentalidade da edificação, sendo inteiramente revestido de gnaiss bege, com refinado tratamento estereotômico. Nas fachadas, a cantaria se destaca nas paredes caiadas brancas, marcando o ritmo das janelas; algumas em vergas retas, a maioria em arco pleno. Sobressai a beleza das portas originais dos salões, capela e portico. Nas fachadas, algumas são em nichos, sempre marcadas por cercaduras e faixas horizontais.

O madeiramento do telhado é complexo e elaborado, com tesouras que se dispõem em módulos. A cobertura em telhas francesas é em múltiplos planos, oculta por platibanda, o que é característico do estilo neoclássico, exibe decoração com estátuas em mármore branco.

Os rodapés de grande altura, presentes nos compartimentos internos e galerias da edificação e os parquets de mais de duas cores de madeira, decorando o piso do salão Dourado apresentam o refinamento construtivo característicos do estilo neoclássico, assim como as pinturas murais artísticas da capela e Salão Dourado, algumas em *trompe-l'oeil*, inseridas em três períodos da edificação.

As técnicas construtivas presentes no Palácio Universitário, sua suntuosidade, harmonia formal, dimensões palacianas e procedimentos avançados para a época de sua construção, comprovam seu valor, sintetizando a mais perfeita expressão dos padrões arquitetônicos do segundo reinado.

REFERÊNCIAS

BARATA, Mário. **Azulejos no Brasil séculos XVII XVIII e XIX. 1955.** Tese (Cátedra em História da Arte.)-Escola de Belas Artes, Universidade do Brasil, 1955.

CALMON, Pedro. **O Palácio da Praia Vermelha.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira.** São Paulo: EDART, 1972.

HOIRISCH, Marisa. Restauração das estruturas de madeira em prédio histórico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE BEHAVIOR OF DAMAGED STRUCTURES, 4., 2005, João Pessoa. **Anais do DAMSTRUC.** João Pessoa: DAMSTRUC, 2005. p. 1159 a 1178.

HOIRISCH, Marisa e HERMES; Maria Helena F. Levantamento Arquitetônico do Palácio Universitário. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE BEHAVIOR OF DAMAGED STRUCTURES, 4., 2005, João Pessoa. **Anais do DAMSTRUC.** João Pessoa: DAMSTRUC, 2005. p.1040 a 1054, CD-ROM.

HOIRISCH, Marisa; RIBEIRO, Rosina T. M.. Restoration of wood structures at Federal University of Rio de Janeiro. In: STRUCTURAL analysis of historical constructions. New Delhi: Macmillan, 2006. p.1511 a 1517.

PETRUCCI, Eládio G.R. **Materiais de construção.** São Paulo: Editora Globo, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Introdução ao neoclassicismo na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Prefácio. In: CALMON, Pedro. **O Palácio da Praia Vermelha.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SANTOS, Paulo. **Quatro séculos de arquitetura.** Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHNOOR, Gustavo. O Hospício de Pedro II. **Cadernos da Pós-Graduação: UFRJ/EBA**, Rio de Janeiro, v. 2, 1995.

SEGURADO, João Emílio dos Santos. **Materiais de construção**. Lisboa: [Livraria Bertrand], [19__?]. (Biblioteca de Instrução Profissional).

VASCONCELLOS, Sylvio. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1961.

¹ A dissertação de Mestrado **Palácio Universitário – Materiais e Técnicas Construtivas**, sob a orientação da Profª D^{ra}. Rosina Trevisan M. Ribeiro está sendo elaborada no PROARQ – Programa de Pós-Graduação de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendida março de 2007, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura na área de História e Preservação do Patrimônio Cultural, tendo como linha de pesquisa Gestão e Restauração de Espaços Preservados.

² A antiga Universidade do Brasil hoje é a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Atual Escola de Educação Física e Desportos (EEFD).

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁵ Impostas são as paredes onde se apóia o arco, conforme Segurado (s/d-c, p.143).

⁶ Atual UFRJ.

⁷ Também designado em Portugal, forro de esteira sobreposto, segundo Corona e Lemos (1972, p.225).

O antigo Hotel Sete de Setembro: hotel-balneário

Maria Helena da Fonseca Hermes

UFRJ/EBA-PPGAV

Introdução

O ponto de partida para o aprofundamento da questão da ornamentação e da arquitetura desse monumento se deu ainda em 1997, a partir da leitura do conteúdo do Parecer do INEPAC que analisou a primeira proposta de modificação contida no anteprojeto de arquitetura. Naquela época, mesmo a UFRJ dispondo de incipientes conhecimentos sobre o bem tombado e suas características, elementos construtivos e detalhes ornamentais, estas questões já haviam sido assumidas como de valor e merecedoras de um outro destaque.

Mas, se no ano de 1997 não se deu um significativo incremento no conhecimento arquitetônico e ornamental do bem tombado, pois era o momento de acreditar numa possibilidade de transformação, e de trabalhar duro para tornar o sonho realidade, em 1999, quando foi elaborado o documento de apoio à aprovação do projeto no MINc – Ministério da Cultura, Processo 01400.005854/99-19 Pronac 99 6496, intitulado Projeto RB 762 - aprovado em agosto de 2000, uma nova etapa foi cumprida, mantendo a promessa de que as pesquisas sobre as edificações deveriam continuar durante os trabalhos de revitalização e de restauração. Mas, por conta de um envolvimento muito pessoal, aquelas questões sobre a arquitetura dos prédios permaneceram adormecidas, mas germinando, até a proposta consolidada na pesquisa.

Outra questão que justificou o empenho em descobrir e desvendar mais sobre esta edificação, foi o fato da mesma pertencer à instituição na qual a autora atua como servidora desde 1981 e o fato de ser a arquiteta responsável pelo anteprojeto de arquitetura em 1997, além de responsável técnica de 1997 a 2004 e coordenadora técnica do Projeto de Restauo RB 762 UFRJ de 2002 a 2004.

Assim, quando em 1998/1999 a autora participou da elaboração do documento da UFRJ denominado *Projeto de Restauração e Uso do Hotel Sete de Setembro*, usado para embasar a

aprovação do projeto de restauro pela lei de incentivo à cultura do MINC, com o apoio da Eletrobrás e da Fundação José Bonifácio –FUJB, mais um importante passo havia sido dado na direção de reintegrar este conjunto arquitetônico à cidade do Rio de Janeiro. O documento, pioneiro na UFRJ, contemplava o projeto de modificação aprovado, cronogramas de desembolso, um pequeno histórico sobre os prédios e a proposta de revitalização para novo uso. De 1999 em diante, a continuação das pesquisas sobre o Hotel ficou estacionada por conta do desenvolvimento dos trabalhos de campo, nos levantamentos métricos e do estado de conservação denominados *Cadernos de Registros de Pisos, Esquadrias, Elevações, Balaustradas Escadas e Fundições, Telhados, Caderno de Esquadrias do Prédio Principal* e outros. Estes registros foram sugeridos e supervisionados pelo INEPAC, entre 2001 e 2004. Como documentos, impressos e em meio eletrônico, constituíram documentos de preservação da memória arquitetônica, registrando o estado da edificação antes das intervenções autorizadas para a mudança de função e uso aprovados no anteprojeto, sendo uma documentação confiável do registro daquele período na memória da edificação e fonte primária. Enquanto isso, a oportunidade de trabalhar na pesquisa sobre a edificação e sua arquitetura se manteve latente, germinando em 2004/2005.

As discrepâncias de opinião e crítica sobre a arquitetura eclética do antigo Hotel Sete de Setembro publicadas em 2000 reacenderam questões sobre a história do conjunto acabaram sendo a motivação principal para a decisão de propor, em 2004, como objeto da dissertação que é a origem deste artigo, um estudo mais aprofundado sobre o monumento.

O Guia da Arquitetura Eclética, por exemplo, apresenta uma resenha, em que o Hotel é descrito como “[...] O edifício é um exemplo raro de arquitetura neogrega no Brasil. A referência, entretanto é muito sutil e restrita. Contrariamente à boa regra acadêmica, não tem vão central, o que confere à fachada uma aparência canhestra. [...]”¹. Já na justificativa para seu tombamento pelo INEPAC em 1983, descobre-se a percepção de uma avaliação bem mais positiva, como segue na transcrição abaixo:

quanto à Casa do Estudante, que foi Escola de Enfermagem Ana Nery e, antes, o Hotel Sete de Setembro, à conveniência em preservar o seu valor histórico, some-se o atual interesse em conservar os pontos remanescentes da arquitetura eclético-acadêmica – no caso,

¹ CZAJKOWSKY, Jorge (org.) *Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 200. p. 98.

excepcionalmente implantada entre o Morro da Viúva e a enseada de Botafogo – do início deste século.¹

Assim, o objetivo maior do trabalho acadêmico foi propor, a partir da análise do próprio objeto e do histórico de suas construção, autoria e tipologia, uma retomada da valorização do patrimônio edificado remanescente na cidade, por conta não apenas da arquitetura do exemplar em estudo, mas também por sua inserção na história urbana de nossa cidade.

Como suportes teóricos foram selecionados textos de Luciano Patetta, François Loyer e J.P. Épron, dentre os autores que tratam da reavaliação crítica da arquitetura eclética. Esta escolha foi feita por se tratarem de autores que estudam a revalorização do patrimônio eclético edificado, tomando-o sob diversos aspectos – desde aqueles especificamente arquitetônicos e urbanos, até os mais amplamente culturais. O nosso objeto de estudo foi enfocado como um imóvel carregado de significação histórica, inclusive por conta daquele momento na vida na capital do país. Conforme afirma Loyer, o trabalho tem então “[...] a ambição de propor eixos de leitura que ultrapassem a classificação puramente estilística das formas para estabelecer um diálogo entre os fenômenos sociais ou econômicos e as mentalidades, onde a arquitetura é o reflexo privilegiado².”

A correta valoração desse exemplar, construído como um modelo e parâmetro para os demais prédios a serem construídos na nova avenida em 1922, é ainda necessária, tratando-se de “uma tarefa da cultura atual dos arquitetos”³, conforme afirma Patetta. Esta valoração faz referência não apenas a uma edificação, mas a um conjunto, delimitado por aquelas ligadas ao planejamento estratégico para a nova cidade da década de 20, ainda hoje muito atual. A atualidade da contribuição do Ecletismo arquitetônico foi, portanto, um objetivo a ser demonstrado na dissertação, quase como uma dívida: “Cabe, portanto a nós, hoje, corrigir em parte tais julgamentos e ressaltar as indiscutíveis contribuições da cultura eclética que constituem, ainda, um patrimônio precioso.”⁴. Neste artigo, serão enfatizados os aspectos relativos à tipologia de hotel balneário.

2.Ecletismo e Tipologia Balneária

A trajetória do Ecletismo em mais de 120 anos atesta uma busca constante, definida como “inquietação intelectual a tal ponto de se mostrar como um período fragmentário”, unida por uma “linha contínua que percorre toda a trajetória da arquitetura burguesa.”⁵ Fragmentário

porque se utilizou de todas as formas e repertórios em conjugações, simples a ousadas ou até pretensiosas, num esforço de compreensão da realidade em mutação e de acompanhar e até ultrapassar as tendências, conciliando gostos, ritmos e novas realidades. Nessa busca se pressente uma predisposição a incorporar muito maior que a de refugar, tanto que em muitos casos o Ecletismo permitiu-se desfrutar da multiplicidade como sendo essa a imagem de sua nova representação. No entanto, essa percepção passou despercebida a alguns de seus expoentes, como sendo este o próprio estilo do século XIX.⁶

Desta forma experimentou repertórios de variadas e múltiplas formas utilizando-se do conceito acadêmico de tipologia para sua organização, não apenas porque à época essa era uma prática comum do meio científico para apresentar as descobertas sobre as espécies, mas também por conta da organização das descobertas arqueológicas e dos levantamentos métricos nos monumentos e sítios históricos. O agrupamento dos exemplares reconhecidos dava-se, segundo uma mesma função comum ou padrão formal identificável.

Quatremère de Quincy⁷ define os conceitos de tipo e modelo adotados por G. Argan e absorvidos nesse trabalho. A diferença estabelecida entre modelo e tipo define o modelo como a própria cópia – uma coisa, idêntica a uma outra coisa. Trata-se, então, de objeto, artefato.

O tipo, entretanto, sendo um conceito, não é objeto e sim uma idéia, que é base e que permite a imitação. Sendo um conceito, o tipo é, portanto, vago, e admite variações para menos ou para mais, que não lhe desfiguram e não retira dele a imagem, que dá a percepção possível ao reconhecimento. E é no acolhimento individual das modificações e das escolhas, sejam elas por conta do sentimento ou por composição, que o tipo se transforma, se reordena e se moderniza.

Assim, usando do recurso de exercitar as escolhas e desenvolver outras relações do convívio humano, alguns tipos surgiram e outros se incrementaram, atendendo à renovação social ou para transformar um cenário, natural ou construído.

Para relacionar, dentre o material pesquisado, aquele que apresenta o padrão formal procurado, foi estudado um histórico do programa de arquitetura hoteleira, e dentro deste fazendo um recorte na tipologia balneária francesa e, em especial, na *Cote D'Azur*, que pode ser considerada a principal influência para a construção do Rio de Janeiro, como cidade

balneário. Assim, por conta da criação de novos programas de arquitetura para atender à burguesia e seu novo estilo de vida e ainda, devido a uma mobilidade inexistente anteriormente, foi constatada uma representativa mudança no estabelecimento hoteleiro durante o século XIX na Europa e mais especificamente no início do século XX, no Brasil.

De maneira geral, percebe-se claramente que, apesar das críticas e constantes aperfeiçoamentos, as construções de prédios para hotel nesse período incorporavam, de imediato, todas as melhorias produzidas na indústria e até produtos e serviços oferecidos por concessionários, descritos item a item por Pevsner ⁸, em plena conformidade com as considerações de Patetta ⁹ sobre as demandas impostas e decididas pela burguesia.

A arquitetura balneária francesa é uma variante tardia das estações termais, cuja origem remonta às termas romanas e gregas. As estações balneárias fora dos grandes centros puderam existir e se expandir por conta de recursos técnicos e da existência de uma malha de transportes, que permitiu o deslocamento dos turistas e veranistas até o local para temporadas ou férias. As estações se definiam em oposição aos modelos negativos da cidade industrial, e também dos centros rurais. A imagem pretendida para estes espaços era de brilho, riqueza e prazer. Um espaço rico, confortável, com vida social agitada, sem os inconvenientes da vida social pacata e de ritmo lento da população rural, e sem os inconvenientes dos grandes aglomerados urbanos.

O cliente usuário deste novo espaço de lazer carregava consigo as referências culturais de sua cidade de origem acrescidas às suas expectativas, visualizando aquele novo espaço *“entre o prolongamento de sua vida de origem e seu antídoto”* ¹⁰. As estações balneárias francesas descritas como *“villégiatures de bord de mer”* oferecem numerosas analogias vinculadas a uma clientela de origem comum, originárias da alta burguesia e membros da antiga aristocracia (tanto na França quanto na Inglaterra) e pretendida pela elite carioca, como veremos adiante.

Assim, há prédios e complexos balneários em estilos muito diferenciados entre si dentro de um período temporal praticamente simultâneo, confirmando haver uma linha única de ação, que é a da construção de cidades balneárias, por entre os fragmentos que seriam os aspectos regionais que são incluídos no processo, considerando que a diversidade regional, no caso europeu, já era pré-existente às construções balneárias. Por conta disso, Toulhier relaciona diversos estilos na arquitetura balneária na França, dentre eles o neo-normando, neo-

flamenco, neo-basco, regionalismo provençal, além do clássico que é aquele que irá interessar a este trabalho.

As referências tipológicas ao sul da França, na região designada como *Provence Alpes – Côte D’Azur*, limítrofe com a Ligúria na Itália, são fortemente marcadas pelo Ecletismo de tendência clássica na sua arquitetura, com evidentes referências italianas e se concentram sob uma mesma denominação de “*Côte D’Azur*”. A unidade anunciada no termo jornalístico da *côte*, para a cadeia de estações implantadas no litoral mediterrâneo de Marselha até Gênova, cria uma metáfora e um *unicum* turístico que se identifica tipologicamente, na associação das mesmas formas, cores e padrões.¹¹

Natural então supor que a influência da cultura e da arquitetura italiana, nas construções deste trecho da costa francesa, se compusesse segundo parâmetros fundamentalmente ligados ao clássico, resultando numa arquitetura, no concerne às construções dos prédios, semelhante à encontrada na Paris pós haussmaniana. Nas vilas mediterrâneas, a tendência era imitar a capital no que concerne às edificações, exercendo o estilo clássico, apesar das diferenças de implantação, ambiência, dimensões dos terrenos e jardins.

O grande hotel representa o parâmetro da estação balneária, seu destaque e símbolo. Situado num grande terreno com endereço atrativo e vista para o mar, devia ser próximo ou no centro de um endereço comercial e na ligação de vias de comunicação automotivas ou ferroviárias. Seu porte e dimensões comportavam entre 200 a 400 aposentos¹². O cassino era o edifício de representação por excelência de toda estação balneária, onde o jogo era autorizado. O programa do cassino compreendia, no mínimo, o salão de jogos, uma sala de espetáculos e um salão de concerto, onde se apresentavam os artistas de renome, *halls* amplos e muitos acessos. O balneário se impunha como uma construção geralmente independente daquela do hotel ou em arquitetura precária, por meio da instalação de cabines de banho junto ou sobre a água.

As estações balneárias marítimas são, por sua natureza, adequadas e condicionadas pela vista do mar, pelo acesso e pela topografia. Essa constatação explica uma predominância da horizontalidade na tipologia de hotel balneário, além das peças principais da edificação voltadas para a paisagem, determinando as circulações e a distribuição interna de espaços, em planta baixa. A arquitetura balneária estabelece uma relação privilegiada com o terreno, a paisagem, a insolação e a luz. Por conta dessa morfologia, há sempre aposentos e espaços

projetados para favorecer a conjugação do interior ao exterior, como os terraços, *loggias*, balcões, belvederes, mirantes e terraços.¹³

Foram recortados alguns exemplares em *Cannes*, em estilo eclético com tendência clássica, considerados exemplares que mantêm analogias formais com o Hotel Sete de Setembro, como se observa no exemplo da fotografia abaixo (Fig. 1).

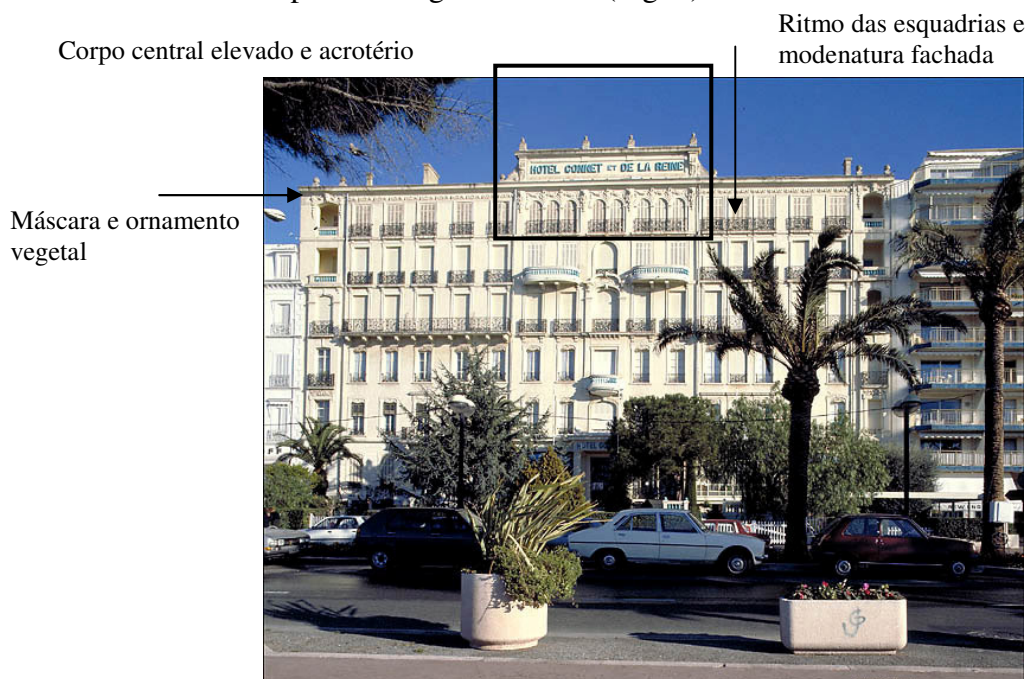


Figura 1. Cannes. Hotel Gonnet et de la Reine, 1859

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/documentation/memoire/LISTES/bases/AA_deno-00.htm

Foi montada uma listagem do conjunto de elementos e representações ornamentais representando a interseção entre os repertórios do conjunto dos hotéis selecionados na França e do exemplar em estudo, como segue abaixo:

Repertório eclético de tendência clássica:

- Escadas frontais de acesso
- Terraços, balcões e sacadas
- Cornijas
- Balaustrada e balaustrada de coroamento
- Marquise e Loggia
- Arco pleno
- Friso de coroamento

- Pórtico coberto

Representações na ornamentação:

- | | |
|---------------------|------------------------|
| • Cornucópia | • Consoles nos balcões |
| • Ornamento vegetal | • Frontão |
| • Máscara | • Ordem colossal |
| • Guirlanda | • Ordem dórica |
| • Vaso | • Ornamento geométrico |
| • Rosácea | • Balaústres |
| • Palma | • Medalhão |
| • Focinho de leão | • Pátio |

De um outro ângulo, mas ainda na busca pelas similaridades, observou-se também a criação das paisagens urbanas balneárias, como aquela selecionada na fotografia abaixo (Fig. 2), e que dão conta da urbanização e ambiência da orla da cidade de *Cannes*, destacando a implantação das edificações hoteleiras, cassinos e equipamentos de lazer e, conseqüentemente caracterizando as estações de férias.

Esta é a paisagem que desperta um outro olhar para o Rio de Janeiro, até então voltado para seu interior e mais para suas montanhas e o comércio que propriamente para seu viés litorâneo, até hoje muito festejado, como balneário. Neste sentido, da inserção do conjunto é que percebemos o Hotel Sete de Setembro, um hotel balneário em arquitetura eclética de tendência clássica.



Figura 2. Cannes, Av La Croisette

Fonte: http://www.culture.gouv.fr/documentation/memoire/LISTES/bases/AA_deno-00.htm

Assim, para que a cidade do Rio de Janeiro “se modernizasse”, à época, constatam-se os grandes investimentos realizados, com significativo crescimento orientado pelo vetor na direção sul, percebido por estar sublinhado pela orla litorânea, buscando incorporar outra imagem à Capital. Isto é, após a “modernização europeizada” dada ao centro da cidade, pressente-se a proposta para tratar o restante da cidade como uma estação balneária de lazer, descanso e de um novo ritmo social, como que unindo a capital Paris à *Côte*. Os investimentos foram possibilitados pela obtenção de vultuosos empréstimos no exterior para as obras a serem realizadas na cidade para festejar o Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

3. O Hotel Sete de Setembro.

A origem do Hotel Sete de Setembro está vinculada às obras do desmonte do Castelo, já que as obras de construção da Avenida de Contorno do Morro da Viúva eram consideradas “anexas aos serviços do Morro do Castello e constam, desde o seu início, de duas partes distintas,”¹⁴ a construção da avenida e a extração de pedra. O Prefeito Carlos Sampaio, declarou que os terrenos resultantes das escavações na pedreira e ao longo da avenida, numa faixa “com profundidade variável de 35 a 40 metros” no Flamengo, seriam vendidos posteriormente e o valor obtido seria usado para cobrir o custo das obras da própria Avenida de Contorno. Ele ainda confirma que a Prefeitura fez sua parte, “*dando o exemplo com a construção de um grande e excelente hotel com um restaurante*”¹⁵.

Como o Prefeito justificava as obras da Prefeitura num conjunto de ações, obedecendo a um planejamento com conexões íntimas em cada etapa, declara ser natural uma interdependência de ações para novas áreas conquistadas na cidade, conforme segue a transcrição:

Como todas as obras que executei obedeciam a um plano de conjunto, em conexão frequentemente muito íntima umas com as outras, natural era que, organizando os projectos de melhoramento e embelezamento do Morro da Viúva, em Botafogo, e da Lagoa, no Jardim Botânico resolvesse eu acabar com a vergonha do embarque na ponte do lixo no Morro da Viúva, junto a uma parte residencial da maior importância, de todas as immundícies dos bairros de parte do Cattete, Laranjeiras, Botafogo e Jardim Botânico.¹⁶

Ou ainda, segundo o Prefeito:

[...] inclusive declarando poder dissipar a obscuridade a que se refere o terceiro reparo da local do Correio da Manhã em relação ao Hotel Sete de Setembro, dizendo:

1º - que a avenida Ruy Barbosa aberta em rocha viva que descia até o mar, sem dar passagem nem mesmo a peões, eu resolvi fazel-a para aproveitar a pedra, com o transporte mais barato e mais commodo, isto é, por mar, para com essa pedra construir uma grande parte do enrocamento e do cáes do aterro do Castello.

2º - era natural, desde que tinha de extrahir a pedra, rasgar uma avenida, construindo um cáes, em torno do Morro da Viúva. Eis a razão porque taes obras forma consideradas como supplementares das do Castello e custeadas pela mesma verba. ¹⁷

Assim, a construção do Hotel se deu como afirma Carlos Sampaio, como consequência da extração de pedras para a muralha de contenção do aterro do desmonte do Castelo no centro da cidade, conjugada à questão da hospedagem na Capital durante os festejos do Centenário. Sua luxuosa concepção e acabamento, funcionariam como parâmetro para a construção dos demais prédios na Avenida. Para a consecução desse objetivo, em novembro de 1921, o Prefeito já havia aprovado o projeto do Hotel Sete de Setembro, confirmando nessa construção, as metas de um planejamento coordenado nas ações de preparação do evento do Centenário. Desde o início, então, a construção desse Hotel estava condicionada ao rigoroso cumprimento de duas questões: a conclusão das obras num prazo exíguo, para tornar irreversível sua utilização como Hotel na recepção dos ilustres visitantes do Centenário, e sua vinculação a um padrão de luxo, moderno e compatível com sua localização, portanto de hotel balneário. Por conta de sua tipologia, do Restaurante e da existência das cabines de banho sob o leito da avenida, constituía um conjunto arquitetônico com a atualidade e modernidade desejáveis, nos parâmetros daquelas construções balneárias no sul da França.

O êxito desta operação estava garantido por conta do prédio se constituir num próprio público e ter no próprio Prefeito seu engenheiro chefe de operações, o que, na prática, significava controle nos prazos e provável liberação sequencial das verbas. Então, se pairava alguma dúvida sobre o término das obras da construção de outros hotéis para o evento, o mesmo não podia ser dito desse caso. A obra durou aproximadamente oito meses, com direito a inclusão no *Guia Oficial* da Exposição.

Assim, considerando as especiais circunstâncias descritas acima, somadas ao fato que a construção de hotéis era incentivada como política pública de administração, este trabalho considerou o início da construção do Hotel Sete de Setembro a partir de 4 de novembro de 1921, quando os desenhos assinados e carimbados pela Empresa Jannuzzi obtiveram o Approvo do Prefeito Carlos Sampaio (Fig. 3). O projeto e obra foram contratados com a empresa Jannuzzi, por administração, como segue na declaração do Prefeito:

Se mereço crítica por ter dado por administração contratada a obra a esses colegas, a mesma crítica devia merecer por ter dado a Teixeira Soares & Cia. as obras do Castello, a Lafayette & Cavalcante as da Lagoa, **a Jannuzzi & Cia as do Hotel Sete de Setembro.**[...] ¹⁸

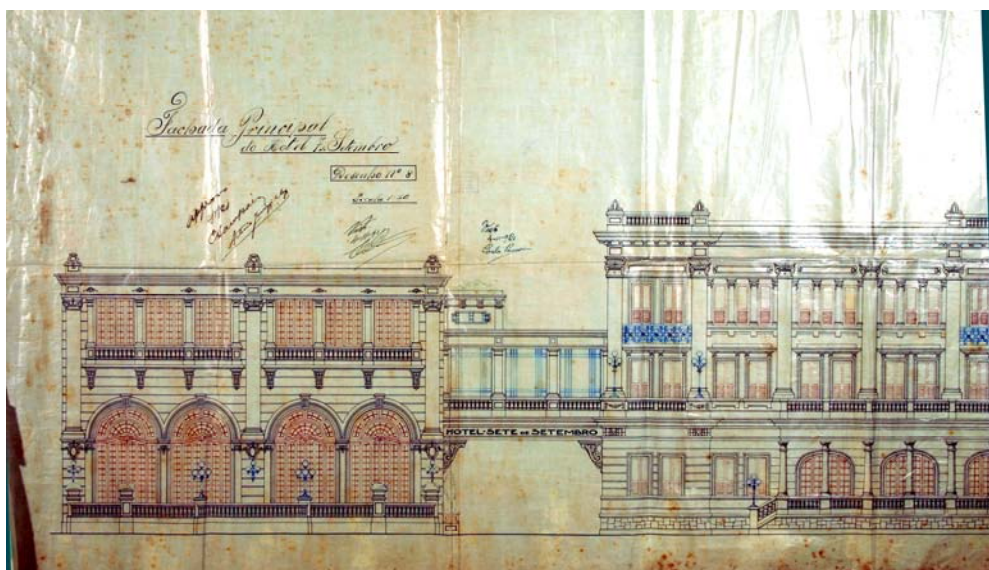


Figura 3. Fachada Principal do Hotel Sete de Setembro, 04/11/21. Fonte: AGCRJ, 2006.

A autoria do projeto e obras do Hotel Sete de Setembro foi atribuída ao Comendador Jannuzzi pela primeira vez em 1999, pela UFRJ, no documento intitulado *Projeto de Restauração e Uso do Hotel Sete de Setembro* ¹⁹, aludindo à existência das oficinas e a assinatura no Desenho N° 8 Fachada Principal. Em 1999 não havia nenhuma atribuição de autoria pelo INEPAC, órgão de tutela do bem. Em 2005 foi atribuída autoria a Jannuzzi numa dissertação da FAU/UFRJ ²⁰, referenciada no documento da UFRJ supracitado. Em 2006, o INEPAC assumiu ser Antonio Jannuzzi o construtor do imóvel, conforme consta no site <http://www.inepac.rj.gov.br/>. A atribuição de 1999 é reafirmada pela existência do carimbo da empresa Jannuzzi e Cia. nos desenhos originais do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (LO 1921 CX 68 doc. 16) e também pela declaração do Prefeito C. Sampaio.

As obras do Hotel Sete de Setembro foram concluídas no prazo estipulado, tendo sua inauguração ocorrida em 15 de Julho de 1922, sábado, conforme a *Revista da Semana*.²¹

Com relação ao porte e sua construção, é necessário esclarecer que suas edificações correspondiam, na época, a quase o dobro do volume de construção que é identificado hoje como sendo o Hotel Sete de Setembro, com pouco mais de 5 mil metros quadrados. Segundo Carlos Sampaio²², o complexo incluía um Hotel, um Restaurante e cabines para banhos de mar. Ao declarar que o Hotel possuía 257 quartos, número superior ao do Hotel Glória, construído com 250 apartamentos, confirmou-se a existência de ao menos mais um prédio com a função de Hotel, mesmo porque o prédio hoje tido como sendo o do Hotel, teria, pela sua distribuição espacial que nos chegou em 1997, no máximo 120 apartamentos.

Assim, verificam-se na fotografia publicada em 2001 (Fig. 4), as construções de dois prédios de Hotel (Blocos 2 e 3), um prédio do Restaurante (Bloco 1) e as cabines de banho. Além destes, foi localizada uma imagem de mais um Bloco, menor, designado aqui apenas como Bloco 4, totalizando quatro prédios mais as cabines, como segue:

Em frente ao Hotel Sete de Setembro o cáes foi interrompido em uma extensão de mais ou menos 40 metros, construindo-se então uma plataforma de cimento armado, abaixo da qual foram feitas cabines para banhos de mar.²³

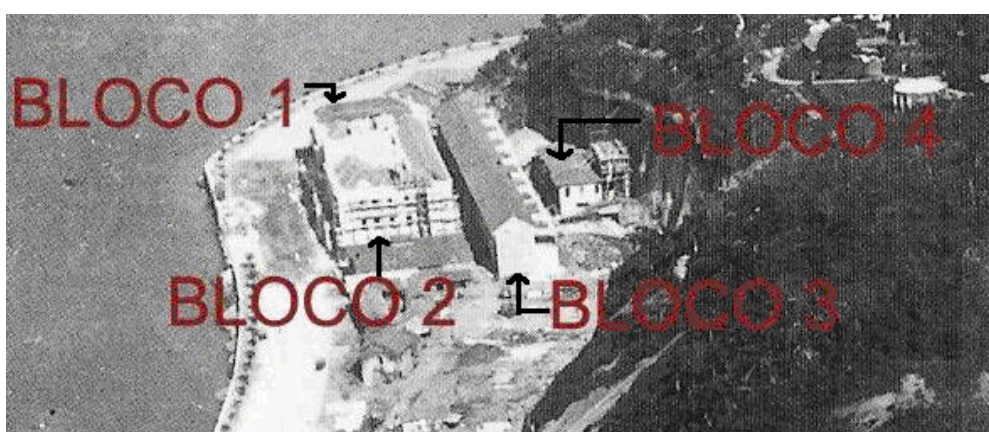


Figura 4. Complexo do Hotel Sete de Setembro, 1921/22, detalhe. Fonte: Rio de Janeiro Imagens da Aviação Naval 1916 – 1923, montagem da autora, 2006.

Mas sua privilegiada localização, arquitetura luxuosa, acabamento e tipologia não foram suficientes para manter coeso este conjunto como um complexo hoteleiro, por conta, segundo Carlos Sampaio, de questões de disputas políticas na cidade e do fraco movimento de turistas para o evento do Centenário. As revoltas na Capital, no movimento conhecido como a Revolta dos 18 do Forte em 5 de julho de 1922, às vésperas das disputas para as eleições presidenciais, quando os militares se insuflaram contra a campanha do candidato Arthur Bernardes e foram sufocados pelo governo, contribuíram para afastar parte dos visitantes que viriam à cidade comemorar o Centenário da Independência, como segue:

É notório que o Hotel Sete de Setembro foi construído na previsão de que esta capital seria invadida por imensa massa de população adventícia nas festas do Centenário. Se a revolta não viesse contrariar essa previsão e o Hotel não tivesse sido construído, com que violência eu não teria sido censurado pelo Sr Piragibe? ²⁴

Conclusão

Estudar e pesquisar sobre a tipologia do hotel balneário (Fig. 5) na constituição da cidade, seus rumos e direcionamentos políticos, contribui para rever o crescimento social e urbano sob um novo viés. A cada revitalização ou restauração de um monumento permitindo seu retorno ao uso pela cidade, com a mesma ou outra função, pode se transformar numa contribuição sobre um período ao qual a reavaliação crítica ainda se ocupa, e se faz notar, pela importância por não ter produzido modelos e sim pertencer a um conjunto, que é também parte da identidade carioca.

De certa forma é surpreendente notar que foi a arquitetura eclética de tendência clássica aquela que esteve associada ao início da percepção da Capital litorânea, hoje apenas carioca, mesmo tendo sido desenvolvida a partir de uma identidade européia a qual desejássemos pertencer, senão copiar, em detrimento da observação de nossa própria realidade.

Embora se possa questionar sob o aspecto social várias das iniciativas não executadas ou não planejadas naquele período de transformações da Capital, em especial para a população mais desfavorecida, a iniciativa de propor e incentivar a construção de grandes hotéis era ousada, não apenas por assumir um novo entendimento da cidade e até por não prescindir das facilidades da legislação e isenções fiscais aplicáveis. Estes recursos fiscais são atuais até

nossos dias e dependentes das vontades político administrativos, e a questão balneária perdura até nossos dias como um diferencial expressivo para a cidade. Como exemplo e resultado do planejamento administrativo deste setor naquela década, temos o Hotel Glória e o Copacabana Palace Hotel, cotados entre os melhores hotéis da cidade. Ao mesmo tempo em que não há discussão sobre o grande impulso dado ao setor hoteleiro e de serviços na década de 20, se percebe hoje, com tristeza e por conta de outras questões, que nossa cidade se encontra novamente despreparada para receber turistas e viajantes.

A questão da contribuição desse exemplar, em tipologia de hotel balneário, marca a proposta vivida por uma elite, e por conta disso nos permite entrever mais sobre nosso passado, tão recente para refletir sobre caminhos e soluções para a cidade, nos próximos anos. De certa forma, se conjuga a uma questão contida no documento da UFRJ de 1999, que menciona a importância de perceber a "valorização do nosso passado como uma ponte profícua para acalantar o sonho de que nossa contemporaneidade possa, no futuro, vir a ser respeitada."²⁵



Figura 5. Hotel 7 de Setembro. Vista tomada do Morro da Viúva, Malta, s/ data. Fonte: acervo FMIS.

Notas:

¹ CAMPOFIORITO, Ítalo. *Parecer sobre o tombamento dos imóveis da Casa do Estudante Universitário e da Escola Politécnica*. In : SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico. *Processo E-03 11357/83, Memo Nº7/DPHA/83*, 19 abril 1983.

² LOYER, François. *Le siècle de L'Industrie 1789-1914*. Paris: Editions d'Art Albert Skira, 1983. (capa).

³ PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.) *Ecletismo na arquitetura Brasileira*. São Paulo: Editora da USP: Nobel, 1987. p. 25.

⁴ *ibid.* p. 16.

⁵ *ibid.* p. 12.

⁶ *ibid.* p. 13.

⁷ ARGAN, G C. *Projeto e destino*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

⁸ PEVSNER, Nikolaus. *A History of Building Types*. London: Thames and Hudson, 1984.

⁹ PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura Brasileira*. São Paulo: Editora da USP / Nobel, 1987.

¹⁰ TOULIER, Bernard. *L'influence des guides touristiques dans la représentation et la construction de l'espace balnéaire (1850-1950)*. Exposé donné dans le cadre du colloque de l'université ParisVII-Diderot, 3-4 décembre 1998. p. 1. Disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/.pdf>. Acesso em: junho 2006.

¹¹ TOULIER, Bernard. *L'assimilation du régionalisme dans l'architecture balnéaire (1830-1940)*. Disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/telechar/bt02.pdf>. Acesso em: junho 2006.

¹² TOULIER, Bernard. L'architecture des bains de mer: la place de la Bretagne dans le patrimoine français, extraits de L'architecture des bains de mer: un patrimoine marginalisé In: *Revue de l'art*. Paris : Ophrys, n.101, 1993. p. 11. Disponível em: <http://www.culture.gouv.fr/culture/inventai/telechar/bt02.pdf>. Acesso em: junho 2006.

¹³ *ibid* p. 16.

¹⁴ RIO DE JANEIRO (DF). Prefeito (1920-1922: Carlos Sampaio). *Relatório da Directoria de Obras da Municipalidade em Outubro de 1922*. [19--?]. Documentos encadernados sob o título *Idéias e impressões* no Arquivo Geral da Cidade. Apêndice 2. p. 190-191.

¹⁵ *ibid.*, p. 190 - 191.

¹⁶ RIO DE JANEIRO (DF). Prefeito (1920-1922: Carlos Sampaio). *Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922*. 1924. Documentos encadernados sob o título *Memória histórica* no Arquivo Geral da Cidade. p. 120.

RIO DE JANEIRO (DF). Prefeito (1920-1922: Carlos Sampaio). *Principaes Discursos e Artigos do Prefeito Carlos Sampaio 8 de Junho de 1920 a-15 de Novembro*. 1924. Documentos encadernados no Arquivo Geral da Cidade. p. 111.

¹⁸ RIO DE JANEIRO (DF). Prefeito (1920-1922: Carlos Sampaio). *Administração Municipal do Governo do Presidente Epitácio*. 1923. Documentos encadernados no Arquivo Geral da Cidade. p. 105.

¹⁹ HERMES, Maria Helena; FERRAZ, João. *Projeto de restauração e uso do Hotel Sete de Setembro*. Rio de Janeiro, 1999. p. 20.

²⁰ GRIECO, Bettina Zellner. *A arquitetura residencial de Antonio Jannuzzi: idéias e realizações*. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 160.

²¹ FESTAS. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 29, 15 jul.. 1922.

²² UMA DEFESA do Sr. Carlos Sampaio. *Correio da Manhã*, 3 jan. 1923. 1923. Documentos encadernados no Arquivo Geral da Cidade. p. 104.

RIO DE JANEIRO (DF). Prefeito (1920-1922: Carlos Sampaio). *Administração Municipal do Governo do Presidente Epitácio*. 1923. Documentos encadernados no Arquivo Geral da Cidade. p. 104.

²³ RIO DE JANEIRO (DF). Prefeito (1920-1922: Carlos Sampaio). *Relatório da Directoria de Obras da Municipalidade em Outubro de 1922*. [19--?]. Documentos encadernados sob o título *Idéias e impressões* no Arquivo Geral da Cidade. Apêndice 2. p.192.

²⁴ RIO DE JANEIRO (DF). Prefeito (1920-1922: Carlos Sampaio). *Administração Municipal do Governo do Presidente Epitácio*. 1923. Documentos encadernados no Arquivo Geral da Cidade. p. 11.

²⁵ HERMES, Maria Helena; FERRAZ, João. *Projeto de Restauração e Uso do Hotel Sete de Setembro*. Rio de Janeiro, 1999. p 49.

TRÊS PROJETOS PARA UMA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Klaus Chaves Alberto
UFRJ/FAU-PROURB

Este trabalho é parte da dissertação homônima defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro que foi orientada pela professora Dra. Margareth Campos da Silva Pereira.

Oficialmente, foram desenvolvidos 4 projetos para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil (CUB) entre 1936 e 1938: o projeto de Lúcio Costa (1936), o projeto de Marcelo Piacentini (1936-1938), o projeto de Le Corbusier (1936) e, por fim, o segundo projeto de Lúcio Costa (1936).

Sobre o primeiro projeto de Lúcio Costa não foram encontrados registros mínimos para se realizar uma análise mais profunda. Este estudo, portanto, se concentrou nos três outros projetos que, pela escala e pela qualidade dos atores envolvidos – abrangendo aqui não apenas os arquitetos, mas também os professores, políticos e técnicos que, direta ou tangencialmente, fazem parte da produção de um projeto nesta escala - contribuem para um melhor entendimento a respeito pensamento urbanístico e educacional no Brasil da década de 30.

Estes projetos não dispõem de bibliografia específica, as informações encontram-se dispersas em publicações de arquitetura e algumas outras áreas como educação e política. Para o desenvolvimento deste estudo foram consultados três grandes grupos de texto que, ainda que superficialmente, problematizam o tema dos projetos para a CUB. Primeiramente, as fontes de época (CAMPOS, 1940) (CAMPOS, 1938)¹ que buscam criar uma narrativa histórica para o processo de criação da Universidade do Brasil e, nela, os debates sobre a forma física do seu campus universitário. Em segundo lugar, os textos de natureza socio-política ou político-educacional (PAIM, 1981) (SCHWARTZMAN, 1982) (SCHWARTZMAN, 2000) (FÁVERO, 2000) que tratam do período Vargas, ou de seus ministros da educação ou, enfim, das discussões sobre a educação no período. Por último, os textos da historiografia da arquitetura (SANTOS, 1977) (BRUAND, 1992) (BARDI, 1984) (SANTOS, 1987) (TSIOMIS, 1998) (SALMONI; DEBENEDETTI, 1983) (TOGNON, 1999) (MELLO, 1985) (GOROVITZ, 1993), incluindo neste grupo desde as obras que se ocupam

da história através de grandes narrativas até outras mais específicas que se detém em aspectos pontuais sobre os autores ou sobre os quatro projetos.

Percebe-se no conjunto das obras acima referenciadas grandes contribuições no campo teórico, buscando inserir a arquitetura no campo socio-político, no campo estético, ou no campo documental. Entretanto permanece como problema a fraca articulação dessas diferentes perspectivas de análise e, sobretudo, o cruzamento entre a biografia intelectual de cada autor com seus métodos de trabalho, suas visões de arquitetura e cidade e seu entendimento do programa a ser desenvolvido.

O que nos propomos a fazer na dissertação é exatamente preencher algumas destas lacunas abertas no percurso da história do urbanismo no tocante à criação das cidades universitárias, buscando cruzar os atores com o campo social e da cultura. Neste artigo serão focados dois aspectos projetuais na visão dos três arquitetos: as visões sobre o local de implantação e o processo de implantação em si. Desta forma, deseja-se uma análise encarnada do projeto com o seu “lugar”, entendendo este não apenas como paisagem física, mas compreendendo-o de modo mais complexo - como “paisagem” social e cultural.

OS ARQUITETOS E O LOCAL DE IMPLANTAÇÃO

Em sua visita ao Rio de Janeiro em 1936, Le Corbusier demonstrou sua admiração pela força das reformas levadas a cabo na cidade desde o início do século. Para o arquiteto a atitude política, aliada a uma visão futura e às vezes utópica de cidade, sempre foram motivos de reverência. Na França, como mostram seus textos na época, ele se considerava um beneficiário de homens como Luís XIV, Napoleão e Haussmann que tiveram esta postura. No Brasil, é Pereira Passos a quem Le Corbusier faz sua deferência em sua primeira palestra da visita de 1929,

(...) Desejo colocar, no frontispício das conferências do Rio, o nome do Prefeito Passos, o grande prestidigitador. Passos fez do Rio uma cidade que é um milagre, um espetáculo admirável. Ele o conseguiu com muita pouca coisa do ponto de vista dos meios técnicos. Mas sua visão o conduzia. É isto que me interessa colocar no limiar dessas conferências. Tudo hoje depende da visão dos dirigentes. Estamos numa época em que é necessário ter grandeza de visão. (BARDI, 1984 p.121)

Por outro lado, considera a “provocação plástica e visual” do Rio de Janeiro como um desafio ao arquiteto, como ele próprio descreve em seu texto Corolário Brasileiro a respeito de sua conferência no Rio de Janeiro em 8 de dezembro de 1929:

(...) então, no Rio de Janeiro, cidade que parece desafiar radiosamente toda colaboração humana com a sua beleza universalmente proclamada, somos possuídos por um desejo violento, louco talvez, de tentar aqui também, uma aventura humana, - o desejo de jogar uma partida a dois, uma partida “afirmação-homem” contra, ou com “presença-natureza”. (SANTOS, 1987, p.89)

A base para as propostas de Le Corbusier para o Rio de Janeiro, em 1936, seguia as linhas mestres de sua “grandeza de visão” fixadas desde sua primeira visita à cidade em seu projeto de urbanização desta capital, agora articuladas aos projetos da CUB e do Ministério da Educação e Saúde – projetos contratados pelo ministro Gustavo Capanema. Desta forma, a Cidade Universitária foi elaborada segundo este plano maior para a Capital Federal que teve como princípios doutrinários a setorização das funções urbanas principais e a implantação destes grandes eixos de circulação viária.

Ao que tudo indica, Le Corbusier não teve restrições ao local de implantação da CUB pois em nenhum momento tece críticas ou faz sugestões a este respeito. O arquiteto preferiu valorizar a importância da facilidade de comunicação entre o novo terreno e a cidade através da autopista, que seria criada, e da velha linha férrea que levava aos subúrbios. De fato, para ele a circulação urbana nestes anos talvez fosse dos mais importantes problemas. Sobre seu diagnóstico do caso do Rio de Janeiro, ele escreveria:

(...) O primeiro trabalho foi, portanto, de encontrar uma solução impecável, ao intenso tráfego de trânsito, depois a articulação da própria circulação da cidade universitária: trens de subúrbio, ônibus, automóveis. Uma vasta plataforma de distribuição, trama viária (autos e pedestres) de distribuição geral da cidade. (CORBUSIER, 1979, p.42)

Le Corbusier desenvolve seu projeto para o Rio de Janeiro sob a forma de um edifício-viaduto, negociando com a paisagem e ao mesmo tempo tirando partido de sua existência como meio de comunicação. Lúcio Costa, a este respeito, comenta:

(...) A questão era a seguinte: ele viu que fatalmente o problema da habitação iria surgir. A cidade ia crescendo, todo mundo querendo ter vista livre, afluindo para a zona sul. Então era preciso conciliar as duas coisas. Com esse empreendimento se resolvia também parte da ligação viária, era como se fosse um metrô aéreo (...). (COSTA, 1997, p.148)

No recente estudo de Yannis Tsiomis sobre os projetos de Corbusier para o Rio, em todas as 4 possibilidades de projetos estudados, duas de 1929 e duas de 1936 e suas variações, verificamos que uma das permanências é a alça do edifício viaduto que se direciona para São Paulo passando aproximadamente na extensão do Canal do Mangue, onde hoje está a Avenida Getúlio Vargas, e beirando o morro da Boa Vista – local de implantação da cidade universitária (TSIOMIS, 1998).

Em 1936, a CUB seria localizada exatamente neste trecho. É através dos seus *Carnets* e *Croquis*, referentes a sua viagem neste mesmo ano, que podemos observar o destaque dado pelo arquiteto francês para a sua localização. Como vemos em seus discursos e desenhos, plenos de soluções para a circulação, seu projeto se conecta com a cidade através de uma auto pista desenhada em paralelo ao trecho da linha férrea que cruza a área de ocupação da CUB.

Este fato fica claro tanto em seus principais esquemas de setorização para a Capital como também em seus outros croquis em “vão de pássaro”.

Para Lúcio Costa, o terreno era visto de forma distinta. O arquiteto brasileiro havia optado inicialmente pela implantação da CUB sobre a Lagoa Rodrigues de Freitas. Em sua carta para Le Corbusier, com o intuito de relatar-lhe os antecedentes que acabaram por motivar sua viagem pouco em 1936, Lúcio Costa apresenta, talvez, o maior registro sobre este projeto. Ele o resume assim para Le Corbusier,

(...) Expliquei-lhe [ao Ministro], mais uma vez, seus projetos de urbanização contemporânea, mostrando que seria a coisa mais fácil do mundo colocar tudo isso sobre a água, onde os pilotis e viadutos estariam completamente à vontade, e também que os imensos jardins, nas coberturas dos prédios protegidos do sol por grandes marquises, serviriam maravilhosamente para passeios nos intervalos das aulas, que faríamos, para o lazer dos estudantes e em contraste com a pureza da arquitetura, ilhas, onde a exuberância da vegetação tropical poderia espalhar-se livremente – tudo ligado por viadutos e pontes e naturalmente delimitado pelas bordas da lagoa, além do quadro magnífico das montanhas, do céu, do sol, das águas, - enfim, algo de único no mundo e com uma potencialidade lírica digna de você.

O Ministro citou-me Veneza – mostrei a ele que seria precisamente o oposto de Veneza e seus corredores aquáticos, pois aqui a superfície não seria interrompida, prolongando-se antes, sob as edificações (de resto, a lagoa tem quase 3 milhões de metros quadrados para os 100.000m² previstos para construção. (SANTOS, 1987, p.143)

Vemos que Le Corbusier e seus projetos serviram como principais instigadores para esta ousada proposta de Lúcio Costa mas, apesar de seu devotamento a estas causas, não podemos caracterizar o arquiteto brasileiro simplesmente como um inseguro aprendiz necessitado das orientações do mestre². No caso, Lúcio Costa é um arquiteto que, embora mais novo que Le Corbusier, compartilha dos seus ideais, o que pôde-se comprovar no futuro com desenvolvimento dos projetos no Brasil. O tom confidencial no final de sua carta, após explicar a insegurança do Ministro em relação a um possível escândalo da imprensa diante de

propostas pouco convencionais, tomando até a liberdade de lhe pedir como “testemunha” por essa causa, vem confirmar esta cumplicidade de idéias:

(...) Uma última coisa. Uma de suas incumbências junto ao Ministro será de transmitir sua opinião sobre o projeto cujas fotografias estou lhe enviando por meio desta. Se não gostar dele, diga-nos sem rodeios, mas peço-lhe: não diga bruscamente ao sr. Capanema: “é feio... eles não me entenderam!” – porque neste caso estaríamos perdidos, uma vez que os “outros” já o proclamaram e nós o estamos tomando como testemunha. (SANTOS, 1987, p.143)

Havia na escolha de Lúcio Costa pela implantação da Cidade Universitária sobre a Lagoa o desejo de apresentar à cidade novas técnicas de arquitetura, contrastando-as com as peculiaridades do local. Tentava-se, desta forma, criar um espetáculo inovador que desejava ser harmônico entre o sítio natural e a cidade, propondo as idéias que considerava “muito puras” - isto é, sem ligação com o “terra-a-terra” das soluções usuais – e muito precisas.

Não foi por outro motivo que Lúcio Costa observou com estranheza a escolha da Quinta da Boa Vista por parte da comissão de professores, ressaltando o fato de ser um terreno “(...) *cortado em dois por 8 linhas férreas (trens de subúrbio, de 3 em 3 minutos) e de onde não se vê nem mesmo o mar – de resto, uma boa escolha para qualquer outro lugar que não fosse o Rio.* (SANTOS, 1987, p.142) (grifo nosso)

Um ano antes, em 1935, Marcello Piacentini apresentou o relatório *Relazione sulle proposta di localita per la nuova città universitaria nazionale in Rio de Janeiro* que era o resultado de seu estudo sobre as possibilidades de implantação da CUB na Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Leblon, Manguinhos e Gávea. Neste documento, entregue ao Ministério da Educação ao final de sua estadia no Brasil, o arquiteto termina por indicar como melhor localização os terrenos da Praia Vermelha por motivos muito próximos aos de Lúcio Costa quando escolheu a Lagoa: a paisagem e a beleza natural do Rio de Janeiro. Nas palavras do próprio arquiteto, seria “(...) *Uma afirmação solene de poder político e de arte junto a uma grandiosa página arquitetônica que engrandeceria a beleza da encantadora Capital do Brasil.*” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1946, p.29)

Mas, para Marcello Piacentini, a Quinta da Boa Vista também era possuidora de vantagens naturais: os jardins do antigo Palácio do Imperador impressionaram o arquiteto

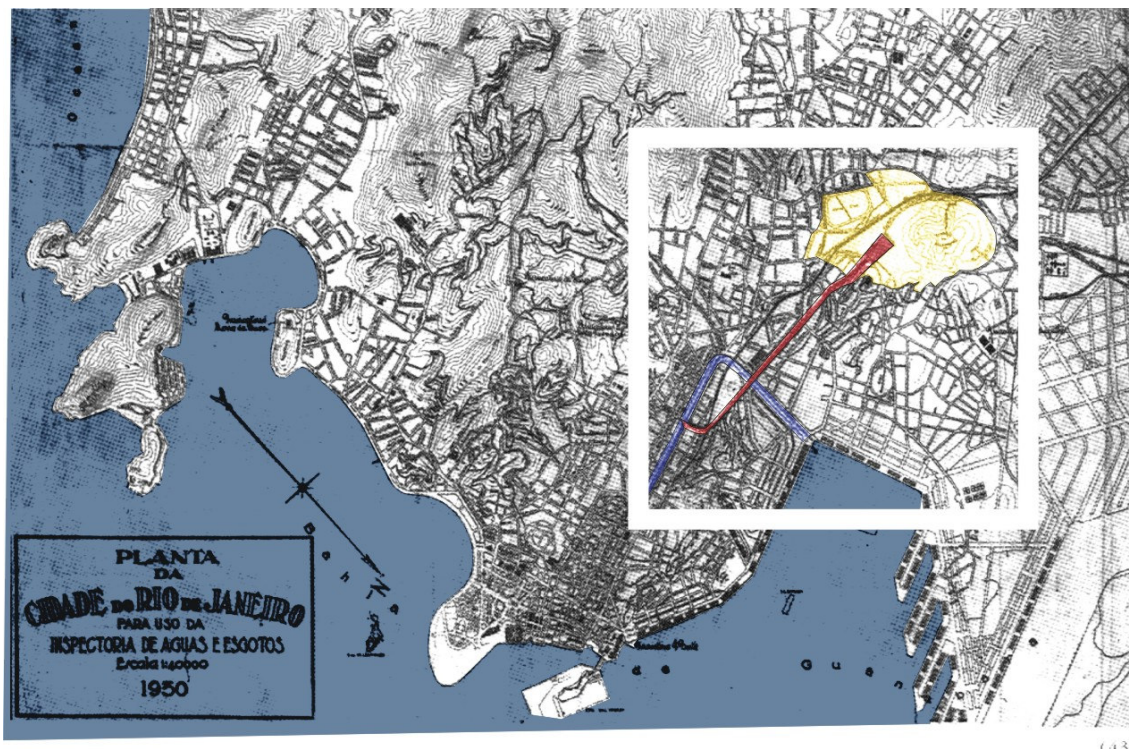
italiano apresentando-lhe virtudes que poderiam dar “(...) *ao conjunto urbanístico um aspecto eminentemente senhoril e um local de respeito e de silêncio*”, concluindo que este terreno seria “(...) *uma grande e rara ocasião para aumentar a beleza do Rio e de suas zonas mais atraentes e senhoris.*”

O projeto e o discurso de Piacentini sobre o aspecto da localização também reforçam sua preocupação com a Edilícia Cidadina, expressão que o arquiteto utiliza para definir uma concepção de cidade como uma grande arquitetura (TOGNON, 1996, 157-64).

Para Piacentini, da mesma forma que os valores clássicos da arquitetura como a ordem, a relação harmônica e justa entre as partes e o todo, o ritmo, apresentam a própria organização política de uma sociedade, o espaço urbano deve ser composto também como uma estrutura representativa e, sob alguns aspectos, didática, como ele mesmo afirma no texto “Novo horizonte da Edilícia Cidadina”:

(...) O sentido da arte (contido na arquitetura) deveria ser possuído por cada cidadão, regulador de cada ato de sua vida, de seu movimento, sentido que, até hoje, foi descuidado por muitos, e poderia render incomensuráveis benefícios sociais; somente compreendendo e amando o belo se adquire o sentido de respeito para si mesmo, para os indivíduos e para as coisas, Mas como cultivar esta educação senão predispondo o ambiente? Como desenvolver este sentido estético no cidadão se não lhe é criado um entorno, nas ruas, nas praças, nos jardins, toda uma atmosfera de harmonia e beleza? (TOGNON, 1996, 162)

Com este critério, Piacentini elabora uma nova conexão entre o centro da cidade e a CUB situada agora nos terrenos das proximidades da Quinta da Boa Vista, já que o acesso atual é “*molto disordinato*”. Este novo acesso é composto a partir do saneamento do canal do mangue que Piacentini considera belo com as quatro fileiras de palmeiras, “mas miserável nas construções que a flanqueiam”.



LEGENDA

- canal do mangue
- área da CUB
- linha férrea
- via proposta por Piacentini
- morro favela Moreira Pinto

Conexão viária CUB x cidade – projeto Marcello Piacentini
 Planta da Cidade do Rio de Janeiro (grifo nosso) (TOGNON, 1999, p. 98)

Neste ordenamento Piacentini se aproxima da tradição das grandes reformas urbanas que aconteceram no Rio de Janeiro as quais, em geral, configuravam grandes eixos de conexão. Não podemos deixar de relacionar esta proposta com a avenida de conexão entre o

porto e a estação ferroviária, proposta por Alfred Agache, aproveitando parte do canal do mangue que posteriormente tornou-se a avenida Presidente Vargas. Mas, para o arquiteto, o objetivo seria outro já detectado pela Comissão de Professores que coordenava os trabalhos da Cidade Universitária como um todo: seria a oportunidade de conexão entre o centro e a zona norte, onde a praça da Reitoria seria como um grande coroamento.

(...) Assim, se ofereceria à edificação citadina do Rio de Janeiro a possibilidade de escrever uma nova e significativa página; os valores a serem sacrificados são modestos, enquanto que aqueles criados são extremamente vantajosos: os laços entre o centro pulsante de atividade comercial da cidade e o novo centro da cultura seriam, assim, mais tranquilos e livres do grande trânsito da zona popular e industrial. (TOGNON, 1999, p.270)

É curioso assinalar que as questões ligadas aos grandes eixos de circulação, aparentemente, não são levados em conta por Lúcio Costa para fazer o acesso à CUB. De fato, o arquiteto brasileiro não cria nenhuma grande avenida e o tema das conexões urbanas parece não preocupá-lo nem em seu projeto para a Lagoa, nem, mais tarde, em seu projeto para os terrenos próximos à Quinta.

A IMPLANTAÇÃO

O entrosamento entre Le Corbusier e a Comissão de Professores citada acima foi deveras tumultuado. Vários fatores contribuíram para que se chegasse neste estado de coisas, uma delas foi justamente a implantação da CUB no terreno. Aparentemente, por várias vezes, pode ter havido uma real falha de comunicação entre as partes, embora também seja possível que tenha ocorrido um abuso aos limites das decisões de parte a parte.

Le Corbusier desenvolveu uma implantação onde as edificações ocupavam as encostas do terreno deixando a área central praticamente livre, vazia, com algumas poucas construções que, de forma geral, seriam de acesso livre à toda a comunidade universitária (museu do conhecimento, música de câmara, biblioteca geral, grande auditório). Na verdade, ele havia recebido um esboço de implantação, elaborado pelo Escritório Técnico da Comissão do Plano da Universidade, que deveria lhe servir como base.

Le Corbusier não interpretou este esboço da forma desejada pela comissão. Em sua defesa do anteprojeto, o arquiteto dá o tom de sua interpretação iniciando assim mais uma polêmica:

(...)Um projeto de ocupação do terreno foi desenvolvido provisoriamente pelos cuidados da comissão de professores e compreende aproximadamente trinta edifícios disseminados sobre o terreno da Cidade.

O Senhor Souza Campos declarou-me formalmente que este projeto não possuía nenhum valor e não tinha nenhuma outra intenção senão a de dar conta se o território da Quinta poderia receber os serviços universitários previstos. Eu ouvi com prazer esta declaração pois continuo a afirmar que uma implantação com os edifícios disseminados no terreno da Quinta, edifícios dispostos em mosaico, com orientações diferentes, seria um desastre arquitetônico.

O plano que me foi mostrado é o próprio terror arquitetural, mas eu já não tenho nenhuma inquietude pois o Senhor Souza Campos declarou que este plano, em seu espírito, não tem significação.³

Ora, os diretores do Escritório Técnico, em relatório de 13 de agosto de 1936, reagindo ao projeto de Le Corbusier, registraram que a real afirmação de Souza Campos foi a de que os estudos foram elaborados antes da escolha do terreno, em um breve espaço de tempo de duas semanas. A afirmação, entretanto, de ausência de valor destes estudos em função do tempo seria uma conclusão equivocada, já que representavam ideais da Comissão e também foram desenvolvidos seguindo os princípios adotados para a área pelo arquiteto “de renome mundial”, Marcello Piacentini.

Talvez inocentemente os professores compararam a proposta de Corbusier com a de Piacentini, sem entender a grande distância entre a resposta urbana destes dois grandes arquitetos. E é aqui que entendemos um pouco mais a polêmica que marcaria a divergência de visões entre a Comissão de Professores – representada pela direção do Escritório – e Le Corbusier.

A implantação de Le Corbusier é claramente diferente de uma cidade tradicional: os blocos dos edifícios são soltos no terreno, não existem ruas mas autopistas de circulação rápida independentes em relação aos edifícios. Na parte sul do terreno foi criada uma massa

construída que, ao acompanhar os limites do terreno e por consequência da própria rua, define, juntamente com esta e os edifícios construídos do outro lado, uma rua tradicional. Esta postura demonstra o desejo de Le Corbusier em compor um novo cenário para o enquadramento visual das edificações da Engenharia, Belas-Artes e Arquitetura, talvez por considerar as construções existentes de má qualidade.

Para Matheus Gorovitz, em seu livro “Os Riscos do Projeto”, a implantação de Le Corbusier foi principalmente direcionada pela linha férrea,

(...) De fato, não cremos nos equivocar ao aventar a hipótese de que uma das primeiras deliberações, a que fixa a orientação dominante adotada para a malha e para todas as edificações, se baseia na orientação dos trilhos da via férrea que atravessa o terreno – referência preexistente ao lançamento do partido. Em decorrência desta deliberação, a estrada de ferro se incorpora como elemento inerente, articulando-se organicamente com os outros aspectos do projeto (...). (GOROVITZ, 1993)

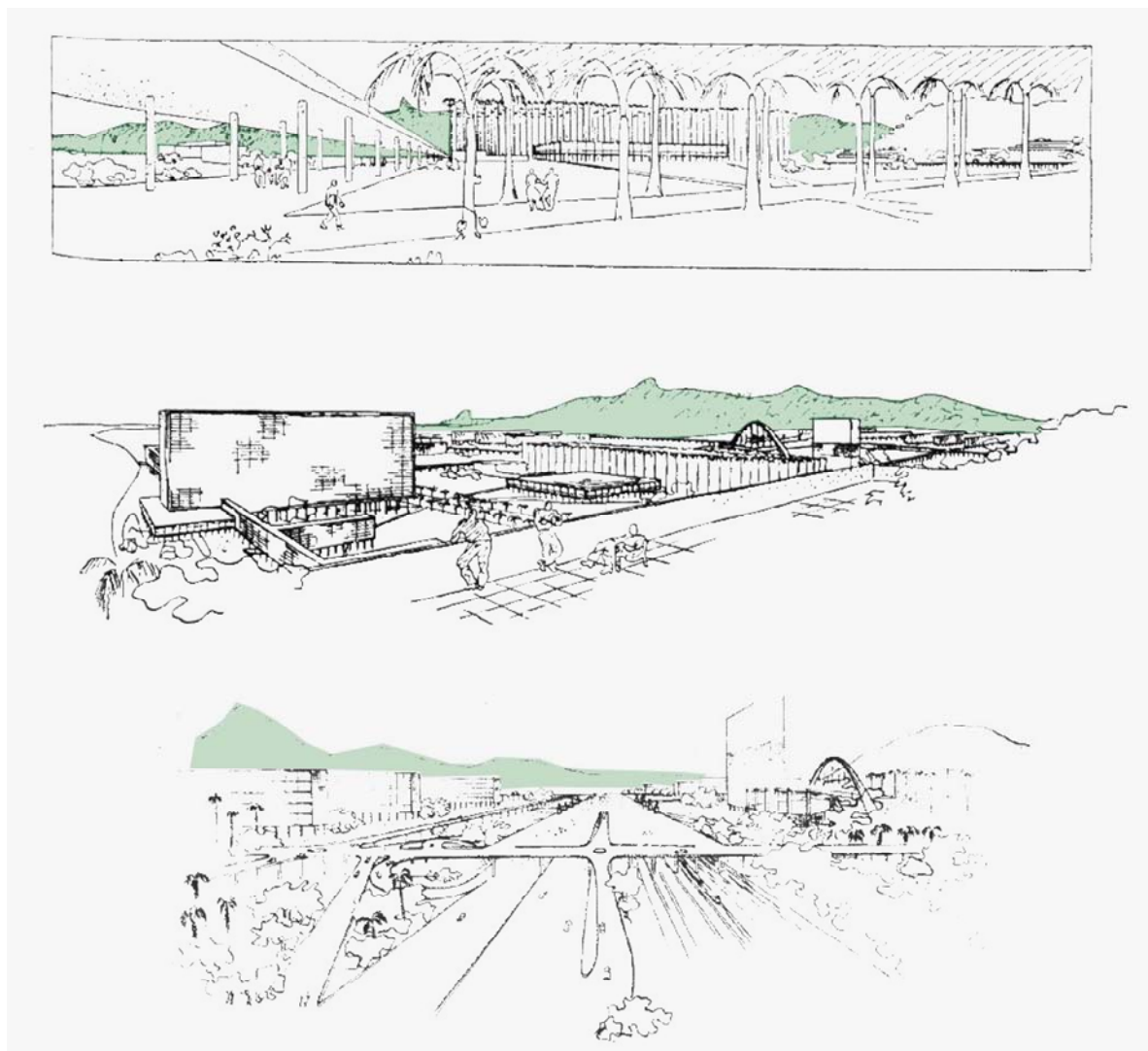
Este princípio de projeto (a linha férrea) foi definitivo para o lançamento da malha de viadutos, ainda que o principal componente do partido de Corbusier permaneça nos espaços vazios e nas vistas longas.

É importante assinalar que o projeto de Le Corbusier não levou em conta a orientação solar, o que, por sinal, foi mais uma das críticas da Comissão de Professores. O eixo adotado pelo arquiteto, acompanhando a linha férrea e com as arquiteturas em sentido norte-sul, representa a pior orientação para o estudo nos trópicos. A sua opção se baseou no uso de ar condicionado em todas as salas. Essa crença no poder das máquinas, e nas revoluções que elas poderiam causar na arquitetura, é uma das principais características do pensamento do arquiteto nestes anos. É preciso dizer que mesmo sua proposta da rede de viadutos se baseia nesta visão de mundo.

O vazio central criado na sua proposta tem a intenção deliberada de se fazer um espaço onde as visadas para o entorno privilegiariam o olhar de quem está na Universidade. Seu projeto foi também concebido para se ver de cima: é justamente o movimento entre os diversos edifícios que conformam o espetáculo arquitetural, como ele próprio descreve em algumas frases de um de seus *croquis*: “(...) *O espetáculo visto do teto do museu / bela vista, mas não tão bela quanto ao chão. (vê-se a “feiúra” do subúrbio) (...) Devemos contar com os*

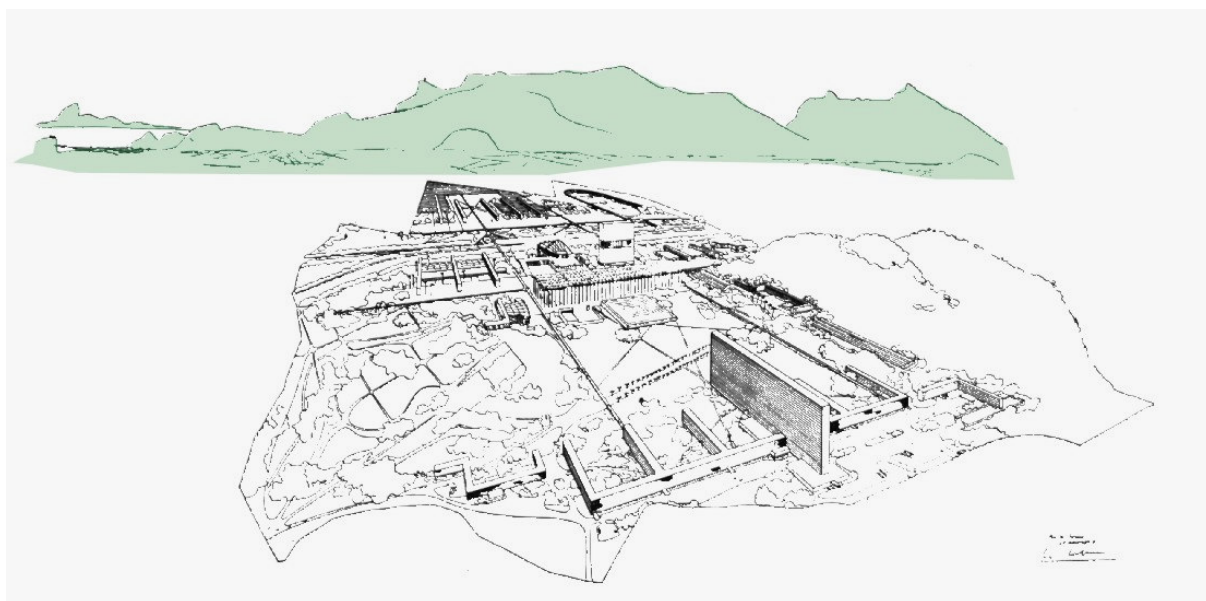
espetáculos de arquitetura / Levantar os olhos (6 ou 9m de altura, ou mais) captar o acontecimento plástico” (SANTOS, 1987, p. 163).

É importante frisar que os edifícios, embora importantes, dividem a cena com a paisagem natural que, em seu projeto para a CUB, é presença constante em todas as perspectivas.



vista do museu do conhecimento e da esplanada das 10000 palmeiras imperiais
vista da Faculdade de Medicina vista do Clube dos Estudantes
Plataforma sobre estrada de ferro
(grifo nosso) (CORBUSIER, 1979, p. 42)

Mesmo tendo um elemento de grande importância no final da composição ao norte – o hospital – em relação aos edifícios ao sul, Le Corbusier subverte esta leitura ao fazer a perspectiva principal no sentido norte-sul valorizando assim a paisagem da Baía da Guanabara .



vista geral da Cidade Universitária do Brasil (grifo nosso) (CORBUSIER, 1979, p. 43)

Todas as visuais são liberadas para o horizonte, apenas dois edifícios são verticais o suficiente para se destacarem na composição – o Hospital e a Biblioteca. O primeiro bloqueia apenas a face norte do terreno, onde não há interesse na paisagem, e o segundo é colocado à direita da vista que Le Corbusier define como principal, o que reforça as visuais para o Corcovado e as cadeias de montanhas em direção ao mar. O Museu do Conhecimento não segue completamente o esquema do “Museu Mundial” de 1928 (ou seja, uma estrutura espiralada-piramidal) porque, neste caso, seria mais uma interrupção na paisagem.

Esta preocupação de Le Corbusier foi expressa por ele mesmo em uma carta a Carlos Leão quando, em 1939, fica sabendo que este último estava responsável pelo escritório técnico da Universidade. Nesta ocasião, o arquiteto francês expõe suas críticas ao projeto de Lúcio Costa principalmente sobre o aspecto que mais o incomodava,

(...) Esse projeto preocupava-me, de um lado, pelo fato que os prédios pareciam-me mal orientados, quer dizer, tampando completamente a perspectiva para a luz e para as montanhas, e pela implantação muito fechada dos mesmos. (SANTOS, 1987, p.191)

De fato, Lúcio Costa desenvolve um projeto que, visto sob este critério de Le Corbusier, seria exatamente o oposto. Em carta de 31 de Dezembro de 1936, o arquiteto

brasileiro contrapõe e detalha ainda mais as diferenças entre as propostas. Lúcio Costa escreve,

(...) No dia 12 de outubro apresentamos a Capanema nosso anteprojeto que, em consequência do seu [Le Corbusier], adotava entretanto um partido por assim dizer oposto – adaptando-se às circunstâncias: em lugar de uma vista imediata e grandiosa de todo o conjunto, impressões que se desenvolvem sucessivamente durante o percurso do campus. Dentro dos nossos limites e na “nossa escala”, o projeto está bom. Incorporamos desde agora ao projeto – a fim de tornar possível, mais tarde, uma “encomenda” – seu auditório (SANTOS, 1987, p.140) (grifo nosso)

Estas “circunstâncias” são esclarecidas em outra correspondência para Le Corbusier, datada de 12 de Julho de 1937, onde Lúcio, depois de descrever que teve apenas dois meses para apresentar uma nova solução, ainda teve que se adaptar (...)às circunstâncias, pois era necessário encher o terreno de construções (SANTOS, 1987, p.143).

Quando a Comissão de Professores chama Lúcio Costa e sua equipe para o desenvolvimento de uma nova proposta, ficam expressamente claras as críticas à implantação do projeto de Corbusier, deixando como alternativa para o arquiteto brasileiro a estruturação de uma implantação que deveria ser praticamente o oposto. Em uma entrevista, anos mais tarde, Lúcio Costa reiterava,

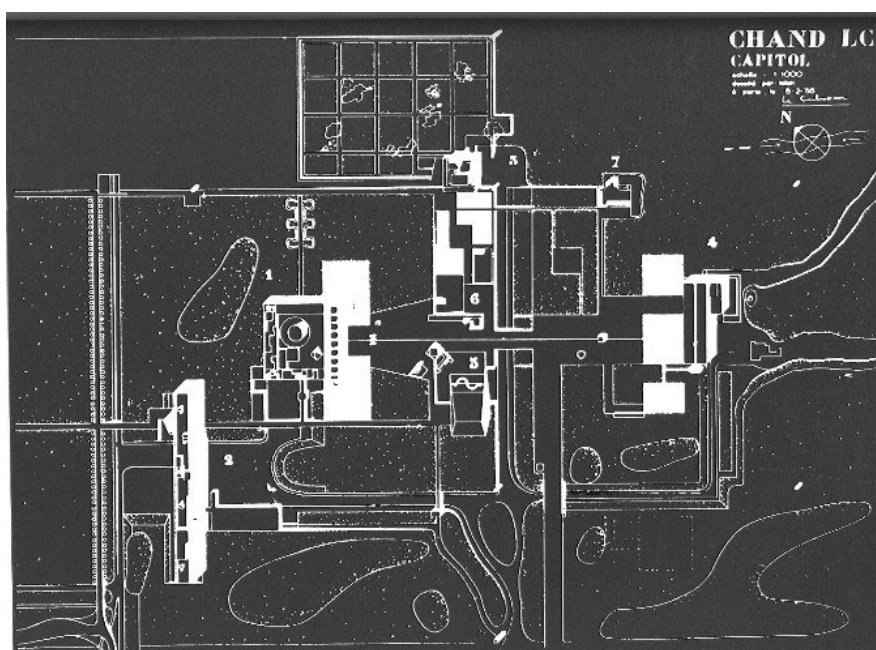
(...) Isso [a proposta] é o resultado de uma imposição programática da comissão de professores que quis concentrar, aproveitar a parte plana, (...) queriam concentrar. Então resultou esta coisa concentrada. Ficou um exército, uma tropa. Mas interessante, isso é um projeto bem interessante. (GOROVITZ, 1989, p.21)

Estas informações são importantes para destacar que Lúcio Costa, segundo suas próprias palavras, não considerava a implantação “espontânea” e “aberta” de Le Corbusier como um equívoco e muito menos acreditava que a imposição da Comissão em fazer uma implantação mais fechada, ocupando toda a área central, seria um defeito a priori. Esta

imposição ajudou Lúcio Costa a refletir sobre o eixo que, no mínimo, tornou-se um grande exercício para o projeto de Brasília.

Este “confronto até engraçado” entre ambas as partes, como Lúcio Costa mesmo definiria, representa uma grande diferença na concepção espacial urbana dos dois arquitetos, que se estenderia até mesmo no projeto de Brasília e Chandigarh. Em entrevista a Matheus Gorovitz, Lúcio Costa traça um paralelo entre as diferenças observáveis no projeto da CUB e das duas capitais:

(...) Chandigarh é exatamente aquela coisa aberta, aquela coisa belíssima, coisa de uma força extraordinária, aquela coisa fantástica. Agora Brasília (...) esse plano da Cidade Universitária já é uma espécie de embrião da concepção de Brasília, porque você tem ali aquela coisa do eixo. O eixo muito marcado, (...).(GOROVITZ, 1989, p.10)



planimetria geral do Capitol de Chandigarh (BENEVOLO, 1998, p.725)

E comentando a própria idéia de “eixo” na composição da Cidade Universitária e de Brasília, acrescentaria:

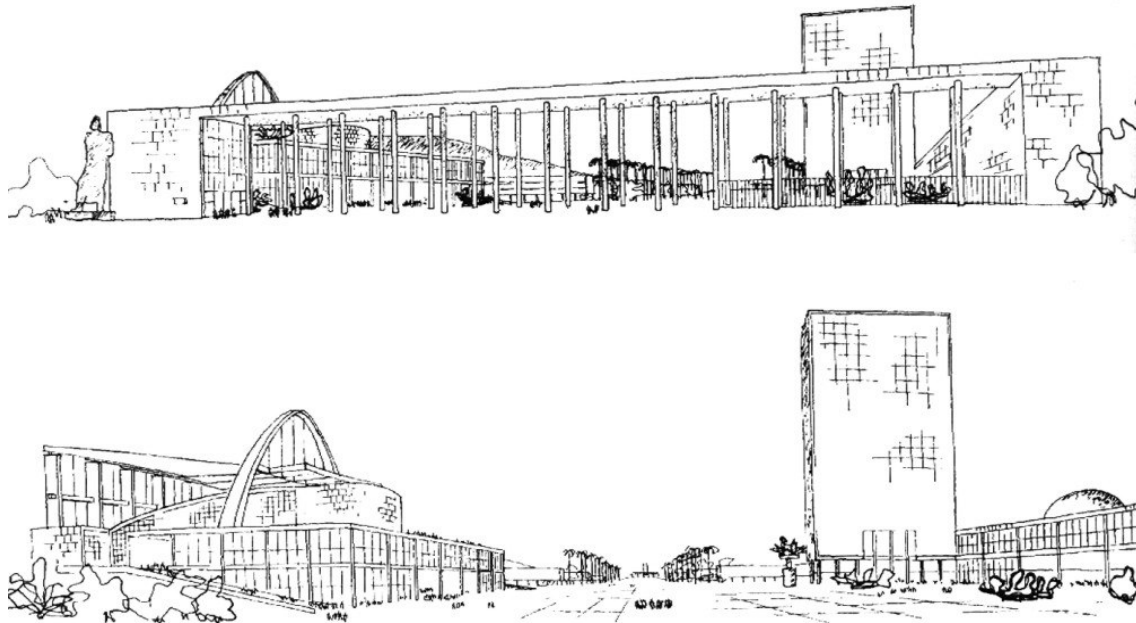
(...) tudo isso é acadêmico não? É meu fundo acadêmico. Você não conhece aquela estória que contam que na faculdade ou numa escola... Então tem aqueles questionários, que eles têm mania de fazer questionários para os alunos responderem, então pediram a indicação de um arquiteto brasileiro do século XIX, então um deles botou Lúcio Costa. Ele sem querer estava fazendo uma mancada, mas acertando no alvo, porque eu de fato tenho muito da formação acadêmica do século XIX, inclusive até essa paixão por Paris. (GOROVITZ, 1989, p.23)



Eixo Monumental de Brasília (COSTA, 1997, p.312)

As visadas em seu projeto são preferencialmente focadas a partir do grande eixo. O morro do Telégrafo e o morro da Quinta da Boa Vista são praticamente ignorados, pois a paisagem que interessa ao arquiteto brasileiro é justamente a paisagem construída vista deste longo elemento de estruturação do seu “exército” de edifícios. O eixo busca atender as necessidades internas do mesmo - conexão entre partes definidas, conforto ambiental - sem se preocupar com o longínquo perfil da cadeia de montanhas que enquadram a Baía da Guanabara. Aqui também as perspectivas podem colaborar para esta análise quando percebemos que restringem seu foco apenas nos elementos

projetados.



perspectiva pórtico
perspectiva Aula Magna-Auditório
(COSTA, 1997, p.184)

Do mesmo modo é notável que nem mesmo quando Lúcio Costa comenta os três elementos que compõem o partido, ou seja, a orientação, a circulação e a localização dos edifícios centrais, ele faz referência à paisagem.

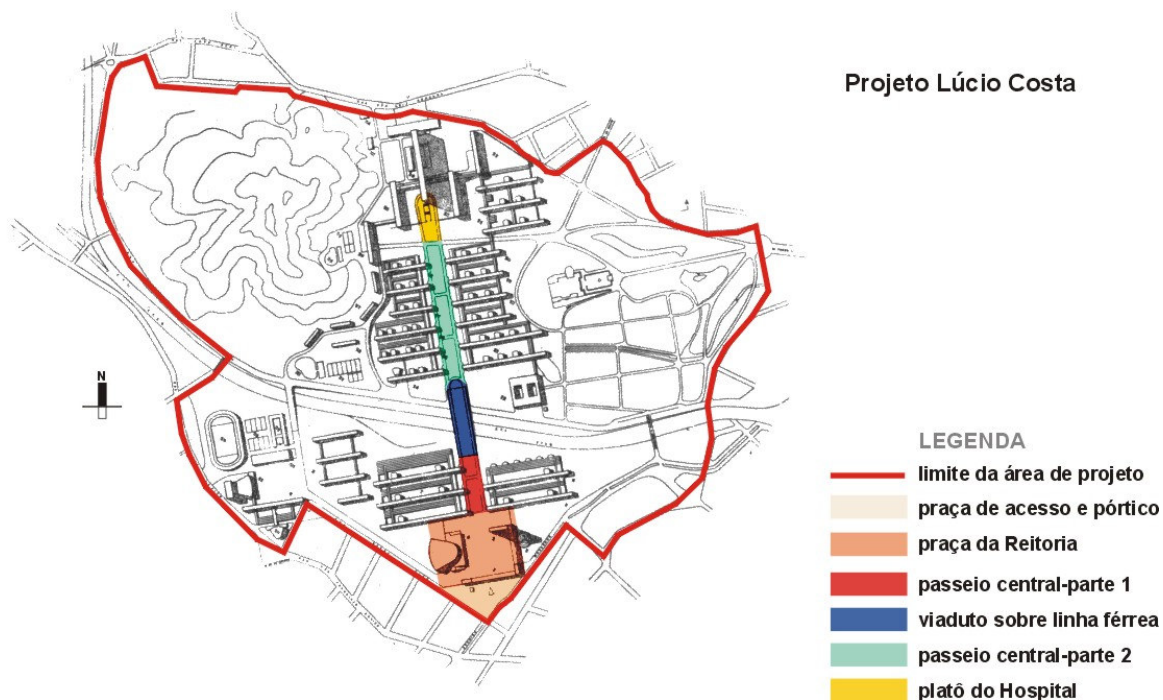
O eixo, por sua vez, se apresenta como resposta ideal para estes três elementos:

Sua “direção” é feita a partir de um estudo do gráfico solar do professor Domingos da Silva Cunha que dava algumas diretrizes para o projeto. A preocupação com a questão solar já era um antigo tema de trabalho de Lúcio Costa – em boa parte de sua defesa de uma arquitetura que aliasse o espírito moderno com as lições do passado, verificamos a valorização de elementos que amenizam o severo clima tropical. Quanto à necessária “circulação” citada no texto justificativo do projeto, esta questão é também resolvida pelo eixo que favorece fácil acesso às diferentes unidades e uma ligação mais direta entre elas. Ora, com isso, também resolve-se a questão da “localização dos edifícios centrais”, pois todos os blocos construídos ficam em posição privilegiada para acesso e escoamento de grandes massas.

Lúcio Costa demonstra a importância do gesto do arquiteto na construção de paisagem própria ao fazer o grande eixo com os edifícios em forma de “pelotão”, definindo e

direcionando o olhar em relação ao que deve ser visto. Principalmente, ele demonstra a importância que atribui ao controle dos diferentes trajetos, sobretudo, o do pedestre.

Assim, neste espaço que ele próprio temia se tornar monótono – o eixo principal –, Lúcio Costa projeta seis impressões distintas do pedestre durante o percurso, criando diversidades espaciais no trajeto.



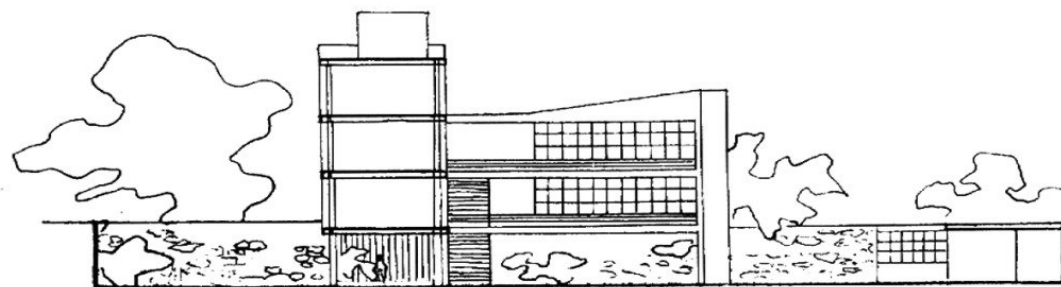
sistema de impressões no projeto de Lúcio Costa
planta de situação (COSTA, 1997, p.183) (grifo nosso)

Esse processo reflete uma preocupação com uma relação de escala pretendida por Lúcio Costa no grande eixo. O termo “monumental” era palavra de ordem, mas quando entramos nas laterais deste eixo a escala se torna menor e mais proporcional ao homem. Lúcio Costa procura ter o maior controle possível dessas sucessivas séries de relações e escalas que deveriam “sensibilizar” os usuários da CUB.

É nas laterais do projeto que o arquiteto trabalha a questão dos pátios a partir de um problema de implantação:

(...) como conciliar com efeito, a conveniência de uma planta uniforme – o que só pode admitir uma planta contínua – com as vantagens do isolamento que subentende uma planta fechada? E, por outro lado, como aplicar o aspecto atraente dos pátios tradicionais, quando estas áreas internas vem sendo há muito condenadas, e com razão, em toda

parte? É que o pátio, construção de pouca altura – quase sempre vazada no térreo – perde esse caráter de aconchego e recolhimento que lhe é peculiar à medida que se aumenta o número de pavimentos, adquirindo, então, esse aspecto fechado e sombrio da área interna. Essa observação vai nos trazer a solução desejada: deixar os corpos principais das escolas contínuos, com orientação uniforme e naturalmente abertos ao rés-do-chão, fechando-se porém, todo o perímetro da área destinada a cada uma delas com construções e pórticos murados de ligação. (COSTA, 1997, p.176)



edifício da escola – corte transversal (COSTA, 1997, p.179)

Esta solução do pátio está tanto nos edifícios do eixo central como nas demais construções de ensino da Universidade, sempre oferecendo uma escala reduzida nos espaços de estar. Para Lúcio Costa, estes pátios são como que elementos representantes de uma “expressão local”. Ele comenta a respeito:

(...) essa idéia de pátio é uma coisa até muito ligada à nossa tradição mediterrânea, embora Portugal não seja um país mediterrâneo, mas é um país do Império filiado à tradição mediterrânea. De modo que essa idéia de criar para cada escola uma área murada, fechada e tendo o corpo da escola solto, atravessado, e ao longo desses muros (...), construções térreas para uma série de comodidades e de conveniências dos alunos e de interesse de cada escola, (...) eu acho que isso é uma coisa bem mentalmente filiada à nossa tradição(...) (GOROVITZ, 1989, p.12)

Mas essa preocupação com a tradição local se rebate nos mais diversos campos do processo projetual. É por causa de sua experiência “local” que Lúcio Costa especifica que a vegetação perimetral à linha do trem para bloquear seu som deveria ser justamente o bambuzal, solução que já havia sido indicada para um caso semelhante no projeto da Vila Monlevade.

(...) Porque tinha esse problema muito sério, o terreno era dividido ao meio pela estrada, e então a sugestão foi fazer dois renques bem densos de bambus gigantes, bambus que tem nas divisas de fazendas no interior (...) no estado do Rio. Eles usavam muito para marcar as divisas, plantavam renques de bambu gigante; e aquilo fica lindo, porque é uma massa muito bonita. parece um penacho enorme, e a sequência deles faz uma cortina amortecedora do barulho do trem e ao mesmo tempo em que isola a presença do trem (GOROVITZ, 1989, p.17).

Piacentini, por sua vez, trabalha o programa diluindo cada um dos setores do conhecimento em ilhas no terreno. Aproveita assim ao máximo suas grandiosas dimensões e, principalmente, sua variedade, como se fosse um parque onde seriam inseridas e concentradas as arquiteturas. Assim, por exemplo, o Morro do Telégrafo faz parte do projeto, não apenas como um limite, mas como local de implantação de importantes itens deste programa.

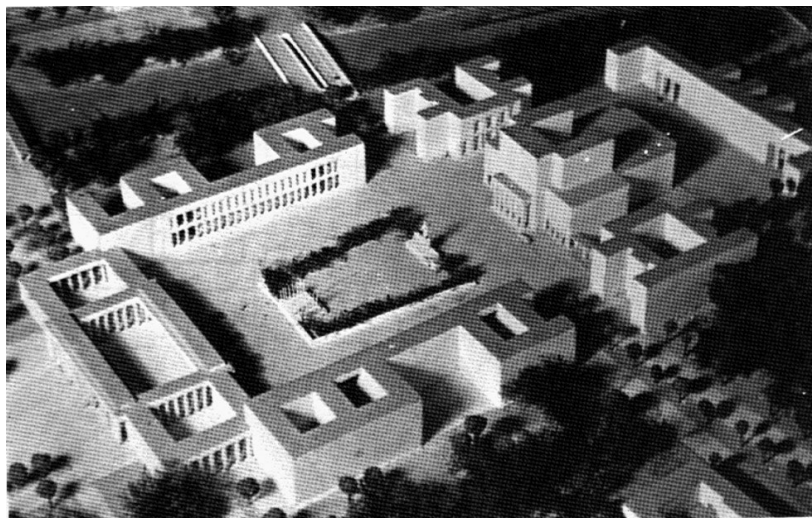
Os edifícios de estudo estão, preferencialmente, localizados na parte central, plana, do terreno, para facilitar o acesso e promover maior conexão entre estes. E, até o estudo final, foram vários esboços de projeto onde, aos poucos, o arquiteto foi se aproximando da coerência espacial desejada entre os diversos núcleos universitários⁴.

É importante frisar que desde o início existia a intenção de desenvolver os diferentes espaços delimitados fisicamente, com escala compatível ao pedestre, conectados por grandes eixos. Seu projeto pode ser sinteticamente representado por “pontos” de estar em variadas escalas e “linhas” de conexão entre eles. O agenciamento desta espacialidade composta por pontos e linhas foi sendo desenvolvido com vistas a criar o melhor efeito plástico e a mais sólida coerência entre estes espaços e o entorno.

Esta coerência se deve ao próprio conceito que Piacentini depositava no termo *Edilizia Citadina*, tão utilizado por ele, que entendia a arquitetura como um espelho da sociedade.

Estes valores devem ser representados nas arquiteturas mas também na própria cidade que, em última instância, seria uma grande arquitetura.(TOGNON, 1996, p.161)

Uma clara demonstração desta retórica é a praça da Reitoria, composta por um conjunto de edifícios que, ao restringir o espaço da praça, por contraste, destaca e monumentaliza o grande edifício da Reitoria. A hierarquia da Universidade pode assim ser lida e está simbolicamente garantida através da imponência e da localização de seu principal equipamento administrativo.



maquete – praça da Reitoria (TOGNON, 1999, p. 112)

Embora exista uma grande distância formal entre Lúcio Costa e Piacentini, podemos perceber alguma semelhança entre o pensamento urbanístico destes dois arquitetos. Há em ambos um misto de tradição e modernidade. Como nos mostra Tognon, Piacentini,

(...) Com relação aos espaços urbanos, (...) procurou recuperar os princípios oriundos de diversos períodos considerados importantes para a formação das cidades ocidentais, como o fórum da Antiguidade, os espaços barrocos de Roma, os parques franceses. Isto não implicava a negação das conquistas urbanas modernas, como as infra-estruturas de águas, de circulação etc. De fato, o fator importante para a corrente do Novecento, liderada por Piacentini, era a submissão das conquistas técnicas e higiênicas à estética proposta para espaços importantes. (TOGNON, 1996, p.161)

O que os distancia é justamente o passado eleito como tradição e a dimensão de modernidade refletida nas respostas projetuais.

Marcello Piacentini, como Lúcio, se preocupa com a orientação. Seu projeto foi também desenvolvido segundo o estudo “A Orientação dos Edifícios da Cidade Universitária do Rio de Janeiro”, de autoria do professor Paulo Sá (1937).

Os vazios entre os eixos e os espaços construídos são considerados como áreas de possível expansão e/ou espaços para abrigar outras faculdades que, no futuro, poderiam ser criadas. Neste momento a natureza torna-se elemento indispensável para contribuir na ordenação geral do conjunto e para ocupar estes vazios, dando a impressão de que os edifícios e as vias estariam em meio a um grande parque urbano.

A proposta de utilizar apenas dois itens de projeto para esta análise constitui uma boa amostra da complexidade do campo projetual desta cidade universitária e sua relação com as posturas dos três arquitetos perante o pensamento urbanístico, cultural e educacional dos diversos setores envolvidos no processo. Aponta, ainda, o vasto campo de estudos que este tema guarda em suas entrelinhas, aguardando apenas outras oportunidades de se revelarem aos olhos da história pelas linhas da pesquisa cultural.

¹ Nesta área destacam-se os textos de Ernesto Souza Campos que tornou-se a voz oficial a respeito de todo o processo de constituição da Universidade do Brasil.

² Sobre este tema vale revermos a afirmação de Carlos Eduardo Dias Comas:

“Depois de Le Corbusier e o Brasil que Cecília Rodrigues dos Santos, Vasco Caldeira, Romão e Margareh Pereira publicaram em 1987, e Le Corbusier e o Rio – 1929-1936, que Yannis Tsiomis organizou em 1999, não fica bem repetir que Corbusier veio ao Brasil por insegurança de Lúcio e equipe quanto ao projeto original do Ministério, ou que esse se construiu a partir de risco original de Corbusier. Com todo respeito ao próprio Lúcio, que tinha seus motivos para propagar ou não desmentir essas versões. O débito brasileiro com Corbusier precisa relativizar-se. Afinal, penaliza-se Michelangelo por ter usado os mesmos elementos de Bramante? Ou Mies por ter adotado a planta livre em 1929 após Garches e Savoye? (...) O *brise-soleil* supostamente “inventado” por Corbusier em 1933 não passava de rabisco, quer na versão fixa para Argel, quer na basculante para Barcelona. Só vai se elaborar no arranha-céu argelino não construído de 1938, já concluída a grelha fixa da ABI e em execução a grelha móvel mais sofisticada do Ministério.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Lúcio Costa e a revolução na arquitetura brasileira 30/39 – De lenda (s/e) Le Corbusier . Disponível: site Vitruvius.

URL: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq022/arq022_01.asp

³ CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema - GC 35.07.19 rolo 33 – pasta II – 321-326. p.7-8.

⁴ Embora não estejam em ordem cronológica, três destes estudos demonstram o esforço do arquiteto para se alcançar a coerência espacial. Estas imagens podem ser observadas TOGNON , 1999, p.104; 105; 106

REFERÊNCIAS

BARDI, P. M. **Lembranças de Le Corbusier**: Atenas, Itália, Brasil. São Paulo: Nobel, 1984.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação. **Atividades do extinto Escritório do Plano da Universidade do Brasil**: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, Dr. Gustavo Capanema, abrangendo o período de 1935 a 1944. Rio de Janeiro, 1946.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, 1940.

_____. **Estudo sobre o problema universitário**. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1938.

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

GOROVITZ, Matheus. **Os riscos do projeto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **Os riscos do projeto**: Universidade do Brasil Rio de Janeiro 1936. 1989. 2v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1989.

LE CORBUSIER; JEANNERET, P. **Oeuvre complète 1934-1938**. 9 ed. Zurique: Editions d'Architecture Erlench-Zurich, 1979.

MELLO Jr., Donato. Um campus universitário para a cidade do Rio de Janeiro. **Arquitetura Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 52-72, 1. sem. 1985.

PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. et al. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela e Projeto Editora, 1987

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Valença, RJ: Editora Valença, 1977.

SÁ, Paulo. **A orientação dos edifícios da cidade universitária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Tecnologia, 1937.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CNPq, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TSIOMIS, Yannis; LINDER, Sandrine. Projetar o Rio de Janeiro: interpretação e método. In: **LE CORBUSIER**: Rio de Janeiro 1929-1936. Rio de Janeiro: Prefeitura, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 1998. 1CD-ROM.

TOGNON, Marcos. **Arquitetura italiana no Brasil**: a obra de Marcello Piacentini. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. Arquitetura fascista e o Estado Novo: Marcello Piacentini e a tradição monumental no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

DAS ILHAS À CIDADE : A MATERIALIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL (1945-1950)

Antonio José Barbosa de Oliveira
UFRJ/IFCS/PPGHC e Projeto Memória SiBI/UFRJ



No desenvolvimento deste trabalho partimos do pressuposto de que a idéia e os estudos para a construção da Cidade Universitária da UFRJ, ao contrário do que é difundido pelo senso comum, antecedeu, em pelos menos três décadas, ao período da Ditadura Militar¹. Além desta, outra idéia também bastante difundida, é a de que tal construção refletiria o autoritarismo do Governo Federal, característica atribuída tanto ao Estado Novo de Vargas quanto aos governos militares pós 64. Assim, vinculam quase exclusivamente sua localização a um pretense isolamento da instituição, visando a desmobilização do movimento estudantil naqueles períodos.

Embora nos limites estabelecidos para nossa abordagem não questionemos a natureza autoritária de ambos os governos e períodos, percebemos que a problemática da escolha do local, bem como a posterior construção da cidade universitária foram, ao longo dos anos, objetos constantes de discussões na esfera da sociedade civil, extrapolando a concepção

¹ A primeira comissão de professores para definição do modelo de universidade e de campus a ser implantado foi instituída em 1935, por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública. Durante 10 anos diversos projetos, localidades e estilos arquitetônicos foram apresentados, denotando a multiplicidade de atores e ideologias envolvidas no projeto.

reducionista que fecha a problemática somente ao âmbito das instâncias políticas.² Esta afirmação pode ser ilustrada quando acompanhamos os jornais cariocas da época, como A Noite, Diário de Notícias, O Radical, Diário Carioca, Correio da Manhã, O Globo, A Notícia, Jornal do Brasil, e O Tempo, através de várias matérias que tratavam da problemática desta construção, sob diferentes óticas, elogiando ou criticando o empreendimento. É também por esta razão que o caráter “autoritário” atribuído à sua efetivação também deveria ser reavaliado e redimensionado.

Em outros trabalhos já procuramos demonstrar a trajetória dos embates travados quando da definição do local para a realização da gigantesca obra.³ Discussões que se estenderam por pelo menos uma década, envolvendo diversos atores no processo, além de representantes do Estado, da Universidade e da sociedade civil. Neste trabalho procuraremos demonstrar que a definição do local, a despeito das divergências de opiniões, não se configura como medida arbitrária ou autoritária de Governo. Mesmo porque, após a escolha do local, que se deu em 1945, ainda foram necessários três anos para a sanção da Lei 447, de 20 de outubro de 1948, que finalmente definiu a localização no arquipélago das ilhas próximas a Manguinhos. Neste período muito ainda se discutiu e, tanto o DASP, como o ETUB, tiveram de se valer de sucessivos argumentos de ordem técnica para consolidar a escolha pelas ilhas como sendo a mais acertada, a despeito das controvérsias, oposições e contradições, vindas, inclusive, da própria Reitoria da Universidade.

Segundo relatórios expedidos pelo Escritório Técnico da Universidade do Brasil (ETUB), podemos observar que foram consideradas as seguintes variáveis que procuravam demonstrar a acertividade da escolha pela construção da cidade universitária no arquipélago: distância em relação ao centro da cidade e ao centro gravitacional da população estudantil, condições de acessibilidade, custo de aquisição, despesas de preparo de terreno e construção dos meios de acesso, além da análise dos empecilhos de ordem social, decorrentes de desapropriações, demolições, benfeitorias, obras complementares de saneamento e valorização de patrimônio. Sobre esta escolha emitiram pareceres técnicos as seguintes autoridades :

² FOCAULT (1989) nos esclarece que existem formas de poder diferentes do Estado, embora a ele articuladas de várias maneiras e indispensáveis para sua sustentação e eficácia. Estes poderes se exercem em vários níveis da rede social e podem estar integrados ou não ao Estado, que desta forma, não se constitui como única central do poder. É certo, porém, que o poder sempre está ligado ao saber. Quase sempre aqueles que possuem o saber, detêm o poder.

³ Sob este trabalho, ver *A universidade invisível : uma cidade universitária para a Universidade do Brasil. (1935-1945)*, apresentado no VIII Ciclo de Estudos em Ciência da Informação /CECI-SiBI, realizado de 9 a 11 de agosto de 2006, no CCMN/UFRJ.

- Hildebrando de Araújo Góes – Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais;
- José de Oliveira Reis – Chefe da Comissão do Plano da Cidade;
- Edson Passos – Secretário Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal;
- General Enrique Futuro – Diretor de Engenharia do Ministério da Guerra;
- Alberto de Melo Flores – Diretor de Obras do Ministério da Aeronáutica;
- Coronel Oscar Mascarenhas – Diretor do Asilo dos Inválidos da Pátria;
- Coronel Luiz Felipe de Albuquerque – Chefe da Comissão de Tombamento do Ministério da Guerra;
- Dr. Fróis da Fonseca – Diretor da Escola Nacional de Medicina;
- Dr. Carneiro Felipe – Diretor da Comissão Censitária Nacional
- Da. Amélia Carneiro de Mendonça – Presidência da Casa do Estudante
- Diretório Central dos Estudantes
- Magnífico Reitor da UB, Professor Raul Leitão da Cunha
- Outros arquitetos, professores, urbanistas e engenheiros.

O caminho aberto para o “desfecho” da longa história⁴ foi a EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 936, de 14 de maio de 1945, apresentada ao Presidente da República. Fundamentando-se em argumentos que colocavam as ilhas como o local mais propício ao empreendimento, salientou ainda a problemática da indefinição para a escolha do local dos anos anteriores, ressaltando que a última opção, a de construção em Vila Valqueire⁵, só foi considerada ideal em 1942, em virtude das dificuldades impostas pela II Grande Guerra à obtenção de maquinaria indispensável ao saneamento da região próxima a Manguinhos. Como o fim da guerra já estava para se dar e as obras não tinham sido iniciadas, voltaram à baila os argumentos favoráveis à região de Manguinhos.

No entanto, a construção na área de Manguinhos apresentava alguns inconvenientes como: o terreno consistia em acréscimos de marinha, resultantes de aterro feito sobre espessa camada de lodo, o que acarretaria num notável encarecimento das fundações para os numerosos edifícios que deveriam integrar a cidade universitária; grande parte da área estava

⁴ A primeira comissão de professores instituída para a definição do local a se construir a Cidade Universitária data de 1935.

⁵ Durante os anos de 1935 a 1945 foram considerados ainda as localizações : Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Vila Valqueire, sendo que para as duas últimas chegou-se a assinatura de Decretos autorizando o início de desapropriações.

ainda por aterrar e logo, toda por sanear; e ainda, a proximidade das vias mestras de penetração viria impedir a expansão da zona industrial da cidade, que tendia a se propagar para a região;

Entretanto, diferentemente da região de Manguinhos, inicialmente cogitada, a região formada pelas ilhas do Catalão, Baiacu, Cabras, Fundão, Pindaís do França e do Ferreira, Sapucaia, Bom Jesus e Pinheiros, não apresentava os inconvenientes da primeira e ainda tinha a seu favor os seguintes aspectos : a ponte ligando a Ilha do Governador, construída pelo Ministério da Aeronáutica teria um lance inicial entre o continente e a Ilha Universitária, trazendo possibilidades concretas para a escolha das ilhas para a construção da cidade universitária; não havia grandes dificuldades para os trabalhos de aterro das ilhas de Bom Jesus, Pindaí do França, Sapucaia, Pindaí do Ferreira e Pinheiros, todas pertencentes aos poderes públicos, salvo a parte alodial da primeira. Assim, alcançaria uma área de 3.720.000 metros quadrados, sem os inconvenientes verificados na área de Manguinhos. As ilhas apresentavam terreno firme, exceto num largo trecho de aterro na ilha de Sapucaia, por isso favorável ao estabelecimento aí de um horto (ilha do antigo “lixão” da cidade). Sendo assim, a maior parte dos edifícios se situaria em locais de excelentes fundações. A realização dos aterros a serem feitos pouco atrasaria a construção dos prédios, na vez que seriam feitos inicialmente aqueles necessários à circulação entre as ilhas. Assim, a área continental de Manguinhos, como as advindas de aterramentos, ficariam livres para a expansão industrial.

Os idealizadores do projeto da cidade universitária consideravam diversas formas de acesso ligando o campus à cidade, em contraposição aos que defendiam (e ainda defendem) a opinião da intenção de isolamento do campus universitário. O acesso da cidade universitária com o continente, via Avenida Brasil, seria inicialmente feito pela ponte da Ilha do Governador, construída pela Aeronáutica, que teria sua largura ampliada de 10 para 20 metros. Outra ponte seria posteriormente construída, ligando a ilha de Sapucaia à ponta do Caju, conjugada com a construção dos cais, conforme projeto do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, bem como com o prolongamento da Avenida Rodrigues Alves. Esta faria a ligação da Ilha Universitária diretamente à Praça Mauá e à Avenida Presidente Vargas, também construída na década de 1940. Por sua vez, o acesso a esta avenida facilitaria, significativamente, o acesso à zona sul, ao centro, como aos bairros da Tijuca, Rio Comprido, Grajaú, Vila Isabel, Tijuca e São Cristóvão. Os bairros de Bonsucesso, Olaria, Ramos e Governador particularmente estariam próximos à cidade Universitária. Já o aparente

distanciamento da zona sul não deveria ser considerado obstáculo , tendo em vista que o estudo do centro de gravidade da população estudantil, realizado pelo censo de 1940, indicava as proximidades da Praça da Bandeira como ponto central às áreas de moradias dos alunos. Neste sentido, o posicionamento das áreas de Manguinhos e da Quinta da Boa Vista seria mais recomendável. Porém, considerando-se as demais variáveis, as Ilhas mantinham-se como o local mais privilegiado.

Além dos aspectos da acessibilidade, outros também tornavam as ilhas o local mais favorável ao empreendimento: a possibilidade de ampliação da área territorial da Cidade Universitária, mediante a ligação das ilhas de Baiacu, Cabras e Catalão, transformando a área inicial de 3.720.000 para 5.000.000 metros quadrados. A execução dos trabalhos poderia ser feita de forma progressiva, à medida que a necessidade de utilização das diferentes áreas insulares exigissem acréscimo de área ao conjunto da ilha universitária. Apesar da proximidade do centro da cidade e das importantes vias de acesso, a Cidade Universitária gozaria de relativo isolamento.⁶ O hospital de clínicas, situado na ilha do Fundão teria vasta clientela para seus ambulatórios e clínicas proveniente de bairros próximos como Olaria, Bonsucesso, Ramos e Ilha do Governador e após a construção da segunda ponte, com os bairros do Caju e São Cristóvão. A Cidade Universitária também estaria às margens da Baía de Guanabara, beneficiando-se da presença de brisas marítimas, tornando o clima mais agradável, além da variedade de esportes náuticos que poderiam ser praticados pelos alunos e, obviamente, a contemplação da beleza natural da baía, mundialmente reconhecida naqueles tempos. O custo da obra seria barateado pela existência de pedra, areia e saibro no local, bem como pela facilidade de receber, por via marítima, materiais como cimento, vergalhões e outros.

⁶ Este “isolamento” sugerido deve ser entendido como a existência de local tranquilo, propício aos estudos e à vida universitária, sem os inconvenientes típicos de uma metrópole.



Ilha Universitária – Destaca-se, em primeiro plano o prédio do Hospital de Clínicas. São visíveis, também, as duas pontes que ligariam a Cidade Universitária à Avenida Brasil, na altura da Ilha do Governador e Bonsucesso.

(Acervo ETU/UFRJ)

A superioridade geográfica das ilhas já havia sido reconhecida em relação a Manguinhos e Vila Valqueire. O enfoque para a escolha desta última pautou-se pelas dificuldades de importação de máquinas para os trabalhos de aterramento, face a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, com o final da guerra, as comparações entre as localizações foram retomadas. A área de Vila Valqueire teria um único acesso no quilômetro dois da Rodovia Rio-São Paulo, o que requeria a construção de um ramal ferroviário junto à Estrada de Ferro Central do Brasil. Este problema, além da distância, marcava distinção entre as duas áreas, pois a acessibilidade para o campus nas ilhas, como já explicado, ressaltava a proximidade com o centro urbano como fator facilitador do acesso dos corpos docente e discente.

Sob a ótica de outro importante fator, o sócio-econômico, considerou-se que, em Vila Valqueire, riquezas e patrimônios seriam destruídos, com a demolição de aproximadamente 180 casas, fato indesejável em épocas de déficit habitacional. Já nas ilhas, com a ampliação da área disponível originalmente e dos trabalhos de saneamento que seriam realizados, o patrimônio público federal seria aumentado. Na parte alodial⁷ da ilha do Fundão, a única que

⁷ Imóvel ou propriedade livre de vínculo, foros, pensões ou qualquer outro encargo.

requeria desapropriações, o Ministério da Aeronáutica havia se encarregado de realizá-las, através do Decreto nº 18.077, de 15 de março de 1945.

As desapropriações em Vila Valqueire demandariam tempo indeterminado, sobretudo se considerarmos que os proprietários dos imóveis ameaçados manifestaram a intenção de recorrerem à justiça, o que poderia atrasar de forma preocupante as obras. Um problema inexistente nas ilhas, que tinha na construção da ponte ligando ao continente, e ao aterro da faixa de ligação da ilha do Fundão às demais, os únicos fatores restritivos ao início das obras. Do ponto de vista econômico, as despesas iniciais com desapropriações, vias de acesso e preparo do terreno em Vila Valqueire girariam em torno de 62 milhões de cruzeiros, enquanto as desapropriações da área alodial, o aterro de 962.000 metros quadrados, o alargamento da ponte entre o continente e a ilha do Fundão com seu respectivo acesso e a construção da ponte que ligaria a Universidade à ponte do Caju, requeriam 56 milhões de cruzeiros.⁸

Se considerarmos a área criada para abrigar a cidade universitária, os 3.720.000 metros quadrados das ilhas seriam ocupados integralmente, enquanto em Vila Valqueire, dos 2.980.000 metros quadrados existentes, cerca de 934.000 metros quadrados eram excessivamente acidentados, portanto de uso restritivo. Além disso, nas ilhas, existia a possibilidade de extensão da área para quase 5 milhões de metros quadrados, em se ligando as ilhas Cabras e Catalão.

O Hospital de Clínicas, na proximidade de bairros operários⁹, proporcionaria a variedade de casos típicos para estudos. Tratava-se de bairros próximos à principal área industrial da cidade, por isso, apresentando elevado contingente populacional e situação de carência de serviços públicos de assistência à saúde.

Assim, após os estudos prévios com o Diretor de Engenharia e com o Chefe da Comissão de Tombamento, bem como dos exames preliminares com o Diretor de Obras e o prefeito do Distrito Federal, foram procurados os Ministros da Guerra e da Aeronáutica. Seguiram-se os contatos com o Secretário da Viação e Obras Públicas e com o Chefe da Comissão do Plano da Cidade. Estas autoridades se manifestaram favoravelmente, apoiando a

⁸ Os dados quantitativos aqui apresentados foram adaptados de BARBOSA, Luiz Hildebrando Horta. *Ainda a localização da Cidade Universitária*. Separata da Revista do Serviço Público. Ano VIII Vol III nº 3 – Setembro 1945. RJ, Imprensa Nacional, 1946.

⁹ Caju, Benfica, Inhaúma, Olaria, Penha e adjacências.

idéia proposta, apesar das restrições, justificadas e de pouca relevância para a não realização da solução apresentada: o Ministro da Guerra ressaltava a necessidade de conservação do Asilo dos Inválidos da Pátria, na extremidade nordeste da Ilha de Bom Jesus. Tal fato não acarretaria nenhum prejuízo à cidade universitária, pois, além de pequena, ficaria de certa forma isolada das atividades escolares pelo parque florestal.. Já o Ministro da Aeronáutica sublinhava a urgência da construção da ponte , condição que também era do total interesse da universidade.

Neste ponto é interessante também destacarmos algumas das vantagens indiretas apresentadas pela comissão, com a escolha do arquipélago para sediar a Cidade Universitária: a construção e aparelhamento da zona portuária do Caju, necessária à ampliação da capacidade do porto do Rio de Janeiro; abertura do canal do Jacaré e seus tributários, propiciando o saneamento de área com mais de 50 quilômetros quadrados; a conclusão do aterro e execução do cais de Mangueiros, bem como a suspensão do aterro de lixo, levariam à resolução do problema da incineração do lixo da Capital Federal¹⁰; e por último, a abertura do prolongamento da Avenida Rodrigues Alves até o cais oeste do Caju facilitaria a expansão da zona portuária e o acesso das futuras zonas universitária e industrial.

A localização definitiva da Cidade Universitária da Universidade do Brasil ficou, então, inalterada a partir do Decreto-lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945, na presença do Ministro da Educação, do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, do Diretor da Divisão de Edifícios Públicos e do Chefe do Escritório Técnico da Cidade Universitária. Este Decreto revogou o de nº 6.574, de 8 de junho de 1944, que determinava a localização da Cidade Universitária em Vila Valqueire, autorizando a alienação dos imóveis existentes nas ilhas em benefício da Universidade, com exceção do Asilo dos Voluntários da Pátria, localizado na Ilha do Bom Jesus.

¹⁰ A ilha de Sapucaia foi utilizada como aterro sanitário da cidade durante muitos anos.



Parte do aterramento foi viabilizado com o desmonte do morro do Fundão
(Acervo ETU/UFRJ)

Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, já no contexto de redemocratização do país, o Decreto nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945, concedeu a autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil. Estendeu-lhe, também, outras atribuições, entre as quais as de administrar e, portanto, reparar e conservar todos os imóveis de seu patrimônio, inclusive os que lhe viessem a ser incorporados, quer através da própria União ou de outros estabelecimentos de ensino e institutos técnicos.

Neste novo quadro, o DASP resolveu interromper o andamento dos trabalhos decorrentes da aplicação do Decreto Lei 6.574, realizando diversos entendimentos verbais com a Reitoria da Universidade do Brasil. Várias soluções foram sugeridas e levadas à consideração do Ministro da Educação e Saúde, Dr. Ernesto de Souza Campos, que resolveu submeter o assunto à aprovação do Presidente da República, com minuta de Decreto-Lei, cujo seguintes tópicos merecem atenção: a incorporação, por doação, de imóveis do Patrimônio da União, ao Patrimônio da Universidade do Brasil; a instituição de uma comissão mista para os fins de efetivar a cessão e transferência dos imóveis da referida doação; o destino dos fundos decorrentes da alienação dos imóveis doados, que deveriam ficar exclusivamente vinculados à construção e ao equipamento da Cidade Universitária. Tão logo tais objetivos fossem alcançados, deveria cessar a transferência de novos imóveis. Não seria razoável, com efeito, que tão vultosos recursos fossem cedidos sem uma finalidade específica, já que as despesas

ordinárias da Universidade caberiam às verbas orçamentárias previstas pela União; e por fim, a transferência do DASP para a Universidade do Brasil, do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (que havia sido criado pelo art. 2º do Decreto-lei número 7.217, de 30 de dezembro de 1944, vinculado àquele Departamento).

Esgotados os recursos financeiros (Cr\$ 10.171.073,30), concedidos pelo Decreto-lei nº 7.217, de 30 de dezembro de 1944 para as obras da cidade universitária, estas ficaram totalmente paralisadas, apesar das iniciativas do ETUB e do DASP para a obtenção de novas verbas destinadas ao prosseguimento dos serviços iniciados, principalmente, dos associados ao planejamento urbanístico e arquitetônico do conjunto universitário.

Esta paralisação prolongou-se por quatro anos, até 1949. Tempo suficiente para que o Ministro da Educação articulasse nova tentativa de revogação do Decreto-lei que versava sobre a construção da Cidade Universitária¹¹. Encaminhou ao Presidente da República Exposição de Motivos nº 59, a 26 de julho de 1946, argumentando que a localização da Cidade Universitária em ilhas da Guanabara, determinada pelo Decreto-lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945, havia sido considerada imprópria por expressa resolução do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, que entendeu mais conveniente a escolha dos terrenos da Praia Vermelha, para uma instalação mais modesta e de menores proporções.

Ainda prosseguia o Ministro em suas argumentações que, *“reexaminando, entretanto, o assunto, com os membros do referido Conselho, voltaram-se afinal, as preferências para os terrenos da Quinta da Boa vista, cujas excelências já foram reconhecidas em deliberação quase unânime da antiga Comissão do Plano da Universidade¹², quando dos quatorze membros presentes, somente dois não aceitaram esta solução.(...) Uma idéia de conjunto das opiniões, então manifestadas em maioria, permite colocar, ainda agora, a solução dos terrenos da Quinta da Boa Vista, completados com os da Estação de Mangueira, numa posição quase privilegiada, seja pelo menor dispêndio com as desapropriações; seja pela existência de uma área livre pronta para as construções; seja pelo oferecimento de condições fáceis para uma possível expansão das edificações, isso sem desprezar o fato de que, sobre o*

¹¹ O então Ministro da Educação, Prof. Ernesto de Souza Campos, foi durante anos Presidente da Comissão de Professores encarregados de definir o local a se construir a cidade universitária da Universidade do Brasil. Sempre colocou-se favorável à localização na Praia Vermelha, ou como segunda opção, pelas áreas próximas à Quinta da Boa Vista.

¹² Comissão composta por professores, em reunião de 7 de abril de 1936

*aspecto urbanístico, lucraria a cidade do Rio de Janeiro em ter realizado em sua zona norte um conjunto de construções monumentais. Mesmo aqueles que entendiam a solução da Praia Vermelha como preferível, sob o ponto de vista estético, e que viam a proximidade das linhas férreas como um requisito menos recomendável, votaram em favor da escolha dos terrenos da Quinta da Boa Vista e da Estação de Mangueira por considerá-la a solução mais equilibrada e exequível.”*¹³

Finalizando sua exposição, o Ministro propôs ao Presidente as seguintes considerações: *“revogação do Decreto-lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945, que mandou reservar para a construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil um conjunto de ilhas da Baía de Guanabara. A providência se impõe para fazer cessar gastos que se tornarão dispensáveis com a mudança dos fins que se tinham em vista.”* Além disso, o *Escritório Técnico da Universidade do Brasil seria transformado em Divisão de Obras e Planejamento da mesma Universidade, “não só para ter a seu cargo os trabalhos da construção da Cidade Universitária nos terrenos da Quinta da Boa Vista e da estação de Mangueira, como também para se incumbir das obras de que carecem os atuais edifícios, para o funcionamento provisório das unidades universitárias.”*¹⁴

¹³ Foi sugerido pelo Ministro que fossem entregues à Universidade, para funcionamento provisório de suas unidades, até a efetivação das obras da Cidade Universitária, os prédios e terrenos da Praia Vermelha, nas Avenidas Pasteur e Venceslau Braz, onde funcionavam o antigo Hospital de Alienados e órgãos do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Tal fato viabilizou a anexação destes prédios ao patrimônio da Universidade, formando o atual campus da Praia Vermelha. As obras de restauração do Hospício de Alienados, promovida pelo Reitor Pedro Calmon, deram origem ao Palácio Universitário, sede da Reitoria da Universidade, até a década de 70, e atual sede do Fórum de Ciência e Cultura, da Decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e de unidades acadêmicas como Escolas de Comunicação Social, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Economia, e Serviço Social. Unidades do Centro de Ciências da Saúde, como o Instituto de Psiquiatria e o Instituto de Neurologia também lá estão localizados. Entretanto o ministro não considerou em nenhum momento, em suas argumentações, parecer do próprio Conselho Universitário da UB, de 24 de outubro de 1941, que sinalizou favoravelmente pela área próxima a Mangueiras: *“O Conselho Universitário, deixando ao alto critério governamental a adoção do tipo universitário, maior ou menor, indica, para a localização daquele, Mangueiras, e deste, Morro da Viúva, em terrenos acrescidos consoante a sugestão do Prof. Domingos Cunha. Esta proposta teve os votos favoráveis dos Professores Joanídia Sodré, José Ferreira Pires, Porto Carreiro Netto, Alvaro Fróes da Fonseca, Domingos Cunha, Antonio Sá Pereira, Paulo da Rocha Lagôa, Adolpho Murtinho e, com restrições, Pedro Calmon, tendo declarado positivamente a sua preferência pelos terrenos de Mangueiras os Professores Eugênio Hime e Augusto Bracet, o Presidente do Diretório Central dos Estudantes, Helio de Almeida, e o Presidente do Conselho que, no caso concreto, julgou dever o Conselho sugerir ao Governo a sua predileção por uma Cidade Universitária construída em terreno amplo, de fácil acesso e que permita a expansão futura, sobre uma outra angustiada pela falta de espaço, em local de acesso difícil e de expansão futura praticamente impossível.”*

¹⁴ ILHA UNIVERSITÁRIA – Realização do Escritório Técnico da Cidade Universitária (*separata da “Revista do Serviço Público- Ano XV – Vol. 1 – Nº 2 – Fevereiro de 1952*) Publicação do Departamento de Imprensa Nacional – Rio de Janeiro, 1954.

Por determinação do Presidente Dutra, coube ao Diretor Geral do DASP, Dr. Abílio Mindelo Baltar, a análise dos argumentos constantes da Exposição de Motivos do Ministro da Educação. Através de nova Exposição de Motivos, de nº 858, de 5 de setembro de 1946, realizou o Diretor uma detalhada retrospectiva de todo o longo processo decorrido desde o ano de 1935, quando se iniciaram os trabalhos para a definição do local a se construir a Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Valeu-se de ampla documentação e de pareceres de especialistas sobre as diversas escolhas. Contrapôs aos argumentos utilizados pelo Ministro da Educação, dados atualizados de desapropriações e indenizações a serem feitas, se escolhida a região da Quinta da Boa Vista. Os inconvenientes para a construção nesta área, segundo o Diretor, superavam, em muito, os verificados em anos anteriores. Foram construídos nas imediações da Quinta, durante os anos referidos pelo Ministro, diversos prédios para institutos, escolas, hospitais, zoológico e do Ministério da Guerra.

Argumentava ainda o Diretor do DASP que existiam *“obstáculos de árdua e remota eliminação, para cuja cogitação se torna indispensável a audiência das diferentes autoridades interessadas, circunstâncias essas que não parecem ter sido levadas em conta pelo Senhor Reitor da Universidade, a quem se deve a iniciativa da projetada mudança da localização”*. (...) *Não parece aconselhável, portanto, a efetivação dessa medida, sem que sejam tomadas as providências prévias destinadas ao reexame e balanceamento de todos os fatores que intervêm no assunto. Tanto mais que, de acordo com os estudos levados a efeito por este Departamento, comparando doze soluções para a localização da Cidade Universitária, concluiu-se que sete dentre elas eram superiores à da Quinta da Boa Vista; aliás, tais estudos vieram confirmar, quase integralmente, os que o próprio Ministério da Educação e Saúde antes elaborara sob a direção do Dr. Paulo de Assis Ribeiro.”*

Encerrando sua Exposição, afirmou ainda o Dr. Abílio Baltar que caberia a observação de que, no caso de formação do patrimônio da Universidade do Brasil, mediante alienação ou arrendamento, nas ilhas destinadas à Cidade Universitária, as despesas com saneamento seriam necessárias para a valorização do patrimônio. Por isso, ao contrário do que constava na Exposição de Motivos do Ministro da Educação, seria inviável o corte de gastos, plenamente justificados quando comparados aos benefícios da valorização patrimonial. Ao contrário do que argumentava o ministro, a solução que exigiria gastos especiais para sua efetivação era justamente a dos terrenos nas vizinhanças da Quinta da Boa Vista, em decorrência das

necessárias desapropriações, como também pelas obras de grande vulto decorrentes da existência do ramal ferroviário que cortava, transversalmente, o terreno.

Após novas análises dos múltiplos e detalhados estudos técnicos, promovidas por uma Comissão composta por Inácio M. Azevedo, Reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon Moniz Bittencourt, Diretor da Faculdade de Direito (e futuro Reitor da Universidade durante os anos de 1948 a 1966), Prof. Alfredo Monteiro, Diretor da Faculdade Nacional de Medicina, Otávio Reis de Cantanhede e Almeida, Diretor da Escola Nacional de Engenharia, Francisco Behrendorf, Diretor do Serviço do Patrimônio da União, José de Oliveira Reis, Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal, Eduardo Rios Filho, Diretor do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e Luiz Hildebrando Horta Barbosa, Chefe do Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, concluiu-se pela superioridade global da última solução, que apontava a construção da Cidade Universitária no terreno a existir como decorrência da ligação das ilhas. Tal superioridade evidenciava-se ainda mais, se comparados os aspectos de ordem econômica, política e social.

Assim, concluiu a Comissão pela manutenção da localização da futura Cidade Universitária na área formada pela unificação da Ilhas, nos termos do Decreto-lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945. Este parecer abriu possibilidades ao ETUB para pleitear a liberação de um crédito especial para o reinício das obras. Tal objetivo foi materializado com a sanção da **Lei nº 447, de 20 de outubro de 1948**, que se referiu, explicitamente, à localização da Cidade Universitária, bem como ao seu Escritório Técnico. A partir daí, iniciaram-se efetivamente as obras de construção da ilha. Entretanto, ao contrário das previsões otimistas de seus idealizadores, os problemas para a construção da cidade universitária ainda estavam longe de solução e as obras se arrastariam por mais de 20 anos...¹⁵

Derrotadas as correntes contrárias à construção, foram iniciados os projetos para a unificação das ilhas e urbanização da cidade universitária, bem como dos primeiros prédios a serem construídos: o Instituto de Puericultura, o Hospital das Clínicas, a Escola Nacional de Engenharia e a Faculdade de Arquitetura.

¹⁵ A problemática do longo período das obras de construção da Cidade Universitária (décadas de 1950 e 1960) foge aos objetivos deste trabalho e merece estudos à parte. Merecem também estudos as articulações entre a Reitoria da Universidade e o Ministério da Educação com relação à cessão, para a universidade, do prédio do antigo Hospício de Alienados, na Praia Vermelha. Simultaneamente às obras iniciais de construção da cidade universitária, em 1949, o antigo Hospício passou pelas obras que o transformaria no "Palácio Universitário" da Universidade do Brasil.

A cidade universitária teria seus espaços integralmente ocupados, com a existência das seguinte zonas ou centros : 1) Centro Administrativo; 2) Centro de Filosofia, Ciências, Letras e Educação; 3) Centro de Ciências Sociais, Políticas e Econômicas; 4) Centro Médico, Odontológico, Farmacêutico e Hospitalar; 5) Centro de Engenharia, Químico, Tecnológico, Eletrotécnico e de Física Nuclear; 6) Centro de Belas Artes; 7) Centro de Educação Física; 8) Centro Residencial; 9) Centro dos Serviços Auxiliares e 10) Centro Florestal e Zoológico.

Para que se tenha uma idéia da dimensão das áreas reservadas para cada um desses setores, podemos observar algumas medidas : o setor de Medicina e o Residencial teriam mais de 100 hectares cada um¹⁶; o de Engenharia, 70 hectares, o de Educação Física, 40 hectares e o centro Florestal e Zoológico ocupariam cerca de 80 hectares. (1 hectare equivale a 10 mil metros quadrados). A baía para esportes náuticos mediria cerca de 2.100 metros de comprimento por 830 metros de largura, tendo mais de 3.000 metros de praias de areia.

Prevvia-se que a lotação global da Cidade Universitária, na fase inicial, seria de cerca de 23.000 pessoas, das quais cerca de 2.300 corresponderiam a funcionários e 3.500 aos leitos do Hospital das Clínicas, Institutos de Neurologia, Psiquiatria, Puericultura e outros. A população final, em condições ótimas, estava estimada em, no máximo, 40.000 pessoas. As principais unidades da universidade teriam, de início, as seguintes lotações : Faculdade Nacional de Medicina, 2.500 alunos; Faculdade Nacional de Direito, Filosofia e a Escola Nacional de Engenharia, 2.000 alunos cada uma; Faculdade Nacional de Arquitetura, Odontologia, Economia e as Escolas Nacional de Música e de Enfermagem, 1.000 alunos cada uma, e as Escolas de Belas Artes, Química, Farmácia e Educação Física, 500 alunos cada. A zona residencial, para alunos e professores, deveria comportar até o limite máximo de 10.000 estudantes e 300 famílias de professores.

Admitido o conceito de Universidade-Parque seria indispensável que entre as unidades construtivas, como entre os setores, houvesse campos arborizados. O Plano Diretor, lançando as primeiras edificações, deveria deixar, ao redor destas, tanto quanto possível, espaço para a expansão futura. Daí a necessidade de se estabelecer um zoneamento eficaz.

¹⁶ 1 hectare corresponde a 10.000 metros quadrados.

O projeto urbanístico da Cidade Universitária foi desenvolvido a partir de um zoneamento por grandes quadras, cada uma delas destinada a uma área do saber, deixando claro as influências da Carta de Atenas¹⁷, com os seus edifícios cercados por extensa área verde e ambicioso projeto viário. O zoneamento de seu território foi feito, de modo a deixar próximos os seguintes setores:

a) ADMINISTRATIVO : composto pela Reitoria, Biblioteca Central e Prefeitura . Este setor deveria ocupar a posição central, já que daria organicidade à Cidade Universitária. Sediando a administração central, seria o local ideal para realizações conjuntas de cerimônias, festas ou refeições de grau. Além do espaço para os edifícios, este setor deveria ter ampla área para circulação e estacionamento de veículos.

b) FILOSOFIA, CIÊNCIAS, LETRAS E EDUCAÇÃO: também em posição central, já que tratava-se da Faculdade nuclear da Universidade;

c) CIÊNCIAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS

d) MÉDICO, ODONTOLÓGICO, FARMACÊUTICO, DE ENFERMAGEM E HOSPITALAR : Em posição periférica, de forma a ter rápido acesso às vias públicas. Deveria ter acesso independente e comunicações internas. A localização do Centro Médico no campus seria a melhor solução, desde que houvesse certo grau de independência para o acesso, movimento de doentes, internados e de ambulatório, sem contato direto com os demais estudantes.

e) TECNOLOGIA E CIÊNCIAS EXATAS: também em área com facilidade de acesso a vias públicas e certa independência da estrutura viária da Cidade Universitária, em função de transporte de máquinas e equipamentos de grande porte.

f) ARQUITETURA, BELAS ARTES E MÚSICA.

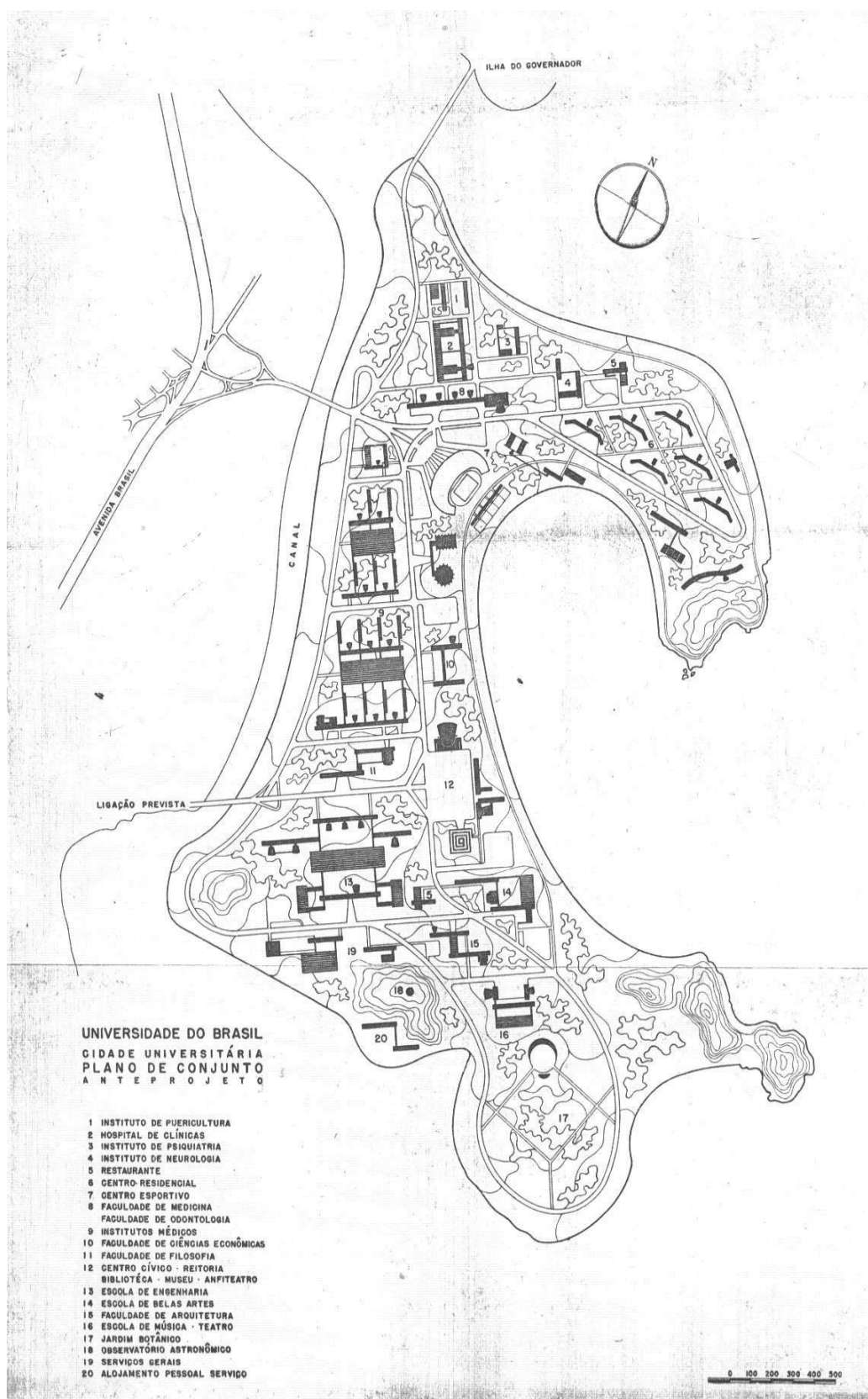
g) EDUCAÇÃO FÍSICA

h) RESIDENCIAL : em área extrema da Cidade Universitária, nas imediações da Ilha do Catalão. Teria esta área bela vista para a Baía de Guanabara.

i) SERVIÇOS AUXILIARES.

j) FLORESTAL E ZOOLÓGICO. Estas duas últimas áreas ficariam na extremidade das Ilhas de Sapucaia e Bom Jesus.

¹⁷ A Carta de Atenas é o resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas, no ano de 1933. Apareceu publicada, pela primeira vez, em 1941, na França, e, embora anônima, sua autoria é atribuída a Le Corbusier. A primeira publicação brasileira desse documento foi desenvolvida pelo Diretório Acadêmico dos alunos de Arquitetura da UFMG, em 1964. Constituiu-se como principal referência do urbanismo modernista e entre os brasileiros já era referência muito antes de sua versão em língua portuguesa. Suas 95 recomendações estão divididas em três partes: I) A cidade e a região; II) Habitação, recreio, trabalho e circulação (as quatro funções ou zonas da cidade) ; III) Patrimônio Histórico e IV) Pontos de Doutrina / Conclusão. (RODRIGUES, 2001)

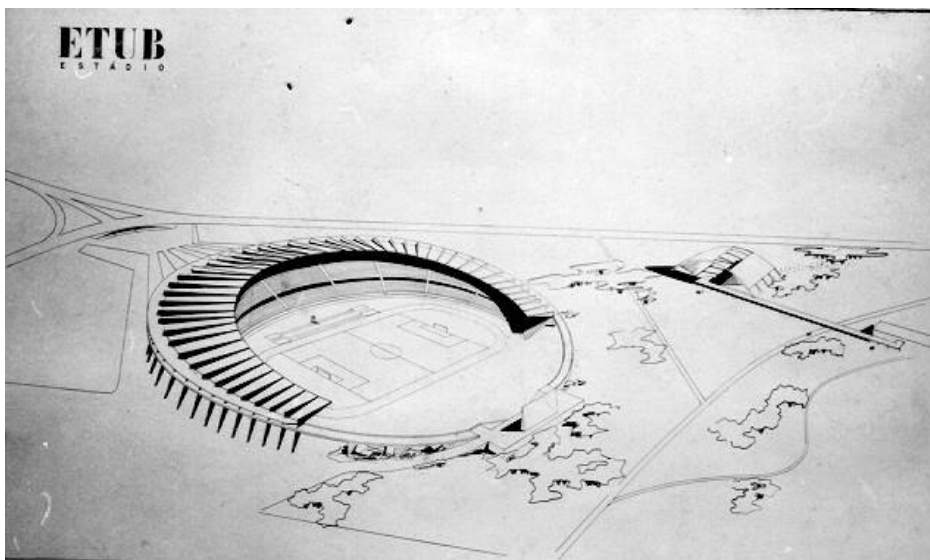


Plano Diretor – Ocupação prevista originalmente para a Cidade Universitária . A ilha universitária estaria integralmente ocupada com todas as unidades da universidade.



Desmonte da colina da Ilha do Fundão, onde hoje está situado o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - (Acervo ETU/UFRJ)

A construção do estádio universitário deveria dar início ao setor de educação física por permitir que nele fossem realizadas uma grande variedade de exhibições, contando com a participação de grande massa de estudantes. O estádio comportaria 35 mil pessoas e seria destinado, não somente aos jogos de futebol, como também a competições atléticas, desfiles cívicos, coros orfeônicos e exhibições coreógrafas e sinfônicas. O interesse dispensado a esta obra decorre da importância dada, naquele período, aos esportes como formador do caráter da juventude, colaborando para o desenvolvimento e a melhoria do comportamento social e moral dos indivíduos.



(Acervo ETU/UFRJ)

A primeira unidade a entrar em funcionamento na cidade universitária foi o Instituto de Puericultura, inaugurado em 1º de outubro de 1953. Getúlio Vargas, novamente no poder, agora como Presidente constitucional eleito diretamente pela população, presidiu a cerimônia de inauguração. Pelo valor simbólico do discurso, marco inaugural da cidade universitária, optamos por reproduzi-lo, na íntegra:

“Nesse recanto tranquilo da Guanabara destinado a abrigar os labores da inteligência e do saber, vemos hoje concretizar-se, na inauguração do primeiro edifício da futura Cidade Universitária, um anseio da cultura nacional a que procurei dar realidade.

Foi há oito anos passados que o meu governo tomou as providências iniciais para levantar aqui o mais importante centro educacional do país. Compreendeu a necessidade de reunir e sistematizar, num conjunto de instalações apropriadas, os diversos institutos de ensino superior que constituem a Universidade do Brasil, ampliando-os nos seus currículos e objetivos. Era preciso promover condições materiais para que mestres e estudantes viessem encontrar, no convívio de todos os dias, a verdadeira atmosfera da vida universitária.

Obra de grande vulto e longo alcance, muitos descreram de suas possibilidades. Agora, entretanto, já podemos ver que as nossas esperanças não foram frustradas. Se muito ainda resta a fazer, não foi pouco, decerto, o que já fizemos. Os

trabalhos de preparação do terreno estão praticamente concluídos. Na grande Ilha Universitária, que resultou de tarefa tão árdua e tão custosa, 30.000 alunos e professores encontrarão o ambiente propício às suas atividades culturais e às solicitações do esporte e do recreio sadio.

Não obstante as dificuldades financeiras do país, que levaram o meu governo a adotar uma severa política de compressão de despesas, foram levadas avante estas obras de tão alta destinação. Dos 470 milhões de cruzeiros empregados na construção da Cidade Universitária, desde 1945, cerca de 400 milhões o foram durante o meu governo, no período de 1951 a 1953. A proposta orçamentária para 1954 consigna uma dotação de 350 milhões de cruzeiros àquela mesma finalidade.

Já se evidenciaram, na imponente de suas estruturas, os primeiros frutos desse arrojado empreendimento. Dentro em breve estarão concluídos, sucessivamente, a Faculdade Nacional de Arquitetura, blocos residenciais com capacidade para 1.200 estudantes, a Escola Nacional de Engenharia e o Estádio Universitário. Já vai também adiantada a construção do grandioso Hospital de Clínicas, que disporá de 1.600 leitos, distribuídos por 16 clínicas e mais 336 quartos individuais.

A cerimônia que ora me é dado presidir, inaugurando o Instituto de Puericultura, tem para mim uma particular significação. Desde há muitos anos tem sido uma preocupação constante do meu governo possibilitar a execução de um programa de assistência à maternidade e à infância e de higiene infantil, em bases técnicas e modernas e racionais. Em 1936, durante visita à Bahia, tive a satisfação de conhecer a notável obra que o professor Martagão Gesteira vinha realizando naquele terreno. Convidei-o então para dirigir atividades federais de amparo à maternidade e à infância. Desde essa ocasião tem sido um abnegado batalhador pela causa do estabelecimento de uma orientação científica avançada para a puericultura no Brasil.

O Instituto de Puericultura que hoje entra em atividade dotado de moderno aparelhamento técnico e instalações adequadas, compreende o Abrigo Maternal, a Pupileira, o Banco de Leite, o Centro de Prematuros e Enfermarias de Clínicas da Primeira Infância. Seu papel, quer no que toca às atividades assistenciais, quer no que diz respeito à preparação de especialistas, marcará o início de uma nova fase da história do amparo à infância no Brasil.

Devemos esperar que obras como essa avivem na alma dos moços a fé no Brasil e a confiança nos seus governantes.

Pois o país trabalha e o seu governo se empenha na causa do progresso nacional, a despeito das campanhas insidiosas dos que nada constroem e apenas procuram difundir a descrença amarga e o pessimismo dissolvente.

A sabedoria dos mestres e o entusiasmo dos moços hão de reunir-se aqui, para fazer deste núcleo universitário um centro vivo e palpitante da crença nos destinos da pátria.”¹⁸



Prédio do Instituto de Puericultura , inaugurado a 1 de outubro de 1953 (primeira unidade da universidade a funcionar na Cidade Universitária). (Acervo ETU/UFRJ)

Ao contrário do previsto pelo Presidente em seu discurso, as obras não tiveram continuidade no tempo desejado. Em 1954, num quadro de crise econômica e política, agravada por pressões externas e internas, a sustentabilidade do governo de Vargas foi comprometida, culminando com a sua morte. Já neste momento, os recursos destinados à obra foram sendo sistematicamente diminuídos, até a suspensão total.

¹⁸ Jornal Diário de Notícias, edição de 02 de outubro de 1953.



Plano Geral da Cidade Universitária. Em primeiro plano, o Hospital de Clínicas e , ao fundo, o prédio da Faculdade de Arquitetura. Observa-se, ao meio, que a ilha ainda não está totalmente formada (aterros ainda por concluir). (Acervo ETU/UFRJ)

A década de 60 marcou um período desolador para a Cidade Universitária, chamada inclusive, em diversos jornais, de “cidade fantasma”. Os três prédios com construção ainda em andamento naquela época (Hospital de Clínicas, Engenharia e Arquitetura) tiveram suas obras atrasadas e por vezes interrompidas. Os demais previstos¹⁹ não foram materializados. Nem mesmo o projeto urbanístico foi consolidado. Grande parte das unidades acadêmicas da Universidade não vieram para o campus e ainda hoje vivem isoladas. Em muitos aspectos, o “espírito universitário” , já desejado nos anos 30, ainda não se materializou na idéia de um “campus” concentrador de saberes múltiplos e viabilizador de uma convivência pretensamente enriquecida pela possibilidade de trocas.

Quando as obras foram retomadas e a cidade universitária “concluída” oficialmente em 1972, pelo Presidente Médici, as intenções originais (espaciais e formais) de seus principais

¹⁹ Institutos de Psiquiatria e Neurologia, Centro Residencial, Institutos Médicos, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Centro Cívico-Reitoria, Biblioteca Central, Museu, Anfiteatro, Escola de Música, Jardim Botânico e Observatório Astronômico. (Vide Mapa PLANO DIRETOR, já apresentado neste trabalho)

idealizadores, o engenheiro Horta Barbosa e o arquiteto Jorge Machado Moreira, foram definitivamente colocadas por terra. Outros aterros e intervenções espaciais nas áreas circunvizinhas, algumas de forma desordenada, como a expansão do complexo da Maré, a zona portuária e industrial do Caju e os canteiros de obras para a construção da ponte Rio-Niterói, comprometeram a circulação das águas no entorno desta grande área, resultando em problemas ambientais graves e de difícil superação.

Ainda há muito o que pesquisar e aprender sobre aspectos ainda obscuros da história de nossa Universidade. Precisamos sair da esfera da “complacência narcisista” de que nos fala Bordieu (2001, p.30). Esperamos que este trabalho, ao resgatar as idéias iniciais almejadas com a construção da cidade universitária que deveria ser símbolo e paradigma às demais universidades, tenha contribuído para o aprofundar das reflexões sobre a problemática de criação destas instituições em nosso país, bem como para o esforço daqueles que ainda hoje lutam pela permanência das condições dignas de trabalho e estudos no maior – e ainda mais problemático- campus universitário brasileiro: a Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



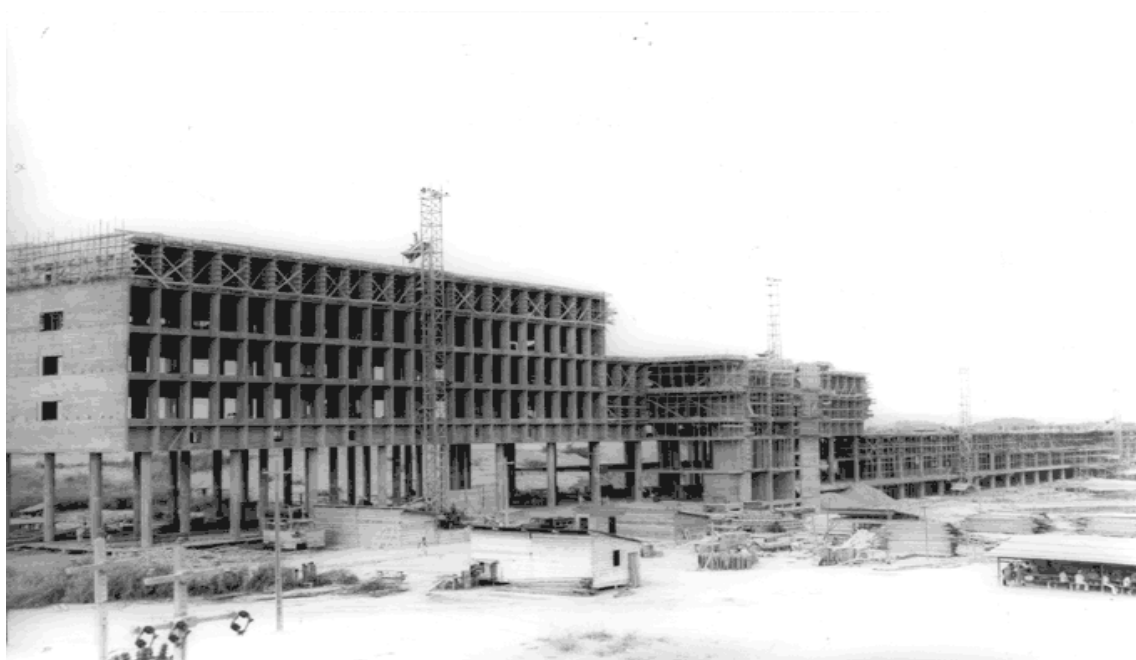
Construção do Prédio da Faculdade de Arquitetura (1951) , inaugurado somente em 1961.

(Acervo ETU/UFRJ)



Construção do Prédio da Escola de Engenharia (Bloco A). A Escola de Engenharia começou a ser transferida do Largo de São Francisco (centro da cidade) para a Ilha do Fundão, a partir de 1962. A cada ano vinha uma turma, de modo que, em 1966, toda a Escola havia sido transferida.

(RODRIGUES,2001) (Acervo ETU/UFRJ)



Construção do Prédio do Hospital de Clínicas, hoje Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). O prédio também teve sua construção interrompida, sendo inaugurado, parcialmente, somente em 1972 pelo presidente Ernesto Geisel. (Acervo ETU/UFRJ)

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luiz Hildebrando de Horta. Ainda a localização da Cidade Universitária. Separata de: *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano. 8, v. 3, n.3, 1946.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001

FOCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BARBOSA, Luiz Hildebrando de Horta. Ilha universitária. Separata de: *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano. 15, v.1, n. 2, 1952. Realização do Escritório Técnico da Cidade Universitária.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Das ilhas à cidade: a universidade visível*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Comparada)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. *A Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único*. Niterói: EDUFF, 2001

**O CAMPUS DA UFRJ NA ILHA DO FUNDÃO:
ATUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DE SUA LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
ESPACIAL**

Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos
UFRJ/IGEO/PPGG

Este trabalho apresenta uma síntese do que foi originalmente desenvolvido como dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ¹ e busca atualizar a discussão do tema à luz dos mesmos conceitos e ferramentas então utilizados, tendo em vista as transformações ocorridas tanto no interior do campus quanto na cidade do Rio de Janeiro e, ainda, no debate em torno do papel da Universidade pública e gratuita em nosso país.

A pesquisa desenvolvida na dissertação tinha o objetivo de entender a localização do campus do Fundão numa área de difícil acesso para o público usuário e sua desarticulação interna, que constitui um contra-senso, uma vez que a idéia de campus busca, entre outras coisas, promover maior intercâmbio entre as unidades da instituição universitária pela proximidade espacial entre as mesmas - ou a facilidade de deslocamento entre elas - , além de garantir alguma privacidade em relação às atividades externas.

O campus da UFRJ na Ilha do Fundão caracterizava-se, à época do desenvolvimento da pesquisa, em primeiro lugar pela desarticulação entre as unidades instaladas em sua área, tanto em função da distância entre elas quanto pela descontinuidade da ocupação (apenas uma parte das unidades da UFRJ está instalada na Ilha), pela ausência de vias para pedestres - calçadas e vias arborizadas, uma vez que o sombreamento é imprescindível numa área de insolação acentuada a maior parte do ano - , pela precariedade de serviços básicos que permitissem a permanência prolongada dos usuários, a dificuldade de acesso através de transportes públicos, a interferência de atividades externas - uma vez que o campus tornou-se área de passagem em direção à Ilha do Governador - ,e finalmente, pela falta de manutenção dos jardins, áreas comuns, vias de deslocamento e prédios, gerando um aspecto geral de abandono do campus.

¹ Dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2000 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, sob a orientação da professora Dr^a Iná Elias de Castro.

A hipótese que norteou o trabalho foi a de que haveria uma intencionalidade tanto na localização quanto na desarticulação interna do campus, sendo que tal intencionalidade estaria associada a uma necessidade de controle da comunidade usuária - professores, estudantes e funcionários - caracterizada por sua mobilização em torno de interesses específicos e, principalmente, pelo questionamento do poder de estado.

O desenvolvimento da pesquisa

O trabalho foi estruturado em cinco partes: discussão teórica dos conceitos que fundamentaram a hipótese da pesquisa; evolução histórica da instituição universitária no mundo e formas de organização espacial que surgiram a cada momento; identificação e análise das estruturas e processos sociais brasileiros que deram origem à forma campus, para o caso da UFRJ, com definição das funções a ele atribuídas; finalmente, foram apontadas as conclusões possíveis.

O recorte temporal da pesquisa abrangeu o período inicial de 1937 a 1945, quando foi discutida e definida a localização do campus da então Universidade do Brasil, tendo sido o segundo período aquele em que foram destinadas verbas para a conclusão de várias obras no campus e transferido o maior número de unidades – 1970 a 1973 – coincidindo com parte do período da ditadura militar.

Como a hipótese de trabalho supôs uma intencionalidade de controle da comunidade de usuários do campus, a pesquisa orientou-se pelos conceitos de território e territorialidade, entendendo que territórios são *os resultados de estratégias para afetar, influenciar, e controlar pessoas, fenômenos e relações*²(SACK, 1986), e territorialidade *como o esforço de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando controle sobre uma área geográfica*³ (SACK, 1986).

Além de território e territorialidade também foram utilizados os conceitos forma, função, estrutura e processo, conforme definidos por Santos (1985), e desenvolvidos mais tarde por Trindade Jr. (2001) . Em síntese, a forma refere-se ao aspecto visível de um objeto ou de um conjunto de objetos que pode ser um prédio, uma indústria, um conjunto residencial, uma usina, uma estrada, enfim, formas espaciais construídas pelos homens. A função diz respeito à atividade elementar de que a forma se reveste, ao desempenho que dela se espera (TRINDADE JR., 2001). A estrutura refere-se às partes que compõem o todo social e como estão relacionadas envolvendo, portanto, o contexto histórico em que as formas são projetadas e no qual lhes são atribuídas determinadas funções (TRINDADE JR., 2001). O processo refere-se ao desenrolar dos fatos na construção efetiva de uma forma. Segundo

Trindade Jr. (2001: 134), *envolve conceitos de tempo, continuidade e mudança*. Assim, sendo *o tempo é considerado como processo e indica movimento do passado ao presente e deste em direção ao futuro, tornando-se uma propriedade entre forma, função e estrutura* (TRINDADE JR., 2001:0134).

Universidade, cidades universitárias e campus

A primeira questão pesquisada na perspectiva das relações forma, função, estrutura e processo foi a do surgimento da forma campus na evolução histórica da instituição universitária, tanto no contexto mundial quanto, posteriormente, no caso da experiência brasileira. Observou-se que, na origem, as universidades não possuíam materialidade alguma, abrigando-se no claustro das catedrais, nos conventos e abadias (VILARINHOS, 2000). Mais tarde, o desenvolvimento da instituição acabou por imprimir prestígio às diferentes esferas de poder que as abrigavam – reinos, comunas, principados, etc. – fazendo com que lhes destinassem extensas áreas e construções suntuosas. O prestígio de um reino, ou de um papa, por exemplo, também envolvia a criação e proteção de uma universidade. As grandes cidades européias passam a atrair intelectuais com vistas a terem sua instituição.

Na Idade Média, a existência de áreas reservadas para as universidades dentro do sítio urbano, constituindo uma cidade dentro da cidade, esteve associada à violência que marcou as relações da comunidade universitária com os demais habitantes (VILARINHOS, 2000). As áreas das cidades que eram ocupadas por construções destinadas a uma universidade passaram a se chamar “cidade universitária”. As cidades de menor porte, em que a universidade era o elemento de maior importância, também receberam esta denominação (BEAUJEU-GARNIER, 1970), como era o caso de Bolonha, Oxford, Salamanca e Coimbra.

O modelo adotado nos Estados Unidos não seguiu necessariamente este padrão. Em solo norte-americano surgiu a preocupação com a possibilidade de diferentes segmentos da população terem acesso ao conhecimento científico, o que implicava, entre outras coisas, na escolha de locais para a implantação de universidades que pudessem ser atingidos pelos usuários através do transporte de massa. Desde seus primórdios, a universidade americana contou com a criação de fundos que viabilizassem sua instalação em todas as unidades da federação (Morril Act, de 1862⁴, prioritariamente em pequenas cidades – ainda que, obviamente, as grandes cidades também tivessem suas universidades (VILARINHOS, 2000).

A pesquisa sobre a origem da organização em campus não chegou a uma conclusão definitiva quanto à primeira proposta neste sentido. O que importa reter, no entanto, é o fato de que a organização espacial das universidades, nos Estados Unidos, esteve, desde o início, associada à construção de *campi* na periferia de cidades de pequeno e médio portes, onde o

custo do solo era mais baixo e permitia a aquisição de extensas áreas para a construção das unidades e ainda, reserva de espaço para futuras ampliações que se fizessem necessárias (VILARINHOS, 2000).

Um outro aspecto a ser lembrado nas razões para a adoção do padrão campus pelas universidades americanas está na influência das concepções do urbanismo progressista, que inspirou-se inicialmente no modelo de cidade industrial de Tony Garnier, que preconizava a separação das funções urbanas, a padronização dos edifícios de acordo com a função a que se destinam, o uso de materiais novos nas construções, etc (CHOAY, 1998).

É importante reter que a idéia de campus em sua origem norte-americana está fortemente associada à necessidade de tornar a instituição acessível às amplas massas, à existência de incentivos federais para que elas surgissem em todas as unidades da federação e à sua localização em área urbana, onde os custos de aquisição do terreno fossem baixos e o transporte público garantisse a frequência dos usuários.

A criação da Universidade do Brasil e a escolha do local para o seu campus

Com o entendimento de que o campus é uma forma à qual foram atribuídas funções por uma determinada estrutura, cabe a identificação e análise desta última, bem como dos processos que envolveram toda a criação da forma em questão.

A atual Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada por um decreto do presidente Epitácio Pessoa, de 7 de setembro de 1920. Ela nasceu como Universidade do Rio de Janeiro, a partir da reunião, sob uma mesma reitoria, de três faculdades pré-existentes – Medicina, Direito e Escola Politécnica⁵.

Em 1931, já na vigência do governo provisório de Vargas, foram promulgados dois decretos referentes ao ensino superior no país. O primeiro estabelecia o Estatuto das Universidades brasileiras. O segundo promovia a Reforma da Universidade do Rio de Janeiro, nos moldes definidos pelo decreto anterior. Segundo o Estatuto, redigido pelo primeiro Ministro da Educação de Getúlio Vargas, Francisco Campos⁶, para que se tenha de fato uma Universidade, e não apenas um amontoado de institutos isolados, burocraticamente reunidos por uma reitoria, cumpre criar a Faculdade de Educação, Ciências e Letras (CUNHA, 1986). Não havia, portanto, uma Faculdade de Filosofia, mas apenas o curso de Filosofia, ligado à Faculdade de Letras.

Segundo Cunha (1986: 302), Francisco Campos apresentou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras como aquela que fornece o perfil universitário ao conjunto de institutos que

compõem a instituição, na medida em que transcende o caráter meramente profissional do ensino ministrado.

O Estatuto das Universidades Brasileiras estabelece critérios a serem seguidos por todas as universidades do país, em seus diferentes níveis de organização, e faz da Universidade do Rio de Janeiro o modelo padrão a ser seguido. Assim, qualquer curso, faculdade ou escola que compusesse uma universidade, deveria se espelhar no modelo da Universidade do Rio de Janeiro. Caso não houvesse semelhante curso nessa universidade, não seria permitida a criação do mesmo em nenhuma outra instituição do país. Da mesma forma, naquelas instituições onde já estivessem funcionando cursos não existentes na Universidade do Rio de Janeiro, os mesmos deveriam ser fechados.

Coerente com esta política foi a incorporação da Escola de Minas de Ouro Preto à Universidade do Rio de Janeiro, determinada pelo decreto de reorganização da referida Universidade. A Escola de Minas de Ouro Preto fora criada em 1875, pelo imperador Pedro II, que trouxera Claude Henri Gorceix, aluno da Academia de Paris, para que elaborasse o projeto de uma Escola brasileira voltada para a formação de geólogos, com a finalidade de conhecer as riquezas minerais do país (CUNHA, 1986). Instituição prestigiada pela excelência dos cursos que ministrava, não cabia, pois, ordenar o seu fechamento, daí a incorporação à Universidade do Brasil.

Voltando à Universidade do Rio de Janeiro, ela passa a se chamar Universidade do Brasil a partir de um decreto presidencial de 5 de julho de 1937, quando todas as Escolas e Faculdades que dela fazem parte passam a ter a designação de Nacionais. É este decreto que efetivamente representará uma camisa de força para as demais Universidades brasileiras, na medida em que obrigará todas elas a terem, na Universidade do Brasil, o padrão a ser seguido.

É preciso abordar algumas características dos governos de Getúlio Vargas, para que se possa entender os rumos que assumiram as discussões e decisões acerca da localização de um campus para a Universidade do Brasil, futura UFRJ.

O movimento político que deu origem ao primeiro governo de Getúlio Vargas em 1930 é tratado na literatura referente ao tema como a Revolução de 30⁷, por ter representado uma ruptura com o modelo político institucional vigente desde a República Velha.

No período denominado governo provisório (1930 a 1934), a composição das forças políticas que apoiaram a nomeação de Getúlio Vargas para a presidência era extremamente heterogênea, abrigando representantes tanto das classes médias urbanas nascentes quanto

setores ligados às oligarquias rurais, derrotadas pela própria Revolução em seu projeto de continuidade.

Com o passar do tempo, Getúlio foi delineando o seu projeto político econômico para o país e, paulatinamente, afastando os setores que a ele pudessem se opor. A culminância desse processo é o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaura um regime centralizador e autoritário, fechando o Congresso Nacional e proibindo a existência de partidos políticos. Do ponto de vista econômico ele pretendia nacionalizar a economia, promover a industrialização através da criação de grandes empresas estatais de infra-estrutura, controlar áreas estratégicas neste sentido e a presença do capital internacional em nosso país. Do ponto de vista político, visava o fortalecimento do poder central, em detrimento dos poderes estaduais, controlados, até então, pelas oligarquias rurais ligadas à exportação de produtos primários. É preciso que se diga que o fortalecimento do poder central não elimina a existência de poderes locais. O que muda é a forma de relacionamento entre essas esferas, com maior independência e controle da primeira sobre as demais.

A centralização do poder administrativo na esfera federal, segundo Skidmore (1996), foi obtida através da transferência de funções anteriormente atribuídas aos governos estaduais e municipais para a alçada da União, ao mesmo tempo em que o governo federal passou a atuar como empreendedor na área econômica. A forte atuação do Estado em vários aspectos da vida do país marcou o surgimento de um governo efetivamente nacional (SKIDMORE, 1996: 55).

Se o golpe de 1937 instaurou um regime autoritário e direitista, é preciso dizer que os primeiros anos após a Revolução de 1930 se caracterizaram pela convivência, nas estruturas do poder, de correntes políticas muito diferenciadas ou até mesmo antagônicas. Este é um aspecto amplamente reconhecido da atuação política de Getúlio – mover-se entre parceiros políticos de posições divergentes, evitando o confronto com aqueles dos quais discordava e mantendo a discrição sobre suas opções pessoais. Assim, de 1930 a 1935 pode-se encontrar intelectuais de esquerda, tanto quanto militantes de grupos de orientação explicitamente fascista ocupando cargos junta à estrutura de poder federal.

Os aspectos aqui levantados sobre os primeiros governos de Getúlio Vargas embasam as análises sobre a escolha de uma localização e de um projeto para o campus da UFRJ.

A discussão em torno da criação de uma cidade universitária para abrigar as unidades componentes da Universidade do Brasil tiveram início em 1935, com a formação de uma comissão nomeada pelo Ministro Gustavo Capanema. Esta comissão recebeu a incumbência não só de projetar a Universidade do Brasil, como também de detalhar o seu funcionamento. Os responsáveis por definir, conceituar e projetar a instituição de ensino superior padrão para todo o Brasil são, em sua esmagadora maioria, professores da Universidade do Rio de Janeiro, inclusive seu reitor à época, professor Raul Leitão da Cunha. Diga-se de passagem, todos intelectuais de vulto no cenário nacional, como Rocha Vaz, da faculdade de medicina, Inácio de Azevedo do Amaral, da faculdade de engenharia, Flexa Ribeiro, da faculdade de Belas Artes e tantos outros.

Também componente da comissão do Plano da Universidade, Ernesto de Souza Campos era professor de Medicina da Universidade de São Paulo onde já havia exercido o cargo de diretor, bem como da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma instituição, além de ser formado também em engenharia. Desenvolveu importantes pesquisas sobre o problema do ensino superior no Brasil, tendo participado das escolhas de localização de vários hospitais universitários no país, como São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Publicou vários trabalhos sobre o assunto, inclusive uma obra de referência – “Educação Superior no Brasil”.

A comissão iniciou seus trabalhos ainda em 1935, tendo selecionado os terrenos da Praia Vermelha e da Quinta da Boa Vista, em 1936, para avaliação de possibilidades de instalação do campus. Após a referida avaliação, optou-se pela localização na Quinta da Boa Vista, com base nos seguintes argumentos:

- 1) *Área maior* do que a Praia Vermelha, orçando os terrenos da Quinta em um total de 2.300.000 metros quadrados.
- 2) *Economia no custo* de aquisição e preparação do terreno, quase todo já pertencente à União.
- 3) *Facilidade de execução do trabalho* por estar quase todo o terreno livre.
- 4) *Posição em relação à cidade*, constituindo a região da Quinta quase o baricentro da metrópole brasileira.
- 5) *Facilidades de vida* mais barata para os estudantes nem só por condições próprias do bairro como pela facilidade de comunicação com os subúrbios. Com o local escolhido terá a Universidade uma estação no seu interior.
- 6) *Dificuldades relativas* ao outro local – o da Praia Vermelha – entre as quais a necessidade de grandes demolições e de avanço para o mar para obtenção de um terreno com a área desejável. Esta foi calculada pela comissão em um mínimo de *um milhão de metros quadrados*. (...)⁸.

O professor Ernesto de Souza Campos argumentou ainda que a opção pela Quinta da Boa Vista permitiria a construção de uma Universidade Parque, que seria um campus com área não inferior a um milhão de metros quadrados. Ele cita as universidades norte-americanas que adotaram este modelo de organização, algumas atingindo extensões consideráveis, como Stanford, na Califórnia, com área de trinta e cinco milhões de metros quadrados.

A localização na Quinta da Boa Vista foi homologada pela lei nº 452, de 5 de julho de 1937⁹. Esta lei também reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, que passou a se chamar Universidade do Brasil, e todas as suas faculdades, escolas e institutos passaram a ser denominados Nacionais. No entanto, esta opção foi posteriormente rejeitada, em função das resistências apresentadas pelas unidades instaladas na área da Quinta da Boa Vista em se transferirem para outros espaços na cidade do Rio de Janeiro. O fato de se tratar da capital federal impunha grande dificuldade em se encontrar áreas extensas, de fácil acesso e desocupadas.

O projeto vencedor para a localização e construção do campus surgiu após a destituição da comissão de professores e transferência das discussões para o D.A.S.P. (Departamento Administrativo do Serviço Público), órgão máximo da burocracia estadonovista, que optou por um projeto modernista.

Não importa aqui fazer toda a reconstituição das discussões em torno da escolha de um local e de um projeto para a localização do campus, mas analisar os fatores que determinaram as opções que finalmente se estabeleceram.

A escolha do conjunto de ilhas, que após aterro formaram a Ilha do Fundão, baseou-se num conjunto de critérios estabelecidos pelos engenheiros do DASP, chefiados pelo professor Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa, responsável pelo Escritório Técnico da Universidade (ETUB). O argumento central dessa escolha atribui vantagens comparativas à Ilha do Fundão em função de não existir, na capital federal, área extensa (após os aterros a Ilha do Fundão atingiria uma superfície de 5.957.460 metros quadrados), próxima às localidades que apresentam o maior peso da população universitária do Rio de Janeiro (Praça da Bandeira, segundo o censo de 1940), sem maiores entraves para sua aquisição (poucas desapropriações e demolições a serem feitas).

O ETUB confirmou a escolha do conjunto de ilhas após estabelecer alguns critérios de análise e submeter cada uma das áreas já indicadas a esses critérios, criando uma pontuação crescente e depois comparando os resultados. A Ilha do Fundão atingiu a maior pontuação. Os critérios compreendiam: Fatores de Ordem Política e Social, Fatores de Ordem Econômica e

Fatores de Ordem Técnica. Os fatores de Ordem Política e Social referiam-se às facilidades de obter a área, à acessibilidade, custo da condução, integração ao meio e ambiente universitário. Os fatores de Ordem Econômica referiam-se ao custo dos terrenos e das obras complementares, custo das construções e custo das utilidades (redes). Por fim, os fatores de Ordem Técnica referiam-se à circunvizinhança (isolamento da área), condições de clima e topografia, condições favoráveis ao ensino e pesquisa e condições favoráveis à educação física (DASP, 1945).

O elemento crucial para entender a escolha do conjunto de ilhas para a construção do campus refere-se à intenção de que a Universidade do Brasil viesse a constituir um padrão para todas as universidades brasileiras, entendendo-se que o padrão devesse contemplar todas as modalidades possíveis de cursos superiores. A exigência maior de Getúlio, em síntese, seria a da monumentalidade, o que exigia um campus de grandes proporções, não só em área como também nas dimensões dos edifícios.

Quanto à desarticulação interna, ela está associada à descontinuidade das construções, não só no espaço, como no tempo, já que a monumentalidade tornou os custos exorbitantes, impondo paralisações prolongadas nas obras. Aliás, o campus até hoje está inacabado. As unidades transferidas para o Fundão na década de 1970, em plena vigência da ditadura militar, foram selecionadas a partir dos critérios de interesse do regime em promover determinadas áreas de conhecimento – ciência e tecnologia e área de saúde – devido aos projetos de desenvolvimento da indústria nacional e da produção de energia, assim como a necessidade de responder às pressões dos alunos excedentes nos vestibulares de medicina.

Algumas conclusões e novas questões sobre o campus da UFRJ na Ilha do Fundão

A pesquisa sobre as razões para a localização do campus da UFRJ na Ilha do Fundão e sua desarticulação interna permite concluir que o projeto de Getúlio, de fazer da então Universidade do Brasil uma referência nacional, impôs dimensões monumentais ao campus, marcando para sempre sua ocupação. Aliado a este fato, a proposta modernista também influenciou o projeto com construções de manutenção dispendiosa, além de pouco funcionais do ponto de vista das finalidades. Tais construções já mereceram a alcunha de “ruínas modernistas” (JAGUARIBE, 1998), pelo seu aspecto de decrepitude.

A desarticulação é uma consequência inevitável da monumentalidade, como também do projeto modernista, que privilegiava a circulação por automóveis, impondo a predominância das vias largas e das grandes distâncias, desconsiderando a realidade local, em que o deslocamento não se dará por automóveis para a grande maioria dos usuários. Além destes

aspectos, há ainda a não transferência de várias unidades para o campus, o que não pode ser atribuído a questões ideológicas exclusivamente, já que a experiência das dificuldades apresentadas pelos cursos transferidos adiaram *sine die* as expectativas daqueles que permaneceram em instalações espalhadas pela cidade.

Os aspectos que chamam a atenção atualmente dizem respeito à persistência de problemas relativos ao deslocamento entre as unidades no interior do campus, ainda que o problema tenha sido atacado, tanto por parte da reitoria quanto da prefeitura do campus. Esta não é uma questão menor, pois persiste o problema da integração entre as unidades da universidade. Este problema é agravado pela inexistência de espaços de integração no campus – alguns cafés, por exemplo – , assim como pelo surgimento de áreas de interdição, ou seja, áreas do campus que estudantes, professores e funcionários não têm acesso. Instituições externas à universidade têm ocupado parcelas do campus, descaracterizando definitivamente a idéia de um espaço exclusivo para a vida da comunidade.

Assim, o que se vê é que a forma campus, tal como foi adotada no caso da UFRJ, não tem facilitado o desempenho das funções da universidade, além de representar custos elevados para sua manutenção. Não se trata porém de abandoná-la, mas de buscar soluções que não agravem os problemas já existentes.

REFERÊNCIAS

AINDA a Localização da Cidade Universitária, 1945. Separata de: *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano 8, v. 3, n. 3. 1946.

BEAUJEU-GARNIER, J.; CHABOT, G. *Tratado de geografia urbana*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1970.

CAMPOS, E. de S. *Educação superior no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

_____. *Universidades: cidades universitárias*. São Paulo: Imprensa da Universidade de São Paulo, 1946.

CARONE, E. *O Estado Novo: 1937 – 1945*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CHOAY, F. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

D'ARAUJO, M. C. de. *As Instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ILHA universitária, 1952. Separata de: *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, ano 15, v. 1, n. 2, fev. 1954.

JAGUARIBE, B. *Fins de Século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOBO, F. B. *UFRJ: subsídio à sua história*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da UFRJ, 1980.

A LOCALIZAÇÃO da Cidade Universitária, 1945. Separata de: *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano 8, v. 2, n. 3. 1946.

SACK, R. D. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M.R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TRAVASSOS, R. *Cidade universitária da Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, *Serviço de Documentação*, Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. da. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea*: Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: EDUSP, 2001.

VILARINHOS, M. L. R. *O Campus da UFRJ na Ilha do Fundão*: análise de sua localização e organização espacial. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

NOTAS

² ...the results of strategies to affect, influence, and control people, phenomena, and relationships (SACK, 1986).

³ ...as the attempt by an individual or group to affect, influence or control, people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area (SACK, 1986).

⁴ O Morrill Act de 1862 previa a destinação de verbas federais para a constituição de fundos de financiamento para a criação de *colleges* e universidades nos estados da federação norte-americana (VILARINHOS, 2000).

⁵ Há um vasto material histórico sobre o surgimento e evolução da UFRJ. Para esta etapa do trabalho foram utilizados, principalmente, as seguintes publicações: Francisco B. Lobo, "UFRJ – Subsídio à sua história", gráfica da UFRJ, 1980; "Ilha Universitária", DASP, 1954; "Cidade Universitária da Universidade do Brasil", DASP, 1956; Renato Travassos, "Cidade Universitária da Universidade do Brasil", DASP, 1960; e Ernesto de Souza Campos, "Estudo sobre o problema universitário", Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

⁶ Sobre o perfil fascista de Francisco Campos consulte-se, entre outros: Edgard Carone. O Estado Novo – 1937 - 1945. Rio de Janeiro e São Paulo, Difel, 1977, p. 265; Simon Schwartzman, Helena M. B. Bomeny e Vanda M. R. Costa. "Tempos de Capanema". São Paulo, Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, pp. 70-84.

⁷ A caracterização dos governos de Getúlio Vargas de 1930 a 1945 aqui apresentada baseou-se nos trabalhos de Thomas Skidmore. "Brasil: De Getúlio a Castelo". São Paulo, Paz e Terra, 1996; de Edgard Carone. "O Estado Novo" – 1937 – 1945. Rio de Janeiro e São Paulo, Difel, 1977; e de Maria Celina D'Araujo (org.). "As Instituições Brasileiras da Era Vargas", Ed. FGV, 1999.

⁸ Campos, Ernesto de Souza. "Educação Superior no Brasil". Ministério da Educação, 1940, pp. 392-393.

⁹ D. A. S. P., "Ilha Universitária", Departamento de Imprensa Nacional, 1954, p. 6.

APRECIÇÃO DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO*

Libânia Xavier
UFRJ/FE/PROEDES

Com o objetivo de refletir sobre questões relativas à organização e ao funcionamento dos espaços de registro da memória de instituições de ensino e de pesquisa, a presente comunicação procura mapear as iniciativas de preservação da memória desenvolvidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Atuando como pesquisadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES-FE/UFRJ) desde 2000, fui levada a lidar com a questão da preservação da memória e da organização das fontes históricas com vistas a transformá-las em referência para o desenvolvimento de pesquisas na área da história da educação e afins. Dessa forma, essas questões têm alimentado uma busca permanente de informações relativas a experiências práticas de organização de espaços de memória bem como de conhecimentos técnicos capazes de orientar os procedimentos adequados a atividades desse porte.

Cabe esclarecer, ainda, que em um primeiro momento, a presente comunicação foi escrita, visando dar continuidade ao intercâmbio promovido por ocasião do I Encontro de Arquivos e Museus Escolares, realizado em São Paulo, em 2005. Nessa ocasião, apresentei trabalho relatando a história da constituição do Proedes, cujo título “Impasses e perspectivas na consolidação de um Centro de Pesquisas e Documentação” é revelador da expectativa que orientou a própria organização do evento: a troca de experiências entre pesquisadores de formações diversas, mas que partilhavam um tipo de inserção institucional semelhante: quase todos estavam envolvidos com a organização de centros de documentação e pesquisa situados em instituições de ensino superior e uma significativa parcela desses centros estava integrada às Faculdades de Educação.

* Esse texto reproduz, com pequenas alterações, o trabalho apresentado no VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, realizado na cidade de Uberlândia (MG), em abril de 2006, sob o título “Iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ”.

Como desdobramento desse primeiro encontro, no ano posterior, participei do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, em uma mesa de trabalhos coordenados cujo tema “Arquivos Institucionais e Pesquisa em História da Educação” pretendia “*discutir o lugar dos acervos documentais na produção acadêmica no campo da história da educação, em Portugal e no Brasil (...) e, ainda, discutir as condições necessárias para que museus e acervos, ultrapassando sua função de guardiões da memória, se transformem num instrumento de estímulo e subsídio a pesquisas*” (Casasanta,2006). Aproveitando a oportunidade para ter uma visão de conjunto e melhor conhecer esse área de atividades na própria instituição – que até então eram pouco conhecidas por mim – e visando, também, dar a conhecer para os pesquisadores de outros estados do Brasil, bem como para os pesquisadores portugueses, as iniciativas em curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro é que produzi o texto que se segue. O título original “Iniciativas de preservação da memória institucional na UFRJ” revela o interesse por reconhecer o terreno institucional no qual eu estava me inserindo, observando os padrões de organização e funcionamento das demais iniciativas de preservação da memória institucional e procurando identificar o tipo de política adotada em relação a estes espaços. Em síntese, o que se busca é ampliar o auto conhecimento deste campo de trabalho tão valorizado pelos que a ele recorrem para desenvolverem suas pesquisas e, ao mesmo tempo, tão árduo para os responsáveis por sua organização e manutenção.

Nosso objetivo, portanto, será o de identificar, descrever e apreciar alguns resultados decorrentes de esforços de preservação de documentos impressos e de objetos de valor histórico que acabaram configurando os “*espaços de memória*” na UFRJ. Tais iniciativas nos apresentam as mais inesperadas descobertas, revelando os vestígios dos processos e das formas de produzir os conhecimentos científicos e de promover a sua divulgação, reprodução e evolução no contexto da vida universitária em diferentes épocas e áreas de saber.

Outro motivo que estimulou a redação deste texto foi o interesse por descobrir até que ponto um conjunto de iniciativas individuais ou de pequenos grupos de pesquisadores da UFRJ logrou criar espaços de referência para determinado público, apesar da baixa prioridade atribuída à implementação de políticas regulares e contínuas de apoio às iniciativas de preservação do patrimônio histórico da Universidade. Uma primeira

observação desses *espaços de memória* nos levou a perceber que o processo de institucionalização dos diferentes campos de saber acadêmico se mistura com a própria história da Universidade.

Nesse empenho, realizamos visitas e colhemos informações por meio de entrevistas com coordenadores, professores e funcionários do campus da Praia Vermelha e da Ilha do Fundão, acrescentando a estas as informações que constam na *home-page* da UFRJ. Com base nesse levantamento, foi possível mapear, ainda que preliminarmente, uma visão desse campo de trabalho na Universidade, composto por variadas configurações do que denominamos *espaços de memória*.

Espaços de Memória

A expressão *espaços de memória*, tal como nos referimos neste texto, abarca o conjunto de iniciativas de registro dos dados coletados em atividades de pesquisa e no recolhimento de materiais didáticos, documentos, móveis, utensílios e equipamentos que, percebidos em sua dimensão histórica, são inventariados em conjuntos coerentes e socializados para a consulta ao público interessado. Dessa forma, tais documentos e objetos tornam-se depositários da história da instituição, passando a compor seu patrimônio cultural.

Contudo, nossa análise contemplará apenas aqueles espaços de memória que guardam relação com a história da Universidade, priorizando os espaços que tivemos oportunidade de conhecer mais detidamente, explorando suas fontes e entrevistando seus coordenadores. Portanto, o mapeamento e a apreciação que apresentaremos doravante é parcial e preliminar, mas esperamos que constitua um ponto de partida para avançarmos no conhecimento sobre o tema e, quem sabe, para inaugurarmos um profícuo intercâmbio.

Estabelecido o recorte de nossa observação, apresentamos o apanhado geral das diferentes iniciativas registradas com a colaboração dos profissionais entrevistados. Assim, a UFRJ possui quarenta e três Bibliotecas, coordenadas pelo Sistema de Bibliotecas e Informação - SIBI. No projeto de inventário e diagnóstico da documentação sobre a memória da UFRJ, a Coordenação do SIBI identificou os arquivos, centros de

documentação e museus que fazem parte do conjunto documental da Universidade.¹ São estes:

- 1) Centro de Pesquisas em Línguas Indígenas
- 2) Núcleo de Pesquisas e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo –NPD
- 3) Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade -PROEDES
- 4) Memória da Química
- 5) Arquivo Memória do Museu Nacional
- 6) Memória da UFRJ - Atas do Consuni
- 7) Memória da UFRJ-Movimentos Estudantis-Arquivo do CACO
- 8) Arquivo de Documentação sobre Trabalho Escravo Contemporâneo
- 9) Arquivo de Cultura Contemporânea-PACC
- 10) Arquivo Arquitetônico do ETU
- 11) Museu Virtual da Faculdade de Medicina
- 12) Museu da Escola Politécnica
- 13) Museu da Escola de Belas Artes

Como pudemos perceber, cada um desses espaços de memória possui uma história diferente, mas há problemas e necessidades semelhantes, tais como: carência de pessoal especializado, espaço restrito e poucos recursos para alcançar visibilidade.

De acordo com o *Projeto de preservação da Memória da UFRJ*, existe, por parte da atual Reitoria, a proposta de criar uma Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, com a finalidade de propor normas, fomentar e coordenar ações que propiciem a identificação, qualificação, proteção, restauração e valorização dos bens que constituem o seu patrimônio” (Mello, 2004).

No momento atual, a ação coordenadora das atividades de preservação de acervos *extrabibliotecas* está sendo exercida pela Coordenadora do Sistema de Biblioteca e Informação da UFRJ (SBI), Paula Mello, que gentilmente nos cedeu cópias de alguns dos projetos de captação de recursos para este fim.

Os projetos integram uma série de ações do SIBI para o Programa de gerenciamento e preservação dos acervos da Universidade, particularmente das Bibliotecas, mas não só, pois o foco na preservação de documentos e obras de valor histórico orientou um conjunto de ações previstas nos seguintes projetos:

¹ A lista das bibliotecas está disponível na página do SiBI www.sibi.ufrj.br
Os acervos das bibliotecas, podem ser consultados em www.minerva.ufrj.br

- 1) *Projeto de Preservação da Memória da UFRJ*, que visa preservar a memória acadêmica da UFRJ, através da digitalização das Atas do Conselho Universitário, resguardando seus originais e facilitando a consulta de seus conteúdos à comunidade universitária;
- 2) *Projeto de recuperação, tratamento e disseminação da memória dos movimentos acadêmicos da UFRJ* : o acervo do CACO que proporcionou a reorganização do arquivo do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade de Direito da UFRJ, preservando e divulgando através da Base Minerva, registros relevantes da memória dos movimentos estudantis da UFRJ.

Tendo em vista o grande número de iniciativas com variados graus de organização e inserção institucional, centraremos o foco de nossa observação sobre aquelas que guardam alguma semelhança no que tange à história de sua constituição e aos procedimentos utilizados com o objetivo de garantir a sua manutenção e legitimação.

Entre estas, encontram-se as *Bibliotecas*, que contém publicações de valor histórico ou as chamadas *obra raras* em seu acervo; os *Arquivos*; os *Museus* e os *Centros ou Núcleos de Documentação e Pesquisas*. Nesse conjunto, podemos identificar, pelo menos, três percursos diferenciados por meio dos quais algumas iniciativas lograram constituir-se em *espaços de memória*, organizados e reconhecidos como tal.

A abertura e o desenvolvimento desses espaços desenham uma trajetória particular que varia de acordo com as motivações que determinaram a sua fundação e orientam a sua expansão e consolidação. Do ponto de vista institucional, o procedimento mais comum é aquele em que as instâncias superiores da Universidade identificam e inventariam o seu patrimônio por meio da abertura de Bibliotecas Especiais e Museus Institucionais.

Em outros casos, a Universidade incorpora o acervo de outras instituições, assumindo a responsabilidade pela guarda e disponibilização do referido acervo, em atendimento a demandas da sociedade e consoante o seu papel de instituição devotada ao ensino e à pesquisa.

Um terceiro percurso, bastante comum, é a constituição de espaços de memória ligados ao desenvolvimento de pesquisas que, ao levantarem uma quantidade significativa de dados e documentos, optam por promover a organização dessa massa documental em Arquivos que, posteriormente são abertos à consulta pública.

Há, ainda, um padrão de iniciativas que se remete à percepção – por parte de professores e pesquisadores, individualmente ou em grupo – da dimensão histórica de determinados bens materiais como obras de arte, instrumentos e equipamentos. Essa

sensibilização orienta as iniciativas de promover o registro de tais objetos e documentos, reunindo-os em um conjunto coerente, por meio do qual se pode ter uma visão da evolução das técnicas e procedimentos típicos de determinadas áreas de conhecimento. Constituído o Acervo, a sua legitimação é obtida por meio de atividades de extensão como exposições e mostras abertas ao público interessado, em particular aos alunos do ensino fundamental e médio. Tais iniciativas se legitimam por meio da articulação entre o *espaço de memória* constituído e as atividades de extensão assumidas como função da Universidade.

Por fim, merece registro uma estratégia mais prática e igualmente eficaz, qual seja a de criar espaços virtuais de memória, muitas vezes sem o correspondente em termos materiais, outras vezes, como simples meio de divulgação do espaço materialmente constituído. É o que pretendemos detalhar a seguir.

Do Acervo à criação dos Espaços de Memória

Como afirmamos anteriormente, a criação de um espaço de memória pode atender a vários tipos de motivação, bem como pode corresponder a iniciativas e estratégias bastante diferenciadas. No caso da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), conhecida como *Espaço Anísio Teixeira*, é relevante o fato desta abrigar obras bibliográficas de valor histórico. Os livros ali depositados são característicos da literatura acadêmica, nacional e internacional, “freqüentada” por determinados círculos intelectuais, nas décadas de 1950-1960. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se define como Biblioteca, o *Espaço Anísio Teixeira* também configura um espaço de memória e, como tal, requer tratamento específico, não sendo possível se manter exclusivamente com base nos procedimentos técnicos usuais de organização e manutenção de bibliotecas.

O referido acervo foi doado à UFRJ pelo então Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP)². É composto por parte da Biblioteca do extinto Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)³, incluindo obras fundamentais da produção literária,

²A criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela Lei 378 de 13/01/1937, teve grande importância para o desenvolvimento da pesquisa da educacional, isto é, de uma certa concepção de pesquisa que antecedeu a consolidação dos cursos de pós-graduação em Educação no Brasil.

³O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) foi uma instituição criada em 1956, sob a liderança de Anísio Teixeira, quando ele era diretor do INEP. Durante as décadas de 1950 / 1960, o CBPE/Inep reuniu

sociológica e educacional brasileira.⁴ Este foi transferido para a então Biblioteca Central do Centro de Filosofia Ciências Humanas da UFRJ em 1977, com o apoio financeiro da Fundação José Bonifácio (FUJB/UFRJ). Contudo, permaneceu encaixotado até 1990, quando foi submetido a desinfestação e passou a ocupar um prédio no campus da Praia Vermelha.

Conforme informação da Chefa da Biblioteca, Cristina Jardim, o acesso aos livros depositados neste espaço é parcialmente restrito, por circunstâncias várias tais como: a) más condições de infra-estrutura física do edifício e b) situação das obras, no que se refere ao seu estado de conservação e organização. E conclui, alertando para o fato de que,

As propostas definidas para a implementação de um Programa de preservação e conservação deste acervo apontam para a urgência de uma intervenção que leve em conta: o acervo como um todo, a indissociabilidade entre preservação e acesso, a função social do acervo em questão e o espaço físico que o abriga. Para tanto, a concretização de serviços de inventário dos itens, análise das condições físicas dos documentos, indicando o nível de recuperação necessário e tratamento técnico adequado das obras, incluindo-as no Catálogo on-line da UFRJ – Base Minerva, constitui etapa fundamental para o êxito do desenvolvimento do programa.(Jardim, 2005)

Em virtude da intensa utilização da Biblioteca *Espaço Anísio Teixeira* pelo nosso grupo de pesquisa,⁵ está sendo aplicada parte dos recursos liberados pelo CNPq para o desenvolvimento desta pesquisa na contratação de estagiários para inventariar o acervo, *de forma a tornar precisos os dados indicadores quantitativos de itens existentes (atualmente estimados em 30.000 volumes); analisar as condições físicas dos acervos após os vários deslocamentos sofridos e ações de desgaste decorrentes; e disponibilizar os dados do*

educadores e cientistas sociais em um projeto ambicioso que tinha como metas prioritárias promover o desenvolvimento de pesquisas “sócio-antropológicas” e educacionais para subsidiar as políticas públicas do setor implementadas no país.

⁴Em visita recente a este espaço, pudemos constatar a existência da Coleção Brasileira, do conjunto de obras de Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, das publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE/INEP), além de obras internacionais, particularmente aquelas de interesse para a pesquisa em educação e ciências sociais.

⁵ Refiro-me ao grupo de pesquisa inter institucional que reúne pesquisadores da UFRJ, PUC-Rio e UFF, além de pós-graduandos e bolsistas de iniciação científica, para o estudo das ações do INEP, no contexto das políticas do MEC nas décadas de 1950-60, sob a coordenação da Professora Ana Waleska Mendonça .

acervo no Catálogo Online da UFRJ - Base Minerva, ampliando sua divulgação a um universo maior de usuários. (Breglia, 2005).⁶

Da Pesquisa ao Acervo

Outro padrão de iniciativas de preservação dos registros de memória da UFRJ inclui os Núcleos / Programas de Pesquisas / Estudos e Documentação, que se constituem como espaços de preservação e armazenamento de dados, documentos e demais fontes levantadas ao longo do desenvolvimento de projetos de pesquisas ou de estudos específicos. Como veremos adiante, algumas dessas iniciativas lograram expandir suas atividades de documentação, recebendo doação de pesquisadores e profissionais da área.

Nesse grupo, podem ser enquadrados o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Faculdade de Educação (PROEDES-FE/UFRJ) e o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (NPD-FAU).

As duas iniciativas partiram do interesse e empenho de professores e pesquisadores em providenciar, com seus próprios recursos⁷ ou com recursos obtidos para desenvolverem as suas pesquisas, a preservação de documentos, obras e objetos relevantes para o conhecimento de seu objeto de estudo, reunindo um conjunto documental que, via de regra, amplia o conhecimento da história de seu campo de saber e da própria instituição em que atuam.

Como outros Centros de Documentação, a organização do PROEDES foi resultado da necessidade de organizar e sistematizar fontes documentais que, até então, encontravam-se dispersas, passíveis de serem perdidas ou destruídas. Trata-se das fontes históricas da Faculdade Nacional de Filosofia, trabalhadas e organizadas pela Professora Maria de Lourdes Fávero e pesquisadores e pós-graduandos vinculados à Faculdade de Educação da UFRJ.

⁶ Os estagiários são da Faculdade de Ciência da Informação da UFF e estão trabalhando sob a coordenação da Professora Vera Breglia.

⁷ Por recursos próprios entendam-se os recursos profissionais, institucionais e, por vezes pessoais, que compõem o capital profissional destas lideranças. Assim, incluem-se, nessa categoria, o reconhecimento acadêmico, a rede de relações sociais, o conhecimento acumulado, a capacidade de captar recursos institucionais e de agências externas, a rede de apoio formada por alunos e colaboradores, dentre outros.

Instalado, em 1990, o PROEDES foi, gradativamente ampliando os seus acervos documentais e, rapidamente, tornou-se referência para muitos pesquisadores que para lá se dirigiam à procura de dados e informações para suas pesquisas. Ao mesmo tempo, empreenderam-se esforços para sua institucionalização, submetendo-se a iniciativa às instâncias de deliberação coletiva da Universidade. Assim, em agosto de 1990, o *PROEDES*, foi aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação, como um projeto integrado. Após intenso diálogo com diferentes instâncias decisórias da Universidade, o PROEDES foi reconhecido como *Programa*, primeiramente em 1994, pela Congregação da Faculdade de Educação e, em 1995, pelo Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e pelo Conselho de Ensino para (Pós) Graduados e Pesquisa (CEPG) da UFRJ.

A expansão do PROEDES se deveu, por um lado, às doações da documentação relativa à história da Universidade, incidindo, portanto, sobre esse Arquivo Institucional. Por outro lado, ocorreu, também, a aquisição de documentos pertinentes à vida de educadores que alcançaram projeção no âmbito da Faculdade de Educação da UFRJ e de outras instituições da área, compondo-se um conjunto de Arquivos Pessoais.

O trabalho com documentação realizado no PROEDES tem procurado responder à perspectiva de associar memória e história. Reunindo conjuntos documentais –Arquivos, Séries e Coleções, Temáticos, Pessoais e Institucionais – preserva os registros do passado de educadores e de instituições educacionais ao mesmo tempo em que busca reunir documentação sobre temas específicos com vistas a proporcionar subsídios aos pesquisadores empenhados em desenvolver seus estudos e investigações no âmbito da história da educação brasileira.

Podemos observar algumas semelhanças entre o percurso do PROEDES e o percurso de criação e consolidação do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura da UFRJ (NPD-FAU). Criado em 1984, pelo diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) à época, o Núcleo de Pesquisa e Documentação foi fechado em 1993, em virtude do afastamento de seu fundador da Universidade. Em 1994, a professora Elisabeth Martins tornou-se chefe de Departamento e entendeu que seria sua tarefa reabrir o Núcleo. Para tanto, foi elaborado um Estatuto que, no atual momento, encontra-se em processo de aprovação junto aos órgãos colegiados da Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo. Outras medidas foram tomadas, como a obtenção de duas salas para abrigarem a documentação do Núcleo e a busca de apoio técnico para catalogar o acervo existente no Núcleo. Atualmente, já se pode acessar a documentação catalogada, pela *homepage* do SIBI.⁸

O NPD conta com Plantas Arquitetônicas e Mapas desde o século XIX; desenhos de alunos da antiga Escola Nacional de Belas Artes; trabalhos de professores e alunos (que ficavam anos presos na prancheta); acervos de arquitetos que se tornaram ilustres, como Affonso Eduardo Reydi e Lúcio Costa; além de revistas especializadas e jornais da década de 1930-1940-1950, bem como correspondências e outros documentos.

Comparadas essas duas trajetórias, destaca-se a ação de determinadas lideranças no empenho pela abertura dos espaços de memória, buscando, em seguida, o apoio das instâncias administrativas competentes. Combinadas, essas duas estratégias garantem não só a abertura dos espaços, mas, também, a sua manutenção e legitimação.

Outra característica comum é a perspectiva de articular esses espaços de *memória* ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, ampliando sua função para além do simples registro e valorizando a documentação ali preservada com base na relevância acadêmica que esta apresenta.

Do Acervo às Atividades de Extensão

Nesta seção, voltaremos nossa atenção para as relações estabelecidas entre certos espaços de memória e as atividades de extensão. Um bom exemplo é o Museu da Química. Este ocupa uma sala no prédio do Instituto de Química, onde estão guardadas cerca de 350 peças de equipamentos de laboratório que pertenceram à Universidade, ao longo de sua história. Recebeu doações de químicos notáveis como o Professor Aníbal Cardoso Bittencourt, que foi diretor do Instituto de Química da UFRJ por quinze anos. Também possui cerca de 25 mil documentos entre diplomas dos primeiros formandos de química, documentos pessoais, correspondências, notícias de jornal, vidraria, reagentes, e outros objetos, conforme relato de seu curador.

⁸ Cf. www.sibi.ufrj.br

O Museu também serve de suporte a teses do Programa de Pós-Graduação em Historia das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. Até o momento, nove monografias de conclusão de curso de graduação (alunos do curso de Licenciatura em Química e de Química) foram apresentadas, e seis se acham em curso: o Museu também já realizou 12 exposições e duas mostras científicas. Estas já foram visitadas por cerca de 15 mil pessoas, particularmente alunos de escolas públicas, em especial as escolas técnicas que possuem cursos ligados à área de química.⁹

O Museu foi criado e é coordenado pelo professor Júlio Carlos Afonso e, atualmente, funciona com um bolsista de apoio e dois voluntários. Possui uma *home-page* no *site* do SIBI - UFRJ, por meio da qual se pode ter acesso às exposições programadas, inclusive fazer agendamento de visitas de escolas à sua sede e se informar sobre os procedimentos para empréstimo de peças do acervo para fins de pesquisa.

Ocupando uma posição institucional aparentemente mais consolidada, o Museu da Escola Politécnica mantém uma exposição permanente de peças e equipamentos, estando aberto para visitação e atividades de extensão. As informações abaixo, extraídas do folder do Museu, oferecem subsídios sobre a história de sua fundação e descrevem seu acervo, destacando, ainda, a sua articulação com atividades de extensão.

Inaugurado em 1977, o Museu da Escola Politécnica da UFRJ conta com um acervo de mais de 600 itens que revelam a história da mais antiga escola de engenharia do País e seu desenvolvimento científico e tecnológico. São documentos, fotografias, telas, mobiliárias e instrumentos dos laboratórios remanescentes da época das antigas instituições de ensino de engenharia como a Academia Real Militar, a Escola Central, a Escola Polytechnica, a Escola Nacional de Engenharia e a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792, berço do ensino de engenharia civil e militar no País.

*O Museu da Escola Politécnica da UFRJ mantém constante intercâmbio com outras instituições a fim de promover exposições, eventos e pesquisas. Estas atividades têm como objetivo aproximar o conhecimento sobre o passado da Engenharia aos alunos de graduação e de 2º grau.*¹⁰

Como se vê, a preocupação em historiar a evolução do conhecimento e das técnicas específicas de um determinado campo de saber indica a motivação característica desse padrão de iniciativas. Por outro lado, os dois Museus desempenham uma função

⁹ Cf: www.sibi.ufrj.br

¹⁰ Folder do Museu da Escola Politécnica. UFRJ / 2004.

pedagógica, oferecendo a seus visitantes a oportunidade de estabelecer comparações entre o estado do conhecimento, as técnicas e os equipamentos do passado e os avanços alcançados no presente. Não por acaso, ambas as iniciativas se dedicam a promover a divulgação de seu acervo aos estudantes do ensino fundamental e médio, exercendo influência na formação dos jovens.

A Memória no Espaço Virtual

Atualmente, os espaços de memória que se constituem como lugar de preservação do patrimônio histórico da Universidade e do próprio desenvolvimento da ciência também ocupam os chamados *espaços virtuais*. A maioria deles possui um *site* com informações sobre seu acervo e as atividades desenvolvidas, como observamos em relação ao Museu da Química e ao Proedes, por exemplo. Alguns já oferecem o serviço de localização de documentos de seu acervo *on line*, como é o caso do NPD-FAU. Outros se constituem exclusivamente como espaço virtual. É o caso do Museu Virtual da Medicina.

Em consulta à home-page da UFRJ, encontramos as seguintes informações sobre o Museu Virtual da Medicina.

Atualmente, a direção da Faculdade de Medicina se empenha em resgatar a sua história, através da recuperação da documentação administrativa; da restauração da pinacoteca (mais de 140 quadros de importantes pintores dos séculos XIX e XX) e do acompanhamento da recuperação das obras raras que está sendo realizada pela Biblioteca Central do CCS. Os volumes, que incluem obras do século XVI, integravam a antiga Biblioteca da Faculdade de Medicina na Praia Vermelha, que foi derrubado na década de 1970. Este prédio está sendo “reconstruído” virtualmente através de fotos do acervo da Faculdade e também das enviadas por antigos alunos, funcionários e professores. Este ‘passeio virtual’ integra o Museu Virtual da Faculdade de Medicina, que está sendo finalizado numa primeira versão que estará disponível na Internet.¹¹

Consideramos que a ocupação dos espaços virtuais viabiliza, de forma econômica e até certo ponto eficaz, a sensibilização do público para a importância da preservação dos elementos que se constituem em patrimônio histórico da Universidade, dando visibilidade a sua existência. A reconstrução virtual do prédio que abrigou a antiga Biblioteca do Centro

de Ciências da Saúde (CCS), tal como relatado no trecho acima, é uma clara evidência do valor atribuído à história da Universidade, fragmentada nas diferentes histórias de cada Unidade que a compõe, porém, preservada com os recursos disponíveis e a criatividade de seus criadores e mantenedores.

Espaços de Memória e Produção da História

Como pudemos observar, as estratégias adotadas para a preservação dos registros de memória no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro apresentam a produção de discursos, inicialmente formulados a partir da seleção dos elementos a serem preservados, bem como dos elementos considerados *inservíveis*, sendo posteriormente organizados em conjuntos para, finalmente serem disponibilizados ao público.

Michel Foucault (1995) identificou o Arquivo com o *domínio das coisas ditas, o depósito de todos os discursos acumulados no tempo*. É nesse sentido que entendemos a constituição dos espaços de memória e seu papel junto à comunidade acadêmica e ao público em geral. Preservar o patrimônio significa reter o que se valoriza como memória. Por sua vez, a memória preservada é condição fundamental para se ter a história legitimada.

Boa parte dos Acervos, Núcleos de Pesquisa e Documentação e Museus da UFRJ se constituiu e se legitimou na articulação entre as atividades de pesquisa, ensino e extensão. Por outro lado, a pulverização desses espaços -- constituídos de forma localizada e, muitas vezes, identificada com a ação personalizada de suas lideranças -- reflete a própria história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fruto da incorporação de diversas instituições *isoladas* de ensino superior e, durante muito tempo, organizada sob o modelo da cátedra.

Apesar da relevância que o estudo da história da UFRJ apresenta para a compreensão de nossas práticas e condições institucionais atuais, não será possível desenvolver, nessa breve comunicação, as relações que permearam o processo histórico de constituição da Universidade e as *tradições herdadas* no contexto atual, particularmente no que tange às iniciativas de preservação da memória. Contudo, ao indicarmos a influência que a história da UFRJ exerce na configuração de seus espaços de memória, bem como nas

políticas pertinentes a essa esfera de atuação, estamos dando os primeiros passos para aprofundarmos essa questão em estudos posteriores.

O nível de institucionalização dos espaços de memória aqui descritos é desigual. Contudo, a sua legitimidade junto ao público interno e externo parece ser razoavelmente reconhecida. Assim, apesar de ser uma atividade que conta com muitas dificuldades operacionais, as iniciativas de preservação e socialização da memória, em suas diferentes formas de apresentação, gozam de alto valor simbólico.

Interessante observar que, no plano simbólico, as iniciativas de preservação da memória institucional e a criação de espaços que lhe garantem visibilidade correspondem à produção de uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, estabelecendo uma unidade coerente onde, antes, só existiam fragmentos.

Na medida em que resultam de um tipo de operação que busca fixar os vestígios materiais do processo de constituição de diferentes áreas de conhecimento, bem como da própria história da instituição que os produziu, os espaços de memória aqui descritos encarnam uma dada interpretação desses processos. Ao mesmo tempo, por abrirem ao público o acesso a documentos e objetos históricos sob sua guarda, os espaços de memória também possibilitam a construção (por vezes, surpreendente) de novos e diferentes discursos e interpretações.

Referências

CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, 2006.

BREGLIA, Vera. *Projeto de reestruturação de documentos do acervo da Biblioteca do CFCH: Espaço Anísio Teixeira e do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade*. 2005. Mimeografado.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; SOARES, Maria Leonor Barbosa. O Projeto Para um Museu vivo da Escola Primária: concepção e inventário. In MENEZES, Maria Cristina (Org.) **Educação, memória e História**: possibilidades e leituras. São Paulo: Mercado das Letras, 2004. p.105-130.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*: indivíduo, biografia, história. Rio de Janeiro, v.10, n.19, 1997.

JARDIM, Cristina. *Biblioteca do CFCH: Espaço Anísio Teixeira: reestruturação de documentos do acervo*. 2005. Mimeografado

MELLO, Paula. *Projeto de recuperação, tratamento e disseminação da memória dos movimentos acadêmicos da UFRJ*. 2004. Mimeografado.

_____. *Projeto Gênese: memória da UFRJ*. 2004. Mimeografado.

_____. *Projeto de preservação da memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 2003. Mimeografado.

MENEZES, Maria Cristina. A Escola e sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade da interlocução. *Pró-Posições*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 13-19, jan./abr. 2005.

MUSEU da Escola Politécnica UFRJ. 2004. Folder.

XAVIER, Libânia; FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. Impasses e perspectivas na consolidação de um centro de documentação: o caso do PROEDES /UFRJ. *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 23, n 2, p. 127-134, jul./ dez.. 2005.

_____. *Espaço Anísio Teixeira*: referência para a pesquisa educacional no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, PROEDES, 2004. 1 CD-ROM.

_____. *O Brasil como laboratório*: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: CBPE-INEP/MEC: 1950-1960. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

A CASA DO IMPERADOR. DO PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO AO MUSEU NACIONAL

Regina Dantas
UNIRIO/PPGMS e UFRJ/MUSEU NACIONAL

O presente trabalho é retrato de um capítulo da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO, que desenvolveu pesquisa sobre D. Pedro II e sua residência – o Paço de São Cristóvão – tendo sido transformada em um palco do poder após a maioridade. Nesse momento, o objetivo é iluminar a passagem do Paço de São Cristóvão para a transformação do prédio em Museu Nacional/UFRJ.

Partindo da análise de Maurice Halbwachs de que a memória não revive o passado, mas o reconstrói (HALBWACHS, 1925), iniciaremos a nossa breve contribuição para a história do Paço de São Cristóvão como motivação para que o prédio do Museu Nacional seja também visualizado como a ex-residência dos imperadores.

Durante o século XVI, dentre as primeiras sesmarias¹ doadas aos jesuítas pelo fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Estácio de Sá (1489-1567), em 1565, identificamos a de Iguaçu, que se estendia até Inhaúma, posteriormente dividida em três fazendas: a do Engenho Velho, a do Engenho Novo e a de São Cristóvão (SILVA, 1965, pp. 29-30).

Ao longo do século XVII, os jesuítas representaram os maiores proprietários de engenhos que iam da região de São Cristóvão até a de Santa Cruz. Em meados do século XVIII, o cenário mudou devido à ação do marquês de Pombal – primeiro-ministro do Rei D. José I de Portugal – contra a Companhia de Jesus, gerando um desentendimento que culminou na expulsão dos jesuítas. O poder sociopolítico e econômico dos jesuítas rivalizava com o poder real.

A Fazenda de São Cristóvão, com o novo loteamento, deu origem ao bairro de mesmo nome e, ao término do período setecentista, o comerciante luso-libanês Elie Antun Lubbus adquiriu uma grande residência no local mais alto da antiga Fazenda, mas não chegou a residir no local. A grande casa, em 1803, estava passando por uma reforma, e a edificação posteriormente passaria a ser uma residência real com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil.

No início do século XIX, Portugal encontrava-se em situação delicada, pois, desde o término da União Ibérica (1640), sentira-se ameaçado pelas pretensões expansionistas da

Espanha. Na conjuntura da expansão francesa, a Coroa portuguesa ficou sem saída: optar por apoiar a França significaria perder a Colônia brasileira para a Inglaterra, que futuramente apoiaria o seu movimento de independência, e apoiar a Inglaterra representaria ativar a invasão francesa em Portugal. Foi difícil manter por muito tempo a situação de neutralidade (MAESTRI, 1997, p. 18). Com o bloqueio continental (1806), D. João seguiu a orientação dos franceses e fechou os portos para a Inglaterra. Após a assinatura do Tratado de Fontainebleau (1807), entre Espanha e França, Napoleão colocou em prática a sua estratégia de conquista da Península Ibérica, indo também em direção a Lisboa. D. João, convencido de que a Coroa só estaria assegurada se conseguisse preservar as possessões do Novo Mundo, cujos recursos naturais suplantavam os de Portugal,² partiu de Lisboa em novembro de 1807, com uma comitiva com cerca de 20 mil pessoas, “sendo que a cidade do Rio possuía apenas 60 mil almas” (SCHWARCZ, 1998, p. 36).

A decisão de D. João favoreceria a sua aliada – a Inglaterra –, que se achava encurralada pelo bloqueio imposto pela França. Estando Portugal tomado pelos franceses, a consequência inevitável foi a decisão do príncipe regente, logo após à chegada ao Brasil, de decretar a “abertura dos portos às nações amigas”, em 28 de janeiro de 1810 (NEVES, 1999, p. 29).

O Rio de Janeiro representava o principal porto da colônia. A transferência para o Brasil da estrutura estatal lusitana representou o fim do regime colonial (NEVES, 1999, pp. 28-29). Essa cidade passou a exercer o papel de capital do Império Luso-Brasileiro, recebendo brasileiros de todas as províncias, desejosos de comunicação com a Corte (CARDOSO, 1995, p. 334), e, sobretudo, constituiu-se em um pólo de atração de viajantes estrangeiros, que assumiram papel relevante, quer como comerciantes, embaixadores, quer como estudiosos, naturalistas ou artistas ansiosos por conhecerem os hábitos do país e disputarem as apregoadas riquezas naturais da terra brasílica. Seria, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda, “um novo descobrimento do Brasil”.

Os transmigrados da Corte portuguesa foram beneficiados pela aposentadoria ativa, costume do Antigo Regime, que lhes garantia o direito de escolher a residência de sua preferência (mesmo já ocupada), quando estivessem longe de sua moradia efetiva. Com isso, o juiz fazia as intimações, ficando inscritas a giz na porta da escolhida residência as letras **P.R.** (Propriedade Real ou Príncipe Regente), que popularmente o povo traduzia como “ponha-se na rua”, e o prejudicado cumpria a determinação sem nenhum questionamento (BARDY, 1965, pp. 102-104).

Elie Antun Lubbus³ (nome aportuguesado: Elias Antonio Lopes), comerciante luso-libanês, e pela ambição de ser generosamente recompensado, realizou uma grande reforma em sua residência construída em “estilo oriental”⁴ e presenteou, em 1º de janeiro de 1809, sua casa-grande à D. João que, imediatamente, aceitou-a para ser sua moradia. O “turco”⁵ Elias, como era conhecido, recebeu de D. João “a quantia de 21:929\$000 – vinte e um contos, novecentos e vinte e nove mil réis – referentes ao pagamento das obras já realizadas e uma mensalidade para a conservação do edifício” (KHATLAB, 2002, p. 19), além de ter recebido alguns títulos da Casa Real (NEVES, 1999, p. 42).

A Chácara tinha uma vista privilegiada do alto do terreno: de um lado, via-se o mar, e, do outro, a floresta da Tijuca e o Corcovado. Assim, devido à sua beleza, ficou conhecida como Quinta da Boa Vista e a partir de 1810, a residência real começou a sofrer alterações por ocasião do casamento de D. Maria Tereza de Bragança (1793-1812), filha mais velha de D. João, com o infante da Espanha D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança (?-1812). Passou a ser necessário ampliar a residência para abrigar a família crescente e transformá-la em uma residência real, usando como modelo o Palácio Real da Ajuda – atual Palácio Nacional da Ajuda.

Enquanto isso, o príncipe regente realizava os atos que iriam dar os alicerces para a autonomia brasileira, o que diferenciava das atuações nas demais colônias americanas. No Brasil, a metrópole se transferiu para o Novo Mundo e resolveu criar as condições administrativas para organizar seu território rumo ao desenvolvimento político do país. Desse modo, a característica do regime colonial logo desapareceu.

Outra nova fase de expansão da residência do regente aconteceu, nos fundos do palácio, pelo arquiteto inglês John Johnson, em 1816 (SANTOS, 1981, p. 46), por ocasião dos preparativos para o casamento de D. Pedro I (1798-1834) com D. Carolina Josepha Leopoldina (1797-1826), austríaca apaixonada pelas ciências naturais. A imperatriz teve papel de destaque na criação do Museu Real⁶ em 1818 – atual Museu Nacional.

Torna-se necessário destacar a atuação da princesa Leopoldina, no processo de idealização do Museu Real. Inicialmente, devido ao seu consórcio com D. Pedro I (1817),⁷ trouxe, em sua comitiva nupcial, uma legião de naturalistas: Rochus Schüch, Johann Natterer, Johann Emanuel Pohl, Giuseppe Raddi e Johann Christian Mikan (LISBOA, 1997, p. 21). Tratava-se do primeiro enlace da nova Corte americana com um país do Velho Mundo, fato que, conseqüentemente, aumentou a curiosidade pelas riquezas naturais do Novo Mundo.

A partir de então, os viajantes estrangeiros não se limitaram a desenvolver a pesquisa científica apenas nos países europeus. A curiosidade renascentista que imperava na

exploração do Novo Mundo e no Oriente fortaleceu os atos de coleta e de preservação da cultura realizados em alta escala pelos viajantes estrangeiros, até meados do século XIX (SCHWARCZ, 1993, pp. 68-69).

O arquiteto inglês John Johnson havia sido enviado ao Brasil pelo quarto duque de Northumberland⁸ e embaixador da Inglaterra, o Lord Percy (1792-1865), para providenciar a colocação de um imponente portão – presente do duque para D. João – alguns metros à frente da residência imperial. Restava elevar a edificação à altura da suntuosidade do portão.

A escolha do estilo arquitetônico da construção foi aprovada em um contexto político. Com a Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1810, a “maior amiga” – a Inglaterra – teve como privilégio apresentar um projeto de dignificação, por meio do trabalho do arquiteto John Johnson, para o novo palácio do príncipe regente. Devidamente aprovado o projeto, o inglês projetou quatro pavilhões em inspiração neogótica,⁹ mas só realizou um – o torreão norte (em dois andares) e em 1817, o Paço de São Cristóvão se tornou propriedade da Coroa com a ampliação do terreno referente aos arredores, pagos pelo Tesouro Real.

Enquanto o governo do país passava de pai para filho,¹⁰ o palácio continuou a passar por ampliações na área dos fundos junto com a construção do torreão sul, visando a expandir seu território residencial, que muito faltava para assemelhar-se ao Palácio Real da Ajuda. Contudo, mesmo após a Proclamação da Independência do Brasil, a residência continuou a sofrer intervenções para fortalecer a imagem do Paço de São Cristóvão – a residência do soberano –, em que a arquitetura deveria servir aos imperadores de maneira funcional e civilizatória (PEIXOTO, 2000, p. 301), além disso, a representação dos imponentes palácios e sua correlação com a própria imagem do imperador eram uma constante na lógica simbólica da monarquia (SCHWARCZ, 2001, p. 17).

No final do período de D. Pedro I, identificamos alterações no Paço, principalmente em sua fachada, na construção do segundo torreão (ao sul em três andares), concretizada, agora, pelo francês Pierre Joseph Pézerat (1826-1831). A obra foi executada em estilo neoclássico, que predominou na conclusão de todo o palácio (SANTOS, 1981, p. 46). O retorno ao modelo clássico daria a imponente necessária ao palácio imperial, fortalecendo sua representação como espaço de quem emana o poder. Com isso, nos registros oficiais – em forma de desenhos ou litografias –, a residência imperial vinha tomando forma de um suntuoso palácio.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, conhecido como D. Pedro II, nasceu no Paço de São Cristóvão em 2 de dezembro de 1825. Órfão de mãe antes de completar um ano de idade,

aos cinco anos foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, tendo sido decretada a sua maioridade quando ele tinha 14 anos de idade, em 1840, por ocasião de um golpe parlamentar palaciano.

Nesse momento, 10 anos após o golpe, o imperador chamou para si a responsabilidade de iniciar as obras da moradia. Foi dada continuidade ao estilo neoclássico, e dentre as principais modificações destacamos: o nivelamento da fachada do prédio em três pavimentos; a colocação de 30 estátuas de deuses gregos em toda a extensão do telhado.

A partir de 1857, com Theodore Marx, as Salas do Trono e do Corpo Diplomático¹¹ foram transferidas do térreo para o segundo pavimento do torreão norte, com pinturas do italiano Mario Bragaldi.¹² Em cima do telhado do mesmo torreão, em 1862, foi construído por Francisco Joaquim Bettencourt da Silva o Observatório Astronômico do imperador, todo envidraçado para a realização de suas observações celestes; e ao lado direito do prédio foi edificada uma torre contendo um grande relógio.

Manuel de Araújo Porto Alegre representou a primeira geração de arquitetos formados pela Academia de Belas Artes; logo, foi discípulo dos membros da Missão Francesa.¹³ D. Pedro II não estava alheio aos estilos arquitetônicos dos países “civilizados”; assim, não houve conflito na escolha do estilo a ser utilizado no Paço, sendo seguido o estilo oficial dos palácios daquela época caracterizados pela volta do clássico.

É curioso constatar que o espaço privado do imperador era bem menor do que o de um salão de recepção (espaço público). O local privativo de maior preferência do imperador – seu gabinete de estudos – mede 27 m², e o espaço público, como, por exemplo, o palco do poder – a Sala do Trono –, mede 96 m². Isso se deve ao fato de D. Pedro II necessitar de um grande espaço nobre para o relacionamento com a sua corte e, conseqüentemente, o fortalecimento de seu poder.

D. Pedro II não estava alheio aos estilos arquitetônicos dos países “civilizados”; assim, não houve conflito na escolha do estilo a ser utilizado no Paço, sendo seguido o estilo oficial dos palácios daquela época caracterizados pela volta do clássico.

Ao pensarmos na sociedade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, podemos nos remeter aos estudos da sociedade de Corte de Norbert Elias, que incentiva a pensar na Corte como figuração social central do Estado, cenário esse identificado não somente nos grandes reinos da Antigüidade e na Europa (ELIAS, 2001, p. 28). A característica principal da Corte era o poder centralizado nas mãos do soberano, envolvido com uma elite poderosa e com prestígio.

O que aqui nos interessa é esse exercício de articular o Palácio e seu soberano para entender a comunicação e a importância dos espaços imperiais para a ritualização monárquica do poder no viés da Memória Social, partindo da reflexão de que a memória é sempre uma construção desenvolvida no presente, levando em consideração as vivências e experiências do passado que se pretende entender, e que também está sujeita às questões ligadas à seletividade, subjetividade e relações de poder.

Pormenorizando os amplos espaços, o grande jardim do Paço de São Cristóvão,¹⁴ após o embelezamento paisagístico de Auguste François Marie Glaziou (1833-1906),¹⁵ inaugurado em 1876, foi transformado em um bonito parque admirado por todos que o visitavam. O Palácio estava agora mais próximo de um “Versalhes Tropical”.¹⁶ A edificação repleta de ornatos imperiais, com símbolos da Antigüidade e ditando as normas de etiqueta, fez da residência um lugar de sociabilidade na Corte do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

O Paço de São Cristóvão foi bruscamente alterado após o banimento da família imperial, em 1889, quando D. Pedro II teve seus pertences reunidos em um grande leilão.¹⁷ Realizado em 1890 (SANTOS, 1940), o evento foi agilizado pelos representantes do Governo Provisório, preocupados em se desfazer dos objetos que pertenceram ao antigo Paço de São Cristóvão, promovendo, assim, um processo de apagamento da memória. “Apagar tem a ver com ocultar, esconder, despistar, confundir os traços, afastar-se da verdade, destruir a verdade” (ROSSI, 1991, pp. 14-15).

A realização do leilão dos pertences da família imperial acabaria com a existência de uma “coleção do imperador” e, conseqüentemente, com o culto à monarquia. Entretanto, não foi uma tarefa fácil, pois suscitou um período de longo conflito entre os Ministérios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos,¹⁸ d’Estado dos Negócios do Interior¹⁹ e o procurador do “ex-imperador”.²⁰

Após alguns dias do término do leilão do Paço²¹ e um ano da Proclamação da República, o palácio abrigou os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte. As obras para adaptação do antigo Paço de São Cristóvão, visando a sediar o Congresso, deveriam ser analisadas como um marco para garantir, na ocupação do antigo espaço monárquico, a consolidação das idéias do novo regime. A questão central da República era organizar um outro pacto de poder que viesse a substituir o modelo imperial (CARVALHO, 1987, p. 31), além da necessidade de criar um novo herói nacional (CARVALHO, 1990, pp. 55-73).

O antigo Paço de São Cristóvão ficou repleto de restos do leilão²² e vestígios do Congresso Constituinte em um espaço modificado e posteriormente abandonado. A partir de

1892, o palácio deixou de ser reconhecido como Paço de São Cristóvão, passando a ser identificado como prédio do Museu Nacional ou Palácio da Quinta da Boa Vista.

Após muita insistência do diretor Ladislau Neto,²³ o Museu Nacional (localizado no Campo de Santana desde sua criação) foi transferido para as instalações do palácio, com a liberação de vagões da Companhia Ferroviária de São Cristóvão, responsável pela mudança de todo o acervo do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista. Posteriormente, a instituição passou por uma longa fase de apropriação dos objetos ali abandonados.

A direção do Museu Nacional herdou mobiliário e alguns objetos de decoração (recém-identificados), além dos artefatos do “Museu do Imperador”, um conjunto de objetos que poderiam representar as ciências naturais e antropológicas.

O processo urbanístico do Rio de Janeiro do início do século XX, promovido pelo prefeito Pereira Passos, chegou à Quinta da Boa Vista em 1910, contemplando, também, o Museu Nacional com algumas obras. Destacando-se o Museu Nacional, era necessária a realização de obras de adaptação para a adequação de um instituto de pesquisas em um ex-palácio residencial.

O antigo Paço de São Cristóvão, em 1910, sofreu alterações nas estruturas e nos seus arredores. As armas imperiais que existiam em portões e demais ornatos das paredes foram arrancadas; alguns arcos no interior das salas sofreram alterações, e janelas foram fechadas para serem transformadas em paredes, além de salas do segundo piso terem sido ampliadas para serem salões das exposições.

Alguns locais do palácio foram destruídos, como por exemplo, o Observatório Astronômico do imperador. O portão doado pelo duque de Northumberland foi transferido para a entrada do Zoológico na Quinta da Boa Vista (BIENE & SEVERO, 2005, p. 95).

Atualmente, através da presente pesquisa algumas mobílias foram identificadas com o auxílio do inventário dos objetos que existiam no Paço de São Cristóvão, encontrado na obra de Francisco Marques dos Santos, *O leilão do Paço Imperial*.

Com o passar dos anos, e após o fortalecimento do Museu Nacional como uma instituição de pesquisa científica e de ensino superior,²⁴ a identidade do Paço de São Cristóvão foi perdendo o seu significado de espaço monárquico sobreposto à nova imagem da instituição científica.

Acreditamos que várias mobílias, ao terem sido pulverizadas pelos departamentos da instituição, tenham perdido seu significado de objetos que pertenceram ao palácio da época da residência imperial.

Entretanto, duas salas continuaram a ecoar os tempos imperiais: a Sala do Trono e a do Corpo Diplomático. A sala considerada a mais nobre do palácio, a Sala do Trono, continuou a representar o espaço do poder, pois passou a ser utilizada para a realização do fórum de maior deliberação da instituição: a Congregação do Museu Nacional.²⁵ No entanto, a partir da década de 1980, a sala passou a ser utilizada como mais um espaço para as exposições temporárias.

As chamadas *Salas Históricas*²⁶ passaram a ser utilizadas como ambiente administrativo e, posteriormente, como local para as exposições temporárias. Apesar de terem passado por dois períodos de restauração,²⁷ foram perdendo as suas representações originais, deixando de evocar o período monárquico guardado em suas paredes e passando a apresentar exposições das áreas de atuação do Museu. Nessa perspectiva, ao longo dos anos, o Paço de São Cristóvão passou a ser identificado como *o prédio do Museu Nacional*.

Na década de 1990, um incidente²⁸ deu início a uma campanha para conseguir verbas para a restauração do prédio. Os recursos governamentais fizeram com que a direção da instituição criasse um projeto para realizar as pesquisas necessárias para subsidiar as obras de restauração do prédio do Museu Nacional.

Nesse momento, foi criado o projeto Memória do Paço de São Cristóvão e do Museu Nacional, com o intuito de pesquisar separadamente as duas histórias (a do Museu e a do Paço). Com a principal finalidade de orientar a restauração do palácio, foi percebido que a maior parte da comunidade do Museu Nacional, composta de professores e funcionários, não tinha interesse em conhecer a história do Paço, pois a história do Museu Nacional havia “abafado” o Paço de São Cristóvão. O público visitante, entretanto, tinha.

Ao entrarmos no *site* do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para levantarmos informações sobre o tombamento do Paço de São Cristóvão, encontramos os dados referentes ao *tombamento do prédio do Museu Nacional*, o que nos causou mais estranheza. O que fazer para dar visibilidade ao Paço de São Cristóvão?

Nossa resposta é: divulgar sua memória por meio da análise de seus objetos e de outros sinais da monarquia existentes na edificação. É preciso visitar o interior do palácio e estudar o espaço no viés da Memória Social, referindo-se ao período correspondente à atuação do imperador D. Pedro II, monarca que mais tempo permaneceu no Paço de São Cristóvão, na tentativa de identificar os costumes do soberano e sua relação com a residência por meio da leitura de seus objetos recém-descobertos no Museu Nacional, e sua interação social na Corte do Rio de Janeiro do século XIX- referimo-nos à dissertação que está em fase final de elaboração.

Conseqüentemente, poderemos despertar o Paço que ficou “adormecido”, aproximadamente, por 114 anos (desde que o Museu Nacional foi transferido para o palácio).

NOTAS

- 1 - Sesmarias ampliadas e confirmadas em 1567 pelo governador-geral Mem de Sá (1500-1572), após a morte de Estácio de Sá.
- 2 - Sobre transmigração da Corte portuguesa, ver NEVES, 1995, pp. 27-28, 75-102.
- 3 - Judeu convertido ao catolicismo, teve seu nome aportuguesado. O Brasil colonial recebeu um número considerável de emigrantes portugueses, e, dentre eles, vieram os cristãos-novos.
- 4 - Estilo utilizado no Oriente característico pelo formato de um quadrado com um pátio interno e varandas ou galeria de vinte colunas, encimado de um primeiro andar (KHATLAB, 2002, p. 19).
- 5 - Apelido dado aos portadores de passaporte otomano. Independentemente da procedência (da Síria ou do Líbano), todos eram chamados de “turcos”.
- 6 - O decreto de criação do Museu Real está guardado na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. BRMN.AO, pasta 1, doc. 2, 6.6.1818.
- 7 - Devido ao consórcio em que foi necessário D. João hipotecar as rendas da Casa de Bragança, estava assim garantido o apoio dos austríacos (ALENCASTRO, 1997, p. 13).
- 8 - Título criado por Carlos II, rei da Inglaterra em 1674.
- 9 - Arquitetura gótica (1050-1530) – proveniente da Europa Ocidental na Alta Idade Média, emergente das formas românticas e bizantinas. O estilo era caracterizado pela altura e clareza utilizando abóbadas e arcos pontiagudos (BURDEN, 2002, p. 46).
- 10 - D. João VI partiu para Portugal em 24 de abril de 1821, deixando D. Pedro como príncipe regente, sendo este coroado no ano seguinte.
- 11 - No palácio do tempo de D. João VI, as salas do Trono e do Corpo Diplomático ficavam no térreo (primeiro piso atual).
- 12 - Pintor que embelezou as chamadas Salas Históricas do Paço de São Cristóvão: Salas do Trono e dos Embaixadores, ainda identificadas no Museu Nacional como espaços que preservam as imagens da monarquia.
- 13 - Grupo de artistas que chegou ao Brasil em 1816, chefiados por Joachim Lebreton para a implantação das artes no país.
- 14 - Conhecido como a Quinta da Boa Vista.
- 15 - Glaziou veio ao Brasil a convite do monarca em 1858, para coordenar a Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial. Após o banimento, continuou no país até 1897, quando foi aposentado do cargo.
- 16 - Expressão utilizada por alguns historiadores, referindo-se à monumentalidade da residência e do parque da Quinta da Boa Vista, semelhante ao gigantismo do palácio e dos jardins de Versalhes, residência do rei francês Luís XIV, que analisaremos adiante neste mesmo capítulo.
- 17 - Sobre o assunto, ver *O leilão do Paço*, composto das sessões do leilão narradas detalhadamente e contendo o inventário dos pertences dos Paços do imperador (SANTOS, 1940).
- 18 - AN. M, Códice IE1 145.
- 19 - AN. M, Códice IJJ1 565.
- 20 - M.I.G-P.SC, 20.8.1890.
- 21 - O último leilão foi realizado na fazenda de Santa Cruz e data de 13 de novembro de 1890 (SANTOS, 1940, p. 315).
- 22 - Na publicação *O leilão do Paço* é possível identificar muitas mobílias e objetos que não foram arrematados no leilão e ficaram abandonados no Paço, mesmo durante a realização do Congresso Constituinte. A assembléia utilizou apenas algumas poucas salas do palácio.
- 23 - Conforme relatos existentes nos documentos da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, sendo o mais emblemático o Ofício nº 20, de 1892, de Ladislau para Dr. Fernando Lobo Leite Pereira, ministro e secretário do Estado Interino dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, clamando pela autorização para utilizar o prédio.
- 24 - Período em que foi inserido na UFRJ e passou por algumas adequações em seus objetivos, com a criação de novos cargos e funções.
- 25 - Estrutura acadêmico-administrativa composta por representantes da comunidade da instituição, com reuniões de caráter deliberativo realizadas mensalmente e presididas pelo diretor.

26 - Salas que ainda continuam com as marcas do período monárquico, carregadas de pinturas e símbolos da residência de D. Pedro II – a Sala do Trono e a dos Embaixadores ou do Corpo Diplomático, que serão apresentadas detalhadamente no terceiro capítulo do presente trabalho.

27 - O primeiro em 1923, na diretoria de Bruno Lobo, com o artista Eugênio Latour, e depois em 1957, com o ex-diretor José Cândido de Mello Carvalho, com os artistas Edson Motta, F. Pacheco da Rocha e Luis Carlos Almeida, contando com a colaboração do IPHAN.

28 - Em 19 de agosto de 1995, após chuvas tempestuosas, foi identificado o encharcamento da múmia do sacerdote *Hori*, proveniente do péssimo estado do telhado do Museu. Foi realizada uma mobilização internacional para o salvamento da múmia e, posteriormente, o desenvolvimento de uma política de captação de recursos para a restauração do prédio.

REFERÊNCIAS

BARDY, Claudio. O século XVIII. In: SILVA, Fernando Nascimento (Org.). **Rio de Janeiro e seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade**. Rio de Janeiro: Record, 1965.

BIENE, Maria Paula van; SEVERO, Carmem Solange Schieber. O Paço de São Cristóvão como espaço de exceção: o caso do Museu Nacional/UFRJ. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do**. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, ProArq, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **O Brasil monárquico: dispersão e unidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História geral da civilização brasileira, t. 2, v.2)

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução Pedro Sussekind. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KHATLAB, Roberto. **Mahjar: saga libanesa no Brasil**. Líbano: Mokhtarat Zalka, 2002.

LISBOA, K.M. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

MAESTRI, Mario. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Reflexo das luzes na terra do sol:** sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência: 1808 1831. São Paulo: ProEditores, 2000.

ROSSI, Paolo. Ricordare e dimenticare. Tradução Icléia Thiesen Magalhães Costa e Alejandra Saladino. In: _____. **Il passato, la memória, l'oblio:** sei saggi di storia della idee. Bologna: Il Mulino, 1991.

SANTOS, Francisco Marques. O leilão do Paço Imperial. **Anuário do Museu Imperial,** Petrópolis, v. 1, 1940.

SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura.** Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador:** D. Pedro II: um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão:** ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SILVA, Fernando Nascimento. Dados de Geografia Carioca. In: _____. (Org.). **Rio de Janeiro e seus quatrocentos anos:** formação e desenvolvimento da cidade. Rio de Janeiro: Record, 1965.

“A PRESERVAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO MUSEU NACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO”.

Maria José Veloso da Cosa Santos

Silvia Ninita de Moura Estevão

UFRJ/MUSEU NACIONAL

1 INTRODUÇÃO

O Museu Nacional foi criado por D. João VI em 6 de junho de 1818, como uma das séries de medidas tomadas para viabilizar a Colônia como nova sede da Monarquia¹ assim como também, por influência do movimento iluminista de estimular o progresso científico da nação e assim contribuir para seu desenvolvimento. Pautado em modelos de museus europeus, foi, por quase um século, a principal instituição científica brasileira² dedicada à História Natural e hoje se constitui num dos maiores e mais tradicionais centros de pesquisa da América Latina no campo das ciências naturais e antropológicas.

O Museu ocupa desde 1892 o antigo Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, onde residiu, até a proclamação da República, a família real portuguesa, posteriormente família imperial brasileira. Após a proclamação da República, de 1889 a 1891, o prédio abrigou os trabalhos da 1ª Assembléia Constituinte da República, sob a presidência de Prudente de Moraes.

A formação do acervo do Museu deu-se primeiramente pela transferência para sua sede de instrumentos, máquinas e gabinetes dispersos em outras instituições³, pela doação de objetos de arte e da Antigüidade pela família real, pelas coleções existentes

¹ LOPES, 1997, p.38

² O decreto de criação de 1818 já rezava que sua finalidade seria “propagar os conhecimentos e os estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”.

³ Decreto de fundação do Museu Nacional (BR MN DR.AO 2)

na Casa dos Pássaros⁴, pela coleção de mineralogia, conhecida como Coleção Werner⁵, e por peças etnográficas provenientes das províncias do Brasil. Hoje, com um acervo cultural e científico de cerca de 10 milhões de itens⁶, é considerado o maior museu de história natural da América Latina.

As exposições públicas foram abertas em 1821⁷, ainda no prédio do Campo de Sant'Anna. Hoje ocupam uma área de cerca de 4.000 m² no Paço de São Cristóvão e encontram-se em processo de remodelação. Essa atividade, de difusão e popularização da ciência, reveste-se de importância estratégica fundamental na integração do indivíduo à sociedade; daí ser considerada uma das atividades de destaque do Museu.

Ao lado das exposições destacam-se também, como agentes de difusão e popularização da ciência, os cursos públicos que tiveram início em 1875⁸. Embora já fossem estabelecidos desde o Regulamento de 1842, somente em 1931 esta atividade passa a ser um serviço regular oferecido pelo Museu, através da criação da Seção de Assistência ao Ensino de História Natural por Roquete Pinto. O Museu, atende, ainda hoje, através da Seção de Assistência ao Ensino, a escolas de ensino fundamental e médio, fóruns privilegiados de educação informal em ciência, promovendo visitas guiadas e treinamentos de professores.

A exemplo da Royal Society of London, da Academie des Sciences et de Belles Lettres de Bruxelles e de outras sociedades científicas, o Museu em 1876 edita o primeiro número do seu periódico Arquivos do Museu Nacional – “*Archivos do Museu Nacional*” -, para divulgar as pesquisas científicas aí realizadas. Sempre sintonizado com a comunidade científica de ponta, os “Archivos” apresentam já no seu primeiro número membros correspondentes como Charles Darwin, Quatrefages,

⁴ Casa de História Natural, criada em 1784, que por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou animais e plantas para enviar à Metrópole.

⁵ LOPES, 1997, p.28

⁶ Relatório Anual do Museu Nacional, 2001, p. 82

⁷ BR MN MN.DR.CO, AO.9

⁸ SÁ, DOMINGUES,[s.d.], p.3

Gorceix e outros cientistas de renome internacional⁹. Publicado até hoje, os “Arquivos” continuam a gozar do reconhecimento da comunidade científica nacional e internacional.

A proclamação da República e a conseqüente saída do Imperador do cenário político e intelectual do País, o surgimento da especialização, a institucionalização das ciências naturais e as disputas de espaços institucionais próprios, levaram o Museu Nacional a redefinir suas funções como produtor e disseminador de conhecimento. Seus diretores procuraram incentivar a pesquisa, o ensino e a maior divulgação de seus resultados através da produção de artigos científicos. Surgem as séries Boletim do Museu Nacional, Publicações Avulsas e outras de menor alcance, e a comunidade do Museu passa a publicar também em revistas científicas internacionais.

Subordinado administrativamente a diversos ministérios (Agricultura, Justiça, Educação), desde 1946 o Museu Nacional integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e suas funções acadêmicas são desenvolvidas em nível de seus seis departamentos (Antropologia, Botânica, Entomologia, Geologia/Paleontologia, Invertebrados e Vertebrados) e de suas coordenações de Pós-Graduação (*stricto sensu*) em Antropologia Social, Zoologia e Botânica e (*lato sensu*) em Geologia e Lingüística.

A atividade de memória do Museu Nacional está representada no seu acervo em diversas formas: documentos de arquivo, material científico (exemplares representativos da biodiversidade de nosso país, fósseis, objetos etnográficos e arqueológicos), trabalhos acadêmicos (livros, artigos de periódicos e jornais entre outros), e é através desse manancial de fontes que ele garante sua continuidade histórica, parte da memória nacional.

⁹ LANGER, 2004, p.1

Neste trabalho destacam-se os documentos de arquivo e a atividade arquivística desenvolvida no Museu Nacional para o resgate e preservação da memória da instituição.

Os dados históricos foram levantados com base nos regimentos, regulamentos e relatórios da instituição.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

-Resgatar a história da atividade arquivística no Museu Nacional desde o século XIX e as intervenções técnicas aplicadas à documentação até a atualidade com o desenvolvimento de metodologias de tratamento da informação, integradas aos recursos tecnológicos disponíveis no mercado para a recuperação e disseminação da informação.

2.1 Objetivos específicos

-Dar visibilidade à contribuição do tratamento técnico da documentação arquivística do Museu Nacional para a recuperação de dados sobre a história da instituição e, por conseguinte, da ciência brasileira;

-Contribuir para a preservação e organização do “caos documentário” em que se encontram a maioria dos arquivos brasileiros, assim como contribuir para o resgate da memória da ciência e da tecnologia no País.

3 A ATIVIDADE ARQUIVÍSTICA NO MUSEU NACIONAL

Os documentos de arquivo representam o produto da atividade de uma instituição ou de uma pessoa e é através deles que a humanidade garante a sua continuidade histórica. Tal fato é reconhecido por inúmeros trabalhos que destacam o valor e importância dos documentos e, por conseguinte, dos arquivos, para o resgate da memória e para a construção da história.

Como instituição científica e pública, o Museu vem formando, desde a sua criação, um acervo de documentos que retratam o seu cotidiano no contexto político, econômico e social em uma determinada época, bem como revelam as suas relações com outras instituições congêneres em nível nacional e internacional. São documentos que registram os primórdios do trabalho científico no Brasil e as alterações que se processaram no cenário internacional das ciências, além do trabalho de cientistas de renome, portanto, de valor histórico inestimável não só para o resgate da memória da instituição e do palácio imperial que a abriga, como também, para o resgate da história das ciências no Brasil, que tem, no Museu Nacional, o embrião das raízes científicas nacionais.

A idéia de preservar esta documentação vem desde o século XIX, quando a própria Direção do Museu Nacional toma para si, através de seu secretário, este encargo.

Até a criação do cargo de bibliotecário do Museu Nacional em 1863¹⁰ e a formalização da Biblioteca como unidade administrativa específica em 1890¹¹, as funções e atividades de arquivo e de biblioteca localizavam-se no âmbito da Direção da instituição, cabendo especificamente ao secretário e seu ajudante a escrituração, controle e guarda de decisões, da correspondência e dos livros. Isso é determinado no primeiro regimento do Museu, que data de 1842:

¹⁰ Cargo para o qual foi nomeado Manoel Ferreira Lagos. Ver Aviso do Ministério do Império de 11 de julho de 1863. (MN.DR.CO,RA.5, f. 55).

¹¹ Regimento interno do Museu Nacional, 1891, p.11.

Haverá no Museu um Secretário e um ajudante do Secretário, incumbidos do registro das deliberações do conselho, da correspondência com os museus estrangeiros e do arranjo, guarda e preparação do arquivo e biblioteca.¹²

Com o passar do tempo, as funções do secretário vão sendo naturalmente acrescidas, bem como o volume de registros e rotinas necessárias ao andamento do Museu, estendendo-se as preocupações de formalização de competências e obrigações no diz respeito à matéria a todas as suas unidades administrativas.

Pelo Regimento interno fixado para execução do regulamento a que se refere o Decreto n. 379 A, de 8 de maio de 1890, capítulo X (Da Escrituração), tem-se definidas não só as obrigações de escrituração de cada unidade, como também estabelecidas as principais rotinas de controle e tramitação de informações, documentos e objetos. O regulamento aprovado pelo Decreto n. 3211, de 11 de fevereiro de 1899, igualmente dedica um capítulo à escrituração, no mesmo espírito do regimento anterior.

Os sucessivos regimentos deram origem a várias seriações documentais, conservadas até hoje no Arquivo do Museu Nacional, como as de Registro das Atas do Conselho Administrativo e da Congregação, de Ofícios Expedidos pela Diretoria, de Avisos e Ofícios Recebidos, de Ponto dos Empregados, das Assinaturas de Visitantes Ilustres, de Receita e Despesa, de Assentamentos de Pessoal, de Entrada e Saída de Objetos das Seções. Com o tempo essas práticas foram-se modificando e especializando-se, por vezes se fragmentando e se dispersando, instituindo-se naturalmente novas seriações com outros formatos.

O artigo 51 do Regulamento de 1899 determinava que, no fim de cada ano, seriam encadernados, em volumes distintos, os avisos e do ministro, os pedidos feitos

¹² Art. 9º do Regulamento n. 123, de 3 de fevereiro de 1842.

à Diretoria de artigos necessários ao Museu e outras quaisquer obras ou documentos de reconhecida importância.¹³

A prática da encadernação, implementada até o início dos anos 1950, constituiu procedimento importante para a preservação de parte do acervo, vindo a facilitar as pesquisas realizadas até hoje, uma vez que, escasseando recursos humanos, materiais e físicos nas décadas subseqüentes, os documentos avulsos foram sendo comprimidos em espaços cada vez mais exíguos ou distantes, gerando dificuldades de localização, de organização e até de devolução após a consulta.

Pelo Regulamento de 1899, os laboratórios ficavam incumbidos dos inventários, registrados em livro próprio, dos aparelhos e instrumentos existentes e o porteiro, incumbido da fiscalização das exposições. Os inventários resultantes dessa determinação constituem referenciais importantes para retrospectiva do século XIX, embora essa prática fosse realizada regularmente desde as primeiras décadas de criação do Museu.

Quanto à fiscalização das exposições, esta atividade resultará, anos depois, em livros de registro diário de ocorrências no âmbito do controle e vigilância, bem como a estatística de visitantes, formalmente instituída em 1931, com a obrigatoriedade de produção de livro especial, consoante à determinação ministerial para envio regular de informações dessa natureza.¹⁴

Os arquivos fotográficos mereceram especial atenção na década de 1940. Pelo regimento aprovado pelo Decreto n. 6746, de 23 de janeiro de 1941, publicado no

¹³ Regulamento do Museu Nacional a que se refere o decreto n. 3211 desta data 11/2/1899, p.11.

¹⁴ Art. 50 do Regulamento do Museu Nacional aprovado pelo Decreto n. 19.801 de 27 de março de 1931. 1936.

Diário Oficial de 25/1/1941, cabe ao Laboratório de Fotografia, de Desenho, Pintura e Modelagem a organização, guarda e conservação dos arquivos fotográficos.¹⁵

O mesmo regimento de 1941 demonstra a preocupação do Museu em distinguir o que seria público (institucional) e o que seria privado (pessoal) no que diz respeito às coleções, o que certamente terá seus reflexos, matéria que merece um estudo especial, sobre os arquivos pessoais que naturalmente se formavam em paralelo às ações oficiais.

Os naturalistas do Museu Nacional não poderão dedicar-se à organização de coleções pessoais, de espécimes de ciências naturais e antropológicas. Parágrafo único: Os atuais proprietários de coleções bem como os que, por circunstâncias não previstas neste artigo, entrarem em posse de material dessa natureza, deverão fazer declaração do mesmo ao diretor do Museu Nacional.¹⁶

3.1 Intervenções técnicas no arquivo

Como já foi observado, a documentação do Museu Nacional foi se organizando a partir dos próprios regimentos que previam a criação de livros de registros por tipos de documentos e a encadernação da correspondência, o que gerou algumas seriações mantidas até hoje.

As primeiras tentativas de organização do Arquivo do Museu, visando possíveis consultas, datam, pelo menos, de 1919, gestão do diretor Bruno Lobo, quando os documentos já apresentavam maior volume. No relatório sobre esse

¹⁵ Parágrafo único do art. 8º do Regimento do Museu Nacional aprovado pelo Decreto n. 6746, de 23 de janeiro de 1941.

¹⁶ Art. 22 do Regimento do Museu Nacional aprovado pelo Decreto n. 6746, de 23 de janeiro de 1941, publicado no Diário Oficial de 25 de janeiro de 1941.

exercício, o diretor dedica uma seção ao Arquivo, sob o título *Archivo*, retomando o tema nos relatórios sobre os exercícios subseqüentes de 1920 e 1921.

O Archivo do Museu Nacional, que se acha ao encargo do sr. Pimentel Barbosa, encontra-se em perfeita ordem. Está com todos os documentos catalogados por anno, mez e dia, desde sua fundação (1818) até o anno 1919, inclusive. Foram preparadas as fichas contendo o resumo desses documentos correspondentes aos anos de 1818 a 1882 e as de 1893 a 1918, faltando apenas as dos anos de 1883 a 1892, inclusive. Além disso, foram separados pelos respectivos annos, mezes e dias os Diários Officiaes da collecção pertencente ao Museu. Foi também feita uma relação dos livros recolhidos ao Archivo referentes á administração do Instituto.¹⁷

Em 1935, Maria Alberto Torres inicia a organização do Arquivo da Seção de Antropologia e Etnografia e nas décadas de 1940 e 1950, as atividades da Secretaria pareceram se multiplicar e as coisas do arquivo passam para a esfera da Seção de Administração à qual já estava à frente Maria Alberto Torres. As atenções continuarão voltadas para o arquivo, a ponto de mencioná-lo em relatório tanto no que diz respeito à produção e distribuição do expediente quanto às atividades desenvolvidas sobre o acervo já reunido.

Creditam-se a essa época os vestígios de nova numeração de controle sobre os encadernados (livros de registro, documentos avulsos encadernados e livros de ponto), a produção de listagem de controle sobre as pastas que continham documentos avulsos do período 1810 a 1940, ensaiando-se índices nominais das entidades com as quais o Museu se relacionava, esboço de controle dos relatórios institucionais, investindo-se nos serviços de arquivamento, conservação e acondicionamento de diapositivos e de filmes.

¹⁷ LOBO, Bruno, 1920, p. 18.

Sobre essa intensa atividade, Maria Alberto Torres comenta em relatório da Seção de Administração:

Esta Seção tem estado também empenhada na reorganização de seu Arquivo que, representando material conservado desde mais de um século, constitue um trabalho vultoso e delicado. Este serviço vem sendo feito aos poucos e é constantemente interrompido, devido à falta de pessoal.¹⁸

É nesse período que se projeta e se implementa um plano de classificação decimal para os documentos reunidos pela Diretoria, abordagem estendida a outras unidades administrativas, especialmente à Divisão de Zoologia.

Nas décadas de 1970 e 1980 o Arquivo da Diretoria e de algumas outras unidades administrativas sofreriam alguns reveses por conta da falta de pessoal, condições técnicas e operacionais. Parte do que se encontrava reunido nas décadas anteriores tendeu, fisicamente, à descentralização, alguns departamentos retomando parcelas que lhe eram atinentes, dada a necessidade constante de informações retrospectivas.

A retomada do processo de institucionalização do Arquivo do Museu começou a ser ensaiada no início da década de 1990, com a implementação do Projeto Memória do Museu Nacional, promovendo-se, a partir de 1994, a informatização do catálogo já existente.

Progressivamente foi-se ganhando terreno no que diz respeito às possibilidades de obtenção de recursos para implementação do Arquivo. No primeiro semestre de 2002, chegaram os primeiros recursos extra-orçamentários, por meio de projetos especiais patrocinados pela Fundação Vitae e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, que se somaram a convênio firmado com o

¹⁸ Relatório da Seção de Administração sobre o exercício de 1943 (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1943 - classe 146.74). Não se tem ainda sistematizado o número de arquivistas envolvidos com o trabalho de organização e reorganização no período. Tem-se, contudo, informações de que no ano de 1944 a Seção de Administração contou com dois arquivistas (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1944, p. 2 - classe 146.74), em 1946 um (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1946, p. 2 - classe 146.74), em 1955 pelo menos um estagiário (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1956, p. 3 - classe 146.74).

Arquivo Nacional. Logrou-se com isso formar uma equipe de técnicos, bolsistas e colaboradores, criando a possibilidade de aquisição de mobiliário e materiais destinados ao armazenamento e acondicionamento dos documentos.

O Arquivo Histórico foi institucionalizado com um acervo estimado em cerca de 500 metros de documentos textuais e aproximadamente 15.000 documentos iconográficos, que vem sendo processado tecnicamente de modo a recuperar as informações neles contidas.

A execução dos trabalhos partiu de procedimentos técnicos básicos tais como higienização, identificação e acondicionamento primário, tendo-se, para isso, observado alguns critérios e objetivos:

-Distinção entre o arquivo institucional e os arquivos e coleções privadas; respeito à produção das diferentes unidades administrativas ao longo do tempo, classificando-as como seção do fundo Museu Nacional; reconstituição da organização dada outrora, até concluída a etapa de higienização e identificação, não se promovendo interferência técnica radical alguma; otimização do sistema de dados cedido pelo Arquivo Nacional, de modo a se progredir na informatização de instrumentos anteriormente produzidos e alimentá-lo com novas descrições sobre o material; esforço de viabilização do acesso remoto à base de dados.

O Convênio com o Arquivo Nacional trouxe para o Museu uma nova abordagem técnica, sinteticamente chamada Descrição Multinível, que consiste, basicamente, em implementar procedimentos técnicos de descrição em consonância com a Norma Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(g), dosando-se as informações sobre os documentos em níveis de descrição distintos, de acordo com o grau de generalidade ou especificidade que se esteja empreendendo, utilizando-se para a informatização dos dados o sistema adotado pelo Arquivo Nacional.

Essa abordagem é responsável pelos resultados palpáveis obtidos em tão curto espaço de tempo. Tomando dados de abril de 2005, em atualização, 33 fundos e coleções, institucionais e pessoais, acham-se já cadastrados no principal instrumento de recuperação da informação utilizado, todos eles contando com algum nível de

identificação e controle sobre o seu conteúdo, alguns já organizados, descritos e parcialmente ou integralmente informatizados, o que corresponde a cerca de 500 metros de documentos acessíveis ao usuário.

A abordagem multinível vem permitindo abrir frentes de trabalho concomitantes e articuladas, inclusive no que diz respeito à informatização da descrição de um dossiê como um todo e dos documentos (itens) dele integrantes, ampliando-se, diariamente, os recursos de pesquisa e propiciando o conhecimento necessário a retificações.

Uma segunda norma internacional, esta mais recente, também tem tido seu lugar nos procedimentos técnicos executados. Trata-se da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, vulgarmente conhecida por ISAAR-CPF¹⁹, que além de padronizar as entradas, vem permitindo acumular gradualmente informações sobre os produtores dos fundos e coleções identificados, de muita valia para a organização, descrição e estabelecimento de relações entre os documentos custodiados.

A migração dos dados do sistema SIAN para o sistema ALEPH, que abriga a base de dados bibliográfica da UFRJ, é uma das metas para a qual vem-se trabalhando desde 2003, como forma de inserir mais rapidamente o acervo arquivístico do Museu Nacional disponível à pesquisa no circuito de informações utilizado pelo público usuário da base MINERVA, reunindo-se em um único banco todo tipo de acervo da Universidade. Para isso foram realizados estudos de compatibilização, campo por campo como formato de entrada MARC 21.

4 CONCLUSÕES

Consciente do legado da instituição para a ciência nacional, bem como de sua produção científica como integrante da construção do conhecimento humano, a Seção

¹⁹ Conselho Internacional de Arquivos. Comissão Ad-Hoc de Normas de Descrição. ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, 1998.

de Memória e Arquivo do Museu Nacional vem procurando desenvolver atividades que vão além da guarda de documentos, realizando o tratamento técnico completo, item por item, dos fundos e coleções, englobando a informatização, além da implementação de uma política de preservação e conservação desse precioso acervo.

O uso do sistema do Arquivo Nacional – SIAN permite que se insira dados de caráter geral sobre os fundos e coleções, disponibilizando-os, de imediato, para pesquisa. Os dados de caráter específico sobre seções, subseções, séries, subséries, dossiês e itens, que integram esses fundos e coleções e demandam mais tempo para análise e processamento, são inseridos na medida em que o trabalho se desenvolve. Sendo assim, a cada dia tem-se novas informações sobre o acervo, facilitando, sobremaneira, a recuperação da informação para o usuário.

Com essa perspectiva, o Arquivo vem se constituindo num dos principais pólos de pesquisa e acesso a informações, subsidiando a produção de conhecimento em diversas áreas, destacando-se a história das ciências no Brasil, o Museu Nacional e o trabalho de cientistas, tendo já como subprodutos livros, artigos de periódicos, dissertações e teses resultantes dessas atividades.

Finalmente, espera-se que cada vez mais os profissionais da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, dentro de uma perspectiva metodológica, venham empreendendo esforços para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos para a melhoria no resgate da memória científica e cultural do país.

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de (Org.). **As ciências no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 2 v.

BELLOTTO, H.L. Patrimônio cultural, Arquivo e Universidade. **Bol. Centro de Memória**. Campinas, v.6, n.11, p. 12, jan./jun. 1994.

CONSELHO Internacional de Arquivos. Comissão Ad-Hoc de Normas de Descrição. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. 30p. (Publicações Técnicas, 49).

CONSELHO Internacional de Arquivos. **ISAD (G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119p. (Publicações Técnicas, 49).

DOMINGUES, H.M.B. **Ciência: um caso de política: as relações entre ciências naturais e agricultura no Brasil Império**. 1995. Tese (Doutorado em História Social)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

DOMINGUES, H.M.B., SÁ, M.R. Documentos como matéria prima da história. **Preprint NEHCT**. n.8, p.1, 1994.

LACERDA, J.B. de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LANGER, J. **A revista Arquivos do Museu Nacional e as pesquisas de Arqueologia no Império: 1876-1889**. Disponível em: <www.revistamuseu.com.br/artigos/art.asp?id=3858>. Acesso em: mar., 2005

LEONTSINIS, S. **Efemérides do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, [1994].

LOBO, Bruno. **O Museu Nacional durante o ano de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

LOPES, M.M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MUSEU NACIONAL (Brasil). [Regimento do Museu Nacional aprovado pelo] Decreto n. 6746, de 23 de janeiro de 1941. Aprova o Regimento do Museu Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 25 jan. 1941.

_____. **Regimento interno do Museu Nacional para execução do regulamento a que se refere o decreto n. 379A de 8 de maio de 1890**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

_____. **Regulamento n. 123, de 3 de fevereiro de 1842**. 1842.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Regulamento do Museu Nacional a que se refere o decreto n. 3211 de 11 de fevereiro de 1899**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

_____. **Relatório anual**. Relatório elaborado por Luiz Fernando Dias Duarte. 2001.

_____. Regulamento do Museu Nacional aprovado pelo Decreto n. 19.801 de 27 de março de 1931. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 5 abr. 1931. Retificado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil nos dias 7, 8 e 9 de abril de 1931.

SÁ, M.R., DOMINGUES, H.M.B. **O Museu Nacional e o estudo das ciências naturais no século XIX**. [20--]. No prelo.

SANTOS, M.J.V. da C. Documento histórico: fonte de informação imprescindível para o resgate da memória. **Informal**: Bol. Inf. do SiBI/UFRJ. v. 9, n. 1, jan./jun. 1998.

FONTES PRIMÁRIAS:

BR MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1943, 1944, 1946, 1956 - classe 146.74. **Relatório da Seção de Administração sobre o exercício de ...**

BR MN DR AO 2. **Decreto de fundação do Museu Nacional**, 6 de junho de 1818.

BR MN DR.AO 9. **Portaria autorizando a abertura do Museu à visitação pública às quintas-feiras, de 10h às 13h, e comunicando a permanência de soldados da Real Guarda da Polícia para fazer a segurança do local**, 24 de outubro de 1821.

BR MN.DR.CO RA.5. **Aviso do Ministro do Império comunicando que, à vista do proposto pelo Diretor e Presidente da Comissão Científica, depois de organizado o catálogo dos livros da mesma por Manoel Ferreira Lagos, estes deverão ser reunidos à Biblioteca do Museu Nacional**, f. 55.

A Faculdade de Medicina da UFRJ: da Praia Vermelha à Ilha do Fundão – o(s) sentido(s) da mudança.

Glória Walkyria de Fátima Rocha¹
PUC-RJ/FE/PPGE – UFRJ/NUTES

Com a palavra, os professores

Em 1918, foi inaugurado o prédio da Faculdade de Medicina na Praia Vermelha, finalizando uma luta de 110 anos de seus professores e estudantes por um território próprio e com instalações adequadas, pois desde a criação do curso de medicina, em 1808, eles peregrinaram por vários locais improvisados, desde o Hospital Militar até o antigo Recolhimento das Órfãs que pertencia à Santa Casa de Misericórdia (Maia, 1996). Entretanto, a Praia Vermelha não seria ainda seu lugar definitivo, pois o início da década de 70 sinalizou novas mudanças para o ensino médico decorrentes da Reforma Universitária de 1968.

O sentido da mudança está simbolizado na transferência das instalações físicas da Faculdade de Medicina da UFRJ (1973) e a implantação do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (1978) na Ilha do Fundão, e na demolição do prédio neoclássico da Escola na Praia Vermelha, em 1975. Duas questões guiaram a investigação: qual foi o sentido da mudança da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha para a Ilha do Fundão, nos anos 70 e quais foram os efeitos da mudança físico-espacial sobre as concepções de formação médica dos antigos professores da Praia Vermelha?

A principal fonte de obtenção de dados para a pesquisa foram os relatos orais na linha de histórias de vida (Bourdieu, 1997 e 1999) de 21 docentes² da Escola procurando identificar na fala desses atores as posições assumidas por eles diante dos efeitos produzidos pela mudança, através da análise de suas trajetórias. O material empírico obtido foi analisado operando-se com os conceitos de *habitus*, *capital* e *campo* de Bourdieu (1987 e 1996), considerados conceitos-chave para a compreensão das mudanças físico-espaciais e das concepções pedagógicas da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Segundo Halbwachs (1990), apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, e também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados, de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras; e é porque eles concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo. Se a memória coletiva tira sua força e duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo.

Utilizamos as histórias de vida dos professores de medicina tendo em vista em primeiro lugar o ponto de vista dos historiadores, no qual a história de vida se confunde, muitas vezes, com o fazer histórico. Deste ponto de vista, um dos problemas centrais está ligado à especificidade da documentação com a qual se escolheu trabalhar: a própria história de vida. Ao contrário das outras fontes usadas pelo historiador, feitas no passado, contemporâneas ao fato, a história de vida é realizada após o evento, em que o entrevistado fala sobre o passado posicionado no presente. Diversamente de um documento cartorial, a narração realizada na entrevista é uma narração baseada na recordação, na rememoração de fatos acontecidos (Neves et al, 2005). Esses autores salientam que este é um caminho tortuoso, “pois somos reféns da memória, que (...) é absolutamente mutável, podendo-se até dizer que ela não existe a não ser enquanto processo em renovada construção”. E acrescentam: “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”.

Trabalhamos também com o ponto de vista da sociologia, pois o depoimento é também um “registro dos atores sociais”. Catani et al (2001) assinalam que há nos trabalhos de Bourdieu várias análises que fazem da educação e dos sistemas de ensino seu objeto central, cujo exame permite evidenciar mecanismos do conhecimento social. Dessa forma, a educação pode também esclarecer as formas pelas quais os agentes conhecem as instituições e se reconhecem nelas. Segundo os autores, para a sociologia da educação praticada por Bourdieu, a questão a ser pesquisada em cada caso particular deve ser entendida sempre como modalidade do possível, quer dizer, o invariante na variante observada. Acrescente-se ainda que a história de vida desses professores da UFRJ foi utilizada como uma fonte que “responde a determinadas perguntas e objetivos específicos”, nos termos discutidos por Neves et al (2005), não devendo o pesquisador abdicar do exercício da “interpretação do material empírico”, conforme nos alerta Bertaux::

“O valor de uma interpretação sociológica se mede pela sua capacidade de exprimir uma corrente subterrânea. Pouco importa a maneira como foi elaborada, é a sua existência que conta. Se o processo que ela aponta chega ou não a amadurecer, se assegura a hegemonia e reorganiza uma sociedade inteira segundo sua própria lógica, ou se ela desaparece diante de outras tendências, isto é uma outra questão (1985, p.9).

Para Becker (1999), a história de vida, se bem-feita, pode nos fornecer os detalhes deste processo cujo caráter, de outro modo, só seríamos capazes de especular. Assim, é por conferir uma base realista à nossa imagem do processo subjacente que a história de vida serve aos propósitos de verificar pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados. Joutard (2000) argumenta que mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de

realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas muito insignificantes ou inconfessáveis ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita, “porque é através do oral que se pode aprender com mais clareza os *reais* motivos de uma decisão; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional”. Mesmo que fossem abundantes “e não o são”, sublinha Joutard, acreditamos que os arquivos escritos são insuficientes para descrever e, sobretudo, se compreender uma realidade tão complexa como é a história de uma instituição educacional do porte e da especificidade da Faculdade de Medicina da UFRJ.

A mudança para a Ilha do Fundão e a demolição do prédio da Praia Vermelha

Para os professores de medicina da UFRJ estudar na Escola da Praia Vermelha significou acumular um enorme capital social e cultural. Esse prestígio estava relacionado a uma conjugação de fatores, que se revelam nos depoimentos sobre a grandiosidade arquitetônica de sua sede; sobre a memória da instituição, representada nos quadros de professores que por lá passaram ao longo de dois séculos, e nos relatos de intenso convívio entre professores, alunos e demais funcionários. Nessas narrativas encontramos um repertório de imagens referentes a um passado glorioso; um sentimento nostálgico do passado, um processo de “monumentalização” (Le Goff, 1996) dessa que foi, sem dúvida, o modelo de escola das elites. Como explica um dos depoentes,

O prestígio da Faculdade Nacional de Medicina era muito maior do que o da Universidade do Brasil e a existência do sentido de universidade só começou a surgir para os alunos e professores da Faculdade de Medicina, a partir de 1973, quando ocorreu a mudança para a Ilha do Fundão (E2).

Na década de 60 houve uma intensificação da militância estudantil na Escola da Praia Vermelha. Foi quando a Faculdade viveu seus momentos mais difíceis, e tal acirramento de tensões culminou com a invasão do prédio da Praia Vermelha, em 1966. Vai daí que, se na década de 70 o ambiente de intenso convívio e de favorecimento aos estudos permaneceu recorrente na narrativa dos professores, o clima de medo constante passou a ser o foco central da narrativa dessa geração.

A primeira mudança para a Ilha do Fundão ocorreu no período entre 1972 e 1973, por determinação do regime autoritário, assim explicam alguns dos depoentes, mas não houve reação significativa e de certa forma os professores consideraram-na até inevitável, em nome de um processo de modernização que ela simbolizou e que vinha ocorrendo em todos os setores da vida pública, nessa época. Era algo previsto há muitos anos para toda a Universidade:

“o Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira e a área tecnológica já tinham ido para lá, desde a década de 50, de maneira que era inevitável que não só a Faculdade de Medicina como todas as outras teriam que ir também” (E21). Além do mais, “como o Hospital seria finalizado lá no Fundão mesmo, isso favoreceria a reunião com a Faculdade e o próprio Instituto de Ciências Biomédicas em um só lugar, o que, no fundo, também era o objetivo geral”, segundo E8.

As conseqüências de algumas dessas mudanças quanto ao ambiente escolar não foram positivas, se queixam vários dos depoentes. Temos até hoje problemas relacionados à segurança, às enormes distâncias e aos transportes, tanto no interior do próprio campus como em relação à cidade. Há prejuízos para a vida acadêmica, pois as edificações não são amistosas, e os enormes espaços vazios e degradados, no seu conjunto, não favorecem um convívio amistoso ou o desejo de lá permanecer por mais tempo, além do estritamente necessário, por não ser um lugar acolhedor, o que é confirmado por Cunha (2000).

Os professores que se encontravam nas Clínicas não se deram conta, na ocasião, do significado da mudança da Faculdade para o Centro de Ciências da Saúde, já que os que participaram diretamente dessa etapa da mudança eram do ciclo básico e na ocasião foram transferidos para o Instituto de Ciências Biomédicas. Quanto aos diversos serviços clínicos da Faculdade, eles permaneceram onde se encontravam por muitos anos – na Santa Casa de Misericórdia, no Hospital São Francisco de Assis e no Hospital Moncorvo Filho -, até 1º de março de 1978, quando foi inaugurado o Hospital Universitário no Fundão. Com efeito, para os professores da clínica, a implantação do Hospital Universitário, em 1978, significou a “verdadeira mudança”, sublinham E17 e E19.

Quanto às dificuldades ocorridas na convivência e o estranhamento provocado pelo novo e diferente ambiente de trabalho e estudo foram relacionadas à enorme dimensão do novo espaço social, que propiciava um afastamento das pessoas. “Houve resistência de alguns professores à mudança para o Hospital no Fundão por considerar que a distância era muito grande, além de outras motivações pessoais”, atesta E7, por temerem não ter volume de capital para as lutas concorrenciais que se travariam na conquista e domínio desse novo e complexo espaço social. “Para muitos, a saída foi a aposentadoria” (E7). Quanto aos institutos de especialidades, há resistência à absorção de seus serviços pelo Hospital Universitário, até hoje.

Dentre as lutas concorrenciais travadas hoje no Hospital, uma é a que opõe titulares de medicina aos outros níveis da carreira. A prevalência do critério político, em detrimento da qualificação acadêmica, para a chefia dos serviços médicos e das direções, tanto da Faculdade

como do Hospital - assim como a dissociação dessas chefias do nível de professores titulares - foram duramente questionadas por E4, E5, E6 e E9. A base dessa “inversão de valores” estaria, principalmente, no quadro médico - subordinado diretamente ao Hospital, hoje, maior que o quadro docente - subordinado à Faculdade, contribuindo também dessa forma para a diminuição do poder da Faculdade sobre o próprio Hospital.

Como era a antiga configuração administrativa acadêmica referente ao curso médico de graduação? A Faculdade de Medicina compreendia, por um lado, os institutos básicos - localizados no prédio da Praia Vermelha - responsáveis pelas disciplinas do ciclo básico do curso médico e de outras profissões da área da saúde, enquanto que as disciplinas do ciclo profissional – basicamente relacionadas à Clínica Médica - eram realizadas na Santa Casa de Misericórdia, no Hospital São Francisco de Assis ou no Hospital Moncorvo Filho, além das diversas disciplinas de especialidades espalhadas pelos respectivos institutos.

Eram seis os institutos de especialidades em 1978: 1) Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, na Ilha do Fundão; 2) Instituto de Ginecologia, situado no Hospital Moncorvo Filho, no Centro; 3) Instituto de Neurologia, na Praia Vermelha; 4) Instituto de Psiquiatria, também na Praia Vermelha; 5) Instituto de Tisiologia e Pneumologia - recentemente deslocado para o Hospital do Fundão - funcionava anteriormente no Caju, e 6) Maternidade Escola, em Laranjeiras.

Como é a nova configuração? A Faculdade perdeu o direito de ministrar as disciplinas básicas, tanto do seu próprio curso de medicina como de outros cursos da área da saúde, pois o campo das ciências básicas foi deslocado para o Instituto de Ciências Biomédicas. Esse deslocamento favoreceu, sem dúvida, o crescimento da pesquisa básica e, com o passar do tempo, esses docentes deixaram de ser médicos na origem para serem oriundos de carreiras que têm na pesquisa básica sua atividade finalística.

O Hospital passa a ser, então, o espaço social para onde se desloca o campo da educação médica profissional. Por sua vez, não é subordinado à direção da Faculdade, como chegou a ocorrer no período pioneiro de implantação, quando “os chefes das antigas clínicas [aqueles catedráticos que passaram a titulares] se revezavam entre os principais cargos” na tentativa de manter sob seu controle esse novo campo, assinala E19.

Quanto aos institutos³, “foram sufocados devido à impossibilidade de renovação do seu quadro docente e alguns à própria perda da razão de existir” (E6), já que os serviços prestados por eles também se encontram em funcionamento no próprio Hospital Universitário.

“Se a Faculdade de Medicina mantém seu capital simbólico preservado no contexto da sociedade, perde prestígio e poder no interior da Universidade” (E7). Ela, que “já esteve

acima da própria Universidade” (E2), está atualmente desprovida de recursos financeiros, em função da perda de prestígio político, podendo-se inferir que houve mudanças mais amplas no campo da política universitária da UFRJ.

A expressão mais visível das lutas travadas na Faculdade de Medicina se traduz na divisão de seu corpo docente; parte deles identificados com a Faculdade, e parte com o Hospital Universitário e este com uma base mais ampla de apoio - incluído aí seu quadro técnico e administrativo -, e dirigindo-se diretamente ao Reitor, além de importante dotação orçamentária.

Quanto à demolição do prédio da Praia Vermelha encontramos algumas explicações a respeito. A primeira delas está relacionada ao “movimento estudantil e o que a Escola representou de oposição à ditadura” (E3); então, nesse caso, teria sido “por punição”. Entre aqueles que estabelecem uma relação direta entre a militância estudantil e a destruição do prédio chama atenção esse relato: “Das pessoas que estiveram negociando até a última hora a invasão foi o professor Clementino Fraga, o [Lauro] Solero na época em que invadiram e...” (E10). Observe-se que ele confundiu o episódio da destruição do prédio nos anos 70 com o da invasão do prédio da Praia Vermelha em 1966, ambos durante a ditadura. É um lapso de memória que reforça a tese de retaliação da ditadura ao movimento estudantil.

Teria sido também para impedir que posteriormente ocorresse um movimento de “retorno à Praia Vermelha” (E14). Além do mais, segundo E2, houve “especulação financeira com a venda do terreno: foi derrubado porque foi vendido pelo governo federal a Furnas, que ali iria construir sua sede”. O que aconteceu? “Essa empresa tinha uma dívida com a União e ela pagou a dívida com esse terreno. Foi uma jogada. Ela comprou o prédio, derrubou, virou terreno, valorizou e devolveu pelo valor novo maior. E aí o que o governo fez? Entregou à UNI-Rio” (E2). Conforme os relatos, “quando a Eletrobrás comprou, usou uma técnica que é comum entre as incorporadoras de construção”. Quando compram casas que há risco de tombamento – “você compra na sexta-feira, e no sábado e domingo você destrói tudo que é importante. Então, na segunda-feira, se quiserem tombar, o prédio já está inutilizado” (E2).

Houve comentários de que setores do corpo docente à época fizeram (ou permitiram) um acordo (formalmente ou não) para que o prédio fosse vendido. Dessa forma, o prédio teria sido vendido com a aquiescência do Conselho Universitário:

“O que importa é que o Conselho Universitário aprovou a doação do terreno para conseguir com a venda do terreno recursos para bancar a Fundação José Bonifácio. Isso é uma versão. A outra, é que o Conselho Universitário não teve alternativa, pois os militares queriam o terreno para a Vale do Rio Doce” (E7).

Enfim, vê-se que ainda é um tema pouco discutido, obscuro e que permanece “espinhoso” ainda hoje: “Até hoje ninguém sabe. Isso foi feito na época da ditadura, tão a portas fechadas; foi uma negociação tão ‘caixa preta’ que ninguém sabe o que aconteceu realmente. Há pessoas que não falam nesse assunto” (E7).

Temos relatos de atitudes que procuram expressar revolta, indignação: “Eu não passo mais lá. Se eu tiver que passar, alguém dirige o carro para mim e eu vou olhando para o outro lado” (E9). Há os que consideram que no episódio houve conivência, oportunismo ou descaso, talvez, “teve um monte daqueles móveis antigos; os azulejos foram tirados por uma série de professores da Faculdade. Se foi verdade isso eu não sei” (E11). Em um relato, a justificativa para a impossibilidade de reação de toda uma geração: “Eu acho que hoje haveria uma movimentação. Naquela época não haveria nem condições para isso e as lutas também eram tão grandes que aquilo chegou a ser pequeno em vista do descalabro que existia no país” (E12).

Não se encontrou por parte desses professores sugestão de nenhum projeto para o curso médico que pudesse ser executado naquele antigo espaço físico, nos dias atuais. A interpretação de um professor foi curta, sintética: “Foi uma coisa afetivamente ruim para nós, mas assim do ponto de vista do ensino aquilo não interferiu nada; do ponto de vista didático, científico, não penso que tenha interferido em nada” (E18). Mas há consciência por parte de outros de que a destruição física do prédio significou “mais que a perda de uma sede própria; custou a perda de sua própria individualidade” (E11), alojada que foi em cerca de três salas em um dos blocos do Centro de Ciências da Saúde, que é compartilhado com as direções de todas as outras escolas e faculdades da área da saúde.

Se a necessidade de recursos financeiros, a fim de cobrir gastos com a mudança para o Fundão e para concluir o Hospital Universitário, com obras paralisadas havia décadas, foi a razão objetiva que levou o regime militar a se definir pela venda da sede da Escola não impede que sua posterior demolição tenha adquirido um sentido de punição, pois contribuiu para o apagamento da memória o significado desse importante espaço social para a história das instituições educacionais do país.

Trajatória de professores: formação do *habitus* e carreira docente

Realizar o curso de medicina na Escola da Praia Vermelha foi preponderante para o desenvolvimento do *habitus* docente. Mesmo entre aqueles poucos que não estudaram lá, como E6 e E13, desde muito cedo já freqüentavam os serviços clínicos da Faculdade Nacional

de Medicina, o que lhes possibilitou a criação das disposições necessárias ao ingresso como professores da UFRJ.

É freqüente o relato de um início insidioso, parcialmente consciente de início da carreira docente. O objetivo era em princípio “permanecer ligados à instituição formadora” (E10), pois isso era garantia de acesso à prática de uma medicina diferenciada, de forma que agregar esse capital cultural lhes possibilitava adquirir capital econômico no atendimento à clientela privada.

Ao longo do período pesquisado, as estratégias que proporcionaram as disposições necessárias para o ingresso na carreira docente foram a “monitoria” e o “internato voluntário”, durante a graduação; ou o “trabalho voluntário” após a graduação e mais adiante, nos anos 60, a “residência”. Prevaleceu também o peso exercido pelo capital cultural adquirido através de linhagem familiar de professores médicos (E6; E8 e E21) permitindo a estruturação do habitus docente ainda no ambiente familiar. Com a introdução e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa, a partir dos anos 70, o habitus foi se adequando progressivamente, assim como as disposições, as estratégias de investimento e o capital cultural que conseqüentemente incorporaram esses novos requisitos.

Tais mudanças pressupõem, de qualquer forma, que sempre houve, por parte dos interessados em ingressar na docência médica da UFRJ, a necessidade de conhecer em detalhes os meandros da cultura institucional. Para isso foi preciso efetuar uma combinação de disposições próprias da carreira médica, como a realização do internato, o trabalho médico voluntário e residência médica, com as específicas da carreira docente, como a atuação como auxiliar de ensino ou como bolsista.

Como foram desenvolvidas as carreiras desses professores? Qual foi o efeito exercido sobre elas pela Reforma de 1968? Os depoimentos mais antigos foram de professores formados entre os anos 20 e 30 do século XX, que chegaram à condição de catedráticos, através do concurso de livre-docência. Com a Reforma passaram, automaticamente, à condição de titulares e posteriormente alguns deles receberam o título honorífico de “eméritos”. Com essa trajetória eles conseguiram enfeixar o mais alto grau de distinção no âmbito da UFRJ, o que nos fez supor que possam ainda exercer nela algum nível de influência, conforme aponta Fávero (2000).

“O que pontificava era esse binômio - o catedrático e a Faculdade Nacional de Medicina: era diretamente com ele, nele e por ele pertencer à Faculdade Nacional de Medicina” como bem expressou E1. Para alguns dos entrevistados, a Reforma “teve prós e contras”, e um dos pontos criticados foi o “esvaziamento do cargo de titular” (E6). “Hoje é

possível chegar a uma chefia de serviço médico e à direção do Hospital Universitário, ou à direção da própria Faculdade, sendo professor assistente ou adjunto, apenas”, protesta E4.

Os anos 70 expressaram a transição entre as antigas disposições para o desenvolvimento da carreira com as novas exigidas pela Reforma Universitária. Houve professores que no início da década fizeram concurso para livre-docência e ascenderam a adjuntos devido à equiparação da livre-docência com o doutorado, chegando, até mesmo, um contingente importante de professores em toda a Universidade que chegou à condição de titular sem concurso, por força de mandado judicial, “sob o pretexto de que fazer concurso para docente era o mesmo que fazer para catedrático e que, portanto, deveriam também ser titulares” (E4). Tivemos aqueles que também ascenderam até à condição de adjunto por já possuírem mestrado e doutorado, e numa proporção menor ainda, os que após concurso, obtiveram o grau de titular.

Já a presença de professores que ingressaram a partir dos anos 70 na carreira, após militância no movimento estudantil dos anos 60 e 70, sugere que tenham deslocado, com êxito, as estratégias e as disposições adquiridas do campo político para o campo da docência médica, uma vez que chegaram a ocupar importantes cargos diretivos na Universidade.

As greves que ocorreram na década de 80 provocaram importantes repercussões sobre a carreira docente, de forma que houve professores (como E17) que fizeram progressão para assistente, apesar de não possuírem o mestrado. Além do mais, a Lei Portella (Fávero, 1993) permitiu a progressão para adjunto por tempo de serviço, como foi o caso de E19.

O Hospital Universitário passa a exercer enorme influência nas formas de ingresso na carreira, nos anos 80, uma vez que ele vai abrigar dois quadros, o médico e o docente. Seu quadro médico qualificado passa a ser preferencialmente o que tem as disposições necessárias para a estruturação do habitus docente, assinala E20. Não mais o “estagiário bolsista”, o “interno voluntário”, ou mesmo o “residente”, como no tempo das antigas Clínicas e da própria fase de implantação do HU, mas sim o médico já com o mestrado e até mesmo doutorado, pois hoje o concurso de admissão à carreira docente é para ingressar já no nível de assistente ou de adjunto.

Nos anos 90 encontramos outro exemplo de ingresso. Trata-se do caso em que um médico que ingressa já com mestrado e doutorado (E16), é contratado, inicialmente, como professor “visitante” por prazo determinado, enquanto aguarda uma vaga para concurso e rapidamente chega a titular.

Quanto ao concurso de admissão à carreira docente, sua realização, de acordo com vários relatos dos professores mais antigos, apesar de previsto em lei, na prática era raríssimo

de isso ocorrer, prevalecendo como forma de ingresso, a “indicação” ou o “convite”, de um professor, inclusive para fazer o concurso. Destacamos um que considera que houve um avanço nessa área, apesar de admitir que ser filho de professor ainda é um capital que pesa favoravelmente (E7), enquanto outro (E9) argumenta que os concursos continuam a servir apenas para legitimar uma situação que de antemão já está definida.

Para Lelis (1996), é na complexidade de uma rede de condicionamentos sociais e nas estratégias desenvolvidas por esses professores que vamos encontrar os movimentos operados na trajetória e que culminam com a entrada no campo da docência. Trajetória que encerra tensões entre um percurso que é singular, porque individual, mas que também é social, na medida em que cada ator ao agir exprime disposições adquiridas na experiência em instituições atravessadas por idéias, valores e comportamentos socialmente valorizados e desvalorizados.

Os efeitos da mudança na formação médica

Desde o final da década de 40 já existia uma discussão relacionada às políticas públicas de saúde do país (Plano Salte, 1948) sobre o tipo de médico que a escola deveria formar a fim de atender às necessidades da população, porém um professor argumentou que para a Escola Médica da UFRJ, até os anos 70, “o que existia era o médico que tinha que ser formado” (E3).

É evidente que o curso médico de graduação da Faculdade de Medicina da UFRJ é caudatário de todo um processo de mudanças que guardam relação com as mudanças ocorridas no campo da saúde pública do país e com o desenvolvimento técnico e científico do setor, marcadamente nesses últimos 30 a 40 anos. Nos depoimentos dos professores, o que procuramos identificar foram as diferenças e as aproximações percebidas por eles entre o seu próprio processo de formação e o promovido pela Escola nos dias de hoje. Foi possível também identificar nessas narrativas o papel exercido por algumas de uma série de práticas pedagógicas “modernizantes” que vêm sendo implantadas, desde o final da década de 50.

A seguir, os pontos que merecem destaque:

I. A divisão do curso médico em ciclos básico e clínico remonta aos anos 30 do século XX, segundo Gomes e Halfoun (2000), porem para alguns dos professores (E2 e E11) os problemas advindos dessa divisão aprofundaram-se com a criação do Instituto de Ciências Biomédicas, uma vez que o ciclo básico passou a ser ministrado por professores não médicos que têm nessas disciplinas sua atividade finalística, a pesquisa básica (E2 e E11). Visando promover uma melhor integração entre as disciplinas que compõem o ciclo básico e deste com o ciclo clínico, além de inserir o aluno precocemente na clínica ainda durante o ciclo

básico, foram implantados, a partir dos anos 80, alguns *programas curriculares interdepartamentais*; entretanto, “nem sempre se consegue fazer o aluno perceber esse esforço de articulação mais claramente” (E11), permanecendo um descompasso entre o grande volume de conhecimento advindo da ciência básica e a sua relação com a prática clínica.

II. Há hoje um esforço em aumentar e diversificar a *prática clínica* no contexto de cada disciplina, ampliando o atendimento ambulatorial, ao passo que antes era mais direcionado às enfermarias. Há também obrigatoriedade da realização do *internato rotatório nas quatro grandes áreas* da formação - clínica médica, clínica cirúrgica, gineco-obstetrícia e pediatria - para favorecer a formação geral, enquanto que até a década de 70 o internato era feito na especialidade escolhida pelo aluno (E7). Além do mais, há uma menor necessidade de se buscar *treinamento de alta complexidade* fora da Escola, devido à consolidação do próprio Hospital (E15).

“Até os anos 70 já havia muita prática, sim, mas apenas nas chamadas grandes disciplinas, como a de Clínica Médica e a de Doenças Infecciosas, ao passo que nas disciplinas de especialidades era necessário apenas a frequência em sala de aula” ; com o Hospital Universitário, “houve um aumento significativo da prática nas especialidades em relação a na Clínica Médica” (E14). “Havia também uma grande distorção pelo predomínio de pacientes com doenças raras devido ao interesse em pesquisá-las por parte de certos professores”, diz E11. Neste sentido, houve alguma mudança em virtude dos convênios estabelecidos entre os Ministérios da Educação, da Saúde e da Previdência Social levando os Hospitais Universitários a priorizarem as doenças mais prevalentes na população em troca do financiamentos que essas unidades de ensino passaram a receber (Gentile de Melo, 1977; Fraga Filho e Rosa, 1980).

III. Estabelece-se uma relação entre o novo modo de trabalho do Hospital Universitário, que possibilita o processo de consolidação das especialidades e o uso intensivo da tecnologia, com a necessidade de adoção dos métodos de problematização no ensino clínico. Segundo E12 é do início da década de 80 a proposta do *Ensino-por-problemas* vinculada a esta mudança no campo da prática médica. Nos anos 70, de acordo com E5, “era um ensino ainda tradicional, com aulas magistrais e sessões clínicas ainda naquele estilo mais ‘pomposo’, mais clássico, no antigo esquema da escola francesa”. Outro professor acrescenta:

Na fase de implantação do HU a gente notava que o projeto era mais americano, na verdade. A grande inovação que ocorreu nesse momento é que começou a se falar na questão do “Ensino-por-Problemas”. Todos os prontuários do Hospital Universitário já eram estruturados por problemas. Isso aí, eu acho que foi um avanço muito grande. Foi a primeira vez que eu tomei contato com o prontuário já mais técnico, com o ensino um pouco mais técnico da clínica médica. Era um avanço porque até então não se tinha isso. Se a pessoa soubesse fazer uma

anamnese boa, fazia, mas também se não soubesse, não fazia. Mas por ali, não, porque a gente já começava a direcionar. Havia até uma folha simples, era um resumo de problemas - que até se levava algum tempo para entender o que era aquilo, não estava acostumado. Nós ficamos durante alguns meses tendo aulas para saber como começar a trabalhar no Hospital Universitário (E12).

Nessa mesma linha temos agora a introdução da *Medicina Baseada em Evidências*, na qual a pesquisa médica por influir decisivamente na condução de importantes decisões clínicas tende a acirrar certas contradições já existentes entre a formação geral e a especializada, além de incentivar oposição entre o saber científico e outros saberes que influem na prática médica.

O próprio declínio da *Propedêutica Médica*, observado por E11, guarda relação com essa busca maior por evidências, que se localizam hoje “fora” do próprio indivíduo e que tem sua base na busca intensiva de informações através da informática, da internet, da estatística ou também na utilização massiva de métodos diagnósticos complementares. “Há cerca de trinta anos, o médico era um profissional mais artesanal do que um profissional sustentado ou pelo menos protegido pelo avanço tecnológico” (E3). O apelo das especialidades, com maior prestígio e remuneração, a necessidade de dedicação à pesquisa, como pré-requisito para titulação, e o avanço do conhecimento médico são os fatores apontados para a dificuldade progressiva na obtenção de docentes para o ensino da propedêutica de cunho indiciário (Gomes e Halfoun, 2000).

Enfim, essa “medicina indiciária” analisada por Ginsburg (1989), vem progressivamente perdendo seu vigor e destaque. Malgrado os esforços dos educadores, ela vai perdendo o seu lugar no mundo de hoje, pois há “falta de tempo” ou quase “um mal-estar físico” do professor/ médico em estabelecer um contato mais íntimo com o paciente, mesmo que com todo o aporte tecnológico existente hoje, o raciocínio dedutivo dela permaneça dependente e a compreensão dos sinais e dos sintomas que o paciente apresenta é o que faz a diferença entre “uma medicina da doença” e “a medicina do doente”. Sobre este problema, merece uma reflexão a fala do professor:

“A diferença entre a geração dos anos 70, princípio dos anos 80, e a atual, é que os atuais são extremamente mais bem preparados. Hoje, os meus alunos que fazem isto, são incomparavelmente melhores que os da minha geração. Têm mais intimidade com a tecnologia. O material é melhor, mas na realidade têm muito mais treinamento, certo? Então, eles são absolutamente estrelas. São muito bons em medicina intensiva; em métodos diagnósticos, mas realmente muito melhores do que as suas contrapartidas de anos atrás, mesmo que você faça um ajuste com a diferença do conhecimento da outra época. Só que eles não sabem examinar o doente!” (E9).

IV. A mudança das antigas clínicas para o Hospital Universitário significou uma mudança tão profunda que contribuiu também para re-configurar esse relacionamento entre o médico e o paciente, para alguns professores. Mas, a crítica “à redução do paciente a condição de objeto”, é muito antiga, diz E13. Tanto é, que no final da década de 50, seguindo uma experiência do Reino Unido a UFRJ introduziu no currículo, sob a coordenação do falecido professor Danilo Perestrello, a disciplina *Psicologia Médica*, visando abordar a “relação entre o médico, o paciente e sua doença” (E17). Hoje, critica E17: “quanto mais o médico avança nesse conhecimento, mais tende a se afastar do doente”, sendo que o currículo vem contribuindo para o agravamento do problema, uma vez que a prática hoje está sendo entendida como “a oportunidade de o aluno ver no paciente apenas o exemplo de uma determinada patologia”, ou seja, “existe uma prática de ‘turismo nosocomial’, em detrimento de um valor maior que é o compromisso de assumir integralmente o paciente durante toda a sua permanência na instituição”.

V. “A grande prioridade da Faculdade de Medicina da UFRJ sempre foi a formação profissional”, segundo E7, “tendo ficado a pesquisa em plano secundário e mesmo tardio”. Hoje, a influência da pesquisa na formação médica é crescente, entretanto “a consolidação do programa de pós-graduação tende a prejudicar a graduação, devido ao desinteresse e desprestígio que os docentes passam a experimentar em relação às atividades do ensino profissional” (E12).

A favor de uma formação mais geral, tem havido sem dúvida um esforço das sucessivas coordenações de graduação para que o currículo não tenda demasiadamente para a especialização. “Não obstante, a Faculdade de Medicina da UFRJ continua a formar médicos brasileiros ‘de elite’ ” na opinião de E7.

No que tange a UFRJ como é possível relacionar a mudança dos três antigos hospitais para o Hospital Universitário a atual hegemonia das especialidades médicas?

O professor nos fornece alguns indícios:

A Faculdade Nacional de Medicina tinha cinco serviços de clínica médica e os cinco professores que eu já lhe disse. Quando eles foram morrendo ou se aposentando, teria que haver concursos para professor titular de clínica médica. Sabe o que aconteceu? Nunca mais houve nenhum. Todos foram de especialidades. Exemplo: tinha concurso marcado para professor titular de clínica médica. Um nefrologista de renome questionou na justiça a abertura do concurso de clínica médica; pressionou, pois ele tinha muita força política, pois era médico do Golbery Couto e Silva que na época mandava no Brasil e então ganhou a parada. Então um concurso que seria para professor titular de clínica médica foi para titular de nefrologia. A seguir, não me lembro a ordem cronológica, ocorreu a mesma coisa em cardiologia: uma vaga titular de clínica médica foi ocupada por um professor titular de cardiologia; a seguir uma vaga de professor titular de clínica médica foi ocupada por um professor titular de pneumologia, quer dizer, nunca mais houve um concurso de professor titular de clínica médica! Acabou

a clínica médica, quer dizer, a clínica médica se transformou numa soma de cátedras, mas a clínica médica não é isso! Na cirurgia aconteceu a mesma coisa (E5).

É evidente que não basta à Faculdade estabelecer o modelo de médico que ela quer formar e imaginar, que a passagem pelo internato rotatório nas quatro grandes áreas básicas vai garantir essa formação, pois na própria Faculdade o aluno só convive com especialistas. O aluno constitui sua identidade profissional também no contato com esses professores, apreendendo muito mais do que o conteúdo do conhecimento médico. Além do mais: “você não pode imaginar como viável uma faculdade de medicina que tenha como corpo de professores, predominantemente, médicos generalistas”, enfatiza E17. “De maneira que, como pressão do mercado, você tem que se especializar muito para ter um lugar no mundo ou pelo menos para obter um lugar de destaque”. E17 conclui questionando: “como é que o aluno da UFRJ pode desejar ser médico do “Programa de Saúde da Família” do Ministério da Saúde, se ele tem toda uma formação onde predominantemente tem modelos identificatórios que são professores especialistas?”

À guisa de conclusão

“Nós somos o que lembramos e o que esquecemos” (Anna M. Longoni)

Tendo em vista que a História é “ciência da autoridade do passado e consciência do tempo, deve ainda se definir como ciência da mudança, da transformação” (Le Goff e Nora, 1979), é interessante que a comunidade da Faculdade de Medicina da UFRJ incorpore a prática de avaliação institucional para que, assumindo possíveis contradições existentes, colabore para forjar uma nova identidade e estabelecer uma relação mais compartilhada e de mesmo nível decisório com o Hospital Universitário, na relação com a Universidade e com a sociedade de forma mais ampla. O contínuo processo de reconstrução histórica, a partir da narrativa da trajetória de seus professores e de outros atores relevantes, como os próprios alunos e ex-alunos, é uma estratégia fecunda, pois pode expandir ou redirecionar enfoques, descortinando outros ângulos de entendimento do processo e matizando melhor a discussão do conjunto de fatos que compõem essa memória coletiva institucional, de forma que assim ela possa - oferecendo disposições duradouras – iluminar o momento atual dessa instituição que se quer fortalecer agora.

É a partir das lições do passado que se pode engendrar uma nova formação. Indo fundo nas possíveis causas dessas mudanças, que tanto afetaram a formação médica na UFRJ, sem dúvida elas extrapolam a mudança da Praia Vermelha para o Fundão. A autonomia da

Faculdade de Medicina em promover uma formação médica de cunho geral tem, portanto, um alcance limitado, não sendo possível atribuir só a ela as mudanças que houve, nesse particular, pois a realidade exterior se alterou. Mesmo assim, sustentamos que a mudança da Praia Vermelha para a Ilha do Fundão, com seus avanços e recuos, não deve ser compreendida, apenas, como resultado de mudanças ocorridas tanto no contexto das políticas de ensino superior e de saúde nos últimos trinta anos, como das transformações ocorridas em função do desenvolvimento científico e da introdução da tecnologia, intermediando o ato médico. A mudança é também expressão de uma luta concorrencial no âmbito da universidade. Luta que envolve professores colocados em posições antagônicas em relação ao lugar do Hospital Universitário - enquanto espaço autônomo à própria Faculdade -, ao papel das especialidades e ao uso da tecnologia no ensino médico, entre outros fatores. Se, por um lado, a história não é feita apenas de sujeitos passivos, por outro, o campus da Ilha do Fundão simboliza uma visão de universidade que não compartilhamos e queremos transformar. Mantém-se na condição de importante núcleo estruturante, afetando a Faculdade de Medicina e, por consequência, a formação médica por ela promovida.

Notas:

¹ Médica da UFRJ, em exercício no Laboratório de Linguagens e Mediações do NUTES/UFRJ. Mestra em Saúde da Criança pelo IFF/ FIOCRUZ e Doutora em Educação pela PUC-Rio. O trabalho resulta das principais conclusões da sua tese de doutorado “*A Faculdade de Medicina da UFRJ: da Praia Vermelha à Ilha do Fundão – o(s) sentido(s) da mudança*” sob a orientação da professora Isabel Alice Oswald Monteiro Lelis, no Departamento de Educação da PUC-Rio, 2003.

² Foram colhidos depoimentos de 18 professores que atuaram tanto na Praia Vermelha como na Ilha do Fundão; um, apenas, na Praia Vermelha e dois, na Ilha do Fundão. Eles estão identificados pelo número de ordem de realização da entrevista.

³ A crise dos Institutos, devido à implantação do HU em 1978, não afetou o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira e o Instituto de Psiquiatria.

Referências

- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERTAUX, D. L'imagination methodologique. *Extrat de Recherche Sociologique*, n. 2, 1985.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1997.
- _____. (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CATANI, A. M.; CATANI, D.B.; PEREIRA, G.R. de M. Pierre Bourdieu: as leituras de sua obra no campo educacional brasileiro. In: TURA, M. de L. R. (Org.) *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- CUNHA, L. A. A Reforma Universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, H. (Org.) *Universidade em ruínas: na república dos professores*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: CIPEDDES, 2000.
- FÁVERO, M. de L. de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: INEP, 2000. v. 1.
- FRAGA FILHO, C.; ROSA, A. R. *Temas de Educação Médica*. Brasília: MEC, Secretaria de Ensino Superior, 1980. v. 1.
- GINSBURG, C. Raízes do paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, M. da M.; HALFOUN, V. L. de C. R. Ciências clínicas e populacionais. In: GOMES, M. da M.; VARGAS, S. da S. M.; VALLADARES, A. F. (Ed.) *A Faculdade de Medicina primaz do Rio de Janeiro: em dois dos cinco séculos de história do Brasil*. São Paulo: Atheneu, 2000.
- GENTILE DE MELLO, C. *Saúde e Assistência Médica no Brasil*. São Paulo: Cebes: HUCITEC, 1977.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M. DE M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Org.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2000.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 4. ed. São Paulo: Unicamp, 1996.
- LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979..

LELIS, I. A. O. *A polissemia do magistério: entre mitos e histórias*. 1996. Tese (Doutorado em Educação)-Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

MAIA, G. D. *Biografia de uma faculdade: história e estórias da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1996.

NEVES, E, et al. *O NEHO e a experiência de pesquisa em história oral*. Disponível em: <<http://www.fftlc.usp.br/dh/neho/temporaes.htm>>. Acesso em: 01 de julho de 2005.

PLANO Salte: Setor Saúde. *Diário do Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, n. 91, 27 maio. 1948. Suplemento.

Ortiz, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL: 1937 A 1942

Tatiana Beaklini Moraes

UFRJ/FE/PPGE

INTRODUÇÃO

A presente comunicação aborda uma dimensão da pesquisa “A Universidade do Brasil: “O Grande Projeto Universitário” -, desenvolvida no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), de março de 1996 a fevereiro de 2000, e coordenada pela professora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero¹.

Participei desse estudo desde sua primeira etapa (1996-1998), como Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Nesse período, tomei conhecimento, por meio de fontes primárias ainda não pesquisadas, da existência do Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1937 - 1942). Considerando o fato de o Colégio não ter sido objeto de estudo até então² passei a me interessar por sua constituição, seu desenvolvimento e pelo porquê de sua extinção. Tendo sido aprovada no Mestrado em Educação (UFRJ), senti-me estimulada a pesquisar e compreender a história dessa instituição.

O Colégio Universitário, instalado em 1938, teve sua existência prematuramente interrompida no ano de 1942, quando foi extinto e seus cursos, professores e alunos foram transferidos para o Colégio Pedro II.

A história da Universidade do Brasil e de seu Colégio constitui um fato histórico de interesse para todos os que estudam as instituições universitárias no país. Afinal, durante um longo período, sobretudo no Estado Novo, essa Universidade serviu como modelo padrão outorgado para as demais instituições universitárias brasileiras.

O estudo teve como objetivo resgatar a história do Colégio Universitário da Universidade do Brasil, no período de 1937 a 1942. Com essa perspectiva, procurei responder as seguintes questões: qual a concepção de ensino secundário no período; como o Colégio Universitário da Universidade do Brasil se organizou, em termos de sua estrutura didático-administrativa e qual o papel e a concepção do Colégio Universitário na Universidade do Brasil.

Para atingir o objetivo pretendido, isto é, resgatar a história de como foi construído, implantado e extinto o Colégio Universitário da Universidade do Brasil, no período de 1937 a

1942, procedi à análise dessa instituição escolar, compreendendo-a como uma instituição datada, historicamente situada. Uma instituição que não está fora da história de seu país, não existe solta no espaço e no tempo, como uma abstração. Procurei estudar o Colégio Universitário da Universidade do Brasil levando em consideração a realidade na qual ele se inscreveu.

Com tal preocupação, debruçei-me sobre meu objeto de estudo, entendendo, com Miriam Limoeiro Cardoso (s/d), que no processo de produção do conhecimento científico não se recomeça tudo a partir do zero. Em cada pesquisa é possível avançar com o conhecimento científico justamente porque ele considera o conhecimento acumulado. Nesse sentido, para desenvolver esta pesquisa, procurei me apoiar em alguns autores: a) Miriam Limoeiro Cardoso (s/d), Edward Carr (1976), Georges Duby (1993) e Ana Waleska Pollo Mendonça (1994); que foram particularmente importantes no processo de construção do objeto de pesquisa; b) Antonio de Vasconcelos (1987), Pierre Furter e Nádia Franco Cunha (1966), buscando aprofundar a concepção de colégio universitário; b) Geraldo Bastos Silva (1959) e Maria Thetis Nunes (1962), que me auxiliaram na compreensão da realidade educacional na qual o Colégio está situado, em especial, da concepção de ensino secundário no contexto dos anos de 1930.

A história do Colégio Universitário foi analisada com base em diferentes fontes. Entre outras, destacam-se: as atas do Conselho Universitário da Universidade do Brasil; documentos do Arquivo da Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi, que estão sob a guarda do PROEDS-FE/UFRJ; documentos do e sobre o Colégio Universitário, existentes nos arquivos Gustavo Capanema (CPDOC/ FGV); os Anais da Universidade do Brasil, do acervo da Biblioteca do Fórum de Ciência e Cultura/ UFRJ; a legislação referente ao tema, publicada no Diário Oficial da União; os periódicos Correio da Manhã e Jornal do Brasil (Biblioteca Nacional); bem como textos dos autores já mencionados, que discutem a questão da universidade e do ensino secundário.

O trabalho de localização e interpretação das fontes orientou-se por três atitudes básicas. Uma atitude de diálogo com o corpo documental, levantando hipóteses e tendo sempre presente que o conhecimento e o fato histórico não são entes acabados. Um esforço de penetrar na documentação, permitindo que dessa atitude resultassem, ao longo do processo, as diretrizes metodológicas, as categorias analíticas e as construções sobre o fenômeno analisado. Por último, por uma tentativa de contextualizar tal documentação do ponto de vista político, econômico e social, a partir do próprio campo da educação, confirmando, assim, a interação desses aspectos na construção da realidade educacional (MENDONÇA, 1994).

O diálogo com as fontes foi permeado de dúvidas, questões, mas também de emoção, como a que o historiador Georges Duby (1993, p. 61) afirma sentir quando, vasculhando entre os vestígios mortos, [julga] ouvir novamente vozes extintas.

A comunicação está dividida em quatro partes. Na primeira parte, procuro apresentar a concepção de ensino secundário no período, que tem como base a Reforma Francisco Campos; na segunda parte, busco situar o Colégio Universitário da Universidade do Brasil, da sua origem, no Colégio mantido pela Universidade do Rio de Janeiro, a sua criação; na terceira parte, trato das dificuldades enfrentadas pelo Colégio e de sua extinção, apresentando hipóteses para o seu prematuro fim; e, por último, apresento algumas considerações finais.

1. SITUANDO O CONTEXTO EDUCACIONAL

No Brasil, os colégios universitários, destinados a ministrar o ensino das disciplinas do curso secundário complementar, instaurado pela Reforma Campos³, sempre estiveram ligados ao ensino secundário, ou melhor, à clientela desse tipo de ensino que pretendia cursar a universidade, estando situados, portanto, na articulação entre o ensino secundário e o superior. Para melhor compreender o Colégio Universitário da Universidade do Brasil, tentar apreender quais os motivos de sua criação, no final da década de 1930, e o porquê de sua extinção, apenas cinco anos depois de sua organização, é necessário, portanto, primeiro situar o ensino secundário no período em questão, em termos de sua concepção e organização.

Até o final da década de 1920 predominava com relação ao ensino secundário o sistema de “preparatórios” e de exames parcelados para o ingresso no ensino superior. Mesmo o Colégio Pedro II, modelo padrão de educação secundária para todo o país, submetia-se ao regime de exames parcelados. A Reforma Rocha Vaz, de 1925, tentou eliminar os preparatórios, mas eles só foram acabar com a Reforma Francisco Campos, em 1931.

A Reforma Francisco Campos (Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, consolidada pelo Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932), estabeleceu o currículo seriado e a frequência obrigatória. O curso foi dividido em dois ciclos: o fundamental ou ginasial, com duração de cinco anos e o complementar, com caráter de especialização, subdividido em pré-médico, pré-jurídico e pré-politécnico. Nos termos da Reforma, o acesso às instituições de ensino superior seria permitido apenas àqueles que tivessem cursado o secundário complementar. Além disso, ela equiparou, mediante inspeção federal, todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, dando a mesma oportunidade aos colégios particulares (NUNES, 1962 e MORAES, 1990).

Centralizadora, criou um sistema de avaliação extremamente rígido que incluía, para cada disciplina: uma arguição mensal, uma prova parcial a cada dois meses e um exame final; estipulou mecanismos de controle sobre os programas das disciplinas e métodos de ensino, válidos em todo o território nacional; e estabeleceu normas para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e para a inspeção federal (Ibid).

De acordo com Francisco Campos (apud MORAES, 1990), a Reforma deveria reconstruir em novas bases o ensino secundário. O que de fato fez, na medida em que deu nova estrutura ao ensino secundário até então vigente, porém, adverte a autora, de forma altamente seletiva e excludente.

Nos termos da reforma empreendida por Francisco Campos, o acesso às instituições de ensino superior era permitido apenas àqueles que tivessem cursado o secundário complementar. Para ingressar em tais instituições, o candidato deveria submeter-se a um concurso de habilitação cujas provas se alternariam de acordo com a carreira escolhida. A reforma criava um verdadeiro “ponto de estrangulamento” (MORAES, 1990 e ROMANELLI, 1993) no ensino médio, na medida em que os cursos profissionais não tinham articulação com o secundário, não possibilitando o acesso ao ensino superior.

Entretanto, o ensino secundário falhava no cumprimento do seu papel de propedêutico ao superior, de acordo com Silva (1959). Pelo menos é o que se pode inferir a partir da leitura de artigo publicado no *Jornal do Brasil* no dia 8 de março de 1935 assinado por Mauricio de Medeiros, catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro:

Foi publicado o resultado do exame vestibular para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Inscritos - 650; reprovados - 490; habilitados - 160. Sobre o que versa esse exame?

Leitura e tradução de um trecho de livro médico em francês e inglês. Prova escrita, prática e oral de Física Elementar, História Natural e Química. (...)

(...) Nessas condições, o resultado do exame deste ano, em que, para 200 vagas, inscreveram-se 650 candidatos, deve ter uma significação importante. (...) Verifica-se que apenas 25% dos candidatos conseguiram revelar o mínimo de aproveitamento no curso preparatório!...

(...) Os estudantes que a Revolução encontrou no primeiro ano do curso secundário, em 1930, e que carregou no berço da ignorância até 1934, acabam de completar esse curso. São eles que dão essa brilhante média de aproveitamento: 75% deles não conseguem demonstrar um aproveitamento médio de metade dos conhecimentos que deveriam possuir para entrar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro!

A Reforma consagrou a dicotomia ensino propedêutico para os ricos e profissional para os pobres. Essa dicotomia seria aprofundada na Constituição de 1937 e reforçada pela Reforma Capanema, como ficou conhecida a Lei Orgânica do Ensino Secundário, consubstanciada no Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, que reestruturou esse nível

de ensino, estabelecendo dois ciclos: um primeiro ciclo, que se chamou ginásial, com duração de quatro anos, e um segundo ciclo, subdividido em clássico e científico, com duração de três anos (ROMANELLI, 1993, p. 157).

A Reforma Capanema, apresentava como objetivos do ensino secundário:

- a) formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral do adolescente; b) acentuar e elevar na formação espiritual dos adolescentes a consciência patriótica e a consciência humanística; c) dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (Decreto-lei nº 4244, de 09/04/1942, art. 1º, Capítulo I).

Na Exposição de Motivos relativa ao Decreto-lei nº 4244/42, o Ministro deixa claro a sua concepção de curso secundário, como propedêutico ao ensino superior e destinado a uma elite, quando afirma que

o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão animar as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (...) E acrescenta: a formação da consciência humanística, isto é, a compreensão do valor e do destino do homem é a finalidade específica do ensino secundário.

O caráter de cultura geral e humanística era um traço marcante do currículo instaurado pela Reforma, mesmo no que tange ao ciclo denominado científico. O sistema de provas e exames permanecia praticamente o mesmo, mantendo-se a tradição de rigidez e seletividade. Outra característica importante é a não diversificação do currículo, o que significava que o ensino secundário continuava cumprindo o propósito de preparar para o ensino superior, constituindo-se, portanto, no ramo de ensino destinado às *elites condutoras*, às quais se referia Capanema (NUNES, 1962).

A Reforma Capanema representou, para Nunes (1962, p. 113-4), “um verdadeiro retrocesso, não acompanhando as transformações sociais pelas quais o país passava”. A autora destaca, entretanto, pontos positivos como, por exemplo, a diminuição do curso fundamental para quatro anos.

2. O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO: DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO À UNIVERSIDADE DO BRASIL

Conforme assinalai, no tópico anterior, ainda que o ensino secundário no Brasil tivesse, durante os anos de 1930 e 1940 o caráter propedêutico, de preparação para o ensino

superior, ele parecia não estar cumprindo esta função muito bem. É nesse sentido que surge a idéia da criação de colégios universitários como articulação entre os graus de ensino, como alternativa aos “cursinhos”, que começam a aparecer a partir dos anos de 1920⁴.

O Colégio Universitário da Universidade do Brasil tem suas origens no Colégio Universitário da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Criado em 1932, pelo Decreto nº 21.244, de 4 de abril de 1932, que dispõe sobre sua organização, passou a integrar a Universidade do Brasil (UB), nome recebido pela URJ a partir de 1937, na qualidade de instituição complementar destinada ao ensino secundário complementar (Lei nº 452/37, art. 7º).

O Colégio Universitário da URJ tinha como objetivo “ministrar o ensino das disciplinas fundamentais necessárias à continuação dos cursos superiores, técnicos ou superiores” (Decreto nº 21.244/32, art. 1º). Esse dispositivo estabelecia que, enquanto o Colégio não constituísse unidade didática completa, apresentando corpo docente, instalações e serviços administrativos próprios, teria sua organização discriminada em regimento interno, expedido pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, seguindo as disposições constantes no Decreto (Art. 1º, Parágrafo Primeiro).

Nesse Colégio, com duração de dois anos, seria ministrado o ensino das seguintes disciplinas: Alemão ou Inglês, Latim, Literatura, Geografia, Geofísica e Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História Natural, Biologia Geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia e Desenho (art. 2º). A essas disciplinas poderiam ser acrescentadas outras, de caráter facultativo ou obrigatório, que fossem necessárias à habilitação dos candidatos a estudos técnicos ou culturais posteriores (art. 2º, parágrafo único).

O curso seria dividido em três classes distintas, que variavam de acordo com os cursos superiores para os quais os candidatos se destinavam. A classe A compreendia as disciplinas obrigatórias para os candidatos à matrícula no curso jurídico. A classe B compreendia as disciplinas obrigatórias para os candidatos à matrícula nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia. A classe C, por sua vez, compreendia as disciplinas obrigatórias para os candidatos à matrícula nos cursos de Engenharia ou Arquitetura (Art. 3º, § 1º, 2º e 3º).

O Decreto referente à organização do Colégio dispõe que os programas de ensino das disciplinas ministradas nas classes que o integravam deveriam ser idênticos aos do curso complementar do ensino secundário e que as aulas ocorreriam nas instalações do Colégio Pedro II ou dos Institutos da Universidade do Rio de Janeiro, mediante prévia autorização dos respectivos conselhos técnico-administrativos (Arts. 4º, 5º e 12 do Decreto 21.244/1932).

O corpo docente do Colégio Universitário deveria ser composto, de acordo com as respectivas especializações no magistério, preferencialmente por professores do Colégio Pedro II e professores catedráticos e docentes livres dos institutos universitários nos quais fossem lecionadas as respectivas disciplinas. Os professores do Colégio Universitário oriundos do Colégio Pedro II seriam designados anualmente pela Congregação dessa instituição; os dos institutos universitários, por seus respectivos conselhos técnico-administrativos. Caso não houvesse, no corpo docente dos institutos universitários ou do Colégio Pedro II, professores em número suficiente para atender às demandas do Colégio Universitário, seu Conselho Administrativo poderia contratar profissionais de reconhecida competência, não vinculados ao magistério oficial, mediante autorização do Ministro da Educação e Saúde Pública (Art. 5º).

A remuneração dos professores que exercessem funções no magistério superior ou no curso secundário fundamental seria fixada pelo Conselho Administrativo do Colégio Universitário, não devendo ser inferior à gratificação nem superior ao ordenado que já recebiam como docentes do Colégio Pedro II ou de qualquer um dos Institutos Universitários⁵.

A partir de leitura e análise de documento do Arquivo Gustavo Capanema, constante no CPDOC/FGV, que parece ser a minuta da exposição de motivos sobre o Decreto-Lei nº 266/38⁶, pode-se inferir que o Colégio permaneceu, pelo menos até o ano de 1938, sem uma sede própria. Nesse documento, Capanema afirma que o Colégio Universitário, fundado pelo Governo Provisório e incorporado à Universidade do Brasil pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, ainda não começara a funcionar efetivamente (GC 38.02.11 Série g. Nº 0001/2 a 0002, CPDOC/FGV).

Nesse documento, o Ministro observa, ainda, que o curso secundário complementar, o qual o Colégio Universitário era obrigado a oferecer e que já se encontrava organizado desde o ano letivo de 1936, estava sendo ministrado nas próprias dependências da Universidade do Brasil (Ibid).

Essa prática, segundo o Ministro, não era conveniente, porque prejudicava ao mesmo tempo a eficiência do ensino secundário complementar e a do ensino superior. Cabia, pois, que o Colégio Universitário começasse a funcionar imediatamente (Ibid).

Souza Campos assinala que o fato de o Colégio Universitário da Universidade do Rio de Janeiro não ter sido estabelecido com cátedras definidas e professores permanentes, mas através da adoção de rodízio de professores, muitas vezes sem qualquer especialização nas matérias que deveriam ministrar por no máximo um ano, pode ter sido um dos motivos que

contribuíram para que o Colégio não tenha tido pleno êxito (SOUZA CAMPOS, 1957, p. 226).

3. AS DIFICULDADES DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO DA UB E SUA EXTINÇÃO

Em 1938 foi noticiada na imprensa a reabertura do Colégio Universitário, sem qualquer referência ao Colégio Universitário da Universidade do Rio de Janeiro⁷. Organizado como instituição complementar à Universidade do Brasil⁸, o Colégio foi instalado na Praia Vermelha, ocupando parte dos prédios da Faculdade Nacional de Medicina e de Odontologia e da Escola Nacional de Química⁹. As aulas foram iniciadas em 4 de abril de 1938. Houve realização de concurso público para admissão dos professores¹⁰. Seu primeiro diretor foi o professor Abgar Renault, que permaneceu no cargo apenas alguns meses, sendo exonerado em agosto de 1938¹¹.

Em janeiro de 1939, o professor Manoel Louzada, diretor do Colégio Universitário desde outubro de 1938, enviou um relatório ao Reitor da Universidade do Brasil, Raul Leitão da Cunha. Nesse relatório, Louzada fazia observações a respeito das péssimas condições de instalação do Colégio. Assinalava o diretor: “(...) são péssimas as condições de instalação deste Colégio Universitário, custando acreditar que, datando de 4 de abril de 1932, sua organização, esta viesse a efetivar-se, seis anos após, em tão deploráveis condições”. Salientava ainda que a sede do Colégio, situada na Avenida Pasteur, nº 294, consistia em “uma casa quase em ruínas, onde faltavam os mais mezinhos princípios de higiene”. Nesse prédio, composto por três salas, uma no andar superior e duas no andar térreo, encontravam-se instalados os serviços de diretoria, protocolo, secretaria, almoxarifado e contabilidade. Encontravam-se também instalados nesse prédio, a seção de Direito e o 1º ano de Engenharia (GC 38.02.11, série g, nº 0038/2 a 0041, p. 1 e 2).

Louzada assinalava que o 1º ano da seção de Direito apresentava 272 alunos, que estavam divididos em 4 turmas. Mas, levando-se em consideração que nenhuma das salas comportava mais de 60 mesas, no caso de frequência regular, vários alunos teriam que assistir às aulas de pé, de maneira que essas salas tornavam-se impróprias para o fim a que se destinavam. Tampouco dispunha a sede do Colégio Universitário de uma área livre, onde os alunos pudessem praticar esportes nem de um recinto afastado, onde pudessem permanecer no intervalo das aulas.

No mesmo relatório aparece registrado: o mobiliário do Colégio era antiquado e estava em estado precário de conservação, o andar superior recebia pouca luz direta, obrigando o uso

contínuo de luz artificial, tal a situação do prédio onde estava localizada a sede do Colégio Universitário.

Por essa razão, os cursos destinados à matrícula nas Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia, e Escolas de Engenharia, Arquitetura e Química, funcionavam nas dependências de suas escolas, algumas, como o Instituto Anatômico e a Escola de Arquitetura, situados a uma longa distância da sede do Colégio.

Contava o Colégio, no ano de 1939, com 2026 alunos, dispersos entre os diferentes estabelecimentos que ofereciam o ensino secundário complementar, conforme houvessem optado pela preparação para o curso de Direito; de Medicina, Farmácia ou Odontologia; ou de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia. O estudo de cadeiras experimentais, em laboratórios especializados, agravava essa situação. Como os estabelecimentos que ofereciam tais cadeiras, Escolas e Faculdades da Universidade do Brasil, só podiam ceder suas salas em determinados horários, já que a prioridade era os alunos matriculados em cursos superiores, isso fazia com que o horário de funcionamento do Colégio Universitário se estendesse das 7 às 22 horas.

No entender do professor Louzada, todos esses problemas tornavam “impossível um controle honesto sobre a frequência de professores e alunos, e execução dos programas de ensino” (GC 38.02.11, série g, nº 0038/2 a 0041, p. 4). Com certa ironia, nesse relatório encaminhado ao Reitor, ele afirmava que o “horário de algumas aulas obedecia a tão rigorosa e metódica distribuição”, que, para uma mesma turma do 2º ano da seção de Engenharia, as disciplinas Desenho Figurado e o de Modelagem, eram oferecidas, no mesmo horário, por professores distintos e em lugares diferentes. E mais: para o diretor, a falta de um regulamento ou regimento interno, havia estabelecido a “anarquia no ensino. (...) (Ibid, p. 5).

As aulas só começariam, em 1939, no mês de maio, em decorrência dos problemas que o Colégio enfrentava, já mencionados. Matricularam-se para esse ano 1754 alunos, assim dispostos: Seção de Medicina: 859; Seção de Engenharia: 500; Seção de Direito: 395 (GC 38 02 12 g, 0086 a 0093, p. 11).

Para tentar colocar um pouco de ordem na casa, o professor Louzada submeteu, ao Presidente da República, uma proposta de regimento. Tal proposta, que data de 1939, reafirmava o fato de o Colégio apresentar, ainda nesse ano, instalações provisórias situadas em uma das alas do Instituto Benjamin Constant (GC 38.02.11, Série g, nº 0019/2 a 0026/2).

Ainda em 1939, propõe ao reitor da Universidade do Brasil, Raul Leitão da Cunha, que os exames vestibulares fossem realizados no Colégio Universitário perante suas bancas

examinadoras, e não nas próprias faculdades como estava ocorrendo até então. Apresentava como fundamento para sua iniciativa o próprio Decreto nº 21.241/32.

Entretanto, o reitor declarou que sua proposta era contrária ao texto e ao espírito da lei. O diretor do Colégio não se conformou com a resolução e solicitou que sobre o caso fosse ouvida a autoridade competente.

O diretor geral do Departamento Nacional de Educação pronunciou-se contrário à sugestão do professor Louzada (Jornal do Brasil, 16/12/39, p. 10). O Conselho Universitário da Universidade do Brasil também que se opôs, unanimemente, à pretensão do diretor do Colégio Universitário.

O Ministro da Educação e Saúde, em carta ao Presidente da República, colocou-o a par da situação. Posicionando-se contrário ao argumento de que o Colégio Universitário não teria outra razão para existir que não fosse a de realizar os exames vestibulares para toda a Universidade, o Ministro destacava:

O motivo que determinou a existência do Colégio Universitário foi a conveniência de que a própria Universidade do Brasil desse aos futuros alunos de seus cursos superiores a parte final da preparação secundária, para melhor aparelhá-los para a vida universitária (...) (GC 38.02.11, série g, nº 0044/3)

Capanema submeteu o caso à deliberação final do Presidente da República, que indeferiu a proposta do diretor do Colégio Universitário.

É importante destacar que, no período em que ocorreu essa polêmica em torno de que instituição seria responsável pela realização do vestibular, foi justamente aquele em que o Colégio Pedro II, citado pelo professor catedrático da Universidade do Brasil, Hahnemann Guimarães como a “instituição que é considerada padrão de ensino secundário”, vivia os seus dias de maior prestígio (Universidade do Brasil. Conselho Universitário Ata da sessão de 22/12/1939. 12ª sessão, 3ª extraordinária, p. 99 verso).

Assim, ao brigar pela prerrogativa do Colégio Universitário de realizar os exames vestibulares, não estaria o professor Manoel Louzada querendo conquistar, para o Colégio, um espaço que até então era preenchido pelo Colégio Pedro II? Nesse sentido, é preciso destacar que ainda que o Colégio Universitário constituísse instituição complementar à Universidade do Brasil, modelo padrão para as demais instituições universitárias, a instituição que era considerada padrão de ensino secundário no Brasil era o Colégio Pedro II.

Em janeiro de 1940, as aulas passavam a funcionar em novas instalações, para as quais havia sido destinada parte do edifício do Instituto Benjamin Constant, conforme relatório do reitor Raul Leitão da Cunha (GC 38 02 12 g, p. 25).

No dia 12 de março de 1941, foi veiculada, no Jornal do Brasil, uma nota a respeito da extinção do curso noturno do Colégio, medida que, segundo a comissão de estudantes que estivera na redação do Jornal, seria prejudicial à cerca de 400 estudantes, em sua maioria, pobres, que ficariam impossibilitados de prosseguir os seus estudos (Jornal do Brasil, 12/03/41, p. 10).

Data de 15 de julho de 1941 a carta de demissão do professor Manoel Louzada, diretor do Colégio Universitário que permaneceu por mais tempo no cargo (de 1938 a 1941). Nessa carta, endereçada ao “chefe e amigo Dr. Getúlio Vargas”, Louzada defendia a importância do Colégio Universitário da UB (GC 38.02.11 g, nº 0042/4 a 0043/3, p. 1).

Em 1942 são suspensas as matrículas dos alunos do Colégio Universitário, e o jornal Correio da Manhã publica no dia 17 de fevereiro de 1942, o telegrama que os alunos do Colégio, através do seu Diretório Acadêmico, enviaram ao Presidente da República, Getúlio Vargas, reivindicando a suspensão da medida (Correio da Manhã, 17/02/1942, p. 2).

Apesar do telegrama dirigido ao Presidente da República, os alunos do Colégio Universitário não tiveram seu apelo atendido, e, logo a seguir, em 25 de fevereiro do mesmo ano, o Decreto-lei nº 4.131 incorporou o Colégio Universitário da Universidade do Brasil ao Colégio Pedro II, com aproveitamento de seu pessoal docente e administrativo e concedendo-se matrícula aos alunos do Universitário repetentes da 1ª ou da 2ª série ou promovidos à 2ª série do curso complementar (Correio da Manhã, 27/02/42, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendi, com esse estudo, contribuir para o conhecimento do Colégio Universitário da Universidade do Brasil. Admitindo, com Miriam Limoeiro Cardoso, que esse objeto – o Colégio Universitário – é parte de uma realidade, procurei situá-lo no contexto político e educacional no qual estava inserido.

Ao estudar o Colégio Universitário da Universidade do Brasil, foi inevitável proceder a uma reflexão acerca da concepção do ensino médio, ainda hoje marcado pela dualidade que lhe foi conferida historicamente, das identidades propedêutica e profissionalizante.

Mas, voltando ao passado, e procurando refletir sobre a questão que me propunha resolver nesse estudo, indago: afinal, em que consistiu a experiência do Colégio Universitário na Universidade do Brasil?

A respeito do Colégio, o professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Mauricio de Medeiros, afirmou que sua criação foi uma medida sábia do Governo. Por ali passaram cerca de 2000 alunos, que cursaram o secundário complementar “com o melhor proveito” (1950, p. 104).

Carlos Chagas, outro renomado catedrático e cientista da Universidade do Brasil, chegou a defender, juntamente com Medeiros, em 1953, novamente a criação do Colégio Universitário, “de urgente necessidade como elo de preparo especializado entre o curso secundário e as várias modalidades do ensino superior” (Universidade do Brasil. Ata da Sessão do Conselho Universitário de 26 de março de 1953, p. 70).

Como justificativa para a criação do Colégio, o conselheiro Carlos Chagas colocava a falta de preparo dos candidatos ao exame vestibular para o ingresso em 1953. Afirmava Chagas que a criação de um Colégio Universitário dentro da Universidade do Brasil seria a solução para o problema, uma vez que ele viria a suprir a deficiência técnica do ensino secundário, ao mesmo tempo em que prepararia os alunos para os estudos superiores.

No entanto, um Colégio que deixou suas marcas, teve existência efêmera. Por que terá o Colégio Universitário da Universidade do Brasil durado apenas cinco anos? Acaso desempenhava, ele, papel inferior na Universidade do Brasil em comparação com suas outras unidades, o que pode-se inferir a partir dos relatos do diretor Manoel Louzada acerca de suas condições precárias de funcionamento?

É pertinente lembrar, que durante esse período, a própria Universidade do Brasil sofria com condições precárias de funcionamento. Afinal, estava em curso o plano de construção da Cidade Universitária.

A controvérsia a respeito da competência para realizar o vestibular, no ano de 1939, iniciada pelo diretor do Colégio Universitário, Manoel Louzada, e que colocou em cheque prerrogativas que até então cabiam ao Colégio Pedro II me levou à seguinte reflexão: ainda que o Colégio Universitário constituísse instituição complementar à Universidade do Brasil, considerada modelo padrão para as demais instituições universitárias, o Colégio que era considerado padrão de ensino secundário no país era o Pedro II. Não terá sido esse um dos principais motivos que contribuiu para sua extinção, apenas cinco anos após sua incorporação à Universidade do Brasil?

Por outro lado, tendo a concordar com Rodrigues (1996), quando afirma que a extinção desse Colégio parece estar ligada à reforma do ensino médio consubstanciada no Decreto-lei nº 4.244/42, que reestrutura esse grau de ensino, e foi assinada em 9 de abril de 1942, portanto um mês e meio depois do fechamento do Colégio.

Assim, ao mergulhar na realidade do Colégio Universitário, através de suas fontes, procurei responder à algumas perguntas, mas nem sempre obtive todas as respostas. Nesse sentido, é oportuno lembrar, mais uma vez, Cardoso, quando afirma que “a pesquisa científica busca algo, e não qualquer coisa. Ela sabe o que está procurando, embora não saiba o que vai encontrar, e esteja aberta para encontrar o que não esperava” (s/d, p. 7).

Finalizando, procurei, durante quase três anos, estudar a história do Colégio Universitário da Universidade do Brasil, instituição que até então não havia sido objeto de investigação por outros pesquisadores. Tenho presente que não esgotei todas as respostas acerca do meu objeto de estudo, pois não existe pesquisa acabada. Mesmo assim, espero ter contribuído, por meio deste trabalho, para despertar o interesse de outros pesquisadores, a fim de que esse Colégio Universitário venha a merecer novos estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

_____. Decreto nº 21.244, de 04 de abril de 1932. Dispõe sobre a organização do Colégio Universitário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

_____. Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

Decreto-lei nº 266, de 11 de fevereiro de 1938. Dispõe sobre o pessoal do Colégio Universitário da Universidade do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

_____. Decreto-lei nº 356, de 25 de março de 1938. Dispõe sobre a admissão do pessoal do Colégio Universitário até que esteja constituído o respectivo corpo de funcionários efetivos e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

_____. Decreto-lei nº 882, de 23 de novembro de 1938. Dispõe sobre o pessoal docente do Colégio Universitário da Universidade do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

_____. Decreto-lei nº 4.131, de 25 de fevereiro de 1942. Incorpora o Colégio Universitário da Universidade do Brasil ao Colégio Pedro II. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

_____. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Para o conhecimento dos objetos históricos:** algumas questões metodológicas. [19--]. Mimeografado.

CARR, E. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Correio da Manhã, 06/03/1938, p. 6.

Correio da Manhã, 05/04/38, p. 2.

Correio da Manhã, 13/03/38, p. 9.

Correio da Manhã, 17/04/38, p. 3.

Correio da Manhã, 17/02/1942, p. 2.

Correio da Manhã, 24/02/42, p. 3.

Correio da Manhã, 27/02/42, p. 2.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A Universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Universidade e poder**. análise crítica: fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. (Coord.). **A Universidade do Brasil: o grande projeto universitário**. 1997. : PROEDES/FE-UFRJ, 1997. Projeto integrado pesquisa UFRJ/FE/PROEDES que contou com a apoio do CNPq e da FAPERJ.

_____. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000a, v. 1

_____. **Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. v. 2

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: 1989.

Jornal do Brasil, 16/12/39, p. 10.

Jornal do Brasil, 12/03/41, p. 10.

MENDONÇA, Ana Waleska P. A História da Educação face à crise dos paradigmas. In: BRANDÃO, Zaia. **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. São Paulo: Cortez: 1994. p. 67-74.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Educação e Política no pensamento de Francisco Campos**. 1990. Tese (Doutorado em Educação)-Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1990.

NUNES, Maria Thetis. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1962.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil: 1930/1973**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

RODRIGUES, Sylvia Garcia. **O Colégio Universitário e a Reforma da Universidade Federal de Minas Gerais**. 1997. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Geraldo Bastos. **Introdução à crítica do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro: CADES, 1959.

SOUZA CAMPOS, Ernesto de. Colégio de Aplicação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 67, p. 233-240, jul./set., 1957.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. Conselho Universitário **Ata da sessão de 22/12/1939. 12ª sessão, 3ª extraordinária**. 1939.

_____. **Ata da sessão de 26/03/53. 9ª Sessão Ordinária**. 1953

MEDEIROS, Maurício de. Aula Magna. **Anais da Universidade do Brasil**, Rio de Janeiro, ano. 1, p. 91-108, dez. 1950.

FONTES PRIMÁRIAS

GC 38.02.11 Série g. N° 0001/2 a 0002.

GC 38.02.11, série g, n. 0019/2 -0026/2. Regulamento DO Colégio Universitário da Universidade do Brasil, proposto pelo professor Manoel Louzada. Data: 2 de janeiro de 1939. 15 p. Documento datilografado.

GC 38.02.11, série g, n. 0044/3. Carta do Ministro Gustavo Capanema ao Presidente da República. 5 p. Documento manuscrito.

GC 38.02.11, série g, n. 0038/2-0041. Relatório do Professor Manoel Louzada, diretor do Colégio Universitário, ao Professor Leitão da Cunha, reitor da Universidade do Brasil. 1939. 8 p. Documento datilografado.

GC, 38.02.12, série g, rolo 50 fotograma n. 0086-0093. Relatório do Reitor Raul Leitão da Cunha ao Ministro Gustavo Capanema. Data: 10 de maio de 1939. 14 p

GC, 38.02.12, série g, n° 0145 a 0158. rolo 50 fotograma n. 0145-0158. Relatório do Reitor Raul Leitão da Cunha ao Ministro Gustavo Capanema. Data: 10 de janeiro de 1940. 28 p

NOTAS

¹ São produtos dessa pesquisa, entre outros, FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000a, v. 1; FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: guia dos dispositivos legais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000b, v. 2.

² A respeito da origem ou história de colégios universitários no Brasil, ver: ABU-MERHY, Nair Fortes. Colégio Universitário. **RBEP** (94): 100-109, jan./mar., 1964; CAMPOS, Ernesto de Souza. Colégio de Aplicação. **RBEP** (67): 233-240, jul./set., 1957; CUNHA, Nádia Franco. Institutos Centrais e o Colégio Universitário da LDB. **RBEP** (109): 65-72, jan./mar. 1968; FURTER, Pierre. Colégio Universitário, problema universal: uma solução brasileira. **RBEP** (91) 45-54, jan./mar. 1966. Sobre o Colégio Universitário de Minas Gerais na década de 1960, ver RODRIGUES, Sylvia Garcia. **O Colégio Universitário e a Reforma da Universidade Federal de Minas Gerais**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 1997. Quanto ao Colégio Universitário da Bahia, consultar SANTOS, Leda Jesuino dos Santos. Colégio Universitário: Estudo de sua problemática; o projeto do colégio universitário da UFBA.(mimeo, 1965).

³ A reforma do ensino secundário foi proposta, primeiramente, através do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, sendo consolidada, posteriormente, pelo Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932 (ROMANELLI, 1993, p. 134).

⁴ A USP já mantinha um Colégio Universitário desde o final dos anos de 1920, incorporado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a partir de sua criação, em 1934, e constituindo uma instituição de alto nível de eficiência (SOUZA CAMPOS, 1957). A Universidade de Minas Gerais estabeleceu o seu Colégio Universitário em 1936 (RODRIGUES, 1977). No Rio de Janeiro, o primeiro Colégio Universitário foi instituído pelo Decreto nº 21.244, de 04 de abril de 1932, como instituição anexa à Universidade do Rio de Janeiro.

⁵ É interessante destacar que o Decreto 21.244/32, em seu artigo 7º, não menciona a palavra *salário*, que é substituída pela palavra *ordenado*. Isso faz lembrar um texto do professor Florestan Fernandes, no qual ele afirmava ser impossível, na época em que se tornou professor assistente na USP, na década de 1930, ouvir algum professor dizer que ganhava salário. “Um professor não dizia isso. Ele tinha proventos. A concepção estamental era tão forte, que ele se sentiria degradado se fosse considerado (ou se considerasse um assalariado) (...)” (FERNANDES, 1989, p. 170).

⁶ Decreto-Lei nº 266, de 11 de fevereiro de 1938. Dispõe sobre o pessoal do Colégio Universitário da Universidade do Brasil.

⁷ Correio da Manhã, 06/03/1938, p. 6.

⁸ Correio da Manhã, 05/04/1938, p. 2.

⁹ Correio da Manhã, 13/03/1938, p. 9.

¹⁰ Correio da Manhã, 17/04/1938, p. 3.

¹¹ Correio da Manhã, 31/08/1938, p/ 2.

CAP-UFRJ: DE “FORMADOR DE ELITE DIRIGENTE” A “CELEIRO DE ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA”

Patrícia Henriques Mafra

UFRJ/IFCS/PPGHS

Ao longo dos cinco primeiros anos da ditadura militar brasileira o Colégio de Aplicação da UFRJ tornou-se uma das referências no movimento estudantil, principal setor que se mobilizou contrariamente ao regime que vigoraria no país até 1985. Esse lugar de destaque, tomado por um pequeno colégio secundário, chamou nossa atenção e o tomamos então como objeto de estudo a fim de entender em que medida a instituição escolar pode se constituir como *locus* de reprodução ou de questionamento da ordem social.

Nossa dissertação de mestrado intitulada “Uma escola contra a ditadura”, da qual o presente texto é um desdobramento (1), teve como norte o questionamento a que nos referimos acima e demonstrou que as inovações pedagógicas implementadas no CAP, o contexto histórico, a origem social dos alunos, a ligação orgânica com universidade, a formação dos professores e a construção da “identidade capiana” foram elementos determinantes para que os estudantes do CAP desenvolvessem, entre 1964 e 1968, atividades políticas contrárias ao projeto de hegemonia do regime militar.(2) Para o seminário “Universidade: memória, documentação e pesquisa”, julgamos oportuno tratar da filosofia pedagógica que norteou a constituição do CAP e que a tornou uma escola inovadora em suas práticas pedagógicas, procurando entender em que medida essa concepção de ensino foi importante para o desenvolvimento político dos alunos desse educandário.

O Arquivo CAP, organizado pelo Proedes (Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade), foi fundamental para que tivéssemos acesso a diversos tipos de materiais sobre o CAP: correspondências, atas de reunião, jornais estudantis, materiais sobre o corpo discente, estudos e projetos, recortes de matérias de jornais que abordavam o colégio. No que diz respeito à filosofia pedagógica propriamente dita, foram especialmente importantes os documentos produzidos antes da constituição do colégio, quando este era ainda um projeto. Há também no arquivo coleções dos jornais estudantis, entre os quais *A Forja*, por ter maior

regularidade e representatividade (era o jornal do grêmio), constituiu-se no mais importante para a nossa pesquisa.

1 – O movimento pela “escola nova” e a fundação do Colégio de Aplicação

O CAP foi fundado em 1948, com a finalidade de complementar a formação dos professores secundários que cursavam a antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi). Em poucos anos de funcionamento, devido ao grande número de aprovação em vestibulares, o CAP passou a ser considerado um dos melhores colégios do Brasil. A proposta pedagógica desse educandário, elaborada principalmente por Luiz Alves de Matos, seu diretor por quase vinte anos, preconizava uma educação de elite, formando alunos com sólida consistência intelectual e moral que, em seus futuros postos de trabalho, pudessem vir a contribuir para a resolução dos problemas brasileiros. O movimento pela “escola nova” está na base dessa proposta pedagógica, que se tornou uma das principais características do Colégio de Aplicação da UFRJ.

Os “escolanovistas” propunham uma ampla reforma educacional. O movimento teve suas origens na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX, alcançando repercussão mundial principalmente no período entre guerras. Essa proposta de política educacional estava associada às grandes transformações por que vinha passando o sistema capitalista nos países centrais. Por um lado, a preponderância das grandes fábricas, característica da passagem da fase de livre concorrência para a monopolista, ensejava, por parte do capital, necessidades diferentes no que dizia respeito à educação, tanto para os operários, quanto para os “dirigentes”. Por outro, o desenvolvimento das lutas operárias, cujo auge foi a Revolução Russa em 1917, colocava em pauta a necessidade de reforçar a hegemonia burguesa.

A perspectiva da renovação pedagógica advinda da “escola nova” seria uma resposta ao sistema de ensino vigente (chamado de “educação tradicional” por seus opositores), no qual a formação dos jovens das classes dirigentes era totalmente separada da dos jovens da classe trabalhadora. Enquanto os primeiros eram submetidos a um método de ensino rigoroso e de alto nível intelectual, seguindo as tradições humanistas que tinham suas origens na Grécia Antiga, os segundos aprendiam apenas o necessário para exercer seu ofício, tanto nas disciplinas gerais

quanto nas práticas. Os escolanovistas apontavam o caráter elitista e de erudição dispensável da “educação tradicional”, que a distanciava das necessidades sociais. Propugnavam, então, a constituição de um sistema de ensino geral que envolvesse todos os cidadãos sem distinção de classe social. Ao mesmo tempo, incluía a categoria “trabalho” – até então restrita às escolas profissionais – em sua proposta pedagógica, reelaborando-a e transformando-a em princípio pedagógico. Dessa forma, a concepção de democracia no acesso à escola e a idéia do trabalho como princípio educativo constituíram-se nos fundamentos que nortearam a “pedagogia da educação nova”.

Embora o sistema educacional brasileiro não tenha se convertido plenamente às idéias “renovadoras”, entre a década de 1940 até a instauração do regime militar, muitas propostas da “escola nova” foram paulatinamente incorporadas à legislação. No que concerne ao nosso objeto de estudo, uma medida que teve significativa relevância foi o decreto-lei nº 9.053, de 2 de março de 1946, que obrigou todas as faculdades de filosofia a criar um colégio para que seus licenciandos pudessem estagiar. Essa lei foi importante para os “escolanovistas” em dois aspectos. Primeiro, porque a noção de “aprendizado pela prática” (nesse caso, a prática de ensino dos licenciandos) é própria dessa nova filosofia da educação, representando, portanto, mais uma conquista no campo pedagógico.⁽³⁾ Depois, porque aprofundar a formação dos professores secundários, contanto que fosse sob uma perspectiva escolanovista, consistia em uma estratégia de difusão deste movimento que pretendia ser o novo paradigma em pedagogia.

O exemplo da Universidade do Brasil (UB) é bastante significativo da potencialidade difusora de um colégio ligado à universidade e do conseqüente interesse para os escolanovistas. Em muitos documentos constantes no Arquivo CAP ficou clara a idéia de que o futuro colégio de aplicação seria muito mais do que um local de aprendizagem para licenciandos, devendo se constituir como um propagador das idéias de renovação pedagógica. Primeiro, por estar em mãos de educadores afinados com essa proposta, como veremos a seguir; segundo, por ser um colégio integrante da UB, guardando grande importância estratégica.

Alguns educadores escolanovistas foram fundamentais para a constituição do Colégio de Aplicação da UB, como Lourenço Filho⁽⁴⁾, Carneiro Leão⁽⁵⁾ e Luiz Alves de Matos.⁽⁶⁾ O compromisso militante por uma proposta pedagógica, comum entre esses três educadores, favoreceu a harmonia que pautou a relação entre eles, garantindo a constituição de um colégio que se erguesse sobre os mesmos princípios. Por conta da lei que obrigava o acúmulo dos cargos

de catedrático em “didática geral e especial” e diretor do colégio de aplicação, coube a Luiz Alves de Matos um lugar privilegiado que lhe permitiu difundir e aplicar os ideais da “escola nova”, como veremos a seguir.

Segundo o estatuto da UB, um professor iniciava sua carreira na universidade como instrutor. Após o prazo máximo de três anos, o catedrático deveria indicar quem, dentre os instrutores, receberia promoção a professor assistente. A essas duas categorias (instrutor e assistente) cabia a função de ministrar aulas aos licenciandos da FNFi. O “Programa e regulamentação das atividades dos assistentes de didática no Colégio de Aplicação da FNFi para 1949” definia como tarefas dos professores assistentes orientar e coordenar a atividade docente dos regentes (que lecionavam para os alunos do CAp)

de modo a assegurar perfeita unidade de orientação metodológica entre a teoria da cadeira de Didática e o ensino ministrado no Colégio de Aplicação, assim como incrementar a eficiência do tal ensino.(7)

Essa unidade metodológica da cadeira de “didática especial” refere-se à incorporação dos princípios da “educação nova”, conforme expressa Luiz Alves de Matos ao afirmar que

tem se limitado a ir preparando no espírito dos jovens licenciandos o clima mental favorável àquela renovação [pedagógica] que virá inevitavelmente após a presente crise social. Sem os desambientar às limitações da nossa atual escola secundária, procura interessá-los por uma escola secundária progressiva.(8)

Havia também a intenção, por parte de Luiz Alves de Matos, de que as pesquisas desenvolvidas sob a cadeira de Didática dessem continuidade ao projeto escolanovista. O catedrático afirmou que essas pesquisas procurariam

apurar, reforçar e aperfeiçoar cientificamente a “Escola Ativa Direta”, tendendo a constituir um tipo de ensino secundário *eminentemente nacional* pela sua originalidade e adequação ao meio brasileiro, e *distintamente progressista* pelo teor de sua orientação e dos procedimentos didáticos empregados. (9)

Em 1944, Lourenço Filho, na qualidade de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), contratou Álvaro Neiva, um experiente pedagogo, a fim de que fosse feito um projeto para a constituição do colégio universitário. Luiz Alves de Matos, encarregado de colaborar com este, redigiu uma carta ao diretor do instituto em que registrava suas impressões acerca do educador:

o único receio que acompanhava esse meu velho sonho (...) era o temor de que a diretoria do “Colégio de Demonstração”, não podendo ser confiada a um Lourenço Filho, a um Fernando de Azevedo ou a um Almeida Júnior, (10) por estarem ocupados em postos de mais alto relevo, fosse confiada a algum respeitável funcionário com nome feito e boa fé de ofício, mas leigo (...). Esse meu temor, porém, se desvaneceu logo que me foi dado sentir o sadio entusiasmo, compreensão e interesse que o Dr. Álvaro Neiva revela pelos problemas inerentes à cadeira de Didática no que se refere à nova orientação metodológica e à prática de ensino. (11)

Esse trecho, escrito antes da determinação de que o catedrático em didática geral fosse o diretor do colégio de aplicação, deixa claro que a principal preocupação de Luiz Alves de Matos era se o futuro diretor da escola seria ou não um “correligionário”. Ora, o INEP, dirigido por um dos “pioneiros da escola nova”, sendo encarregado de contratar um técnico para elaborar “estudo para a implementação da escola”, que poderia ser o próprio diretor desta, dificilmente contrataria alguém que não fosse afinado com as mesmas propostas pedagógicas.

Outro documento importante que explicita a intenção em associar o CAp à proposta escolanovista é “As características da escola nova – o programa da escola nova segundo seu Bureau Internacional”.(12) Trata-se da tradução de um texto de Adolphe Ferrière, um proeminente escolanovista francês e diretor do Bureau Internacional das Escolas Novas, que sistematiza um conjunto de características que as escolas deveriam possuir para poder se considerar integrante do projeto escolanovista. Dos trinta itens constantes no documento, as escolas deveriam atender, pelo menos, a quinze para serem consideradas integrantes do movimento escolanovista. Muitos deles confluíam com as características do CAp:

1. A escola nova é um laboratório de pedagogia prática; (...)
5. A escola nova pratica, a maior parte das vezes, a co-educação dos sexos; (...)
6. A escola nova organiza trabalhos manuais; (...)
8. A escola nova desperta nas crianças trabalhos livres; (...)
11. A escola nova entende por

cultura geral a cultura do julgamento e do raciocínio; (...) 17. A escola nova recorre ao trabalho coletivo dos alunos; (...) 29. A escola nova realiza a educação da consciência moral.”

O CAp havia obtido do Ministério da Educação permissão para compor classes experimentais, o que ocorreu efetivamente entre os anos de 1959 e 1962. Sua principal diferença em relação às turmas subordinadas à Lei Orgânica do Ensino Secundário refere-se ao menor número de matérias oferecidas em cada ano letivo, com o objetivo de que os alunos estudassem de forma mais profunda cada disciplina. Por meio desse documento podemos ver que o projeto pedagógico que formulou as classes experimentais se baseou nos preceitos escolanovistas, pois os itens 19 e 20 afirmam que “na escola nova estuda-se poucas matérias por dia” e “na escola nova estudam-se poucas matérias por mês ou por trimestre”, respectivamente.

Já apontamos a identidade entre a proposta pedagógica conhecida como “escola nova” e a metodologia de ensino adotada no CAp. Resta-nos agora entender como a socialização escolar sob esses métodos pode ter contribuído para que os alunos do CAp desenvolvessem uma maior propensão às atividades políticas com vistas a transformações estruturais na sociedade.

2 – As diferentes apropriações da filosofia pedagógica do CAp

Ao buscarmos entender as razões pelas quais uma quantidade tão expressiva de integrantes da mesma escola participou do movimento de contestação ao regime militar, criticando a ditadura e o sistema capitalista que a teria engendrado, buscamos considerar causas de naturezas diversas para compreender o fenômeno. Assim, compõem esse quadro elementos internos e externos à escola, de ordem social, econômica, política e cultural. Podemos traçar uma relação entre a filosofia pedagógica assumida pela escola, as condições políticas e sociais do país e a socialização política dos alunos do CAp, entendendo que nenhum desses elementos separadamente dá conta do processo constitutivo do CAp enquanto *locus* político privilegiado.

A principal característica dos novos métodos de ensino propostos pela “escola nova” consistia na introdução de uma relação “ativa” entre professor e aluno no processo pedagógico. Isso implicaria em elaboração de atividades e estímulos que exigissem do aluno um grau elevado de reflexão acerca dos conteúdos disciplinares.

Já afirmamos acima que o princípio da “atividade” na relação pedagógica, em que se baseia toda a filosofia “escolanovista”, tinha como fundamento uma nova fase do capitalismo. Podemos ir um pouco além, afirmando que a “postura crítica” estimulada nos alunos se relacionava com os problemas que o capitalismo apresentava, que precisavam ser detectados e analisados com profundidade para que pudessem ser resolvidos. A educação devia fornecer as primeiras noções de tal empreendimento que todos deveriam abraçar. John Dewey, pedagogo estadunidense, um dos principais difusores da escola nova, dedicou-se a desenvolver essa idéia. Segundo ele, em uma sociedade que passa por mudanças profundas e rápidas (se referindo ao mundo liberal), o

primeiro objeto de um renascente liberalismo é a educação (...), sua tarefa é a de ajudar a formação de hábitos da mente e do caráter, de padrões morais e intelectuais, que estejam de algum modo mais concordes com a atual marcha dos acontecimentos (...). A tarefa educacional não pode ser realizada trabalhando apenas a mente humana, sem ação que efetue mudança real nas instituições.(13)

No Brasil, como em qualquer país de desenvolvimento capitalista hipertardio, os problemas gerados pelo modo de produção capitalista são muitos. Os estudantes capianos da década de 1960 visualizavam facilmente a miséria a que estava submetida parte da população carioca – as favelas já eram cenário comum por toda a cidade. E se as condições de vida nessas comunidades não haviam sido agravadas ainda pela violência gerada pelo tráfico de drogas, os péssimos estados de moradia, higiene e alimentação em que os moradores das favelas viviam já eram aspectos mais do que suficientes para mostrar àqueles os desarranjos e as contradições do sistema capitalista.

A existência de mazelas sociais não é fator suficiente para suscitar idéias de transformação radical da sociedade. A socialização política constitui elemento fundamental para a transformação da simples *existência* das mazelas em um *problema*. Em nível individual, essa socialização política pode se dar de diversas maneiras. Em nosso estudo, consideramos as mais relevantes a convivência com os familiares – majoritariamente integrantes dos setores médios urbanos, no caso dos alunos do CAP; a integração em um colégio que estimulava a conscientização dos problemas sociais brasileiros; a mídia, composta pelos jornais comerciais e emissoras de rádio e televisão; e o contato com organizações políticas voltadas para o movimento

estudantil – lembrando que desde a ascensão da Ação Popular à diretoria da UNE, em 1961, a militância política no universo estudantil foi bastante intensificada.

Esses quatro “ambientes” políticos não eram harmônicos em suas concepções de mundo. Nos anos que precederam o golpe contra João Goulart, os setores médios encontravam-se particularmente divididos. Enquanto alguns se compraziam com as medidas econômicas “progressistas” adotadas pelo presidente, outros o julgavam um perigoso “amigo” dos comunistas. No CAP, o esforço em formar uma elite dirigente consciente das necessidades de mudanças na sociedade se compatibilizava com a repressão à participação política dos alunos em movimentos associados a partidos de esquerda. A mídia, embora de forma geral tenha representado um papel crucial no convencimento dos setores médios quanto à inépcia do governo Goulart, apresentava sutis diferenças, principalmente por meio de alguns jornalistas “progressistas”. O movimento estudantil, particularmente o carioca, era hegemonizado pela Ação Popular desde 1961, mas contava também em suas fileiras com um setor liberal, que tinha como referência o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Todas essas contradições se refletiram no movimento estudantil do CAP, que, embora de forma minoritária e efêmera, teve um grupo de cunho liberal organizado politicamente.

Se, como vimos acima, não havia um sentido único que direcionasse as posições políticas juvenis, então o que teria feito com que a maioria dos estudantes capianos optassem por uma postura política contestatória ao regime militar? A atenção às questões políticas pode ter sido gerada prioritariamente pela filosofia pedagógica do CAP e pelo momento sócio-político que o país atravessava; mas o *sentido* ideológico das atividades políticas foi sendo constituído principalmente pelos organismos políticos atuantes no movimento estudantil, que incorporaram os estudantes secundaristas como *agentes políticos* e, dessa forma, os disputaram politicamente, por meio de convencimento político-ideológico, seguindo o jogo comum do movimento estudantil. No caso do CAP, as correntes ideológicas que tiveram maior inserção eram ligadas às organizações de esquerda, e em geral, seus militantes e simpatizantes faziam parte do grêmio e, conseqüentemente, do jornal *A Forja*. A seguir, vamos relatar brevemente como o movimento estudantil do CAP expressou sua oposição à ditadura militar.

A crítica dos capianos ao projeto educacional do novo regime se traduziu, em um primeiro momento, em críticas à concepção tecnicista de educação segundo a qual a educação

deve estar voltada para a realização individual e o desenvolvimento capitalista. Os alunos defendiam o desenvolvimento de uma ciência em prol das necessidades sociais, como foi indicado no artigo “Duas atitudes face à ciência”, na verdade um trecho do livro *Conceitos fundamentais da matemática*, de Bento Jesus Caraça, em que afirma a ciência enquanto fruto da vida social e

subordinada às grandes necessidades do homem na sua luta pelo entendimento e pela libertação; aparece-nos enfim, como um grande capítulo da vida humana social. (14)

Ou ainda, no artigo “Ciência e sociedade”, em que se coloca que a ciência deveria responder às necessidades da sociedade e que um país subdesenvolvido como o Brasil não produzia ciência, nem tecnologia, pois os cientistas, custeados pelo povo por meio das instituições públicas, procuravam melhores condições de trabalho no exterior. (15)

A integração nas atividades escolares associada à perspectiva social da educação também está expressa no editorial do número 2 de 1964, intitulado “Objetivos do Zé Capiano”, no qual os integrantes do grêmio traçam uma oposição entre alguns “Zés Capianos” e a equipe do jornal. A crítica é dirigida ao “Zé Capiano” que pensa na sua vida escolar sob uma perspectiva individualista, que estuda apenas para tirar boas notas, passar no vestibular e ter sucesso em sua profissão. Já a equipe do jornal pensaria numa perspectiva social. Afirmando que “nosso colégio tem muito mais a nos dar”, convida os alunos a “tomar consciência do que representa nosso colégio e tirar dele o melhor proveito”; “promover nossa educação”; não ser passivo; “aproveitar ao máximo o privilégio de estudar nesse colégio não para ter ‘sucesso’ na vida, mas para construir alguma coisa socialmente válida (por menor que seja)”.

Em 1965 os assuntos políticos adquiriram menor importância em *A Forja*. Por outro lado, o jornal-mural expôs artigos sobre a guerra do Vietnã e sobre racismo nos Estados Unidos, constituindo um espaço no qual as posições políticas estudantis puderam ser veiculadas. Posteriormente, como uma das muitas proibições impostas pela direção, esse jornal também seria extinto.

Essa primeira fase, que localizamos entre os anos de 1964 e 1965, interagiu com a falta de uma política educacional clara por parte do regime militar e com a desarticulação do movimento estudantil. Como não havia, no início do governo Castelo Branco, um projeto claro para o campo educacional – embora algumas linhas gerais pudessem ser deduzidas com base nos interesses

econômicos, políticos e na ideologia que norteava o novo bloco de poder –, os estudantes do CAP não necessariamente tinham clareza do tecnicismo que viria a ser a sua principal característica. A partir de 1966, o movimento estudantil como um todo e especificamente o do CAP passou a combater de forma mais consistente o projeto educacional a ser implementado com base, principalmente, nos estudos elaborados por meio dos “acordos MEC-USAID”. (16) A partir desse ano, a oposição se concretizará também em ações políticas diretas, como manifestações, comícios e pichações, dentro ou fora do colégio.

Identificamos três pontos-alvo das atividades políticas dos estudantes – política educacional, luta contra a direção e denúncia da violência estatal – que passaram, a partir de 1966, a ser muito atrelados entre si. Os estudantes, em seus atos políticos nas ruas, bradavam contra a repressão e as medidas relativas à educação tomadas pelos governos militares. Da mesma forma, as manifestações ocorridas nas escolas denunciavam a censura e a punição que a diretoria impunha aos alunos, lançavam palavras de ordem contra a política educacional do regime militar e alardeavam a repressão que os estudantes estavam sofrendo nas ruas. Um ex-aluno relata o episódio em que pichou os muros do colégio com as frases “Abaixo a repressão/Viva a liberdade”, “Grêmio livre” “Fora o MEC-USAID”, (17) nos dando a idéia do quanto esses três elementos estavam juntos.

A partir de 1966 as contradições com a direção do colégio tornaram-se constantes. Nesse ano, a nova direção começou a exercer mais abertamente sua função repressora: designou professor para censurar o jornal-mural e proibiu publicações de artigos em *A Forja*. O exemplar de agosto de 1966 teve o espaço destinado ao artigo censurado coberto com fita isolante e riscado com “x”. Abaixo, a legenda informava que:

Por ter a Diretoria do CAP considerado que o artigo continha críticas a autoridades e informações improcedentes o original foi censurado.

Mas aos alunos-militantes era ainda possível exercitar sua oposição política. Em *A Forja*, muitos artigos críticos foram publicados, só que não faziam alusão clara à ditadura militar. Por exemplo, em “Amadurecer para a liberdade”, de autoria de Carlos Vainer:

Liberdade. Essa é uma palavra que, possivelmente, já foi gritada em quatro cantos do mundo, mas, sem dúvida alguma, ficou sufocada em cem outros. Muitos morreram para conquistá-la, alguns mataram para impedi-la. (18)

Naquele ano, com a reorganização do movimento estudantil, a oposição à ditadura ganhou novo fôlego, e foram realizadas diversas manifestações nas ruas. Para participar delas, os estudantes do CAP mais envolvidos com a participação política se concentravam na própria escola, onde, junto com outros alunos, preparavam cartazes e faixas e iam juntos às manifestações. Nessas atividades, os capianos integrados ao movimento estudantil geral protestaram contra a política educacional e as repressões violentas imputadas pela ditadura. (19)

Durante os anos de 1966 e 1967, eram comuns as manifestações na própria escola, com comícios, interrupções das aulas, pichações e invasões na sala da diretora. A partir de 1967, a militância estudantil passou por grandes dificuldades, provocada pela intensificação do poder repressivo da direção do CAP. Nesse contexto, alunos que desafiavam as ordens relativas à conduta política da escola eram suspensos ou até mesmo expulsos. Conforme nos relata Denise Cabral,

O ano de 1967 foi o ano dessa agitação meio ilegal lá dentro do colégio. Jogar bomba na sala da diretora, ações relâmpago, fazer coisas que eram planejadas fora do colégio. (...) As pessoas se expunham, falavam, faziam comício relâmpago dentro do colégio, panfletos. (20)

No único exemplar de *A Forja* de 1967 existente no Arquivo CAP, é possível identificar o aumento do autoritarismo por parte da direção da escola. Nesse número, diversos textos foram censurados. Os títulos dos artigos refletem o conteúdo de oposição que continham: “Fome: mito e realidade”, “L.S.D., mais um capítulo do idealismo americano”, “Subdesenvolvimento, ou O que será de nós”, “Os estudantes e os idiotas”, este último de autoria de Otto Maria Carpeaux, reconhecido intelectual de esquerda.

Esse foi o último número de *A Forja* publicado pelo grêmio. A direção, “devido à rebeldia de um grande número de alunos em aceitar as leis em vigor no país e o regimento do colégio”, (21) extinguiu o jornal, obrigou o fechamento do grêmio, fechou o colégio por duas semanas, suspendeu todas as atividades extraclasse e reuniu os pais de alunos para explicar a situação em

que o colégio se encontrava. Os alunos, por sua vez, denunciaram na imprensa o fechamento do grêmio e do jornal, conseguindo cobertura no *Correio da Manhã*, no *Última Hora* e em *O Sol*.

Até mesmo a formatura dos alunos havia sido proibida. Como alternativa, o recém-fundado grêmio-livre do CAP obteve autorização para realizar a formatura no auditório do Colégio São Vicente de Paulo. Os alunos fizeram de sua formatura um verdadeiro ato político:

A gente fez uma enorme propaganda, a AMES foi. Foi uma manifestação política. O Vladimir Palmeira, que era presidente da UME, discursou, todo mundo discursou. (22)

Mesmo após o fechamento das formas legais de movimento estudantil interno do CAP, os alunos militantes permaneceram em suas atividades políticas. Os grupos de estudos, que começaram a ser organizados em 1965, continuaram ocorrendo. Neles, eram lidos textos notoriamente marxistas, dentre eles, *Salário, preço e lucro*, de Marx, e o *Manifesto comunista*, de Marx e Engels, livros de Althusser, *O Estado e a revolução*, de Lênin, escritos de Mao Tse-tung, *A história da riqueza do homem*, de Leo Huberman. Segundo Jaime Benchimol, continuaram a ocorrer manifestações contra os “acordos MEC-USAID”, por meio de

manifestações que uma escola fazia em relação a outra. Havia todo um movimento no sentido de conquistar certas escolas, as que tinham lideranças residuais, uma ou duas pessoas já mais ou menos galvanizadas pelo movimento estudantil. A gente invadia a escola, fazia comícios, panfletagens e ações bastante violentas às vezes. (23)

Demonstramos em nossa pesquisa que os alunos do CAP contestaram a hegemonia do bloco modernizante-conservador (24) que ocupou o aparelho do Estado em 1964, especificamente no que se refere à política educacional, e o fizeram impulsionados, em parte, por sua experiência escolar.

A questão que nos colocamos – em que medida a escola reproduz a ideologia dominante ou guarda um potencial transformador – passa por estabelecer os limites que uma instituição social tem em “inculcar” ideologia. Esse limite não deve ser balizado apenas levando-se em conta a instituição escolar como um organismo que, ao concorrer com outros, tem sua influência limitada; mas levando-se em conta também o fato de ela não ter se constituído autonomamente em relação à sociedade. Quando afirmamos que o CAP influenciou na ação política dos seus alunos, a

dificuldade não está em saber o quanto essa influência se deveu à própria escola, o quanto foi se deveu à convivência com os pais, o quanto se deveu à atuação do movimento estudantil etc. O importante é saber que, tratando-se de uma instituição permanentemente construída na sociedade, não devemos considerar as peculiaridades da escola como se fossem características “puras”, mas construídas no cotidiano e cujos significados se transformam ao longo do tempo, em sintonia com as mudanças culturais, econômicas e políticas.

Tendo esta observação como norte, podemos refletir sobre a filosofia pedagógica do CAP.

O movimento pela Escola Nova estava inserido no pensamento capitalista liberal, logo não possuía, intrinsecamente, a intenção de alterar o *status quo*. Entretanto, as consequências de sua implementação não seguiram um sentido único. Já expusemos o objetivo – proposto pela direção e adotado pelos professores – de incentivar a postura crítica dos alunos. Tal objetivo fazia parte do referencial escolanovista, e relacionava-se à formação de uma elite disposta a contribuir, em seus postos de trabalho, para a resolução dos problemas sociais produzidos pelo capitalismo. Entretanto, os alunos responderam a esse incentivo de forma diferenciada e, a seu modo, demonstraram que eram sujeitos ativos naquele processo e não apenas meros recipientes a serem preenchidos passivamente pelo arsenal ideológico proposto pela direção do CAP, que incentivava uma conduta “ético-moral” por parte do corpo discente.

Identificamos em nossa pesquisa dois momentos distintos: a década de 1950 e a de 1960. Se havia, no primeiro momento, uma visão crítica dos alunos, esta era em grande parte restrita à sala de aula. Apenas a partir da década de 1960 (1962, especificamente), a postura crítica passou a abranger os fatos políticos nacionais e internacionais e ainda a própria escola e o sistema educacional. Muitas vezes, o incentivo à postura crítica, colocada pelos próprios estudantes em seu jornal, era exposto como condizente com a concepção ético-moral da escola. Como já indicamos, os estudantes capianos realizavam uma leitura própria e particular dessa concepção ético-moral, o que permitiu que ela se tornasse um elemento estimulador das posturas políticas estudantis contra-hegemônicas, expressas na crescente participação em atividades políticas contestatórias ao regime militar.

Segue-se então que a filosofia pedagógica foi um elemento fundamental para a constituição de um corpo de alunos com uma visão crítica consolidada, mas só terá reflexo em suas práticas políticas a partir de 1962. Os capianos apenas conectaram a postura crítica incentivada pela escola a alguma atividade política ou social quando outros elementos externos

ao CAP entraram em ação: a intensa atividade do movimento estudantil a partir de 1961, a crise política que caracterizou o governo Jango e a resistência dos estudantes à ditadura militar.

Outro ponto relevante deve ser analisado ainda em relação à filosofia pedagógica do CAP. Alguns aspectos da perspectiva escolanovista, amplamente abraçada pelos professores, foram sendo passados para os alunos, principalmente no que diz respeito aos objetivos sociais e éticos da educação, o que contribuiu para que os estudantes criticassem o tecnicismo da política educacional da ditadura militar. No entanto, a direção entendeu a proposta escolanovista como compatível com a política educacional do regime militar, como pudemos constatar no prefácio escrito por Luiz Alves de Matos à 13ª edição do seu livro *Sumário de didática geral*, publicado em 1975. Nesse texto, o educador mostrou-se entusiasmado com as novas diretrizes governamentais para a educação, afirmando que

não podemos deixar de registrar com satisfação as rápidas transformações que se estão operando no panorama educacional brasileiro. (...) A escola brasileira marcha definitivamente para uma crescente democratização, amparada pela iniciativa pública e privada e pelos crescentes investimentos governamentais. O Governo Federal e os governos estaduais estão porfiando em dotar o País de uma ampla e vigorosa rede escolar, capaz de contribuir positivamente para a superação do subdesenvolvimento e da baixa produtividade, em que nos vínhamos arrastando desde os tempos coloniais. (25)

Luiz Alves de Matos, associando a sua contribuição para a pedagogia à nova etapa do sistema educacional brasileiro, ressaltou que

as mensagens contidas em nosso trabalho (...) muito poderão contribuir para o esclarecimento e melhor habilitação do magistério brasileiro, neste momento crucial, em que sua atuação passa a influir mais diretamente sobre os destinos da nação. (26)

Irene Estevão de Oliveira, diretora que substituiu Luiz Alves de Matos a partir de 1965, justificou, tempos depois, sua obediência ao regime militar a partir de analogia com as relações contratuais de um trabalho. Na perspectiva de Irene Oliveira, tal como um empregado “deve” obediência ao seu patrão, ela, enquanto diretora de uma escola federal, não poderia opor-se aos mandos da ditadura:

Se a lei proíbe uma coisa numa escola mantida por verba federal, com professores pagos por verba federal, funcionários pagos por verba federal, e eu paga por verba federal, a lei tem que ser respeitada. Agora, se abolirem a censura, já não há censura. Mas havia censura, a censura tinha que existir. (27)

As idéias de Luiz Alves de Matos a respeito da nova política governamental para a educação e a ausência de contradições entre a segunda direção e o governo federal, assim como as discordâncias expressas pelos estudantes capianos quanto à política educacional pós-64 indicam que uma mesma matriz filosófica deu margem tanto para a crítica quanto para o apoio à proposta de educação tecnicista implementada pelos governos militares.

Entretanto, mesmo não podendo realizar aqui uma discussão acerca de outros fatores que possam ter contribuído para essas apreciações diferenciadas, consideramos importante lembrar a sua existência. No caso dos alunos, a militância no movimento estudantil e o contexto político radicalizado contribuíram para a leitura crítica à educação tecnicista; no caso da direção, o receio do fechamento da escola e a possível concordância ideológica contribuíram para uma situação de conformidade com as novas diretrizes educacionais.

O que é importante ressaltar é que observamos como um projeto pedagógico que visava contribuir para a expansão das forças produtivas sob o capitalismo (Escola Nova), acabou por gerar, a partir da “leitura” dos estudantes, atitudes questionadoras ao próprio capitalismo, num momento em que este atingia sua etapa monopolista no país. Decorre daí a ambigüidade do CAp, que, de “formador de elite dirigente”, acabou por tornar-se “celeiro” de número significativo de jovens que questionaram ativamente o regime político instaurado em abril de 1964. Relacionando a referida assertiva à discussão do papel da escola, vimos que o CAp foi criado para reproduzir a ideologia dos setores dominantes, mas, pelas razões que já apontamos, e em um momento histórico específico, contribuiu para a construção de uma contra-hegemonia. Quando, sob um regime politicamente reacionário, o capitalismo brasileiro modernizava-se de modo conservador e necessitava, para tal modernização, de reformas de cunho tecnicista na educação, os estudantes capianos, apropriando-se ao seu modo de uma filosofia pedagógica oriunda de uma fase anterior do próprio capitalismo, lançaram-se numa luta contra-hegemônica que dificultou a tarefa dos novos donos do poder.

Notas:

1 – Este trabalho é um desdobramento da dissertação de mestrado intitulada “Uma escola contra a ditadura: a participação política do CAP-UFRJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968), defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ) sob a orientação de Renato Lemos.

2 – Estamos trabalhando com o conceito gramsciano de hegemonia, entendendo-a como a “relação apropriada” entre coerção e consenso implementada pelo setor de classe dominante a fim de exercer sua dominação política.

3 – Não podemos deixar de lembrar as constantes reivindicações de professores e universitários, que associavam a criação de um colégio de aplicação à melhoria das condições de aprendizagem.

4 – Manoel Bergström Lourenço Filho foi um dos primeiros educadores a aderir às idéias da “escola nova” e um dos signatários do *Manifesto dos pioneiros*. Foi diretor do INEP, órgão que ofereceu apoio ao CAP pelo menos em dois momentos: quando de sua constituição, financiando o estudo preliminar implementado por Álvaro Neiva; e quando a escola teve que desocupar o prédio da Fundação Getúlio Vargas. Nesse momento, não podendo contar com recursos da própria Universidade do Brasil (que devia aprovar previamente suas despesas), o CAP recebeu ajuda financeira desse instituto.

5 – Antônio de Arruda Carneiro Leão, também uma figura proeminente de difusão do ideário de renovação pedagógica, foi diretor da FNFi entre 1945 e 1957.

6 – Luiz Alves de Matos era o catedrático de didática geral da FNFi e, por lei, deveria ser o responsável pelo colégio de aplicação. Aprofundou seus estudos em pedagogia nos Estados Unidos, entre 1926 e 1932, onde provavelmente teve contato com as idéias de John Dewey, notório teórico escolanovista em voga nesse período nos Estados Unidos.

7 – Documento arquivado no Proedes sob o nº CAP013 COE493.

8 – Citado por Álvaro Neiva no “Relatório do INP sobre organização e instalação do colégio de demonstração, anexo à FNF”, de 28/12/1945. Arquivado no Proedes sob o nº CAP001 EP001.

9 – “Sugestões da cadeira de Didática para a organização e funcionamento do ‘Colégio de Demonstração’”, provavelmente de 1944, assinado por Luiz Alves de Matos. Arquivado no Proedes sob o nº CAP002 OC001, grifos no próprio documento.

10 – Cabe ressaltar que os três educadores citados no documento participavam do movimento pela “escola nova” e foram signatários do *Manifesto dos pioneiros*.

11 – Em carta de Luiz Alves de Matos a Lourenço Filho de 20/12/1944. Documento arquivado no Proedes sob o número CAp006 COR002.

12 – Arquivado no Proedes sob o nº CAp 015 LEG041. É interessante apontar que o diretor elaborou uma “Adenda às ‘características essenciais da escola nova’ de 1925 (do Bureau Internacional)”. Constituíam-se em mais cinco pontos que deveriam ser considerados como integrantes do conjunto de características das instituições escolanovistas. Esses itens estão baseados na experiência do CAp, ou nas reivindicações que o Luiz Alves de Matos fazia para o colégio: “A escola nova desenvolve o senso econômico dos alunos” (podemos relacionar com a Caixa Escolar, em que os alunos geriam recursos financeiros), “A escola nova mantém um serviço de orientação educacional”, “A escola nova tem um corpo docente harmônico, dotado de alto espírito de cooperação e vitalmente identificado no mesmo propósito educativo”.

13 – DEWEY, John. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1970, p. 64-65.

14 – *A Forja*, sem data. No inventário do Arquivo CAp indica-se que este seria o primeiro exemplar de 1964.

15 – *A Forja*, nº 3, 1964. Assinado por José Sérgio Leite Lopes. É interessante apontar que o autor do artigo é filho de José Leite Lopes, cientista destacado por seus estudos acerca da consolidação da pesquisa acadêmica no Brasil. Outro exemplo em que vimos como a origem familiar influenciou a contribuição dos alunos em *A Forja* refere-se a Emílio Mira y López, filho do renomado psicólogo de mesmo nome. Esse ex-aluno, tendo sido presidente do grêmio em 1966, incorporou alguns artigos do pai no jornal estudantil.

16 – Esses acordos faziam parte da parceria estabelecida entre o Ministério da Educação e a Agency for International Development. Segundo Arthur Poerner (*O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 229-265.) esses acordos foram mantidos em segredo pelo Ministério da Educação, e denunciados pelo movimento estudantil, que os associava à intervenção norte-americana nas políticas do Estado brasileiro.

17 – SARKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 36.

18 – Em *A Forja*, nº 4, agosto de 1966.

19 – Dedução baseada na tabela elaborada por João Roberto Martins Filho. Segundo ela, metade das manifestações em 1966 no Rio de Janeiro tinha como objetivo o repúdio às ações violentas governistas e metade era contra aspectos da política educacional: questão dos excedentes, atraso no salário dos professores, pagamento de anuidades. (*Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987, p. 106-108.)

20 – Conforme entrevista concedida à autora por Denise Cabral em 8/2/2006.

21 – “Circular 4/67”.

22 – Conforme entrevista concedida à autora por Denise Cabral em 8/2/2006.

23 – Conforme entrevista concedida à autora por Jaime Benchimol em 23/2/2006.

24 – Para a caracterização do setor de classe dominante que ocupou o poder a partir do golpe de 1964, ver DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

25 – MATOS, Luiz Alves de. *Sumário de didática geral*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Aurora, 1973.

26 – Idem.

27 – ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 153.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry et al. *Crítica marxista: a estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986. p. 7-74.

BOBBIO, Norberto. Gramsci e a concepção de sociedade civil. In: _____. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O Manifesto e a Liga Internacional pela Educação Nova. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.) *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV; Belo Horizonte: FUMEC, 2004.

CASSIN, Marcos. Louis Althusser e a sua contribuição para a sociologia da educação. In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003. v. 1, p. 327-337.

CATANI, Afrânio Mendes. Educação, violência simbólica, capitais (cultural e social) e destino. In: BOITO JR, Armando; TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003. v.1. p. 297-310.

CUNHA, Luiz Antonio. *O milagre brasileiro e a política educacional*. Rio de Janeiro: Argumentos, 1973.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

_____. CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

DEWEY, John. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo: Ed. Nacional: Editora da USP, 1970.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: UFRJ: INEP, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

MATOS, Luiz Alves de. *Sumário de didática geral*. 11. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1973.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SASSOON, Anne Showstack. Hegemonia. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

SAVIANI, Demerval. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueiro (Coord.). *Filosofia da educação brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

SOARES, Rosemary Dore. *Gramsci, o Estado e a escola*. Ijuí, RS: Unijuí, 2000.

XAVIER, Libânia Nacif. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV; Belo Horizonte: FUMEC, 2004.

ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

A VILA RESIDENCIAL DA UFRJ: VISÕES DE UMA TRAMA SOCIAL¹

Vera Valente

UFRJ/IFCS/Depto. de Antropologia Cultural/Laboratório Le Metro

A Vila Residencial da UFRJ incorpora o patrimônio histórico vivo da região. Seus primeiros moradores viviam em todas as ilhas do arquipélago, em maior concentração nas ilhas de Sapucaia e do Catalão.

Durante as décadas de 1930 e 1940 diversas comissões foram instituídas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e pela Reitoria da Universidade do Brasil para a definição da local a se construir nosso primeiro modelo de Cidade Universitária. Somente em 1945, após uma década de discussões, definiu-se pela construção no arquipélago de nove ilhas nas proximidades de Manguinhos. As obras foram iniciadas em 1949. A realização de toda essa obra de engenharia só foi possível dada à utilização de uma peça indispensável na transformação desse espaço – a mão-de-obra operária fincada no pilar de cada prédio aqui construído. Infelizmente a história desses operários não ocupa as páginas das brochuras oficiais. Ela existe porque se reatualiza na memória e na luta diária das famílias que residem há mais de 40 anos só no espaço onde antigamente era a ilha da Sapucaia, entre outras. Muitos desses operários foram incorporados pela Universidade nos quadros de trabalho internos, para continuarem dando sua colaboração. São pioneiros, cumpriram e ainda cumprem a nobre função de garantir a preservação do espaço onde se localiza a maior universidade pública do país.

As residências eram dispersas e muitas localizavam-se em áreas privilegiadas no campus. Com a conclusão da obra da ponte Rio-Niterói - que usara o espaço físico do que é hoje a Vila Residencial, para ser depósito de material e alojamento dos operários - as casas de madeira construídas no extremo sul da Ilha do Fundão para os operários da ponte, dado a facilidade de deslocamento por mar dessa mão de obra, foram oferecidas pela direção da Universidade aos funcionários que residiam espalhados pela Ilha Universitária. As casas de madeira foram sendo substituídas gradativamente pelas de alvenaria, com recursos e mão de obra dos próprios moradores.

A “comunidade” passou por várias fases e momentos políticos bastante distintos. Durante muitos anos permanecemos vinculados à Universidade sobre a ótica do assistencialismo. Por conta desse quadro, das instabilidades políticas e das constantes ameaças de remoção já vividas naquela época, do movimento de resistência surge a Associação de Moradores que vem se afirmando a cada dia. Hoje mantêm um bom relacionamento com a administração da UFRJ, melhor que a de alguns anos atrás, quando nem sequer era ouvida. A postura de assistencialismo, como forma de diálogo, por parte da Universidade, hoje está mais distante, mas ainda assim existe; hoje o que se busca é criar mecanismos de parceria através de projetos de extensão, com forte incentivo à pesquisa e excelência acadêmica, reunindo um grupo de pesquisadores que não estão, necessariamente, ligados à Vila de Funcionários, pois acreditamos que a Universidade deve estreitar seus laços com determinados grupos sociais, inclusive este grupo ao qual ela está associada, (do qual compartilha de uma mesma história), usando de suas atribuições, que são, justamente, a pesquisa, a excelência acadêmica, e os incentivos a projetos de extensão como este.

Como surge a idéia da Pesquisa?

É importante ressaltar que o envolvimento da área de antropologia, ou da “perspectiva antropológica” no Programa de Inclusão Social – Vila Residencial da UFRJ ocorreu em função da demanda de uma moradora da própria comunidade, que é também funcionária da UFRJ e aluna do curso de graduação em Ciências Sociais. Após diversas versões de projetos de pesquisa, manteve-se a convicção, entre os professores orientadores, da importância da inserção da antropologia, assim como se consolidou o interesse em algum tipo de intervenção que colaborasse com as mobilizações que ocorriam na área estudada. Outro ponto importante a ser ressaltado é a consciência do caráter interdisciplinar do empreendimento, o que demandava a colaboração entre as várias áreas envolvidas e até mesmo uma certa flexibilidade na forma de traçar as fronteiras e de distribuir os recursos entre elas. Partindo dessa dupla interlocução – as demandas dos moradores da vila e os projetos de outras áreas envolvidas – delimitou-se dois recortes metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro deles refere-se à memória dos moradores da vila. Atualmente, existem vários projetos de recuperação da memória de coletivos que ocupam áreas de urbanização precária. A proposta era contemplar a Vila Universitária, considerando as suas especificidades e aproveitando iniciativas já existentes. O objetivo era levantar as diferentes versões para a

origem da Vila e para os marcos que atravessam a sua trajetória – como forma de alimentar o processo de organização comunitária e como contribuição para a história urbana do Rio de Janeiro.

A concepção que embasa a iniciativa de registro da memória procurava articular dois vetores. De um lado, a sistematização de documentos e fontes produzidos ao longo do tempo em função das diversas intervenções provocadas sobre o território onde hoje se localiza a Vila Universitária. Isso envolve uma visão institucional, atenta aos registros produzidos antes, durante e depois da construção da cidade universitária. De outro lado, a produção de novos registros pela valorização da memória dos próprios moradores, inscrevendo suas visões e seu protagonismo no processo histórico.

O outro recorte escolhido foi o da organização política. São inúmeros os trabalhos que questionam uma forma naturalizada e homogênea de se nomear determinado grupo social como “comunidade”. Para que exista como grupo social relevante e visível, é necessário que essa “comunidade” seja imaginada e a maneira de fazê-lo mobiliza práticas ativadas por protagonistas diversos. O objetivo, nesse caso, era o de sistematizar os modos pelos quais a identidade de “moradores da Vila Universitária” ganha corpo, privilegiando o diálogo com os momentos de mobilização social. Quais são os projetos políticos e quais são seus protagonistas e apoiadores dentro e fora da Vila? Eis a questão crucial desse esforço de pesquisa, que abrangeria o acompanhamento dos projetos em andamento em diversas áreas de intervenção social.

Em um primeiro momento a metodologia utilizada levaria em conta a observação participante, entrevistas e coletas de dados, visando elucidar as trajetórias de vida dos moradores da Vila. A partir disto seria feito um levantamento, tendo como finalidade apresentar a trama e os variados olhares dos atores sobre a origem da Vila Residencial-UFRJ e sobre suas configurações atuais.

Nessa fase da pesquisa, foram entrevistados três moradores que vieram para trabalhar na obra do aterro e construção da cidade universitária (entre 1945 e 60). Uma das moradoras, hoje com cerca de 81 anos, veio com 20 anos trazida por seu marido que já trabalhava na obra. Sua função era fazer e servir comida para os trabalhadores das obras (“dar pensão”). A entrevistada afirmou com orgulho ser a primeira mulher a trabalhar para a UFRJ. Ela morou

próximo ao que hoje vem a ser o campus da prefeitura até 1978, quando foi removida para o espaço onde hoje se situa a Vila Residencial.

Outro morador, que também veio do Nordeste trazido por seu pai em 1961 para trabalhar nas obras da universidade, residiu em casas do tipo alojamento para homens próximo ao campo da prefeitura. O terceiro entrevistado veio do Nordeste em 1936, começou a trabalhar na universidade em 1958 já no ETUB (Escritório Técnico da Universidade do Brasil); simultaneamente ao período de trabalho na universidade, concluiu seus estudos e se aposentou como arquivista.

Dos três entrevistados, dois vivenciaram em 1978 o processo de remoção do local onde residiam para o canteiro de obras que tinha por finalidade abrigar os trabalhadores da construção da Ponte Rio-Niterói – local hoje conhecido por Vila Residencial.

Em uma segunda fase de pesquisa continuamos o trabalho de mapeamento, através de um estudo etnográfico, das trajetórias e mudanças ocorridas na Vila Residencial da UFRJ, a partir da fala de antigos moradores do arquipélago - nove ilhas pertencentes à Enseada de Manguinhos do Estuário Inhaúma - onde hoje está situada a Cidade Universitária. A história da Vila Residencial se confunde com a própria história de criação da UFRJ na Ilha do Fundão, onde seus mais antigos moradores foram trabalhadores da construção dos primeiros prédios da Cidade Universitária erguidos sobre oito ilhas aterradas. As famílias existentes no local e os migrantes do nordeste foram absorvidos como força de trabalho. Muitos trabalharam como servidores da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, vigilantes que ajudaram a tomar conta das entradas da cidade e operários da construção civil (pedreiros, pintores, eletricitas, etc.), sendo posteriormente absorvidos no quadro de funcionários da UFRJ. Alguns foram removidos em um momento onde ainda não existiam respaldos jurídicos para os moradores nativos, outros permaneceram por terem algum vínculo com a universidade. Os atuais moradores da Vila Residencial são funcionários (ativos e aposentados da UFRJ), ou trabalhadores de iniciativa privada, terceirizados e seus dependentes.

Nessa segunda fase da pesquisa a metodologia aplicada se materializou com entrevistas, agora mais aprofundadas, priorizando a perspectiva dos moradores acerca das experiências envolvendo a construção, ocupação e transformações da Vila Residencial ao longo de pouco mais de 40 anos.

A organização do trabalho dá-se com a divisão das tarefas entre os pesquisadores, ficando estabelecidos quatro eixos temáticos para a realização de entrevistas e observação, explicados a seguir:

O primeiro focaliza as histórias contadas pelos moradores mais antigos da Vila que residiram nas ilhas e seus descendentes. Essas histórias foram sendo registradas, tanto através de entrevistas mais convencionais, quanto através de um procedimento que visava articular memória e espaço. Neste último caso, a entrevistadora acompanhava o circuito que era feito entre as ilhas por seus entrevistados, circuito que era comentado por estes (“visita-guiada, ou seja, enquanto andavam pelo trajeto das antigas ilhas, hoje Cidade universitária, iam relembando suas histórias”).

O segundo toma os vários segmentos religiosos existentes, suas atividades comunitárias e as diferentes relações que estabelecem com a Vila e seus moradores. A partir de um mapeamento das igrejas presentes na Vila, seriam feitas entrevistas e atividades de observação.

O terceiro se volta para a compreensão do movimento associativo existente e suas relações com a Vila e a universidade. Seriam realizadas entrevistas com moradores da Vila Residencial que atuam na Associação de Moradores, bem como com ex-integrantes da Associação e com moradores apenas associados.

O quarto eixo constitui uma experiência de observação participante dos pesquisadores em atividades artísticas desenvolvidas pelos moradores. A idéia era acompanhar as crianças que participavam do Lab Lata – Laboratório de Fotografia Pinhole, desenvolvido na Vila, que se propunha, através de uma técnica alternativa de produção de imagens, a refletir sobre o ato fotográfico, o papel do fotógrafo e as relações que estabelece entre os espaços vividos e as imagens fotografadas.

O tratamento desses eixos foi idealizado pelos coordenadores do projeto, de maneira que cobrisse as diferentes visões de grupos sociais constituintes da Vila. Os resultados consistiriam no registro dos relatos e na produção de um vídeo.

O que veremos a seguir são algumas notas iniciais acerca dos resultados de pesquisa, tomando como referência os quatro eixos já delineados em 2006. Desses quatro, um não pôde ser implementado pela interrupção das atividades do Lab-Lata. Dos outros três, o eixo mais explorado foi o primeiro, sobre as narrativas dos moradores mais antigos, devido a sua centralidade para o projeto. As notas analíticas são complementadas pela transcrição de uma entrevista referente ao segundo eixo e de uma síntese sobre outra referente ao terceiro eixo. A transcrição dos demais registros está sendo preparada e estará em breve disponível. Além disso, um primeiro VCD já foi produzido e apresentado na Jornada de Iniciação Científica de 2006, contendo imagens fotográficas e resumos dos trabalhos já realizados. Um segundo está sendo preparado a partir das filmagens que foram realizadas durante os passeios de moradores mais antigos pelas ilhas que formam o Fundão.

Antes de passarmos às notas referentes ao primeiro eixo, alguns pontos gerais podem ser mencionados. A Vila Universitária parece estar marcada por uma situação e por uma impressão de ambigüidade, na medida em que sobre ela se projetam fatores e representações que apontam em direções opostas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que os moradores elogiam a “tranqüilidade” do lugar, reclamam de seu isolamento (“sem carro não se sai daqui”). Em outro plano, configuração semelhante se instaura quando se confronta a precariedade das condições de vida e de moradia ao vínculo (mal definido) que associa o lugar a uma instituição tão importante na esfera pública quanto a UFRJ – a própria relação com a UFRJ é perpassada por ambigüidades, uma vez que a universidade ora aparece como uma ameaça, ora como uma aliada.

Outra observação dirige-se à própria constituição da Vila, partindo-se da constatação de que a relação com a UFRJ não parece suficiente para defini-la. Sua formação não pode ser desvinculada de processos históricos que estão relacionados com a cidade como um todo e com seu lugar no país. Assim atestam a construção da Ponte Rio-Niterói e a presença de imigrantes nordestinos entre seus moradores. Focando-se no presente, percebe-se que embora os funcionários e seus dependentes constituam a maioria dos seus moradores, há moradores sem vínculos com a universidade. Essas e outras indicações apontam para a heterogeneidade desse lugar e se expressam em questões recorrentes para seus moradores, como as oposições entre mais velhos e mais novos e a definição de formas de mobilização que não sejam excludentes sem deixarem de ser justas. Evidentemente, essas observações não afetam –

apenas complexificam – o papel de mediação que a UFRJ pretende desempenhar na relação entre a Vila e a cidade.

As narrativas dos moradores antigos

As ilhas eram nove, como nos informam a cartografia e seus antigos moradores. Todas eram habitadas, por moradores e famílias que podemos identificar, a princípio, como descendentes de portugueses, índios, e nordestinos (que em sua grande maioria aqui chegaram para trabalhar nas construções do começo do século XX no Rio de Janeiro (Reforma Pereira Passos)).

Pela fala de seus moradores, podemos identificar a ocupação dessas ilhas. Na Ilha da Sapucaia moravam os descendentes de portugueses empregados no Departamento de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro, ou seja, funcionários do Estado. Uma parte dessa Ilha (onde hoje se encontra a Vila) era usada como aterro sanitário, onde atracavam barcas transportando restos de comida, animais mortos e restos de construções antigas. Nesse local podiam ser encontrados pedaços de pedras preciosas e ouro - destroços de construção dos grandes monumentos e casas - que agora eram demolidos para dar lugar à nova cidade. Na localização onde hoje se encontra a Divisão de Transportes da UFRJ, ficava o Cais de onde vinham esses carregamentos. Também tínhamos nessa ilha um pequeno cinema e uma escola. No início, as moradias se encontravam nas imediações do atual Instituto de Energia Nuclear (IEN), próximo ao local do aterro sanitário.

Na Ilha do Fundão, na área compreendida entre a Fundação BIORIO e a ponte que liga o fundão à Ilha do Governador, morava seu João, sua filha e sua esposa. Alguns moradores falam que os três eram índios; outros falam que apenas a esposa e a filha: há várias versões para essa família. Na Ilha do Catalão houve uma grande concentração de famílias, em sua grande maioria nordestinas; no momento da remoção algumas foram despejadas, outras passaram para vila e outras ainda foram morar em conjuntos habitacionais - eram as três alternativas apresentadas. Os que eram absorvidos pela universidade em seu quadro de funcionários, tinham duas escolhas: morarem em conjuntos habitacionais onde pudessem assumir uma mensalidade, ou ficarem na vila residencial. Os moradores desta ilha dizem que ali deveria ter existido uma senzala, pois lá ainda existia uma “Casa-Grande” com restos de

correntes e um local onde deveriam ser presos os escravos. As lendas acerca dessa localidade são muitas, existindo até a hipótese de ser mal-assombrada.

A Ilha de Baiacu era assim nomeada pela grande incidência local de cardumes de peixes dessa espécie; nela existiam famílias cuja principal fonte de renda era a pesca. De um modo geral, podemos dizer que as famílias das ilhas, em sua grande maioria, quando não estavam envolvidas com a construção civil, viviam da pesca.

Já a Ilha das Cabras deve seu nome ao fato da existência de famílias que faziam a criação de cabras que abasteciam de víveres as demais ilhas do arquipélago. Ali ficava localizado o arsenal de armamentos da aeronáutica, e seus moradores também faziam parte da segurança da base aérea. Pouco temos a falar sobre essa ilha pois sempre é apresentada pelos moradores com essa finalidade e ainda hoje é vista por essa peculiaridade.

As Ilhas Pindaí do França e do Ferreira eram muito próximas do que hoje é a prefeitura universitária e o ETU, coração da universidade principalmente no momento de sua construção. Ali, além de moradores fixos como a Sr^a Avelina e seu esposo, existiam alojamentos que abrigavam os trabalhadores que ainda não haviam se estabelecido com suas famílias. Ficava mais ou menos na área hoje compreendida entre o CCMN e o Hospital universitário. Ali também estava localizada a pensão onde todos podiam almoçar e descansar antes de pegar no “batente”.

Na Ilha do Bom Jesus, ilha militar compreendida entre o CT e a margem da baía da Guanabara até o quartel, também se encontravam famílias que resistem até hoje à remoção. Viviam e ainda vivem da pesca para venda bruta ou terceirizada, ou seja, possuem um bar onde todos podem comer um peixinho frito ou cozido.

O transporte interno no arquipélago era todo feito por barcos, ou chatas (barcas); a água não era potável e tinha que ser transportada do bairro de Ramos para as ilhas. A travessia entre algumas das ilhas em maré baixa podia ser feita a pé, ou em pequenos barcos.

Os entrevistados apontam que ao chegarem para iniciar os trabalhos de aterro e construção dos prédios da UFRJ ouviam piadas relativas ao seu local de origem. Os três, sendo naturais do nordeste, ouviam expressões do tipo: “*É da terrinha?*” ou “*A faca sobe de*

cima para baixo?”. Entendemos que essas expressões marcam a diferenciação entre os grupos. As frases citadas acima fazem referência aos trabalhadores oriundos do Nordeste que enfrentaram determinados distanciamentos devido à sua naturalidade. Os entrevistados mencionam a existência de uma índia, vista nas localidades em frente ao mar, que segundo os mesmos olhava a lua e era triste. Um dos entrevistados mencionou a figura de um “malandro”, um trabalhador não morador da ilha que se trajava caracteristicamente como dançarino de gafeira.

Entendemos que hoje, existem os moradores da atual Vila Residencial que passaram pelo processo da remoção em 1978 e existem aqueles que vieram de lugares externos às ilhas da cidade universitária pós-remoção. Portanto são dois grupos diferenciados que tomam como referência de vida no local a remoção. Com base em terminologia utilizada pelo sociólogo Norbert Elias, os moradores mais antigos em análise inicial compreendemos como os *estabelecidos*; os moradores mais recentes entendemos como *outsiders*.

As narrativas dos moradores antigos cultivam o “mito” de seu passado e o têm como a diferença decisiva entre eles e os “*outsiders*”. Guardam ciosamente um acervo enorme de lembranças, apegos e aversões quanto aos fatos e itinerários coletivos (reais e fantasiados) da vida da “aldeia”. O grupo estabelecido sente-se com isto mais seguro e garantido quanto à sua coesão interna e valor. Os comportamentos de seus membros no dia a dia têm aí sua principal referência para a convivência necessária com os demais. Em entrevista, um dos moradores considerado pelo grupo como “morador antigo”, ao referir-se à determinadas lembranças se dizia incapaz de reproduzi-las à altura de um outro morador que morava há mais tempo. Esse comportamento nos permitiu refletir sobre a possibilidade desses grupos se representarem sob o espectro da hierarquia interna, usando como critério a ordem de precedência dentro do próprio segmento dos “antigos”.

A Vila residencial se apresentou inicialmente nesta pesquisa marcada por grupos que se distinguem de acordo com o sentimento temporal em relação aos outros moradores. Os critérios utilizados pelos moradores do tipo “antigo” e mais “novo” nos proporcionaram pensar em um esquema mental hierárquico onde a prioridade na chegada ao lugar se tornou o principal fundamento a ser aceito pelas duas partes. As narrativas expressam as posições referidas ao “status” dos moradores à medida que a fala dos “antigos” se torna a fala da tradição e da representação histórica da Vila em relação ao morador novo.

Ao longo do trabalho percorrido até aqui, foi-se materializando a idéia de que vale a pena levar em conta, como possibilidade interpretativa com valor crítico para a pesquisa, a existência de rituais de passagem. Em todas as culturas sempre estiveram presentes cerimônias assinalando a passagem de uma pessoa para uma nova fase, ligada à idade, lugar, estado ou posição social, realização pessoal, familiar, profissional ou espiritual e outras que ainda não se tenha tomado consciência. Infelizmente, com o advento das sociedades modernas, estas comemorações foram reduzidas, algumas desvirtuadas, outras escondidas, restando algumas poucas que marcam socialmente de forma abrangente estas transições (como batizado, casamento, enterro e mudança residencial, por exemplo).

Os rituais de passagem em sua grande maioria implicam no uso de maus tratos, de dor e, naturalmente, temor e angústia dos envolvidos. No entanto esses acontecimentos podem ter por finalidade fortalecer, pelo sofrimento (comum), os laços de solidariedade entre um grupo de candidatos, ou provar aos envolvidos e à sociedade a sua importância. Contudo, ainda podem ser explicados em termos da hostilidade concentrada e verificada entre dois grupos de pessoas; os que praticam e os que sofrem os maus tratos, cujas partes, por sua vez, apresentam-se em vias de ser incorporados à categoria do primeiro.

Tentando perseguir essa idéia, da ida para morar na Vila como um ritual de passagem - levando em consideração as diferentes proporções e as trajetórias de vida de seus diversos moradores - é que comentamos preliminarmente a construção de uma memória da Vila. Não se pode perder de vista alguns aspectos importantes, como a localidade onde viviam e a maneira como se deu a locomoção/ remoção.

Quando trabalhamos com “memória” toda fala tem importância e sentido; às vezes não aparecem à primeira vista, mas aos poucos vão completando linhas de raciocínio dando sentido a longos períodos de pesquisa. Um bom exemplo para tentar explicar essa situação se traduziu muito cedo na pesquisa. Quando perguntávamos aos moradores se gostavam de morar na vila, duas respostas surgiam: “Sim, eu adorei vir morar aqui, este local é muito calmo; apesar da falta de infra-estrutura temos uma casa que é nossa” (esse entrevistado não se preocupava nem com a idéia de não ser proprietário de fato); no entanto, outros diziam não ter gostado nada de ter que vir morar num lugar tão distante de tudo, sem infra-estrutura, sem

nenhuma garantia de moradia. Já nesse momento pudemos detectar uma lacuna e indagar o porquê dessa diferença.

Posteriormente, alguns começaram a se abrir mais e falar de onde haviam saído para vir morar na vila. Surge aí a primeira constatação: os que gostaram à primeira vista de morar na vila foram alguns funcionários, que moravam na Baixada fluminense, no complexo da Maré (ainda palafitas) e que foram autorizados pela universidade para residir na localidade; em contrapartida, o outro grupo eram os moradores das antigas ilhas que tiveram o prazer de viver a natureza em sua essência e que por motivos de ordem prática da instituição foram removidos para a vila de forma muitas vezes agressiva, pois tiveram que deixar suas casas nas mais diversas localidades da cidade universitária, mais próximas das saídas de prédios recém-construídos, para morar em um local distante de tudo e sem a mínima infra-estrutura.

A presença da Igreja Católica na Vila

As observações, no período do Projeto, se fixaram basicamente sobre a presença da Igreja Católica. Dois pontos podem ser destacados: por um lado, a construção do templo no local mais valorizado da Vila e a conseqüente ocupação daquele espaço central veio da iniciativa dos próprios moradores – foi apenas em um momento posterior que ocorreu a presença de um sacerdote (capelão militar) e de religiosas (que moram no local). Por outro lado, isso não significa que não haja tensões com os moradores da Vila e com outros de seus agentes. O espaço onde se localiza o templo católico é também o espaço predileto para o lazer na Vila, especialmente o das crianças. Uso religioso e uso profano, nesse contexto, podem se confrontar, como assinala o fato de que a imagem sacra ali colocada ser às vezes é apropriada para uma brincadeira infantil. Outro indício que vai na mesma direção é o espaço utilizado como moradia pelas religiosas graças a uma cessão da associação de moradores; o mesmo espaço já havia abrigado uma creche e a atual gestão da associação de moradores faz questão de lembrar essa destinação comunitária. A mesma gestão ainda avalia que a Igreja Católica peca por pouca intervenção “comunitária” no bairro.

3.3. O perfil da AMAVILA

A AMAVILA – Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial, localizada na Ilha da Sapucaia, no complexo Universitário do Fundão – RJ, após várias fases e

momentos políticos, tem, no trabalho desempenhado pela gestão “Transformar Para Mudar”, a concretização das ações formadoras/transformadoras de políticas públicas.

Observamos que o movimento social planejado e organizado desta gestão vem possibilitando e viabilizando, através de suas ações, percorrer caminhos antes impossíveis de serem trilhados devido ao forte assistencialismo que ali era empregado. E em certa medida vem contribuindo com outro fator fundamental e importante que é o registro da memória de suas vivências.

Nas entrevistas realizadas, identificamos que mesmo os moradores que demonstram indiferença em participar nas mobilizações, ou ainda, o “estrangeiro” que por natureza, não é “proprietário de terra” e conseqüentemente não se sente parte do grupo (SIMMEL), contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Foram ponto de apoio para o desenvolvimento de uma “sociabilidade pura” para os que se mantiveram de forma associada à frente do movimento que agrupou em unidade, dados concretos e imediatos de sua realidade histórica e que está presente neles de maneira a engendrar ou mediar influências sobre outros, ou que receba tais influências (SIMMEL). Cada pessoa ali moradora está possibilitando alcançar um projeto formulável em termos comuns.

Após os dissabores de terem sido excluídos, sem qualquer tipo de explicação, de dois Projetos Urbanísticos, eles hoje vêem o início da luta ter o primeiro resultado favorável. Em 26.10.2006, a Vila Residencial recebeu o aval para a aplicação de resultados positivos na implantação de políticas públicas que atendam suas necessidades. Esta possibilidade toma corpo e robustez de fato e de direito após a visita de representantes do Ministério das Cidades / DF que lá estiveram, atentos aos clamores locais.

A pesquisa busca recuperar as identidades locais. Cabe inserir nesse contexto um modo de produção que retrata, não uma realidade estática, mas a pluralidade das culturas, que constrói, ou tenta construir, um discurso de identidade associado à questão da luta dos moradores da vila, marca de um agrupamento, moradores da Ilha do Fundão, na tentativa de “reconstituir” sua história através da oralidade, buscando garantir sua existência no futuro, que se encontra ameaçado pela construção de um parque industrial que fará a Vila Residencial desaparecer para dar espaço a seus novos prédios. Percebemos, no trabalho, a predominância da cultura letrada com relação à cultura popular de base oral ,ou seja, é o discurso oficial que

mostrará a tradição oral do povo, tendo em vista que só se consolidará quando reconhecida, passando a fazer parte de um registro regulado pela sociedade, o registro *escrito*. Outro aspecto a ser levado em consideração é o fato de que, supostamente, por não terem uma história (e existência) registrada formalmente, não teriam, também um legado cultural. Este é um dos nossos maiores desafios a serem superados, tentar apreender o legado cultural deste grupo, através das suas próprias formas de preservação e transmissão. Logo, “questões de cidadania” passam à sua margem. Esses moradores, não reconhecidos como cidadãos, são vistos como um grupamento fora das estatísticas oficiais do governo, ou seja, não existem.

Enquanto pesquisadores, temos que levar em consideração que tudo que vivemos, ouvimos, vemos atravessar em nosso íntimo por uma releitura e (re) construção de acordo com nosso modo de ver, ser e de pensar que é derivado das experiências que passamos durante nossa vida. Assim, traduzimos tudo aquilo que percebemos. Quando tentamos reproduzir algum fato, ele terá a nossa percepção e versão pessoal, logo não será mais original, mas uma tradução de como o sentimos.

Observamos várias versões do mesmo acontecimento, vários tipos de narrativas contando o mesmo fato; existem divergências no modo de contar, porém a essência da história é resguardada.

O escritor/ tradutor (nesse caso a moradora / pesquisadora) sente-se ineficaz diante de uma tarefa tão complexa e grandiosa, pois como resolver a tarefa difícil de traduzir uma narrativa oral que esteve sempre em movimento, presente na voz dos moradores, para um registro escrito, estático, que só concede uma variante (versão) que é para sempre?

Outro debate que se constitui a partir das questões levantadas foi o papel do militante, a construção da análise etnográfica e as decisões políticas sugeridas nesse processo. A pesquisadora, ao problematizar algumas das questões surgidas com os dados de pesquisa, reiterou a necessidade e a importância da observação participante no processo etnográfico da pesquisa, quando essa permite uma imersão num outro espaço de vida.

Ouvir o outro exige um tempo e um exercício particular (particularidade que traduz a necessidade e importância da antropologia nesse processo). Nesse caso em específico e ainda em muitos lugares do país, o antropólogo terá que pensar em políticas públicas de assistência

(na falta do poder público); ou ausência da vontade de diálogo e participação popular (no caso da Vila).

A construção da alteridade, nesse caso, tornou-se difícil, principalmente com relação ao lugar do pesquisador frente ao ator político. Além de se colocar à frente dos problemas vividos pelos moradores da Vila, ele (o antropólogo) necessitou analisar e ver de frente o quão complexos são os problemas vividos pelos próprios agentes de políticas públicas. Ocupar o lugar de mediador/ sujeito, entre o poder público/ e os sujeitos da ação, muitos engajados (politicamente ou não), exige uma nova invenção do olhar antropológico. Em contato com os membros da própria Vila, a pesquisadora também se preocupou com certos compromissos éticos, levando em consideração que a análise antropológica do mesmo modo que levanta os estereótipos, também corre o risco de reafirmá-los.

Foi importante reafirmar o papel do pesquisador, nesse contexto, sua duplicidade de pesquisador e militante. Não é possível firmar o debate numa suposta neutralidade acadêmica, mas tomar uma permanente vigilância ética no processo político de tradução de valores e identidades.

REFERÊNCIAS

ALVITO, M.; ZALUAR, A., *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: FVG, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*: Rio de Janeiro: Zahar, 2000

GRYNSZPAN, M.; PANDOLFI, D. C. *A Favela Fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SEGALA, Lygia. Memória das Favelas. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 59 n. 23, p. 36-41, 2004.

LEEDS, A.; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEITE, Márcia Pereira. A memória das favelas: síntese e propostas de desdobramentos. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, n. 59, p. 121-123, 2004.

LIMA, N. V. T. *O Movimento dos favelados do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

MACHADO, Luis Antonio da Silva. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 35-47, maio/ jun. 1967.

MELLO, Marco Antonio da Silva. Selva de pedra: Apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, N; GOLDENBERG, M; FRY, P. (Orgs). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1983. v. 1, 152 p.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana? *Revista de Arqueologia CNPQ Museu Goeldi*, Belém, PA, v. 2, n. 2, p.46-50, 1984

PANDOLFI, D. C. História e Identidade: gesto de uma rede de memória das favelas cariocas. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 23 n. 59, p. 27-9, 2004.

PERLMAN, J. *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: University of California Press, 1976.

PINO, J. C. Sources on the history of favelas in Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, Pa., US, v. 32, n. 3, p. 111-112, 1997.

SIMMEL. George. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

VALLADARES, L. Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ⁱ Este trabalho configura-se como projeto de Extensão e foi contemplado com bolsas pelo Edital PIBEX (2006 e 2007) – Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFRJ. Atualmente é coordenado pelos professores Marco Antonio da Silva Mello e Neiva Vieira da Cunha , tendo como bolsistas Vera Valente, Viviane de Oliveira Mello, Maria de Fátima Farias, Eduardo Lacerda, e Marco Aurélio Lacerda da Silva.